

unesp  UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”

Faculdade de Ciências e Letras

Campus de Araraquara – SP

MARCOS ANDRÉ DANTAS DA CUNHA

TÃO LONGE, TÃO PERTO:

A identidade paraense construída no discurso da mídia do Sudeste brasileiro

ARARAQUARA –SP

2011

Marcos André Dantas da Cunha

TÃO LONGE, TÃO PERTO:

A identidade paraense construída no discurso da mídia do Sudeste brasileiro

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Língua Portuguesa e Linguística da Faculdade de Ciências e Letras – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Doutor em Língua Portuguesa e Linguística.

Linha de pesquisa: Organização e Funcionamento Discursivos e Textuais.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Maria do Rosário de Fátima Valencise Gregolin.

Co-orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Ucy Soto.

ARARAQUARA – SP

2011

Cunha, Marcos André Dantas da

Tão longe, tão perto: a identidade paraense construída no discurso da mídia do Sudeste brasileiro / Marcos André Dantas da Cunha; orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria do Rosário de Fátima Valencise Gregolin .

– Araraquara, SP

328 f : il. ; 31 cm

Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Língua Portuguesa e Linguística, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, SP, 2011.

1 Análise do discurso. 2. Mídia. 3. Identidade. 4. Pará. I. Gregolin, Maria do Rosário de Fátima Valencise, orient. II. Título.

CDD 22 – 401.41

MARCOS ANDRÉ DANTAS DA CUNHA

TÃO LONGE, TÃO PERTO:

A identidade paraense construída no discurso da mídia do Sudeste brasileiro

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Língua Portuguesa e Linguística da Faculdade de Ciências e Letras – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Doutor em Língua Portuguesa e Linguística.

Linha de pesquisa: Organização e Funcionamento Discursivos e Textuais.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Maria do Rosário de Fátima Valencise Gregolin.

Co-orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Ucy Soto.

Data da defesa: ___/___/___

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

Presidente e Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Maria do Rosário de Fátima Valencise Gregolin.
(FCL-UNESP-Ar)

Membro Titular: Prof^ª. Dr^ª. Luzmara Curcino
(UFSCAR)

Membro Titular: Prof^ª. Dr^ª. Vanice de Oliveira Sargentini
(UFSCAR)

Membro Titular: Prof. Dr. Pedro Navarro Barbosa
(UEM)

Membro Titular: Prof. Dr. Marcos Lúcio Góis
(UFGD)

MEMBROS SUPLENTES

Membro Suplente: Prof. Dr. Carlos Félix Piovezani Filho
(UFSCAR)

Membro Suplente: Prof^a. Dr^a. Renata Marchezan
(FCL-UNESP-Ar)

Membro Suplente: Prof. Dr. Cleudemar Alves Fernandes
(UFU)

Local: Universidade Estadual Paulista
Faculdade de Ciências e Letras
UNESP – Campus de Araraquara

Àqueles que se identificam enquanto paraenses: frutos de distintos modos históricos de colonização/ocupação da Amazônia, a possibilidade da diferença na unidade heterogênea da nação brasileira.

AGRADECIMENTOS

Foi muito difícil chegar até aqui. Tiveram momentos que pareceram sem sentido, nos quais busquei sempre forças maiores do que as minhas. Agradeço imensamente a esta força superior, a que preciso acreditar como uma matriz de sobrevivência. Ela conduziu minha vontade fazendo traduzir as perdas em ganhos, os obstáculos em agentes impulsionadores da criação.

Aos meus convivas mais íntimos, mais caros aos meus afetos: meus filhos Júnior, Amayna Beatriz e André Lucas; minha mãe Nair, meu pai Amarílio que se foi já no fazer desta tese; meus irmãos Vanja, Vânia, Pepê, Écio, Juscelino e Socorro. Cada um do seu jeito me fez estar aqui, com meus desejos e propósitos. A todos meus sobrinhos, caros a meus afetos, especialmente ao momento de superação espirituosa da Lorena.

Às minhas primas “próximas”, Noemi e Sueli, pela contribuição relativa a minha morada em Araraquara.

À Maria Lúcia, por muito tempo mulher e esposa, que me deixou muitas lembranças importantes. Embora ainda existam as faltas, são por estas que alcançamos o crescimento. É arte fazer de determinados laços outros.

À Ana Cunha, a alegria de alguém a quem busquei e em quem encontrei o carinho aquecido e a companhia necessária e feliz. A diferença mostra-se imprescindível e faz muito bem.

À Liège Almeida, o carinho atento da escuta profissional, importante em momentos de curvas, que não deixou de ser marcante no início deste processo.

À Universidade Federal do Pará, especialmente ao Campus de Castanhal, ao curso e a sua coordenação a que me dediquei: espaço de trabalho que muito somou para chegar até aqui, inclusive proporcionando-me a liberação para cursar o doutorado.

À Biblioteca Pública Municipal de Araraquara e à Biblioteca Pública Municipal do Rio de Janeiro: fundamentais para realização de minha pesquisa.

À Secretaria da Pós-Graduação da UNESP/Araraquara, à Biblioteca da Faculdade de Ciências e Letras e ao Polo de Informática, pelo atendimento competente e disponível.

Aos meus colegas da graduação, os meninos da casa estudantil, representados pela delicadeza da Meire. Aos colegas da pós-graduação, especialmente à Marília de Lima Pimentel, sua família, que me acolheram na hora em que o calor familiar se fazia necessário.

Agradeço a Dona Helena que me acolheu em sua casa, recebendo-me como seu hóspede e muitas vezes como filho, com pequenos temperos de carinho. A “comadre” que, com seu jeito descontraído, me trouxe alegria na distância de casa.

Ao Mário Veneri, um artista da imagem: a ingenuidade de um ser humano verdadeiro. À Virgínia Ávila, do outro lado do Brasil, uma gente gaúcha com quem costumo ter muitas afinidades, o melhor astral para estar junto quando distante de casa. Ao Antônio Netto Júnior, pela grande disponibilidade demonstrada quando apareceram os problemas “técnicos”.

Aos meus amigos da Mahikari de Santa Izabel, Belém e Araraquara: um foco de Sabedoria Maior que me colocou bem para frente, quando o chão parecia ruído. Especialmente, ao ouvido dedicado e às palavras amigas, serenas e verdadeiras de Janice; ao jeito dócil de Patrícia Mendes.

Aos professores da Pós-Graduação em Língua Portuguesa Alessandra Del Ré, Gladis, Luiz Carlos Cagliari, Letícia, Odete, e Maria do Rosário, pelas novas possibilidades de conhecimento.

Aos professores Cleudemar Fernandes e Luzmara Curcino, membros da banca de qualificação, pela leitura atenta e crítica do relatório desta tese. Suas sugestões metodológicas foram fundamentais.

À leitura cuidadosa e competente de Patrícia Joubert, muito importante para enxergarmos aquilo que não víamos. À contribuição comprometida e atenciosa de Elisângela Silva da Costa em relação aos aspectos técnicos e de normalização deste trabalho.

Agradeço à professora Ucy Soto, que no encontro/retorno se fez minha orientadora/co-orientadora. Algumas de suas poucas palavras me levaram para frente.

Com carinho, enfeitado de um retorno de uma identidade talvez inquieta, agradeço à Professora Rosário Gregolin, minha orientadora, a acolhida dedicada ao Programa, a mão amiga e profissional na hora necessária. Sinto que se somaram vontades maiores para ficarmos mais próximos.

“Quem quiser venha ver.
Mas só um de cada vez.
Não queremos nossos jacarés,
tropeçando em vocês. [...]
A culpa é da mentalidade criada sobre a
região.
Por que, que tanta gente teme,
Norte não é com M.
Nossos índios não comem ninguém,
agora é só hambúrguer.
Porque ninguém nos leva a sério,
só o nosso minério”.

(Edmar Rocha, Banda Mosaico de Ravena,
1992)

RESUMO

Nesta tese estudamos o discurso sobre o estado do Pará/Brasil, nas produções textuais e semiológicas do jornal paulista “Folha de S.Paulo”. Verificamos a regularidade que pudesse apontar para a produção de determinadas identidades a respeito desse estado amazônico. Nossa investigação fundamenta-se na Análise do Discurso Francesa, embasada em Michel Pêcheux e Michel Foucault. Considerando que o discurso se inscreve principalmente na dispersão das enunciações produzidas por sujeitos sócio-históricos, na materialidade das palavras em processo metonímico e metafórico de sentido, buscamos, nos discursos da “Folha de S.Paulo”, modos de dizer referendando, reproduzindo ou resistindo a determinados saberes sobre o estado do Pará. Pelas diferenças regionais verificadas no território continental brasileiro, estabelecem-se relações de poder, daí os sujeitos representativos dos lugares/espacos historicamente reconhecidos como “centros”, muitas vezes, produzirem discursos etnocêntricos a respeito daqueles sujeitos/lugares/espacos ditos como “margens”. Desenvolvemos a metodologia de constituição do corpus e de análise dos discursos nas produtivas noções foucaultianas de repetição e dispersão. Pela violência ao homem (chacinas/trabalho escravo infantil) e ao meio ambiente (queimadas e desmatamento), enfatiza-se a mais visível das identidades paraenses. Os repetidos, mas pontuais, textos sobre o Círio de Nazaré realizam-se em enunciados com efeitos de sentidos quase cristalizados, não possibilitando tornar o evento um acontecimento midiático. A pouca frequência de textos sobre turismo, arte e ciência, e menos ainda sobre a própria etnia indígena, também se constitui em indício de uma identidade paraense. Quando se enuncia acerca do turismo no Pará, não se deixa de dizer sobre as distâncias físicas e a falta de condições estruturais e tecnológicas. Ao se identificar artistas e cientistas como paraenses, isto parece se enunciar como evidência de diferença, de certo ineditismo. Na identificação dos indígenas do Pará com a floresta misteriosa e distante, também parecem se identificar os paraenses circunscritos ou não a esse espaço, com os índios.

Palavras-chave: Discurso. Identidade. Sujeito. Pará. Mídia.

ABSTRACT

In this thesis we studied the discourse about the state of Pará / Brazil in the textual and semiotic production of a São Paulo newspaper called “Folha de S.Paulo”. We checked the regularity that could indicate the production of certain identities about this Amazonian state. Our investigation is based on French discourse analysis, based on Michel Pêcheux and Michel Foucault. Considering that the discourse is based mainly on the dispersion of the utterances produced by socio-historical subjects, in the materiality of words in the metonymic process and metaphorical sense, we searched, in the discourses of the “Folha de S. Paulo, “ways of saying countersigning, reproducing or resisting to certain knowledge about the state of Pará. For the regional differences found in the continental territory of Brazil, power relations are established, thus the representative subjects of the places / spaces historically recognized as” centers “ often produce ethnocentric discourses about those subjects / places / spaces known as “margins”. We developed the corpus constitution methodology and the discourses analysis in the Foucauldian productive notions of repetition and dispersion. Because of violence to humans (slaughter / children’s slave labor) and to the environment (burning and land clearing), the most visible identity of Pará is emphasized. The repeated, but punctual, texts about the Círio de Nazaré are written in utterances with almost crystallized meaning effects, not allowing it to be a media event. The low frequency of texts on tourism, art and science, and even more about Pará’s own indigenous ethnic groups, also constitutes in evidence of a “Paraense” (native of Pará) identity. When they post statements about tourism in Pará, They always mention about the distances and the lack of structural and technological conditions. By identifying artists and scientists as “from Pará”, this seems to be enunciated as an evidence of difference, of abnormality. In the identification of the Pará indigenous groups with the mysterious and distant forest, the Pará inhabitants confined or not to this space with the Indians, also seem to be identified.

Keywords: Speech. Identity. Subject. Pará. Media.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 1:	Mapa das mesorregiões do Estado do Pará	57
Quadro 1:	Lista e Características das Mesorregiões do estado do Pará.....	60
Quadro 2.	Eixos Temáticos do estado do Pará. Pesquisa Piloto	69
Quadro 3.	Título: Eixos Temáticos de Produção de Identidade	70
Foto 1.	Título: Trabalho Infantil. Menina trabalhadora.....	139
Foto 2:	Título: Círio de Nazaré, Fiéis saúdam a Virgem de Nazaré na festa do Círio, que ontem atraiu 2 milhões de pessoas em Belém	144
Foto 3.	Título: A sobrevivente do massacre de Eldorado do Carajás Maria Abadia visita túmulo de sem-terra em cemitério de Curionópolis (PA)	151
Foto 4.	Título: Seis dos sete trabalhadores rurais mortos a tiros junto com um fazendeiro, durante chacina em São Félix do Xingu (PA), são enterrados	176
Foto 5.	Título: O ex-deputado Augusto Farias durante entrevista em Marabá	214
Foto 6.	Título: Jarmison dos Santos, 11, que aos dois anos queimou os pés ao cair em um forno e que hoje só consegue usar calçados especiais	219
Foto 7.	Título: NEBLINA AMAZÔNICA Edifícios são encobertos pela fumaça em Manaus, ontem; a causa são as queimadas realizadas no Pará, de acordo com o Inpe	232
Foto 8.	Título: Queimada no município paraense de São Félix do Xingu, feita no ano passado; área desmatada ali cresceu sete vezes desde 1997	234
Foto 9.	Título: Policiais contém manifestação em Tailândia na última terça	247
Foto 10.	Título: Queimada florestal feita por pequenos proprietários	249
Foto 11.	Título:Grupo de fiéis segura corda durante a procissão do Círio de Nazaré, em Belém do Pará	257
Foto 12.	Título: Renan Calheiros ao lado da imagem de Nossa Senhora de Nazaré na sessão em homenagem aos 214 anos do Círio de Nazaré	264
Foto 13.	Título: ...E ALI TAMBÉM	266
Foto 14.	Título: O ator Cacá Carvalho em cena de “A Poltrona Escura”, espetáculo que abarca três novelas de Luigi Pirandello, com direção de Roberto Bacci, no Sesc Belenzinho	286
Foto 15:	Imagem da festa realizada por uma Aparelhagem (equipe com sistema de som) de tecnobrega em Belém, no Pará	289
Foto 16.	Título: Trecho de mata amazônica intacta no Parque Indígena do Xingu, na divisa do Mato Grosso com o Pará	299

LISTA DE SEQUÊNCIAS DISCURSIVAS ANALISADAS

Sequência discursiva para análise 1	139
Sequência discursiva para análise 2	141
Sequência discursiva para análise 3	141
Sequência discursiva para análise 4	142
Sequência discursiva para análise 5	143
Sequência discursiva para análise 6	144
Sequência discursiva para análise 7	147
Sequência discursiva para análise 8	147
Sequência discursiva para análise 9	149
Sequência discursiva para análise 10	149
Sequência discursiva para análise 11	157
Sequência discursiva para análise 12	158
Sequência discursiva para análise 13	162
Sequência discursiva para análise 14	164
Sequência discursiva para análise 15	165
Sequência discursiva para análise 16	166
Sequência discursiva para análise 17	167
Sequência discursiva para análise 18	167
Sequência discursiva para análise 19	168
Sequência discursiva para análise 20	169
Sequência discursiva para análise 21	170
Sequência discursiva para análise 22	171
Sequência discursiva para análise 23	172
Sequência discursiva para análise 24	173
Sequência discursiva para análise 25	174
Sequência discursiva para análise 26	174
Sequência discursiva para análise 27	175
Sequência discursiva para análise 28	179
Sequência discursiva para análise 29	180
Sequência discursiva para análise 30	181
Sequência discursiva para análise 31	182
Sequência discursiva para análise 32	183
Sequência discursiva para análise 33	184
Sequência discursiva para análise 34	185
Sequência discursiva para análise 35	186
Sequência discursiva para análise 36	186
Sequência discursiva para análise 37	187
Sequência discursiva para análise 38	188
Sequência discursiva para análise 39	189
Sequência discursiva para análise 40	190
Sequência discursiva para análise 41	191
Sequência discursiva para análise 42	192
Sequência discursiva para análise 43	192
Sequência discursiva para análise 44	193
Sequência discursiva para análise 45	194
Sequência discursiva para análise 46	195
Sequência discursiva para análise 47	196
Sequência discursiva para análise 48	197
Sequência discursiva para análise 49	198
Sequência discursiva para análise 50	201

Sequência discursiva para análise 51	201
Sequência discursiva para análise 52	202
Sequência discursiva para análise 53	202
Sequência discursiva para análise 54	203
Sequência discursiva para análise 55	204
Sequência discursiva para análise 56	205
Sequência discursiva para análise 57	206
Sequência discursiva para análise 58	207
Sequência discursiva para análise 59	207
Sequência discursiva para análise 60	208
Sequência discursiva para análise 61	209
Sequência discursiva para análise 62	209
Sequência discursiva para análise 63	211
Sequência discursiva para análise 64	212
Sequência discursiva para análise 65	213
Sequência discursiva para análise 66	214
Sequência discursiva para análise 67	215
Sequência discursiva para análise 68	218
Sequência discursiva para análise 69	218
Sequência discursiva para análise 70	219
Sequência discursiva para análise 71	220
Sequência discursiva para análise 72	221
Sequência discursiva para análise 73	221
Sequência discursiva para análise 74	222
Sequência discursiva para análise 75	223
Sequência discursiva para análise 76	224
Sequência discursiva para análise 77	224
Sequência discursiva para análise 78	225
Sequência discursiva para análise 79	227
Sequência discursiva para análise 80	228
Sequência discursiva para análise 81	229
Sequência discursiva para análise 82	229
Sequência discursiva para análise 83	230
Sequência discursiva para análise 84	230
Sequência discursiva para análise 85	231
Sequência discursiva para análise 86	232
Sequência discursiva para análise 87	233
Sequência discursiva para análise 88	234
Sequência discursiva para análise 89	235
Sequência discursiva para análise 90	236
Sequência discursiva para análise 91	238
Sequência discursiva para análise 92	238
Sequência discursiva para análise 93	239
Sequência discursiva para análise 94	240
Sequência discursiva para análise 95	241
Sequência discursiva para análise 96	242
Sequência discursiva para análise 97	243
Sequência discursiva para análise 98	244
Sequência discursiva para análise 99	245
Sequência discursiva para análise 100	249
Sequência discursiva para análise 101	252
Sequência discursiva para análise 102	252

Sequência discursiva para análise 103	254
Sequência discursiva para análise 104	255
Sequência discursiva para análise 105	255
Sequência discursiva para análise 106	257
Sequência discursiva para análise 107	258
Sequência discursiva para análise 108	259
Sequência discursiva para análise 109	260
Sequência discursiva para análise 110	262
Sequência discursiva para análise 111	263
Sequência discursiva para análise 112	264
Sequência discursiva para análise 113	266
Sequência discursiva para análise 114	267
Sequência discursiva para análise 115	270
Sequência discursiva para análise 116	271
Sequência discursiva para análise 117	272
Sequência discursiva para análise 118	273
Sequência discursiva para análise 119	273
Sequência discursiva para análise 120	274
Sequência discursiva para análise 121	275
Sequência discursiva para análise 122	276
Sequência discursiva para análise 123	277
Sequência discursiva para análise 124	278
Sequência discursiva para análise 125	278
Sequência discursiva para análise 126	280
Sequência discursiva para análise 127	280
Sequência discursiva para análise 128	281
Sequência discursiva para análise 129	282
Sequência discursiva para análise 130	283
Sequência discursiva para análise 131	283
Sequência discursiva para análise 132	283
Sequência discursiva para análise 133	284
Sequência discursiva para análise 134	286
Sequência discursiva para análise 135	286
Sequência discursiva para análise 136	288
Sequência discursiva para análise 137	291
Sequência discursiva para análise 138	291
Sequência discursiva para análise 139	292
Sequência discursiva para análise 140	294
Sequência discursiva para análise 141	295
Sequência discursiva para análise 142	296
Sequência discursiva para análise 143	297
Sequência discursiva para análise 144	298
Sequência discursiva para análise 145	299
Sequência discursiva para análise 146	301
Sequência discursiva para análise 147	302
Sequência discursiva para análise 148	303
Sequência discursiva para análise 149	305

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AD	Análise do Discurso
CP	Condições de produção
FD	Formação Discursiva
FI	Formação Ideológica
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Renováveis
IDESP	Instituto de Desenvolvimento Social e Pesquisa
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
IPAM	Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia
IPAR	Instituto Pastoral Regional

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	19
1	PELA TEORIA DO DISCURSO O ESTUDO DA IDENTIDADE	
	PARAENSE	26
1.1	DA MOTIVAÇÃO ESTRUTURALISTA AO APARECIMENTO DO	
	SUJEITO DIVIDIDO	26
1.2	FOUCAULT: O DISCURSO DO SABER OU O JOGO DA CONSTRUÇÃO	
	DE SABERES E PRÁTICAS DISCURSIVAS	37
1.2.1	Pela dispersão: o acontecimento, o enunciado e sua descrição, a formação	
	discursiva, a raridade/ a exterioridade/ o acúmulo e a enunciação na	
	história	38
1.2.1.1	O acontecimento.....	39
1.2.1.2	O enunciado.....	43
1.2.1.3	A formação discursiva	49
1.2.1.4	A raridade, a exterioridade e o acúmulo	52
1.2.1.5	A função enunciativa	54
2	DA DISPOSIÇÃO DO LUGAR AO OBJETO DA PESQUISA	56
2.1	PARÁ: ESPAÇOS POR ENTRE LUGARES	57
2.2	PELO DISCURSO: A CONSTRUÇÃO DE UM <i>CORPUS</i> CHAMADO	
	“PARÁ”	66
2.2.1	Notas metodológicas para análise dos enunciados/acontecimentos do	
	“Pará”	72
3	A ENUNCIÇÃO HISTORIOGRÁFICA	78
3.1	“NOTÍCIAS” HISTÓRICAS PRODUZINDO IDENTIDADES	79
4	O CENTRO-PERIFERIA: A CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE	
	CULTURAL	96
4.1	CIVILIZAÇÃO E CULTURA: POR ONDE SE INSCREVEM AS PRÁTICAS	97
4.2	CULTURA E IDENTIDADE: POR ONDE SE PRODUZEM SENTIDOS	107
5	MÍDIA E PODER: REGULAÇÃO DE IDENTIDADES	118
5.1	MÍDIA: ENTRE A “IDENTIDADE – PRODUTO” E A DIVERSIDADE DAS	
	PRÁTICAS	119
5.1.1	O jornal impresso: “produto” de muitas mãos	131
5.2	DISCURSO JORNALÍSTICO: “PRODUTO” INFORMATIVO- OPINATIVO	
	DA “REALIDADE” ?	134
6	A PRODUÇÃO DE IDENTIDADE PELA REITERAÇÃO DE SENTI-	
	DOS	156
6.1	O EIXO TEMÁTICO DA VIOLÊNCIA	157
6.1.1	O caso Dorothy Stang: o estrangeiro protegendo os expropriados,	
	retirados de si mesmos?	157
6.1.2	Crianças brincando com carvão e trabalhadores animais?	200
6.2	O EIXO TEMÁTICO DO MEIO AMBIENTE	226
6.2.1	A mata virou lenha ou madeira exportação: de quem tinha a guarda?	226

6.3	EIXO DOS SABERES CULTURAIS, ARTÍSTICOS E CIENTÍFICOS	250
6.3.1	Círio de Nazaré: entre o simbólico/pitoresco produzindo um sentido de unidade	251
7	A PRODUÇÃO DE IDENTIDADE PELA DISPERSÃO/APAGAMENTO DE SENTIDOS	269
7.1	O EIXO TEMÁTICO DOS SABERES CULTURAIS, ARTÍSTICOS E CIENTÍFICOS	269
7.1.1	Turismo, Arte e Ciência: um roteiro distante colocado a parte	269
7.1.2	O índio virou “mata” ou um grito de silêncio	299
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	307
	REFERÊNCIAS	319

INTRODUÇÃO

A opção por um tema que busca investigar um discurso acerca da cultura nortista, mais precisamente do estado do Pará/Brasil, vem motivada por interesses de ordem pessoal, que não se encontram, no entanto, desvinculados de preocupações acadêmicas. Por vivermos num estado do Brasil que parece não se mostrar com maior visibilidade na mídia nacional, mais distanciado das principais decisões políticas e culturais, bem como das produções acadêmicas de maior visibilidade, talvez desenvolvamos a necessidade de compreender de modo mais aprofundado este processo de desconhecimento/silenciamento da realidade do estado.

Muito nos chamou a atenção, em nossas viagens acadêmicas para eventos e cursos, enunciados de sujeitos históricos/ideológicos de outras regiões do país, mais particularmente do sudeste brasileiro, acerca do estado do Pará. Nesses enunciados, observávamos uma visão de grande modo fragmentada da realidade por nós vivenciada. Um modo de dizer a realidade paraense que mostrava não expressar a diversidade por nós experienciada e que, além disso, ao negar as diferenças silenciando a diversidade, acabava por diminuí-la. Em tais enunciados parece se expressar um etnocentrismo o qual pensamos ser construído historicamente.

Afinal haveria diferenças no modo de dizer uma realidade para aqueles que a vivenciam e para outros que a ela têm acesso por meio da linguagem veiculada pela mídia televisiva ou impressa, por exemplo? Mesmo entre aqueles que comungam da vivência de uma dada realidade, a maneira de vê-la, compreendê-la e dizê-la dependeria da posição socioeconômica, histórica e política daquele que a vê, a compreende e a diz. Por meio de tais fatores, parece se pensar e se elaborar uma linguagem acerca de uma realidade. Quando, então, do distanciamento espacial de um dado espaço geográfico muito mais os meios que veiculam a informação parecem interferir no modo como se vê, se compreende e se diz uma realidade.

Viria do modo como a mídia elabora o discurso acerca do estado do Pará a maneira fragmentada, homogênea e até mesmo com uma superioridade de certo modo etnocêntrica e preconceituosa como os sujeitos histórico-ideológicos de outras regiões, particularmente dos estados mais economicamente desenvolvidos, e assim maiores difusores da informação midiática, no caso São Paulo e Rio de Janeiro, parecem falar sobre o estado do Pará? E, desse modo, produzir de maneira mais enfática um sentido de identidade sobre o estado ou precisamente sobre aqueles que vivem no estado, os que são chamados de paraenses?

Não é nosso interesse investigar a influência da mídia sobre a construção da representação por parte dos sujeitos históricos do sudeste brasileiro (delimitadamente os estados referidos). Mas, para chegarmos a uma possível resposta para esta provável influência do discurso jornalístico sobre a construção dessa representação, interessa-nos verificar o modo como se fala, bem como o que mais e menos se fala a respeito do estado do Pará, por meio de reportagens e notícias ou outros gêneros jornalísticos da mídia impressa de maior circulação nacional, no caso, o jornal escrito veiculado pela internet “Folha de S.Paulo”.

Pretendemos, então, estudar o discurso produzido e em circulação por esse veículo de informação sobre o estado do Pará. Ao estudarmos tal discurso, intentamos compreender qual sujeito histórico predomina nos discursos das notícias/reportagens a respeito do estado do Pará veiculados no jornal “Folha de S.Paulo”? Esta é outra questão também demandada por este estudo.

Buscar entender o modo como o jornal “Folha de S.Paulo” constrói os enunciados a respeito do estado do Pará nos fez recorrer a um referencial teórico que pudesse dar conta da noção de realidade, de discurso, de identidade, dos sujeitos que os constroem. Num país de proporções continentais como é o Brasil, os veículos de informação parecem exercer um papel fundamental na construção do imaginário nacional com suas diferenças e regularidades, daí a fundamental necessidade de se estudá-los sob diversas perspectivas.

A perspectiva linguístico-discursiva de se compreender aquilo que se veicula no jornal de maior representatividade na mídia nacional (localizado no estado de São Paulo) a respeito do estado do Pará tende a fomentar o debate em torno da importância da linguagem jornalística para a produção de sentidos de diferenças, desigualdades e proximidades em torno de identidades regionais, bem como de uma identidade nacional brasileira.

Ao discutir a identidade paraense produzida no discurso jornalístico da “Folha de S.Paulo”, este trabalho vem não somente contribuir para o entendimento do que seja identidade regional e nacional, mas também estudar o papel da mídia na construção de saberes sobre o estado do Pará. Os sentidos que produzem saberes no discurso jornalístico produzido no centro econômico e não coincidentemente político e cultural do país revelam as relações de poder subjacentes às diferenças regionais. Fomentar o debate acerca do poder do discurso da mídia impressa enquanto vigoroso instrumento do preconceito regional mostra-se como o objetivo mais delimitado desta pesquisa.

Esta tese tem como objeto central o discurso do “outro” e é fundamentada na Análise do Discurso de linha francesa. Como nos faz lembrar Gregolin (2004a, p. 191): “Há uma

generalização no adjetivo ‘francesa’, pois entre os anos 1960 e 1980, na França, havia vários teóricos analisando ‘discursos’ (Lévi-Strauss, Dumézil, Todorov, Barthes, Greimas, etc.) a partir de pressupostos distintos”. Desse modo, considerando as diversas tendências que passaram a ter no discurso o objeto de investigação, a empreitada teórica desenvolvida por Foucault e Pêcheux (tendo base na obra de Althusser) demonstra melhor atender às questões demandadas por esta pesquisa.

O trabalho desses pensadores por estabelecer uma intrínseca relação entre a linguagem e os processos sócio-históricos de construção de sentido, bem como a tensa relação entre a reprodução social e a resistência do indivíduo na construção de sua identidade (como adiante iremos melhor compreender) faz-se um produtivo lugar teórico para se investigar as questões que se colocam demandadas neste estudo. Assim, acerca da Análise do Discurso representada no estudo destes teóricos, reconhece Gregolin (2004a, p. 192-193) “uma relação tensa [...] entre uma teoria da língua (Saussure), uma teoria da história (Marx), uma teoria do sujeito (Freud) que vai concretizar-se a partir de releituras feitas por Althusser, Lacan, Pêcheux, Foucault.”

Outros autores, por travarem diálogos mais ou menos pontuais com a AD francesa apresentada, trazem sua contribuição para as questões levantadas nesta pesquisa. Boaventura Santos (2008), por exemplo, discute a noção de sujeito/subjetividade. Este autor traz ainda o debate, a partir do foco na pós-modernidade, da relação entre o local e o global, ou seja, uma discussão que implica as noções foucaultianas de poder e resistência. Hall (2006) é outro estudioso que vem colocar sua reflexão acerca do descentramento do sujeito pelo fato de este ficar mais ou menos à deriva das possibilidades da língua estabelecidas socialmente.

Ao indagarmos em que posição o sujeito se encontra no jogo de relações de poder, este poderá assumir determinadas identidades diante de si e do outro mais ou menos distante. O estudo da identidade atravessando a ideia de diferenças e unidade na pós-modernidade percorre a obra de Hall (2006). Para refletirmos acerca de identidades circulantes de modo mais ou menos assemelhado relativo ao estado do Pará, buscamos Wolff (2004).

Importante também para a discussão proposta nesta tese é a obra de Bauman (2001, 2005), olhando na perspectiva da movência e da fluidez das culturas atuais, marcadas pela transformação das individualidades em “produto” de consumo.

Pensando ainda ser a identidade não uma produção instantânea do presente, mas resultante de um passado marcado no presente, portanto fazendo-se traço de uma memória historicamente constituída, buscamos ainda em Le Goff (2003) um outro ponto de apoio.

Quando se diz haver uma cultura, subjacente a isso se tem a noção de unidade, esta produtora de uma identidade. Assim de modo mais inter-relacionado Castells (2006) deflaga a relação entre identidade e cultura, mostrando-se basilar para o debate vislumbrado. Para recorrermos à memória historiográfica acerca do estado do Pará, buscamos os trabalhos de Bezerra Neto e Souza Júnior (1999), Fontes (2002) e Ricci (2010).

Corroborando para a construção de um conceito do que seria lugar e sua relação com o de espaço, temos Certeau (2005). Pautados na inter-relação que esse estudioso da história faz entre esses conceitos, podemos elaborar um debate acerca do estado do Pará na compreensão de suas especificidades, bem como de sua relação com outros estados, mais especificamente o dos sujeitos enunciativos do jornal “Folha de S.Paulo”. Desse modo, haveria um lugar, um “locus” vivenciado por aqueles que estão no cotidiano do estado e um espaço, imaginariamente representado pela mídia, no discurso do outro? Canclini (2008) aponta para o questionamento entre aquilo que poderá ou não ser encarado como fazendo parte de uma cultura local, considerando os atuais movimentos de globalização/desterritorialização.

Buscamos referenciais teóricos para fazermos o estudo acerca do discurso, dos sujeitos históricos, da realidade, da identidade, do local/espaço e da cultura, então, também faz-se indispensável referendarmos teoricamente nossa análise a respeito da mídia e seu importante poder na construção das identidades nacionais/regionais. Canclini (2008) também vem tratar do poder de editoração da mídia, ou seja, acerca daquilo que se diz e, portanto, faz construir imagens a respeito de uma dada realidade.

Filtro integrador das distâncias, a mídia é agente manipulador de interesses, promotora de regularidades, repetições, como também instigadora de resistências. Martin-Barbero (2009) aborda a mídia nesse prisma, considerando os novos contextos tecnológicos da atualidade, pensando-a não somente como meio, mas como complexo modo de manipulação do discurso. Reflete ainda este estudioso da comunicação acerca dos diferentes níveis de inserção e poder que apresenta a mídia, conforme as variantes sociais em que se realiza. Ainda o trabalho de Barbosa (2004) colaborou para situarmos a produção do discurso do *corpus* desta tese no processo da prática discursiva jornalística.

Na seleção do *corpus* para a análise do discurso, levamos em consideração a perspectiva temporal. Embora as noções conceituais a serem analisadas no discurso independam de se estabelecer uma relatividade deste com um anterior ou posterior, a compreensão da repetição e da dispersão de uma dada temática pode apontar para a construção de uma determinada identidade sobre o estado do Pará.

Iniciamos a metodologia de coleta e seleção do *corpus* a partir de uma pesquisa piloto com os dois maiores jornais do estado de São Paulo e Rio de Janeiro, notando-se a reincidência temática nos jornais cariocas em relação aos paulistas e considerando-se a maior inserção nacional do jornal “Folha de S.Paulo”, optamos por analisar somente os textos deste jornal. A partir do jornal constituímos nosso *corpus* de análise. Este estudo será apresentado num texto dividido em nove partes: introdução e conclusão e sete seções.

A primeira seção divide-se em duas unidades. Na primeira, verificamos a constituição histórica da Análise do Discurso Francesa, observando sua inscrição no estruturalismo proposto por Saussure, a partir da contribuição de Dubois e principalmente de Pêcheux. A partir do trabalho deste, destacamos a noção de sujeito, e assim do acontecimento, como contribuições centrais para a teoria do discurso.

Na segunda unidade evidenciamos as contribuições da obra de Foucault para os estudos discursivos em Linguística. Dar-se-á ênfase para a relação intrínseca entre a linguagem e a história na produção do discurso. Nesse sentido ressaltaremos, numa subunidade, a noção de dispersão como fundamental para uma compreensão teórico-metodológica para a produção do discurso.

Portanto, na primeira seção, acabamos por elucidar os pontos de dissidência/confluência da obra de Pêcheux com o ponto de vista evidenciado em Foucault. Desse modo, mais do que o entendimento do discurso enquanto um acontecimento, (aparecendo inicialmente, na obra de Pêcheux, estritamente vinculado ao linguístico) em Foucault o discurso vem aparecer, já desde o início de suas formulações teóricas, como uma prática construindo saberes, resultando em tensas relações de poder que demandam reproduções e resistências.

A segunda seção divide-se também em duas unidades. Na primeira, evidenciamos o lugar de referência pelo qual se constitui o discurso objeto desta tese. Apresentamos referências espaciais, econômicas e sociais a respeito do estado do Pará, ilustrando-se a divisão regional deste estado da região Norte do Brasil, ressaltando-se as características, semelhanças e diferenças de cada mesorregião paraense.

Na segunda unidade, apresentamos o modo como construímos o *corpus* teórico-metodológico desta tese, a partir do lugar de referência ressaltado. Daí, esclarecemos numa subunidade, a metodologia de descrição e interpretação dos enunciados verbais e semiológicos constituintes do *corpus*, delimitando-se como possibilidade analítica do discurso as relações intra-discursivas e interdiscursivas.

A terceira seção é constituída somente de uma unidade. Evidenciamos a enunciação historiográfica pela sua relação com o discurso midiático, pelo fato daquele modo enunciativo trazer para o presente o passado. Daí, denominamos tal enunciação de “notícias” históricas, dada a relação entre o discurso da história e o discurso da mídia jornalística. Então, na única unidade desta seção, a partir de textos historiográficos procuramos acessar enunciados de um passado histórico como indicativo de sentidos do presente a respeito da identidade paraense.

Dessa maneira, nas duas perspectivas não haveria uma temporalidade causal entre o presente e o passado. Assim, tanto na História quanto na Mídia impressa, o passado não estaria na origem do presente, mas se inscreveria na atualidade, provocando acontecimentos de um presente. Portanto, os enunciados seriam notícias de “uma história que se pauta pelas múltiplas causalidades imbricadas e por uma teoria das diferentes temporalidades sociais” (NAVARRO-BARBOSA, 2004b, p. 100).

A quarta seção apresenta duas unidades. Na primeira, considerando a construção de uma identidade regional na relação com outras. Fez-se importante entender também o jogo de poder entre elas. Assim, verificamos a posição centro-periferia, construída historicamente entre a região Sudeste, mais detidamente o “eixo” Rio - São Paulo, e Norte do Brasil, particularmente o estado do Pará. A partir desses espaços de delimitação de poder, em que subjazem valores de superioridade e inferioridade, buscamos debater as noções de “civilização” e “barbárie” implicadas no debate acerca da cultura nacional e regional.

Na segunda unidade, fomos buscar a relação entre cultura e identidade. Seria pelas identidades que se constituiria a cultura. Nesse caso, na mobilidade das identidades, verificasse a constituição de uma cultura. Na relação entre o sujeito e o outro se produzem identidades e identificações. Então, pelas identidades chegam-se às culturas. Estas, em relações de poder, tendem a posicionarem-se hierarquicamente.

A quinta seção também apresenta duas unidades. Na primeira, estudamos, a partir da reflexão em torno da relação hierárquica entre os saberes, o jogo entre poderes, proposto por Foucault. Daí, localizamos a mídia como importante instituição da atualidade em que o poder atravessa os saberes. Nesta unidade, buscamos desnudar a mídia enquanto modo estratégico (por ser de grande esfera de alcance) pelo qual os sujeitos históricos, econômica e culturalmente proeminentes, buscam enfatizar seu ponto de vista, regulando a produção de identidades diante de um grande público. Numa subunidade, ressaltamos as peculiaridades do jornal, enquanto um certo tipo de “produto” no campo midiático, dada sua difusão.

Na segunda unidade, abordaremos o processo pelo qual se constitui o discurso jornalístico. Refletiremos acerca das características desse gênero textual, buscando localizar os procedimentos de regulação do discurso propostos por Foucault (2002) na prática discursiva jornalística. Enfatizaremos o papel central da editoração no estabelecimento da ordem discursiva jornalística. Nesse caso, trouxemos exemplos do *corpus* selecionado, buscando demonstrar o modo como se organiza a referida prática. Pelo trajeto editorial, embora se ressalte a imparcialidade do jornal, os sentidos intratextualmente parecem transitar entre o comentário e a opinião.

Finalmente, trabalhamos na sexta e sétima seções, a partir das manchetes e chamadas, de notícias/reportagens (principalmente) da “Folha de S.Paulo”, selecionando textos referentes às temáticas mais recorrentes, como também referentes às temáticas que se mostraram mais dispersas em sua ocorrência. Mostramos ser esse movimento índice de um referencial identitário a respeito do estado do Pará. As notícias/reportagens referendam tanto acontecimentos discursivos, por se tratarem de um único fato repetidamente abordado pela mídia ao longo de um dado período histórico, como também distintos acontecimentos, mas que se vinculam a uma mesma temática.

Na sexta seção, focamos-nos na análise dos textos caracterizados pela repetibilidade. Desse modo, destacamos três unidades de análise. A primeira aborda o Eixo Temático da Violência, delimitando duas temáticas: O conflito Agrário e o Trabalho Escravo e Infantil; a segunda analisa o Eixo Temático do Meio Ambiente, detendo-se no tema do Desmatamento e Queimadas; a terceira é circunscrita ao Eixo dos Saberes Culturais, Artísticos e Científicos, analisando o tema do Círio de Nazaré.

Na sétima e última seção, foram analisados os textos referentes à dispersão. Nesse caso, trabalhamos com o Eixo Temático dos Saberes Culturais, Artísticos e Científicos. O estudo foi feito em duas unidades. A primeira referente à temática do turismo, da produção artística popular e erudita e do conhecimento científico; a segunda referente à temática indígena.

Portanto, por meio da base teórica e metodológica da Análise do Discurso francesa, estudamos o modo como se constrói a representação da identidade paraense no jornal impresso “Folha de S.Paulo”. Na busca dessa constituição identitária, ressaltamos a disposição geográfica do estado do Pará, analisando algumas enunciações históricas a respeito desse espaço, e a partir daí verificarmos as ressonâncias de sentidos entre os enunciados historiográficos e jornalísticos. Então, considerando-se a regularidade e a dispersão

enunciativa, foi no discurso da mídia jornalística impressa, como forte veículo de instituição de poder nas sociedades atuais, que focamos a análise da identidade paraense.

1 PELA TEORIA DO DISCURSO O ESTUDO DA IDENTIDADE PARAENSE

Para realizarmos a análise do discurso em circulação no jornal “Folha de S.Paulo” sobre o estado do Pará, ou ainda, na busca de se verificar a identidade paraense construída pelo citado discurso, devemos mobilizar conceitos da Análise do Discurso francesa (doravante AD) que, construídos historicamente ao longo do processo de rupturas e retomadas de constituição dessa disciplina, possam dar conta de nosso objeto de estudo.

Desse modo, primeiramente recorreremos a conceitos teórico-metodológicos pertinentes à obra de Pêcheux, aqui identificado com a fundação da AD, em seu caminhar teórico que vai, paulatinamente, de uma ótica mais estabilizada para uma compreensão mais movente e atual do discurso. Em seguida buscamos a obra de Foucault, a qual priorizaremos, pelo fato de não se ausentar de uma produção teórico-metodológica que desde o início já fomentava o debate em torno do discurso em sua plenitude.

Ao mobilizar áreas de múltiplos interesses, Foucault partiria não de um campo epistemológico mais ou menos específico para buscar, nos outros, a compreensão daquele que a ele poderia apresentar um destaque, mas sim acionava de modo simultâneo os sentidos moventes em distintos campos do saber. Os discursos analisados acerca do estado do Pará materializados no jornal “Folha de S.Paulo” deverão ter, tanto na obra de Pêcheux e ainda mais pertinentemente em Foucault, como também em outras matrizes teóricas acionadas, um espaço produtivo de descortinamento de sentidos.

1.1 DA MOTIVAÇÃO ESTRUTURALISTA AO APARECIMENTO DO SUJEITO DIVIDIDO

Entre muitas histórias que se podem contar da AD, mais detidamente de sua relação de filiação com a Linguística, trazemos para reflexão o olhar de Malidier (1997), Gregolin (2004a, 2009) e Henry, P; Pêcheux, M; Haroche, C (2007). Nesses autores destacaremos os pontos de confluência e rupturas entre o estruturalismo e a AD.

Malidier (1997, p. 15), ao pinçar na Linguística e no Materialismo a história da AD, vem trazer o nome de dois estudiosos respectivamente vinculados à Linguística e à Filosofia, quais sejam Dubois e Pêcheux. Esses, pautados sob o mesmo horizonte, manifestaram distintas posições relativas à teoria do discurso.

Em Dubois, a AD seria uma continuidade do estudo lexicológico para a abordagem do enunciado. Assim sairia de um estruturalismo estrito para um integracionismo linguístico.

Esse autor, ao propor o estudo do discurso, não sai da própria Linguística. Já para o filósofo Pêcheux, a AD aparecerá como um processo de ruptura epistemológica atravessando as ciências humanas.

Privilegiaremos a abordagem da AD trazida por Pêcheux numa terceira fase de sua obra¹, pelo fato de proporcionar o estudo do discurso em sua complexa dimensão linguística, histórica e psicanalítica² e, portanto, por inserir o debate em torno do sujeito, até então, aparentemente distanciado das descrições estruturais. Na perspectiva de Pêcheux, o sujeito será questionado como fonte daquilo que diz, condicionado pela ideologia dominante.

Considerando-se o aspecto ideológico atravessando o linguístico, indaga-se se a língua seria afinal estrutura ou acontecimento? A resposta para a indagação quanto ao fato do discurso pertencer à ordem da estrutura ou do acontecimento logo aponta para a heterogeneidade enquanto constitutiva do discurso. “Há, em todo discurso, um jogo entre a historicidade e a materialidade, entre a descontinuidade do histórico e a regularidade da linguagem” (GREGOLIN, 2009, p. 47).

A produção dos sentidos discursivos se desenha no tensionamento entre a dispersão do acontecimento e a regularidade da materialidade estrutural da língua. Desse modo, deve-se pensar sempre no outro como horizonte analítico para a AD. Então, o interdiscurso e o intradiscurso (a serem estudados na segunda seção) se constituiriam na passagem de uma a outra estrutura, de um a outro acontecimento.

Não separadamente, mas simultaneamente, o discurso se faz materialidade e historicidade, estrutura e acontecimento. Mas até onde estaria o discurso em relação à estrutura e ao acontecimento. Sobre a tendência em se assombrar o acontecimento pela estrutura, nos vem dizer o teórico em destaque: “O gesto que consiste em inscrever tal discurso dado em tal série, a incorporá-lo a um ‘corpus’, corre sempre o risco de absorver o acontecimento desse discurso na estrutura da série [...] desembocaria em um apagamento do acontecimento (PÊCHEUX, 2002, p. 56)”. Nesse caso, o acontecimento seria neutralizado,

¹ Segundo Pêcheux (A análise do discurso: três épocas (1983) in: GADET, F.; HACK, T. **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Unicamp, 1995, p. 311-319.), a AD passou por três épocas. A primeira marcada por se entender a língua como a imanente base pela qual se chegaria ao discurso. A segunda, “quando se inicia o movimento em direção à heterogeneidade, ao Outro, a problematização metodológica [...] um período de polêmicas, reajustes” (GREGOLIN, 2004b, p. 62). A terceira época caracteriza-se pela proximidade na tensa relação entre Pêcheux e Foucault, assim pelo debate do discurso estrutura/acontecimento.

² Pelo esquecimento nº 1 o sujeito deixa de dizer algo sem nem estar conscientemente percebendo aquilo que lhe impede de enunciá-lo. Desse modo, o significado do que se diz está no campo daquilo que jamais se iria dizer. O esquecimento nº 2 caracteriza-se pela seleção de enunciados por parte do sujeito no interior da formação discursiva que o domina. Isto também seria uma forma de assujeitamento (PÊCHEUX, 1997, p. 171).

pelo fato de se destacar a preocupação de inseri-lo numa estrutura discursiva, fazê-lo parte de uma série.

No caso do *corpus* que analisaremos da mídia jornalística da “Folha de S.Paulo”, isso pode ser verificado quando diante de uma série de enunciados, tais como ‘Queimada em município paraense de São Félix do Xingu’³ (Folha de S. Paulo, 14 de março de 2005) e ‘Policiais Federal e Militar, Força Nacional de Segurança e Ibama põem 800 homens para combater desmatamento na região’ (Folha de S. Paulo, 26 de fevereiro de 2008), realçamos os temas e os inserimos no eixo temático do meio ambiente, sem privilegiarmos na análise o acontecimento singular relativo a cada um dos enunciados.

Mesmo que as duas manchetes destacadas enunciem a respeito do desmatamento, cada uma relaciona-se a um episódio que poderá provocar um acontecimento discursivo. Restringir o acontecimento à estrutura é subtraí-lo de sua unicidade de sentido, produtora de diferenças; é enquadrá-lo numa previsibilidade que lhe neutraliza, podendo lhe conduzir ao apagamento.

O acontecimento está na estrutura e esta está naquele. Assim, o sujeito joga nas regras estabelecidas na língua, mas também joga com elas, produzindo acontecimento. Há o fazer discursivo intrínseco ao próprio uso da estrutura linguística. Comentando a presença intrínseca do discursivo na estrutura, constatada por Pêcheux, nos diz Gregolin (2009, p. 49): “A própria estrutura da língua é o lugar onde se produz a possibilidade do deslocamento e do equívoco” (GREGOLIN, 2009, p. 49). Esta constatação de Pêcheux vem ser hoje reconhecida como um viés de leitura feita da inovadora, por isto fundadora, obra de Saussure.

No entanto, a ausência da reflexão em torno dessa ótica de leitura da teoria saussuriana por parte dos analistas do discurso “deixou na sombra a grande inovação de Saussure, a descoberta do real da língua- o fato de que o equívoco é um fato estrutural e, por isso, contém a possibilidade dos deslizamentos [...] a fronteira que separa o linguístico e o discursivo seja constantemente recolocada em causa” (GREGOLIN, 2006a, p. 38).

Conceber na estrutura da língua “possibilidades” de sentido traz para o estruturalismo o embrião de uma perspectiva discursiva. Os estudos de Saussure apontam, mesmo que não se detenham, para uma ótica que percebe a incompletude constituindo o sentido. Essa percepção se mostrou como central na obra teórica desenvolvida por Foucault. Para este autor, a necessidade de completude se deve ao reflexo da modernidade de hoje, marcando o período atual (idade da Interpretação), caracterizando-se pela historicização da cultura ocidental.

³ Todas as vezes que nos referirmos a alguma palavra ou expressão linguística do *corpus* em análise, utilizaremos aspas simples. As aspas duplas serão utilizadas para as citações diretas e no caso da análise, quando pretendermos enfatizar algum termo ou apontar o não compartilhamento do sujeito autor em relação ao sentido produzido.

Do mesmo modo que se compreendia separadamente a estrutura e o acontecimento, também, num primeiro momento da AD, a descrição se realçava à interpretação, justamente porque os teóricos estruturalistas desse período, ao entenderem que todo fato já seria uma interpretação, detinham-se nesse, em sua estrutura imanente.

A descrição e a interpretação, que antes eram vistas como etapas seriais e estanques da metodologia da AD, passaram a ser encaradas como aquilo que se chamará de *batimento*, ou seja, ao mesmo tempo se descreve e interpreta o discurso:

Uma descrição [...] não é uma apreensão fenomenológica ou hermenêutica na qual descrever se torna indiscernível de interpretar: essa concepção da descrição supõe ao contrário um reconhecimento de um real específico sobre o qual ela se instala: o real da língua (PÊCHEUX, 2002, p. 50).

Nos implícitos, nas elipses, enfim, nas diversas formas marcadas na materialidade discursiva, implica-se o histórico. Se o que é na língua está sempre posto a um deslizamento, assim “todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro” (PÊCHEUX, 2002, p. 53), descrever então uma unidade é contemplar o seu outro.

Assim, dado o fato de um enunciado estar em outro como numa relação metonímica, descrevê-lo ou uma série deles é buscar neles não aquilo que lhe seria estanque, mas pontos em movimento a serem interpretados. Nesse esforço do delineamento de si, para descortinar-se o outro, realiza-se a metodologia da AD.

A AD não é nem uma Linguística Aplicada, nem uma disciplina “encaixada comportadamente” na Linguística. Aparece sim como um novo objeto e uma nova teoria emergida no limite entre o linguístico e o marxismo, atravessada por preocupações psicanalíticas referentes ao sujeito. Então, na AD, “o objeto discurso é pensado ao mesmo tempo que o dispositivo construído para análise” (MALDIDIER, 1997, p. 20). Daí Pêcheux definiu discurso relacionando as condições deste ao seu processo de produção. Para ele, tanto as condições de produção, ou seja, as variantes envolvidas no discurso, quanto o próprio fazer discursivo são determinados pela história e apreendidos por ela.

Para Pêcheux, a AD não se faz como uma disciplina suplantando o estruturalismo, mas inscreve-se neste panorâmico movimento teórico. Sobre a relação entre a AD e o estruturalismo, nos lembra Gregolin (2004a, p. 31), trazendo o ponto de vista de Pêcheux, para o qual “esse relacionamento foi eivado daquilo que ele denomina como *diásporas e reunificações* do pensamento estrutural”.

Desde sua primeira época, a AD incorporou duas noções fundamentais de Saussure. A primeira noção refere-se ao deslocamento da idéia da língua enquanto função para funcionamento. Isto porque os modelos em voga nos estudos da linguagem antes mostravam-se centrados na perspectiva fenomenológica e classificatória das unidades textuais/gramaticais. Sob este prisma, ou se percebia a linguagem como unidade apreendida em isolamento ou apenas como espelho/reflexo dos fenômenos do mundo.

Foi pelo deslocamento da ideia da língua de função para funcionamento que se estabeleceu o corte epistemológico saussuriano, fundador da ciência linguística, daí, segundo Pêcheux, fundamental para a AD. Neste caso, o que marca a visão da teoria estruturalista diz respeito mais diretamente à ruptura saussuriana com a visão até então proeminente dos estudos da linguagem, “a distinção entre, por um lado, aquilo que concerne à oposição valor-significação” (HENRY; PÊCHEUX; HAROCHE; 2007, p. 15).

A diferença pautaria a compreensão e descrição estruturalista. Essa é uma perspectiva estrutural que se mostra base para a abordagem discursiva pecheutiana e foucaultiana. O princípio da subordinação da significação ao valor pode ser considerado como o centro da ruptura saussuriana. Assim, é a partir da relação que se chega às interpretações fonológicas, morfológicas e sintáticas de qualquer língua. A busca não seria pelo que “cada parte significa, mas quais são as regras que tornam possível qualquer parte” (PÊCHEUX, 1997, p. 62).

A segunda noção desenvolvida por Saussure, apreendida pela AD, foi a consideração da língua como instituição social. A língua, “portanto, não é a mera expressão do pensamento de um sujeito, nem um simples instrumento de comunicação” (GREGOLIN, 2009, p. 43). Também a língua é uma instituição de cunho social e político, tal como outras, diferenciando-se das demais por seu caráter semiológico.

Pela ênfase dada ao funcionamento e ao aspecto social do sistema linguístico, Saussure motivou teorizações aos analistas do discurso. No entanto, ao operar a dicotomia língua e fala em torno da linguagem, detendo-se no primeiro conceito, deixou em suspenso as preocupações linguísticas em relação à discursividade. Isso para garantir a autonomia de um novo saber epistemologicamente constituído.

Ainda que assumindo a filiação saussuriana, daí atentando para o linguístico, mas tendo de se ocupar do objeto discurso, Pêcheux recorreu a conceitos exteriores à Linguística “a fim de entender a língua como base para processos discursivos ligados a condições de produção sócio-históricas” (GREGOLIN, 2009, p. 43). Esse autor propôs um campo buscando analisar o linguístico articulado às práticas sociais e políticas para construir uma

teoria constitutiva do sujeito, comprometida não com uma subjetividade individualizante, mas com uma posição, uma perspectiva que se faz na cena sociopolítica.

Portanto, tendo em conta a questão do sujeito, é importante registrarmos que as semelhanças e diferenças entre o estruturalismo e a AD se fazem num movimento paradoxal. A ausência ou a concepção do sujeito uno, apontada como ponto maior de distância da Linguística estrutural com a AD, pode ser superada a partir da noção de valor linguístico em Saussure. No valor estaria a presença do outro, do diferente, então, do próprio sujeito dividido constituindo o linguístico. Desse modo, na gênese da ideia de língua em Saussure já estaria presente uma noção bastante produtiva para a AD: o sujeito.

Na obra de Pêcheux, o conceito de sujeito caminha daquele que, embora não positivista, ainda aparece centrado, marcadamente incrustado na ideologia, para o que se configura tanto pelo inconsciente quanto histórico-socialmente pelo acontecimento. Assim, aproxima-se da noção foucaultiana. Para atender ao propósito de nossa pesquisa, nos deteremos nesse último momento, passando brevemente pelos dois anteriores.

Na primeira fase pecheutiana com forte influência de Althusser,⁴ o sujeito do discurso seria constituído por toda uma estrutura de aparelhos mediadores da ideologia dominante. Tais aparelhos operariam a formação ideológica. Considera-se “formação discursiva aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada, determinado pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito” (PÊCHEUX, 1997, p. 160). Seriam as formações discursivas que distribuiriam sentidos às palavras e expressões na materialidade linguística.

Nesse sentido, o interdiscurso é o modo como o real determina o sujeito, um efeito-sujeito que se nutre na convicção da autonomia relativa a uma exterioridade que é encarada como distante, mas se faz forte por uma estratégia de mascaramento. Ao identificar-se com a formação discursiva que o domina, o indivíduo se faz interpelar em sujeito daquilo que diz, esquecendo-se de que ao falar representaria o dizer do discurso dominante.

O discurso da classe dominante chega até os sujeitos discursivos por meio dos aparelhos ideológicos de Estado. Estes não são “máquinas ideológicas que reproduzem pura e simplesmente as relações de produção existentes [...] constituem, simultânea e contraditoriamente, o lugar e as condições ideológicas da transformação das relações de produção (PÊCHEUX, 1997, p. 145)”. Dessa maneira, os aparelhos ideológicos de Estado se

⁴ Althusser teve fundamental importância na construção teórica da obra de Pêcheux. Foi a partir da leitura althusseriana de Marx que Pêcheux buscou as fundamentações principais para a elaboração de uma teoria do discurso. Assim, na teoria do discurso pecheutiana estará “entranhada a ideia de política” (GREGOLIN, 2004b, p. 60).

constituem no lugar em que os discursos se proliferam, em que a ideologia dominante acontece e se transforma. Então, numa segunda fase da obra de Pêcheux, já se verifica o prenúncio de uma concepção heterogênea dos aparelhos ideológicos e, por conseguinte, do sujeito.

É pelo fato de haver uma diversidade de aparelhos ideológicos de Estado que cada um contribui de modo diferenciado “para a reprodução/transformação das relações de produção” (PÊCHEUX, 1997, p. 145). Nessa concepção de Pêcheux, a mídia (tal como a família e a escola) em suas distintas modalidades se constituiria como um modo de aparelhamento em que a luta de classes se realizaria. Assim, nela o discurso se reproduziria/transformaria⁵.

Trazendo a concepção de sujeito referente à terceira fase de sua obra, Pêcheux questiona a concepção de que a forma-sujeito não deverá nunca estar dissociada tanto da interpelação quanto de uma identificação e de uma produção de sentido. Isto abre retificações em torno da concepção presente em *Les Vérités de la Palice* (1977) de que o processo de identificação do sujeito bem como o modo segundo o qual atribui sentido às palavras é condicionado pela ideologia dominante. Desse modo, o sujeito não seria “assujeitado por uma interpelação bem sucedida, a assujeitamentos acabados” (GREGOLIN, 2004a, p. 139). Haveria para Pêcheux um *non-sens* do inconsciente, lugar em que a interpelação ideológica não chegaria.

Aquilo que parecia não caber no dito, apesar de não ser esperado na “voz” daquele sujeito, mas que viria à tona no seu discurso, não estaria assim num lugar escondido, vigiado pelo sujeito-centro-sentido, escolhendo o momento de se manifestar, “porque o tempo da produção e o do produto não são sucessivos [...] mas estão inscritos na simultaneidade de um batimento, de uma ‘pulsção’ pela qual o *non-sens* inconsciente não pára de voltar no sujeito e no sentido que nele pretende se instalar” (PÊCHEUX, 1997, p. 300).

Não se concebe o tempo de se produzir o dito e de se dizê-lo, isto se faria numa simultaneidade. O sentido do que o sujeito diz está naquilo que se deixou de dizer ou mesmo naquilo que parece não ter sentido, talvez porque isto apresente um sentido muito mais vigoroso para aquele que diz. Nesse *non-sens*, o sujeito ultrapassaria o condicionamento do outro. Os sentidos, renegados por uma consciência vigilante, fazem-se vez por outra expressos nas palavras de um sujeito que se constitui simultaneamente entre uma reprodução e uma rebeldia.

⁵ Não se diz algo a partir do nada, existe um “pré-construído”, ou seja, um já dito que adentrando sorrateiramente, pelo complexo das formações ideológicas, no discurso do próprio sujeito, o faz assumir-se como autônomo em seu discurso. Além do “pré-construído”, aparece o processo de sustentação, que se refere ao modo como o sujeito se constitui, em que ele se sustenta ao articular-se com o sentido.

Embora o sujeito em sua aparente consciência identifique-se em alguns sentidos delimitados pelo outro, os traços do sentido interditado estarão ali presentes, até pelo fato de que o sentido de um significante se dá pelo processo metafórico: na incompletude constitutiva do significante, o sentido se faz ausência interditada que em lapsos retorna em presença pertinente.

A presença do “outro” evidenciado em Pêcheux o aproxima das concepções foucaultianas de sujeito dividido. No primeiro autor, o sujeito dividido se constitui num processo de rebeldia, de resistência a uma exploração do trabalho por um poder concentrado. Em Foucault, a resistência aparece em diversas ordens e níveis, pois “parte da idéia de ‘micro-poderes’ que não descartam o poder do Estado, mas o ultrapassam” (GREGOLIN, 2004a, p. 143).

Para Foucault, o sujeito é dividido entre forças conscientes e inconscientes. Entre essas se estabelecem relações de poder, atravessando nosso corpo e nossas atitudes. Mesmo nossos desejos mais inconscientes são conduzidos por relações de poder. Ao ressaltar as relações de poder sobre um poder concentrado, coloca-se “em jogo relações entre sujeitos e os discursos refletem os lugares desses sujeitos” (FERNANDES; ALVES JÚNIOR, 2009, p. 103).

Foucault pauta-se em suas obras⁶ na concepção de que não há subjetividade senão produzida pelo outro. A construção da subjetividade é indicada pelo próprio autor como preocupação central em sua obra. Segundo ele, ao longo da historicidade das culturas humanas o homem se soube sujeito conduzido por diferentes perspectivas.

Assim, num mesmo discurso poderá haver diversas posições-sujeito. Por diferentes relações de poder estabelecidas nas tramas sociais, as posições-sujeito podem historicamente se modificarem. Então, é partindo da “concepção de sujeito como posição que a teoria do discurso de Foucault pode chegar à relação entre os enunciados e a historicidade” (GREGOLIN, 2009, p. 43). O processo de subjetivação do sujeito é chamado de objetivação por Foucault. Nesse caso, os sujeitos fazem-se particularizados, únicos. Daí se verificam em seus discursos as marcas dessa singularidade.

Num primeiro momento da obra foucaultiana, produziu-se uma subjetividade do sujeito a partir dos saberes, do conhecimento, da ciência. A investigação voltava-se para a compreensão do modo como os distintos saberes construía o sujeito. Dessa maneira, para se reconhecer como o sujeito ‘louco’, o indivíduo, segundo Foucault, tem no saber dos médicos (que interpretam seu dizer) seu ponto de sustentação.

⁶ O saber dos médicos, a disciplina da prisão e a subjetividade historicizada do homem são temas que aparecem respectivamente em *História da Loucura, Vigiar e Punir e História da Sexualidade*.

Em *As palavras e as coisas*, Foucault, discutindo a linguagem, tematiza as ciências humanas, questionando “as condições epistemológicas que propiciaram o aparecimento desse campo do saber no qual o homem é objeto e sujeito, a partir do aparecimento de ciências que tratam da vida, da linguagem e do trabalho” (GREGOLIN, 2004b, p. 26). Nesse sentido, o modo como se construiu a relação entre a linguagem e o mundo, as palavras e as coisas, no decorrer da história da humanidade, irá apontar a maneira como o homem foi se constituindo, se colocando em relação à história do saber.

Primeiramente, o homem parecia não se perceber, marcado por ser continuidade do mundo, das coisas presas às palavras. Sobre isto nos diz Foucault (2007a, p. 23): “até o fim do século XVI, a semelhança desempenhou um papel construtor no saber da cultura ocidental [...] o mundo enrolava-se sobre si mesmo: a terra repetindo o céu [...]. A pintura imitava o espaço”. Semelhança que não promovia o afastamento, um saber implicado pelos sentidos. Tudo parecia estar inteiro, nada tinha incompletude, buscando completar-se no outro.

Em seguida o homem distingue-se do mundo, percebendo-se em sua separabilidade. O signo não traz a coisa por uma similitude, mas sim a representa. Então, “a profunda interdependência da linguagem e do mundo se acha desfeita. [...] As coisas e as palavras vão separar-se” (FOUCAULT, 2007a, p. 59). As coisas podem representar as outras, mas deixam de ser a semelhança, a imagem, o espelho das outras.

Após o período da representação, a linguagem aqui não é mais o mundo, nem se dividindo dele constitui sua representação. Mas, ao fazer representar as coisas, na aparente transparência se constrói ruptura “para espessar-se e receber um peso próprio” (FOUCAULT, 2007a, p. 389). Assim, pela linguagem se produz o discurso que é trânsito pelo qual se inscreve o sujeito e o mundo. Que homem é esse olhado pela ciência, que ciência é essa atravessada pelas subjetividades humanas?

Numa segunda fase da obra de Foucault, na qual nos deteremos nesta tese, ressalta-se a tensão entre o saber e o poder. O sujeito se produz diante de relações de poder pulverizadas na sociedade. Nesse sentido, há “práticas divergentes” que disciplinam as atitudes dos indivíduos. Têm-se um sujeito constituindo-se no embate dessas microrrelações de poder (GREGOLIN, 2004a, p. 55). O mesmo autor, ao refletir sob o modo como os presos são disciplinados ao longo da história, demonstra como o poder utiliza técnicas disciplinares do corpo e do espaço, buscando produzir sujeitos dóceis, aptos ao convívio social.

Finalmente, numa terceira fase da obra de Foucault, verificam-se tecnologias de subjetivação ocupadas em produzir uma autoimagem dos sujeitos. O sujeito se constitui não somente por aquilo que se inscreve na ciência ou nos exercícios de poder com o outro, mas a

partir daquilo que se lhe coloca como mais próximo, seu corpo, sua sexualidade. As atitudes mais íntimas do sujeito serão determinadas por aquilo que embora venha do exterior lhe parece mais próprio.

Nesse sentido, as sociedades atuais incutem determinadas necessidades indispensáveis aos sujeitos. A subjetividade se faz construída por uma série de dispositivos

[...] colocados em prática de agenciamentos (tecnologias do eu, dentre as quais se encontra a mídia, talvez a mais poderosa nos dias de hoje, a ponto de podermos considerá-la como um poderoso substituto das instituições tradicionais, como a igreja e a família) que dão lugar a um eu inserido num dado momento histórico-social (CORACINI, 2009, p. 25).

Para Foucault, os dispositivos⁷ seriam os diversos mecanismos pelos quais o poder se inscreve nas relações sociais, produzindo e transformando subjetividades. Tais dispositivos em sua constituição heterogênea circulariam tanto por entre as redes institucionais mais complexas, vinculadas ou não ao Estado, quanto pelas relações mais próximas do convívio familiar. Pelos dispositivos os sujeitos poderão ser mapeados em sua ameaçante e desequilibrante instabilidade. Coracini destaca a mídia entre os dispositivos de agenciamentos das subjetividades, dado possivelmente seu acelerado poder de penetração nas instituições, conseqüentemente nos processos de subjetivação das individualidades.

O sujeito estaria, pelos dispositivos de subjetivação, sempre aberto, em espreita de traços significativos de sentido. Dessa maneira, a mídia seria um dispositivo de subjetivação, seria “um outro” possibilitando ao sujeito acessar traços que o fazem se identificar com outro. Ela não se faz um ponto de partida nem chegada, mas se constitui como caminhos de atravessamentos de sentidos. A mídia é o outro diante de um sujeito “eu” sempre em processo de inacabamento, buscando completude.

Haveria, pela mídia, como pelos demais dispositivos de agenciamentos, processos de identificações imaginárias da subjetividade: um “eu” ideal, acima de qualquer busca, colocado como um padrão estabelecido. Também teríamos, na identificação, o ideal de “eu”, aquele que poderia se colocar como o meu ideal de “eu” pretendido.

⁷ O conceito de dispositivo tem sido bastante discutido por Agamben e Deleuze, dois filósofos da atualidade. Ampliando a noção de dispositivo de Foucault, a quem se coloca como tributário, diz Agamben (2009, p. 40) ser um dispositivo “[...] qualquer coisa que tenha de algum modo a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões dos seres vivos”. Nesse sentido, além dos dispositivos apontados por Foucault, incluem-se ainda nesta categoria tanto os mais sofisticados meios tecnológicos quanto a caneta e os “indispensáveis” aparelhos celulares, destacando-se entre esses, um dos mais antigos, por isso até mesmo naturalizado, a linguagem.

Esse seria o lugar chamado por Lacan como do “Outro, como lugar da ‘falta’ (falta de completude, falta do objeto que se deseja e que escapa a todo instante) [...] lugar-sem-lugar ao qual o sujeito não tem mais acesso a não ser pela linguagem” (CORACINI, 2009, p. 26). A subjetividade seria o lugar do por entre, do se encontrar, da procura, da deriva, um lugar que não se faz num ponto de um espaço ou num momento do tempo, não comprometido com posições postas, mas faz-se no entreposto das diferenças. O lugar que se realiza nas possibilidades, na aparente superfície tranquila da homogeneidade, escamoteando a heterogeneidade discursiva.

A mídia pode se constituir no lugar do simbólico, da falta, da linguagem a estar incessantemente definindo-se. Mas esse simbólico constituiria o Real, este que não seria designável, não seria dito pela linguagem. Não é por acaso, portanto, que vimos na mídia, no caso no jornalismo impresso da “Folha de S.Paulo”, um poderoso instrumento da produção de identidades.

Então, que tipo de subjetividade se construiria na mídia? De que sujeito se fala? Que sujeito fala? Indagações que não estarão respondidas somente na frequência temática de notícias/reportagens ou de outros textos jornalísticos a respeito do estado do Pará, mas serão problematizadas, nesta tese, considerando-se outros fatores nos “embaraçados fios que constituem o novelo” do dispositivo midiático.

Na atualidade, encontramos um sujeito que se constitui pela ânsia do desejo, por parecer a tudo ter acesso, sempre estar por necessitar, voltando-se incessantemente para uma busca ininterrupta de si mesmo. Um sujeito querendo completar-se naquilo que se prepara no sentido de não lhe completar: aquilo que se faz novidade anunciada pela mídia, mas perde seu sentido já na próxima estação. Um sujeito que pela falta precisa se fazer necessário, devendo colocar-se no palco, publicizar-se, fazendo-se consumo de outras subjetividades inquietas.

Anseio de busca para se tornar inteiro, aflito a se completar pela linguagem a lhe impor uma corrente desenfreada de significantes, assim o sujeito se “cruza, para formar as malhas da subjetividade, com outro tipo de sujeito oriundo da sociedade capitalista, atravessada pelo fenômeno da globalização e pela mídia: trata-se do sujeito do consumo” (CORACINI, 2009, p. 34). Do vazio profundo à satisfação aparentemente plena, mas fugaz, pelo oferecimento de objetos e identidades instantâneas e frívolas, à espera de outras; assim se constroem as subjetividades nos tempos atuais.

Encontramos na teoria do discurso um sujeito incompleto feito de partes, constituído em heterogeneidades, a partir de distintos lugares, inclusive da mídia. Esse sujeito

heterogêneo que ocupa um lugar central na enunciação discursiva responde à noção de identidade trazida por Bauman (2005) e Hall (2006).

Nesse sentido, Fernandes e Alves Júnior (2009, p. 106) vêm esclarecer: “o sujeito, assim como sua identidade, está sempre em movimento, desloca-se constantemente de um lugar para outro, e cada lugar ocupado por ele o faz mostrar-se outro, diferente de si, atestando o lugar contraditório e inacabado da identidade”. Desse modo, se o sujeito discursivo não é intrinsecamente uno, centrado, muito mais se enfatizará seu caráter fragmentado. Isto diante de uma atualidade marcada por valores em descartáveis mutações, atravessando as identidades.

Na intenção de se entender o sujeito na rede de saberes e poderes, ou seja, de se compreender a produção/constituição do discurso como um jogo de sentidos em enunciados que se constroem entre saberes, adentraremos a seguir na teoria proposta por Foucault.

1.2 FOUCAULT: O DISCURSO DO SABER OU O JOGO DA CONSTRUÇÃO DE SABERES E PRÁTICAS DISCURSIVAS

Na primeira unidade desta seção, buscamos traçar uma história da AD, delimitando-a principalmente nas três fases delineadas em Pêcheux, intentando também apresentar os pontos de confluência/distanciamento desse campo teórico com o estruturalismo saussuriano; também fomos pinçar uma noção que vem se constituir como fundamental para a inserção da história no linguístico, o conceito de sujeito cindido emergente em Pêcheux e caracterizador da obra foucaultiana. Assim, estabelecido o campo de análise no qual o estudo do discurso midiático do Jornal “Folha de S.Paulo” deve debruçar-se, cabe agora aprofundá-lo.

Pensamos ser a obra de Foucault, seu próprio modo histórico de constituição, desde suas primeiras publicações, uma produção teórica que já reflete em si as implicações metodológicas da AD. Esse teórico pensa aquilo que era anunciado como conhecimento/delimitação e lhe denomina saberes/circulação/movência de sentidos. Assim, pensa o sujeito como uma subjetividade que se objetiviza. Nos saberes, os sujeitos estão inscritos, para assumirem ora uma, ora outra posição, escondendo/apagando/disfarçando sua subjetividade.

Pelo discurso os saberes se realizam enquanto trânsito de sentidos, lugar do igual e do diferente. Dentre as noções de discurso trazidas por Foucault (2008a), nos deteremos nos conceitos de enunciado/enunciação, formação discursiva, discurso/acontecimento, bem como

de mecanismos de controle do discurso⁸, fundamentais para compreensão do *corpus* a ser analisado.

1.2.1 Pela dispersão: o acontecimento, o enunciado e sua descrição, a formação discursiva e sua descrição, a raridade/a exterioridade/o acúmulo e a função enunciativa

Enquanto Pêcheux (2002) chamou atenção para o acontecimento somente num terceiro momento de sua obra, Foucault se inquieta com essa temática já num de seus primeiros trabalhos. Para este teórico, a linearidade e a continuidade, por muitos anos, permaneceram na maneira como os historiadores abordaram a história e os acontecimentos. Questionando este ponto de vista, pontua Foucault (2008a, p. 3):

Por trás da história desordenada dos governos, das guerras e da fome, desenham-se histórias, quase imóveis ao olhar- história com um suave declive: história dos caminhos marítimos, história do trigo ou das minas de ouro, história da seca e da irrigação, história da rotação das culturas.

Quando retiramos o olhar dirigido para o andar de cima na arquitetura social, e reparamos ao nosso lado para a rotina que se constata escondida “nas foscas lentes” do cotidiano, encontraremos a complexa e diversa teia que constitui os discursos na história. Temos então, na produção das práticas de saberes e poderes de uma civilização material, remontada pelo trabalho arqueológico de Foucault, produções discursivas que implicam regularidade e dispersão. Essas atravessam os acontecimentos, os enunciados, a formação discursiva, os enunciados e a enunciação.

1.2.1.1 O acontecimento

Acerca da noção de acontecimento inserida no debate em torno da dispersão relativa aos fatos socioculturais que se produzem numa sociedade, indaga Foucault (2008a, p. 4):

⁸ Na quinta seção desta tese, intitulada “Mídia e Poder: regulação de identidades”, trabalharemos os reguladores de sentido propostos por Foucault (2008b) que conferem uma ordem ao discurso.

Que sistema de relações (hierarquia, dominância, escalonamento, determinação unívoca, causalidade circular) pode ser descrito entre uma e outra? Que série de séries podem ser estabelecidas? E em que quadro, de cronologia ampla, podem ser determinadas sequências distintas de acontecimentos?

O autor traz provocações teórico-metodológicas que nos fazem ir em busca de escavar os acontecimentos. Para ele, tanto a noção histórica de acontecimento quanto a de qualquer conceito não repercutirá uma trajetória linear em direção a uma rota prevista, mas deverá fazer-se na multiplicidade de interrupções, nas variadas práticas e usos pelos quais os diversos campos a fizeram constituir-se.

A relação entre o documento e o acontecimento irá ser pautada, segundo Foucault, pelo modo como aquele é tratado pela história. Para um ponto de vista tradicional da História, o documento se fazia “matéria inerte através da qual ela tenta reconstituir o que os homens disseram ou fizeram, o que é passado e o que deixa apenas rastros” (FOUCAULT, 2008a, p. 7). Assim, aquele acontecido talvez marcante do passado, o monumento, torna-se documento: um passado colocado e dito, mas não presentificado em acontecimento, não trazendo sentido para a atualidade. Ou melhor, documentos que numa linearidade comprometem-se em demonstrar o grande acontecimento, numa rede de consequências.

Na ótica da Nova História, “o historiador deixa de buscar o reencontro com a totalidade da história” (SARGENTINI, 2004, p. 86), mas fica à espreita sobre seus fragmentos. O documento vai se tornar monumento, deixa de ser fato pronto e acabado, estabilizado; passa a ser monumento inscrito na instabilidade efervescente do agora.

O historiador da atualidade pela perspectiva foucaultiana “problematiza o passado a fim de desvendar suas camadas arqueológicas e se volta para uma aguda crítica do presente” (GREGOLIN, 2004b, p. 21). Espalha-se a unidade homogênea fechada em sentidos já postos, fatos a pressuporem uma representação documental. Nessa perspectiva da história, busca-se multiplicar aquilo que se uniformiza, possibilitando uma diversidade de conexões, fazendo-se distintas pertinências, conforme as apreensões do sujeito que as apreende.

Tratando da heterogeneidade com que se constroem os acontecimentos, pelo novo ponto de vista da história, intenta-se então, constituir séries, não pela precisão das estruturas, mas nos liames das rupturas; encontrar as relações não entre unidades definidas e cristalizadas, mas na movência das diferenças. Assim ressalta o autor:

[...] a necessidade de distinguir não mais apenas acontecimentos importantes [...] e acontecimentos mínimos, mas sim tipos de acontecimentos de nível

inteiramente diferente (alguns breves, outros de duração média); daí a possibilidade de fazer com que apareçam séries com limites amplos, constituídas de acontecimentos raros ou de acontecimentos repetitivos (FOUCAULT, 2008a, p. 8).

Por entre o subterrâneo das relações se chega não ao grande acontecimento. Aquele que se estabeleceria por uma acomodação prévia, fazendo-se enquadrado pelo seu grau de importância. Não se chegaria ao acontecimento classificado por uma ótica do contínuo. Então, buscam-se acontecimentos que “escalem costurando” as grandes distâncias temporais e introduzam cisões onde parecia haver proximidade.

Um fato se fará acontecimento, quando for, segundo Possenti (2006, p. 95) “retomado, revisado, analisado, especificado, detalhado, correlacionado a outros similares ou tornado como similares”. O acontecimento será o espaço de produção, movência de sentidos, atualizado no tempo, cindido em relações, servindo a outras teias de sentido.

A estranheza do acontecimento deve-se ao fato de ao mesmo tempo ter um sentido ligado a uma dada materialidade, um registro escrito ou uma oralidade, mas constituir-se pelo distanciamento dela. Inscrever-se na presença de um agora e simultaneamente solicitar a reminiscência da memória.

O tempo, por essa nova modalidade do que seja acontecimento, se apresenta diluído ou condensado na determinação de sua realização: tempo que não mais é o divisor de épocas acontecidas, de passados engavetados ou o lugar do grande fato separado do esquecível, mas que aparece cindido no acontecido.

É preciso questionar noções sub-reptícias ao paradigma da continuidade na história. Daí, algumas indagações surgem esboçando um ponto de vista foucaultiano da história: “a) que formas de relações podem ser descritas entre as séries de documentos? b) quais os jogos de correlação e de dominância entre as séries? c) o que é esse espaço de dispersão a partir do qual nascem os sentidos historicamente estabelecidos” (GREGOLIN, 2004b, p. 22).

Nesses questionamentos, os acontecimentos não serão apenas unidades contínuas, isoladas e horizontais de um tempo histórico que a eles catalisa características comuns, destituindo-os de singularidades. Os sentidos não se fazem fruto de uma acomodada linearidade, mas pululam por momentos muitas vezes díspares da história. Assim, se faz necessário problematizar as noções de tradição, influência, desenvolvimento e evolução, e ainda de mentalidade e espírito.

Na noção de tradição, os acontecimentos seriam sorvidos por uma identidade, sendo importantes não pela sua singularidade, mas por trazerem a marca de uma sucessão: seriam a

figura de um fundo acomodador de permanências. Porque se influenciam obras, e teorias, por exemplo, se fazem continuidade, assim as distâncias temporais são rompidas. Liga-se o que é separado, o que se influencia e se deixa influenciar, mas é unidade constituída. Prevalece a continuidade entre os homogeneamente delimitados.

Na noção de desenvolvimento e evolução, haveria uma fonte original pela qual os dispersos acontecimentos seriam agrupados. Em cada acontecimento estaria o que lhe seria contínuo: poderíamos considerar assim a história como um grande acontecimento. O hoje pode ser encarado como o superior do ontem: tudo seria vinculado por uma estrutura sólida. Também por haver a mentalidade e o espírito de uma época, os fenômenos se reuniriam em conjunto por estarem simbolizando uma consciência comum, por espelharem, traduzindo o “padrão” de uma coletividade: como se viver uma contemporaneidade enlaçasse a todos em suas produções.

Então, referindo-se às noções que promovem o paradigma da continuidade em História, constituindo acontecimentos em unidade, propõe Foucault (2008a, p. 24) “desalojar essas formas e essas forças obscuras pelas quais se tem o hábito de interligar os discursos dos homens; é preciso expulsá-los da sombra onde reinam”. Ainda que se resguarde uma procedência para as noções referidas, mas que se faça isto as incitando a novos objetivos, portanto, na busca metodológica de se perceber uma população de acontecimentos dispersos.

Desse modo, pode-se buscar a tradição para se alinhar o movimento de idas e vindas de sentidos por entre díspares acontecimentos. Ainda pode-se ter na noção de influência o meio para se perceber a descontinuidade por entre os distintamente heterogêneos. Pela noção de desenvolvimento e evolução, pode-se fazer o questionamento de uma singularidade, de uma origem completa de sentido, por isto redutora. Finalmente, na noção de mentalidade, temos o atravessamento de distintas posições, de subjetividades que circulam num certo momento histórico, pelo qual muitos outros se interceptam.

Dessa inquietude metodológica, que questiona as noções referidas acima, deve surgir a renúncia a dois temas relacionados, mas que se opõem. O primeiro refere-se ao questionamento da ideia de gênese, de origem única e escondida. Por esse tema se diz “[...] que jamais seja possível assinalar, na ordem do discurso, a irrupção de um acontecimento verdadeiro [...] que além de qualquer começo aparente há sempre uma origem secreta, que jamais poderemos nos reapoderar inteiramente.” (FOUCAULT, 2008a, p. 27).

Então, não se poderia na perspectiva da continuidade irromper, ‘buiar’ da ordem do discurso o acontecimento em sua singularidade, pois que este sempre estaria distanciado,

⁹ Usa-se esse termo na linguagem cotidiana dos moradores à margem dos rios paraenses.

sendo inalcançável. Assim, se atenuaria/apagaria os sentidos daquilo que está colocado, na busca de um outro inapreendido. O acontecimento seria o efeito de uma causa submetida às dependências da tradição, das influências, dos desenvolvimentos, evoluções e mentalidades; enfim de todos os fatores condicionadores, planificadores do discurso.

Na ótica da continuidade da história, não se poderia descrever/interpretar uma materialidade, pois que esta não se faz apenas espelho dos acontecidos. Irredutível à transparência dos fatos, a materialidade da linguagem é repetível, mas irredutível à repetição, marcada pela diferença, não possível de ser integralmente apropriada pelo saber, sempre vazada ao alcance de um sentido outro. Não se fundaria a uma origem delimitada.

O segundo tema a que não se deve considerar, quando assumimos o percurso histórico da descontinuidade, se refere ao entendimento de uma relação de dependência entre um discurso e outro, ou seja, a compreensão de que sempre haveria outro discurso expresso, dito em relação direta com um determinado discurso. Também nesse caso o acontecimento escaparia de sua singularidade.

O discurso implicado no acontecimento teria uma base anterior, seria submetido a um outro, a um dizer apagado, silenciado em seu dito. Um dizer a que este discurso se faria submetido, por isto dependente. Nessa perspectiva: “Todo discurso manifesto repousaria secretamente num já- dito; e que este já-dito não seria simplesmente uma frase já pronunciada, um texto já escrito, mas um *jamais- dito*” (FOUCAULT, 2008a, p. 28).

Pela continuidade um discurso/acontecimento estaria no rastro de um outro, que não se faz dito, não traz seu dizer, parece nunca dito. Desse modo, não se possibilitaria o embate provocador de sentidos entre o que se diz e o que foi dito, ou seja, haveria sempre uma continuidade repetível. Desse modo não se possibilitaria a multiplicação de sentidos pela diferença, mas sim se ratificaria a igualdade reprodutora de sentidos.

Mas, saindo desses dois polos interligados de compreensão do acontecimento submetido a uma unidade homogeneizante, podemos considerá-lo em suas frestas, percorrê-lo em suas “paredes trincadas em choques de irrupção”, encontrá-lo no ponto preciso de sua exclusividade, alcançá-lo na largidão de seu espaço, que se estende porque se repete, se repete porque é único. Ao buscar entender o acontecimento discursivo, Foucault “toma um campo imenso de possibilidades, constituído pelo conjunto de todos os enunciados efetivos (falados ou escritos) em sua dispersão de acontecimentos e na instância própria de cada um” (GREGOLIN, 2004a, p. 88).

1.2.1.2 O enunciado

Sem deixarmos de construir o que seja acontecimento, busquemos a noção de enunciado. “Em sua natureza de acontecimento, o enunciado é a unidade central agenciada na teoria do discurso” (GREGOLIN, 2006, p. 27). Numa série de enunciados, busca-se o entendimento dos acontecimentos discursivos que estabilizam certos sentidos em nossa sociedade.

Em *Arqueologia do Saber* (2008), Foucault vem trazer questionamentos a respeito de uma tranquila unicidade homogênea da obra, do livro e mesmo da ciência. Não é tão simples romper com a unidade dessas materialidades discursivas que veiculam enunciados, dado o fato de estarem, por exemplo, vinculadas a um certo autor (a obra), estarem dispostas num objeto material com começo e fim (livro), vincularem-se a um dado objeto (ciência). Para além da continuidade, tais materialidades fazem parte de todo um domínio que se constitui “pelo conjunto de todos os enunciados efetivos [...] em sua dispersão de acontecimentos e na instância própria de cada um” (FOUCAULT, 2008a, p. 29).

Os enunciados em sua exclusividade estarão constituídos por sequências linguísticas que a ele se limitam. Essas, ainda que possam ser inumeráveis, advindas de várias possibilidades de registro, serão únicas por prestarem-se efetivamente à produção daqueles enunciados. Por expressar-se nas unidades linguísticas ou lógicas, estreitando-se nelas, não se consegue “[...] enxergar o enunciado como acontecimento e admitir que ele surge como irrupção histórica, observar que ele constitui uma emergência” (SILVA, 2004, p. 163). Daí a necessidade de se considerar o caráter histórico e circunstancial do enunciado.

Enquanto a análise linguística enfatiza as estruturas, buscando nos enunciados as regras da língua, a análise dos acontecimentos priorizará a descrição/interpretação da irrupção de um determinado enunciado:

[...] trata-se de compreender o enunciado na estreiteza e singularidade de sua situação: de determinar as condições de sua existência, de fixar seus limites da forma mais justa, de estabelecer suas correlações com outros enunciados a que pode estar ligado, de mostrar que outras formas de enunciação exclui [...] mostrar [...] que singular existência é esta que vem à tona no que se diz e em nenhuma outra parte? (FOUCAULT, 2008a, p. 31).

O sentido do enunciado se faz imerso na relação com outros, que podem estar ou não linguisticamente configurados, pelo fato de haver enunciados implicitamente enunciados, não expressos na materialidade da língua. Por um ou mais enunciados é que se constitui o acontecimento discursivo. Viajantes comuns da língua e da história, o acontecimento e o

enunciado superpõem-se. Desse modo, todo enunciado, dito em qualquer momento, situação, por qualquer pessoa, a quem quer que seja, se constituirá de um acontecimento.

O acontecimento/enunciado ultrapassa as tangíveis sistematizações do linguístico. O sentido do acontecimento não se circunscreve às possibilidades da língua. O sentido do enunciado se fará incrustado em sua própria realização, em seu acontecimento. Ainda que preso à ocorrência de um dado acontecimento, o enunciado escapa à estaticidade, ao já transparentemente conhecido.

Então, o enunciado, mesmo sendo único, estaria para além de qualquer polivalência de sentidos. Apesar de exclusivo, o enunciado poderá ser tomado novamente, e, assim sendo dito, se fará repetido, transformado. Poderá novamente funcionar, implicado em outro propósito comunicativo.

O enunciado pode se constituir por ser um comentário de dizeres/enunciados anteriores. Também pode provocar, de modo mais ou menos contundente, em conformidade com o jogo de poderes que se instaure a partir dele, o surgimento de outros enunciados. O sentido do enunciado se faz na relação, e este constitui acontecimento. Assim, não é separando o acontecimento de todos os outros que chegaremos até as possibilidades de seu sentido; mas buscando-o no encontro com o outro, nas marcas deixadas pelo embate.

O termo “enunciado” usado por Foucault ora se refere a uma “população de enunciados”, estando subjacente a ideia de unidade de uma série, singularidade; ora aparece como oposição ao discurso. Define-se enunciado como a unidade mais elementar do discurso. Diante dessa constatação surgem indagações a respeito de sua constituição:

Que limites devemos nele reconhecer? [...] Que lugar ocupa entre todas as unidades já descobertas pela investigação da linguagem, mas cuja teoria, muito frequentemente, está longe de ser acabada, tão difíceis os problemas que colocam, tão penoso, em muitos casos, delimitá-las de forma rigorosa? [...] (FOUCAULT, 2008a, p. 91)

Qual seria o lugar do enunciado entre outras unidades de estudo que apareceram em relação à linguagem? Quais os pontos de confluência e divergências entre o enunciado e as demais unidades estabelecidas historicamente no campo da linguagem? Como encontrar os traços que poderiam delimitar um enunciado em relação a outro? Ao se cotejar o estudo do enunciado com outras unidades que apareceram ao longo da história da ciência da linguagem, tais como a frase, proposição e os atos de fala, percebe-se “o enunciado como um resto, um elemento residual e, portanto, pressuposto, mas não analisado” (GREGOLIN, 2004b, p. 24).

Não se percebe uma univocidade entre o enunciado e a proposição. Uma mesma proposição pode funcionar como dois enunciados. A proposição caracteriza-se por referir-se a algo conferível no mundo. Em “o estado do Pará é do Norte do Brasil” e “é verdade que o estado do Pará é do Norte do Brasil”, as duas construções, por se referirem a uma mesma realidade, serem a expressão de um pensamento a respeito de uma mesma realidade, seriam consideradas a mesma proposição. No entanto, não se fariam pertencer a um mesmo enunciado, aparecendo em situações discursivas distintas.

Também podemos encontrar um mesmo enunciado desdobrando-se em duas proposições complexas. O mundo do discurso, do enunciado não precisa ser conferido, inscreve-se na singularidade daquilo que é enunciado. Pelo ponto de vista lógico, todo enunciado, tal como “O Pará não é populoso”, precisa ser analisado, considerando-o em seu desdobramento propositivo, pois, a uma negação, deve-se considerar uma afirmação a ser verificável. A proposição é dimensionada pelo que está fora, o mundo; já o enunciado se dimensiona pelo dito, pelo discurso.

Apesar de se poder reconhecer no isolamento de qualquer frase a existência de um enunciado, “não se pode mais falar de enunciado quando, sob a própria frase, chega-se ao nível de seus constituintes” (FOUCAULT, 2008a, p. 92). Há enunciados que se constituem desconsiderando a forma canônica que prevê a existência de um sujeito, um verbo e um predicado, realizando-se a partir de advérbios, pronomes ou sintagmas nominais. Ainda que possam ser classificadas como frase, tais formas estariam, para os gramáticos, num estatuto sintático inferior.

Mesmo que os enunciados apresentem uma certa gramaticalidade, não se cotejam aos critérios sintáticos verificados nas línguas naturais. Os enunciados poderiam aparecer em materialidades muito mais sintéticas que a analiticidade (divisível) da frase. Desse modo, um gráfico a respeito do percentual de desmatamento, temática reincidente nos textos jornalísticos levantados a respeito do Pará, se constitui num enunciado que para ser explicado pede seu desdobramento em inúmeras frases.

Feitas as distinções entre enunciado, proposição e frase, o primeiro “parece, à primeira vista, mais próximo do que se chama os *speech acts* (atos de linguagem)” (GREGOLIN, 2004b, p. 25), pois os atos de fala parecem mais se coincidir ou se implicar nos enunciados. No entanto, tal como nas demais unidades, nem sempre há univocidade entre um ato e o enunciado.

Além disso, a teoria foucaultiana não se prende as diferenças entre o oral e escrito para distinguir os enunciados, nem tampouco se detêm numa provável intencionalidade do

enunciador, o que implicaria um sujeito fonte do sentido, como fazem os estudiosos dos atos de linguagem. O analista dos enunciados se motiva naquilo “que se produziu pelo próprio fato de ter sido enunciado- e precisamente esse enunciado (e nenhum outro) em circunstâncias bem determinadas” (FOUCAULT, 2008a, p. 94).

Segundo Foucault (2008a), a existência do sistema linguístico está implicada na dos enunciados enquanto realizações possíveis, embora esta não dependa de um enunciado específico, expressão de um dado acontecimento. Assim, língua e enunciado “não estão no mesmo nível de existência; e não podemos dizer que há enunciados como dizemos que há língua” (FOUCAULT, 2008a, p. 96).

Nesse caso, para a língua objeto sistêmico, teremos signos que não coincidem com enunciados. Para a língua que se apreende na enunciabilidade do discurso, teremos então signos que podem coincidir com enunciados. Então, a operação analítica de descrição dos enunciados se ocupa, mas não se prende, ao estrutural lógico/gramatical. Dessa maneira, a análise de enunciados não está comprometida com a exaustiva descrição linguística, “constitui uma outra maneira de abordar as performances verbais, de dissociar sua complexidade, de isolar os termos que aí se entrecruzam” (FOUCAULT, 2008a, p. 123).

Descrevem-se os enunciados, buscando-se as regularidades no fluxo de uma diversidade. Segue-se o linguístico, mas enfatizando-se nele não o sentido submerso em sua horizontalidade, mas atribuído a ele por uma série de condições enunciativas que devem, pela descrição, serem definidas. Não se faz oculto o sentido de um enunciado, pois refere-se, diferentemente da frase, a tudo que foi dito, ao que realmente foi enunciado, não se constituindo, como aquela, pela ambiguidade e polissemia.

Assim, o não dito não é uma parte secreta de um enunciado (como pode ser de outras unidades em nível linguístico, por exemplo), mas é seu constituinte. Porém, mesmo que não oculto, não apresenta uma visibilidade manifesta, justamente por não se fazer em estrutura e sentido tão claramente transparente. Os limites e caracteres de um dado enunciado não se delimitam nele mesmo, não se fazem tão perceptíveis, pelo fato de não se circunscrever à frase ou proposição, não obedecer às leis destas, ainda que seja por ele que essas se façam surgir.

A não visibilidade do enunciado se deve ainda à razão de que “a estrutura significativa da linguagem remete sempre a outra coisa [...] povoada pelo outro, pelo ausente” (FOUCAULT, 2008a, p. 126). O sentido do enunciado não está nos significados a que os significantes possam remeter, mas no questionamento dos próprios significantes como lugar de significados pela frase ou proposição.

Também por ser a base que se mostra subjacente às demais formas de análise, o enunciado porta-se como invisível: há um dizer, uma enunciação que produziu um dito, no caso, uma frase, uma proposição a ser analisada. As análises, por se fazerem presas ao que buscam em suas óticas perceptivas, neutralizam do enunciado aquilo que nele é mais pertinente: o sentido. Desse modo, tendem a inscrever nele o sentido que lhe querem conferir.

Embora não seja o meio pelo qual os sentidos se façam ‘escondidos’, nem tampouco os tragam transparentemente expressos e delimitados, o enunciado oferece à análise suas margens, deixando à mostra uma superfície a ser descrita. Então, apesar de não se circunscrever de modo estrito ao linguístico, pela linguagem, de suas unidades, desde as palavras até os encadeamentos sintáticos, descreve-se o enunciado.

A partir dos enunciados, chega-se até à função enunciativa, produtora não de uma largidão qualquer de sentido, mas daqueles sentidos que surgem dos enunciados, a partir das condições em que foram produzidos. Desse modo, descrever o enunciado é passar pela ordem da estrutura, rodear a Lógica, adentrar-se na Linguística, colocando-se no caminho histórico, assim atravessado pela ruptura.

Não seria o fato de um conjunto, uma série de signos ser reduplicável, se constituir a partir de outras, uma cópia de outra, que faria tal série se fazer um enunciado. Os textos contidos nos vários exemplares de uma mesma edição do jornal “Folha de S.Paulo” não seriam, por exemplo, enunciados diferentes.

Então, para Foucault (2008a, p. 100): “Uma série de signos se tornará enunciado com a condição de que tenha com ‘outra coisa’ (que lhe pode ser estranhamente semelhante, e quase idêntica [...]) uma relação específica que se refira a ela mesma e não à sua causa, nem a seus elementos.” Deve haver entre o enunciado constituído pelos signos, conforme o exemplo elucidado, e a série pelo qual se constituiu, uma relação singular, que não é da ordem causal.

Desse modo, o que deve ser problematizado é a relação singular entre as duas séries idênticas, pois o enunciado não se define na biunivocidade entre a série primeira, que se faz motivadora, e a segunda. Daí, Foucault vem balizar as relações, por exemplo, entre o nome/sintagma nominal e seu designativo e seu sentido com as do enunciado e sua “unidade motivadora”. Embora se possa estabelecer um paralelo entre essa relação, continua-se verificando uma singularidade na relação do enunciado e o conjunto de signos que o constituíram.

O enunciado se constitui, portanto, numa nova enunciação de algo que já se encontra dito, colocado, mostrado em outro lugar, num outro momento. Ainda que apareçam duas formulações idênticas, nem sempre se terá identidade de enunciados. O enunciado não é

marcado pela transparência, pela representação. A aparente repetição não constitui uma simples cópia no plano enunciativo. No enunciado, a identidade tende a promover diversidade.

Um determinado enunciado cria condições para que aquilo sobre o que se diz, o tema abordado, apresente um referente. Por exemplo, se levarmos em consideração a renda *per capita*, as condições socioeconômicas e educacionais do estado de São Paulo em relação ao Pará, poderíamos dizer que “A serra pelada está em São Paulo”. No bojo de uma perspectiva discursiva crítica em relação às diferenças econômicas e sociais verificadas entre os estados brasileiros, temática subjacente à análise realizada por este trabalho, é possível produzir esse referente para essa proposição.

A estrutura gramatical “Os barulhos silenciosos de gritos esfumaçados da Amazônia” será reconhecida como uma frase que não apresenta, sob um dado ponto de vista, um sentido. Porém: “É no interior de uma relação enunciativa determinada e bem estabilizada que a relação de uma frase com seu sentido pode ser assinalada” (FOUCAULT, 2008a, p. 102). Desse modo, é na exclusividade do acontecimento enunciativo que se poderá dotar de sentido a frase expressa. Mas não será diante de qualquer distinta enunciação que se terá sempre um novo enunciado.

O próprio Foucault (2008a, p. 118) arrisca uma síntese para a noção de enunciado:

[...] é dotado de uma certa lentidão modificável, de um peso relativo ao campo em que está colocado, de uma constância que permite utilizações diversas, de uma permanência temporal que não tem a inércia de um simples traço, e que não dorme sobre seu próprio passado. [...] o enunciado tem a particularidade de ser repetido: mas sempre em condições restritas.

Porque se repete, permanece, mas permanecendo modifica-se. Carrega em si os traços de outros enunciados que lhe conferiram identidade. Pode o enunciado fazer-se identificado com uma memória, trazer um passado que com ele se faz atuante. É adepto, então, de uma repetibilidade condicionada. Embora apareça numa certa materialidade, mostra-se aberto a modificações, integrado a estratégias que ratificam ou apagam sua identidade.

Portanto, as condições pelas quais se faz de um conjunto de signos um enunciado (exercício da função enunciativa) estão para além da relação gramatical, lógica. Apresentam peculiaridades que não se acomodam ao que ocorre a outras noções formais, conforme veremos adiante.

1.2.1.3 A formação discursiva

Na dispersão dos enunciados, em suas rupturas características, como estabelecer conjuntos? Por essa indagação podemos elencar algumas problematizações. Primeiramente, colocar para reflexão a seguinte proposição: “os enunciados, diferentes em sua forma, dispersos no tempo, formam conjunto quando se referem a um único e mesmo objeto” (FOUCAULT, 2008a, p. 36). Não seria, porém, por um dado objeto que se poderia agrupar um conjunto de enunciados. Também não seria um dado número de enunciados o meio para se constituir um mesmo objeto.

Há uma diversidade de condições históricas que resultam no aparecimento de um objeto de discurso. Ainda sendo designado de modo comum, um dado objeto se fará outro em conformidade com quem o diz, de acordo com o ponto de vista profissional ao qual é referido, ou mesmo com a conjuntura espaço-temporal daquele que o pronuncia.

A série de enunciados pode pautar-se também num certo estilo, num modo de se dizer, numa enunciação. O estilo pode ser entendido como um modo de descrição que repercutiria numa visão de mundo, num recorte, num modo peculiar de se olhar o mundo, uma forma de dizê-lo.

A enunciação é outra maneira pela qual se pode chegar até a constituição de uma série de enunciados, ou seja, uma formação discursiva. Por onde estabelecer-se uma relação entre vários enunciados? Seria por uma individualidade, um sujeito? Mesmo que haja uma aparente individualidade conferindo uma unidade aos enunciados a partir de quem os proferiu, não se chegará a uma série enunciativa pela enunciação comum de um certo sujeito. O que se busca como discurso é “um conjunto em que podem ser determinadas a dispersão do sujeito e sua descontinuidade em relação a si mesmo” (FOUCAULT, 2008a, p. 61).

Pelo fato de os enunciados se formarem a partir de uma série de conceitos, haveria uma lei dessa emergência simultânea dos conceitos? Para encontrar tal lei “seria necessário descrever a organização do campo de enunciados em que aparecem e circulam” (FOUCAULT, 2008a, p. 62). É preciso fazer a descrição do conjunto de enunciados pelos quais os conceitos acontecem e se movimentam. No entanto, mais importante que classificar se tornaria apontar a motivação que faz na ruptura aparecer uma rede dinâmica de conceitos.

Os enunciados se constituiriam numa formação discursiva por meio de uma temática. Daí se pode “supor que uma certa temática seja capaz de ligar e de animar, como um organismo que tem suas necessidades e sua força interna e suas capacidades de sobrevivência, um conjunto de discursos” (FOUCAULT, 2008a, p. 40). Os temas não devem prevalecer

enquanto medida de reunião de enunciados numa mesma formação discursiva, já que também não refletiriam um conjunto discursivo, mas poderiam representar uma dispersão.

Encontram-se na história do saber determinados temas que se desenvolvem por óticas discursivas distintas. Não são todas as vozes que falam da mesma maneira de um tema comum. Não seria nas opções de posicionamentos colocadas por um dado tema que se repercutiria a constituição de um campo discursivo, ou seja, considerando as estratégias pelas quais os temas são realizados?

As teorias, reconhecidas como estratégias, se mostravam incipientes, no estudo das formações discursivas trabalhadas por Foucault. Então, o autor passa a apontar direcionamentos da pesquisa em volta das estratégias pelas quais se formam os discursos, não a partir do que já havia feito em trabalhos anteriores, mas considerando estudos a serem ainda realizados. Primeiramente, determina nas estratégias “os pontos de difração possíveis do discurso [...] pontos de incompatibilidade [...] pontos de equivalência [...] pontos de ligação de uma sistematização” (FOUCAULT, 2008a, p. 73).

Na difração, haveria pontos de divisão, da presença de mais de uma unidade em concorrência, duas unidades incompatíveis ou equivalentes, mas sempre havendo um jogo de objetos, de enunciações ou conceitos: a presença, por exemplo, de dois tipos de objetos, conceitos numa mesma formação, mas que não podem aparecer numa série de enunciados.

Esses conceitos podem ser incompatíveis, mas partilham da mesma formação, mesmas regras, mesmas condições de aparecimento. Assim, são equivalentes, podem ser substituíveis: um pode estar no lugar do outro. Essa divisão que atravessa os enunciados nas formações discursivas caracteriza-se por uma sistematização em que por meio das incompatibilidades e equivalências estabelecem-se uma série coerente de objetos, formas enunciativas, conceitos e temas que se derivam.

Pela derivação se provoca uma equivalência: os diferentes se fazem necessários, assim formam-se séries derivativas. As séries constituídas por objetos dispersos, por exemplo, não revelam simplesmente não identidades, descontinuidades, mas já formam “subconjuntos discursivos—os mesmos aos quais, habitualmente, se dá uma importância maior, como se fossem a unidade imediata e a matéria-prima de que são feitos os conjuntos discursivos mais vastos (‘teorias’, ‘concepções’, ‘temas’)” (FOUCAULT, 2008a, p. 73).

Há jogos possíveis entre objetos, enunciações, conceitos que não estão efetivamente realizados. Entre tais elementos há compatibilidades regionais não manifestas, ou seja, arquiteturas (traços de relação) coerentes, somente possíveis de aparecer nas formações

discursivas, nos enunciados. Para abordar-se o que é possível realizar-se numa formação discursiva, faz-se necessário descrever as específicas instâncias de decisão: as estratégias.

Numa série de possibilidades discursivas, uma se faz manifesta. Esse discurso apresentará compatibilidade, relações de avizinhamo ou contemporaneidade com outros. Para um enunciado, um conjunto de enunciados: outros discursos se fazem, em possibilidade de realização. Nem todos os objetos, enunciações e conceitos se fazem possíveis.

Dessa maneira, pelas estratégias, numa dada formação discursiva, ficarão conceitos, objetos, enunciações excluídos, descartados: essa é uma lacunar estratégia de formação. Não são das estratégias que surgem os discursos. Elas não se constituem a “semente” formadora dos enunciados, mas poderíamos dizer que funcionam tal como “um regente” produzindo uma diversidade de relações, de unidades heterogêneas e à deriva.

Assim nos diz Foucault (2008a, p. 82): “da diferenciação primária dos objetos à formação das estratégias discursivas existe toda uma hierarquia de relações”. Então, não teríamos independentemente objetos, estilos, conceitos e temas justapostos pelo fio condutor da igualdade acomodativa e redutora de sentidos, mas por meio das estratégias possibilitadas pela ruptura, numa relação de verticalidade, poderíamos chegar até a formação discursiva. Além da dependência entre os níveis de formação abordados, cada um deles não se constitui blocos imóveis, não é forma estática, exterior e que definiria o discurso e todos os seus caracteres e possibilidades.

Para Foucault, (2008a, p. 130), “a análise das formações discursivas está bem centrada na descrição do enunciado em sua especificidade”. Então, não se chega até as formações discursivas sem dimensionarem-se os enunciados.

Do mesmo modo que as frases, proposições e formulações apresentam como base um conjunto de performances verbais; também as formações discursivas assim se constituem. No entanto, tais performances, ao constituírem as formações discursivas, ligam-se entre si não pelo aspecto gramatical, lógico ou psicológico, mas sim por traços enunciativos, ou seja, no nível dos enunciados.

Quando se busca analisar um conjunto de performances verbais no bojo de um sistema enunciativo, que, por sua vez, mostra-se implicado numa dimensão lógica, linguística e gramatical, procede-se à descrição de uma formação discursiva. De modo correlativo, demarcando-se uma formação discursiva, chega-se ao enunciado, bem como organizando-se os enunciados num nível enunciativo, destaca-se uma dada formação discursiva. Assim: “A análise do enunciado e da formação discursiva são estabelecidas correlativamente” (FOUCAULT, 2008a, p. 132)

Pode-se dizer que a frase está para um texto assim como o enunciado está para uma formação discursiva. No entanto, o que define o sentido do enunciado diferentemente da frase não é algo à parte do texto, num nível menor do que o texto e do que a própria frase (as regras linguísticas), mas sim a própria formação discursiva a qual o enunciado faz parte. É na inclusão do enunciado em sua formação discursiva que se encontram as regras de sua constituição.

Da reflexão em torno da relação entre os enunciados e a formação discursiva, chegamos até a compreensão mais plena do discurso. Baseado na arqueologia foucaultiana, refere-se ao discurso Baronas (2006, p. 50) como “um conjunto de práticas discursivas que instauram os objetos sobre os quais enunciam, circunscrevem os conceitos, legitimam os sujeitos enunciadore e fixam as estratégias sérias que rareiam os atos discursivos”.

Quando os sujeitos enunciam objetos, conceitos, usando-se de estratégias únicas, realiza-se o discurso. Não é algo que se delimita num dizer oralizado ou escrito, tal como aquilo que foi proferido numa palestra ou lido numa reportagem. Repetível, seu aparecimento vincula-se à história. Desse modo: “É constituído de um número limitado de enunciados para os quais podemos definir um conjunto de condições de existência” (FOUCAULT, 2008a, p. 133).

Para além da descrição/interpretação dos enunciados em si ou mesmo da formação discursiva em que se insere, é necessário, para sua efetiva análise, buscar os sentidos que, apesar de lhes constituírem, são colocados numa posição externa ao próprio enunciado e a sua formação. Nesse sentido, é necessário analisar os enunciados considerando a raridade, a exterioridade e o acúmulo.

1.2.1.4 A raridade, a exterioridade e o acúmulo

A lei da raridade compreende vários aspectos. Um deles refere-se ao fato de que nem tudo é sempre dito, a tudo que poderia aparecer como possibilidade enunciativa. Entre os muitos enunciados a serem ditos, os que são efetivamente realizados serão uma raridade diante da diversidade. Isto porque: “Estudam-se os enunciados no limite que os separa do que não está dito, na instância que os faz surgirem à exclusão de todos os outros” (FOUCAULT, 2008a, p. 135). Do que muito que se pode dizer, somente pouco é autorizado a ser dito.

O sentido da história está em enunciados ditos ao longo do tempo, espalhados pelos espaços, não naquele enunciado especificamente descrito. Há um algo revelado, ainda que torça por ficar escondido, exterioridade que se quer submergida, mas que se remove. Por ser

submersa, não está manifesta, assim é mais determinante esta história. Não a história do fundo temporal, linearmente expressa, mas aquela não circunscrita ao limite de um dado enunciado. “Empreender a história do que foi dito é refazer, em outro sentido, o trabalho da expressão” (FOUCAULT, 2008a, p. 137). Importa focar na exclusividade do enunciado a exterioridade nele inscrita.

Não teríamos nos enunciados uma exterioridade divorciada de uma interioridade, como numa relação de causa e efeito, mas sim marcada por uma inclusão deixando os sentidos dispersos, presentes “como local de acontecimentos, de regularidades [...] de transformações sistemáticas” (FOUCAULT, 2008a, p. 138).

Os discursos acumulam sentidos e se fazem sempre novos, em outros caminhos, pelo ato da leitura, da decifração, da retomada da memória. Mas não cabe à análise enunciativa despertar os textos de seu sono atual, mas segui-los em seu próprio sono, indagar acerca do esquecimento aquilo que pela leitura foi lacunarmente esquecido. As memórias se fazem sentido por serem seleção do que foi esquecido. O esquecimento é quem produz memória. Os enunciados em seu aquietado silêncio, em sua paradoxal prontidão movente, mostram-se ávidos por serem buscados em sua inércia.

Ainda que caracterizado pelo acúmulo de sentidos, os enunciados não se caracterizam pelo “retorno sempre possível ao acontecimento passado da formulação. Pelo acúmulo que marca a existência dos enunciados “as coisas não têm mais o mesmo modo de existência, o mesmo sistema de relações com o que os cerca, os mesmos esquemas de uso, as mesmas possibilidades de transformação depois de terem sido ditas” (FOUCAULT, 2008a, p. 140). No acúmulo característico dos enunciados retorna-se ao que está em contínuo processo de modificação.

A formação discursiva pela qual os enunciados se fazem discurso é vagueza no campo da linguagem, ou seja, mostra-se como o espaço da falta, do vazio, do incompleto, por isso aberto ao outro, vagueza produtiva. Interessa estudar os enunciados no limiar do que os separa daquilo que não está dito, na exterioridade atuante de sua estrutura, na densidade do acúmulo que ratifica e retifica sentidos. A formação do discurso reunirá enunciados, distribuindo-os nas fendas do que não se diz, em que o sentido se faz mais premente, pedaços de sentido ávidos por preenchimento.

1.2.1.5 A função enunciativa

Os enunciados não prescindem de uma construção linguística, de uma língua, mas desde que a esta também esteja subjacente uma dada produção de sentido. Havendo isto, a existência dos enunciados poderia ainda se pautar numa materialidade não linguística. Então, para além do linguístico ou mesmo do semiológico, a análise arqueológica foucaultiana, para compreender o enunciado, irá tentar fazer emergir sua função enunciativa: “o fato de ele ser produzido por um sujeito, em um lugar institucional, determinado por regras sócio-históricas que definem e possibilitam que ele seja enunciado” (GREGOLIN, 2004a, p. 26).

A cada articulação de um conjunto de signos se terá uma enunciação, tanto quando duas pessoas dizem ao mesmo tempo o mesmo enunciado, quando a mesma pessoa diz o mesmo enunciado varias vezes. A enunciação é irrepitível e singular (FOUCAULT, 2008a, p. 56).

O sujeito que produz a enunciação pode assumir diversas posições, relativas àquilo que enuncia. Tais posições seriam, então, uma função exercida não na horizontalidade dos signos que constituem o enunciado, mas verticalmente por um poder constituído historicamente e instituído socialmente ao sujeito. Também a enunciação será definida conforme a “situação que lhe é possível ocupar em relação aos diversos domínios ou grupos de objetos” (FOUCAULT, 2008a, p. 58), ou seja, segundo os questionamentos aos quais se expõe o sujeito da enunciação, os saberes aos quais se insere.

Independente de vir marcado por uma forma gramatical, o sujeito atravessa qualquer enunciado, todo enunciado necessita de uma enunciação. Um conjunto de signos não irá produzir o mesmo enunciado, seja quando tomado por um falante no cotidiano de uma conversa, seja aparecendo escrito no interior de uma obra literária.

Ainda, aquele que profere um dado enunciado, chamado de seu autor, nem sempre irá coincidir com o sujeito do enunciado. O autor apresenta outra natureza, função, status e identidade relativos ao sujeito. Então, a mesma função sujeito pode ser exercida por duas individualidades que podem até nem se conhecer. Por outro lado, um mesmo indivíduo poderá assumir distintas posições numa série de enunciados, assim se identificará com diferentes sujeitos.

A posição sujeito se localizará numa série de acontecimentos enunciativos que podem já ter sido produzidos; ficará estabelecida numa certa temporalidade em conexão com uma anterioridade que tende a se fazer presente, porém transformada. Também inscreve-se a posição- sujeito em certas operações efetivas, não necessariamente feitas por aquele indivíduo que fala, mas pertencendo ao circuito do sujeito enunciador, podendo ser retomadas quando necessário.

Desse modo, a função enunciativa que efetiva uma dada posição para o sujeito num enunciado não estará isolada em si, não se fará à parte de relações com outros enunciados, acontecimentos. Assim, a mobilidade da posição sujeito não é o acaso de uma aleatoriedade, mas institui-se em regras subjacentes à produção dos discursos.

Assim como, na relação entre os enunciados e as formações discursivas, há todo um conjunto de processos internos que repercutem no modo como descrevemos essas noções, há também, na direção contrária, não da interioridade das formações discursivas e dos enunciados, noções que devem ser consideradas. Foucault, tecendo considerações a respeito da análise enunciativa em sua constituição rumo ao outro, ao de fora, do enunciado para com os outros, aborda três efeitos: raridade, exterioridade e acúmulo.

Com Foucault, em sua escavação do saber, abordamos o acontecimento, o enunciado, a formação discursiva (o discurso) e a função enunciativa. Partindo-se do enunciado, chegou-se à formação discursiva e desta se vai para um conjunto de enunciados, no caso, um discurso. Dessa maneira, quando este se faz prática, se realiza numa experiência, produz-se o acontecimento discursivo. A prática discursiva engendra nos enunciados acontecimentos discursivos conjuntamente com as possibilidades e campos de utilização. Não há prática discursiva a não ser pelas diferentes vozes que a enunciam.

Então, diante do que estudamos, não é a busca de respostas, de descobertas daquilo que já estaria colocado no mundo, não é essa a proposta de uma arqueologia. O método arqueológico foucaultiano busca “romper o fio da continuidade (tão cara aos historiadores tradicionais) e assume, deliberadamente, as brechas, descobrindo o descontínuo” (GREGOLIN, 2004a, p. 77). Importa para esta perspectiva as cisões, as confluências de surgimentos e fugas. Da totalidade que é semelhança, até a fissura da cisão da representação, irrompe-se a descontinuidade entre o que é dito e o que se quer dizer, na interpretação.

Portanto, a Teoria do Discurso, inserida nos saberes das ciências da linguagem, proposta por Pêcheux, mas aqui adotada, sobretudo na perspectiva de Foucault (2008a), se faz um evidente campo teórico-metodológico para se compreender a prática discursiva da mídia.

2 DA DISPOSIÇÃO DO LUGAR AO OBJETO DA PESQUISA

Antes de tratarmos da mídia, verifiquemos o lugar de referência a que se refere seu discurso. Antes da mídia produzir e fazer circular um discurso a respeito do estado do Pará, esse lugar ou espaço se constituiu por outros discursos.

Entre o que é o lugar e o que se constitui em espaços há um movimento incessante de poderes, os espaços podem vir a ser lugares e esses tornarem-se espaços. Para cada lugar instituído, há espaços em construção. Não há um sem o outro. Pelo lugar se provocam os espaços. Segundo Certeau (2008, p. 201): “Um lugar é a ordem (seja ela qual for) segundo a qual se distribuem elementos nas relações de coexistência”.

Encontrar a ordem do estado do Pará significa buscá-lo em sua localização geográfica, em seus espaços oficialmente instituídos. Lugar delimitado por forças de poderes que historicamente se constituíram, apropriando-se de espaços já identificados, lugares estabilizados, tomados e ressignificados na movência dos espaços.

Os mapas em sua gênese enunciativa apareceram sob a égide “dos itinerários que constituíam suas condições de possibilidades” (CERTEAU, 2008, p. 205), ou seja, como demonstração dos percursos, das ações de mobilidade espaciais. Na atualidade, os mapas desfazendo-se dos percursos, apagam os itinerários espaciais, bem como a reflexão mais aguçada acerca desses movimentos: “O mapa fica só” (CERTEAU, 2008, p. 207).

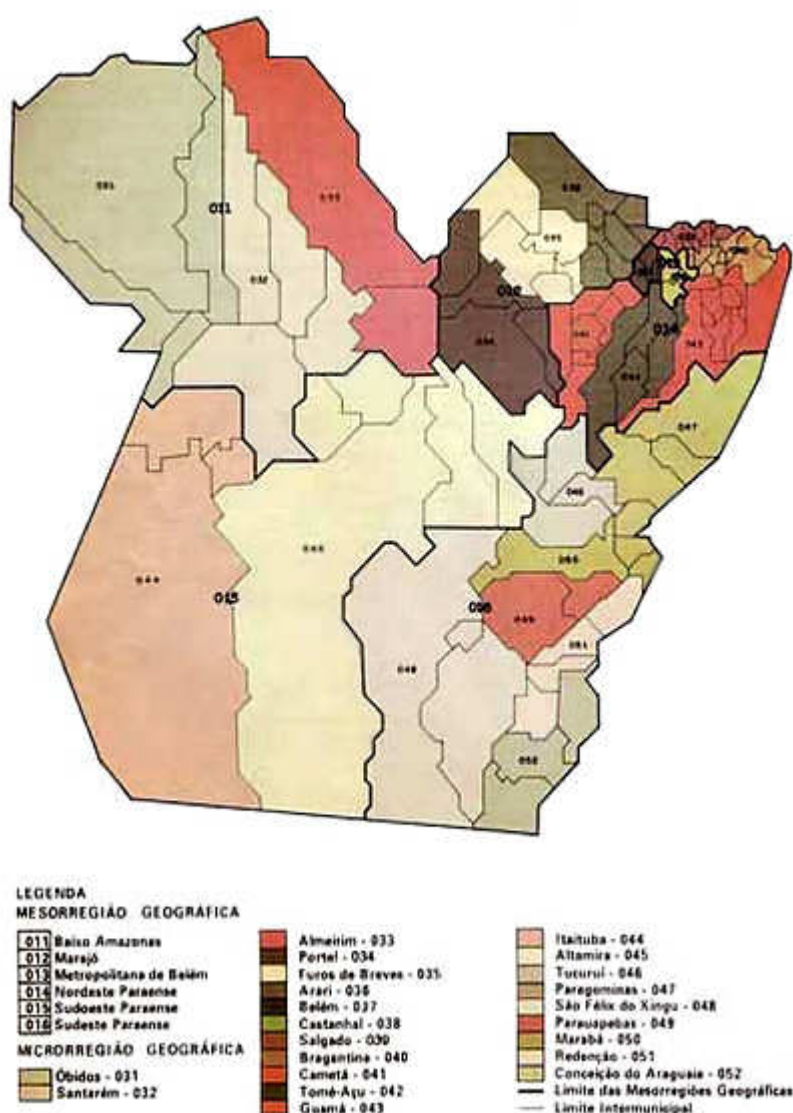
O mapa então é uma indicação estática, estabelecida de um lugar, uma constatação. Diante de todo um percurso discursivamente produzido, nos colocamos perante um mapa, lhe atribuímos sentidos. Ainda que o mapa seja a descrição localizada de um lugar, num movimento espacial de um percurso, podemos pontuar algumas relações nem tanto estabilizadas de seu sentido. Esse é nosso primeiro objetivo nesta seção. Assim, falaremos da unidade, lugar percebido e dos espaços instituídos, construídos a respeito do estado do Pará, de suas mesorregiões, trajetos em identidades e percursos de sujeitos.

Em seguida, demonstraremos pela referência, tanto ao lugar instituído quanto aos percursos espaciais, o modo como construímos o *corpus* para AD produzido por outro lugar, a mídia impressa jornalística, espaço de regulação de poder e instituição de identidades. Entre o lugar da geografia e o lugar da palavra em poder de grande circulação, construímos nosso objeto de pesquisa. Por esses lugares os sentidos se movem, transitam em espaços de mobilidade.

2.1 PARÁ: ESPAÇOS POR ENTRE LUGARES

O estado do Pará é o segundo maior estado brasileiro em extensão territorial (PARÁ, 2011). Sua dimensão física e a localização geográfica são marcadas por uma exuberante diversidade fluvial, sendo seu grande território atravessado por rios com um imenso volume de água. Como o meio de transporte fluvial é em sua maior parte mais demorado, isto favorece o distanciamento entre as várias regiões que constituem o estado.

Mapa 1: Mesorregiões do Estado do Pará.



Fonte: Resolução (PR), nº 51 de 31.07.89. Reprodução a partir das informações constantes no Projeto de Regionalização Administrativa do Estado do Pará, editado pela SEPLAN/IDESP em 1992 publicado na Revista Nosso Pará, 1996.

Segundo Douglas Santos (2002, p. 27), “um dos pontos de partida da ação humana no que tange a superação de suas necessidades de sobrevivência implicou, sempre, algum tipo de deslocamento”. Ação e movimento, lugar de ser, lugar para se ir, motivação espacial que faz o homem fazer-se discurso. As delimitações que geram mapas já se fazem a reprodução de uma disposição do espaço. Assim, no caso do Pará, teremos as mesorregiões do estado. Isto não se delimita aos aspectos físicos, mas também a uma significação atribuída aos lugares, ao modo como os sujeitos se percebem, se encontram/confrontam com os lugares.

A menor mesorregião territorialmente delimitada no mapa acima refere-se à região Metropolitana de Belém, sendo a mais populosa. As quatro regiões localizadas na parte superior do mapa apresentam maior semelhança sociocultural: são elas, a região Metropolitana, do Nordeste paraense, do Marajó e do Baixo-amazonas. Dessas, as duas primeiras localizam-se mais próximo à capital paraense. A última, apesar de apresentar semelhança sociocultural com a Mesorregião Metropolitana, se faz distanciada pelos rios que caracterizam o estado, principalmente no que tange à geografia das regiões mais ao Oeste do Pará.

Já as duas mesorregiões abaixo do mapa, no caso, as regiões sudeste e sudoeste, apresentam-se mais distantes, revelando maior índice migratório de outros estados, dada, entre outros fatores, a proximidade com o centro-sul do país. A seguir, identificaremos cada mesorregião e as microrregiões que lhes constituem, destacando-lhes a atividade econômica e constituição social. Daí, pontuaremos algumas inter-relações entre as mesorregiões.

Considerando o mapa 1(um), faremos um breve resumo das seis mesorregiões do estado do Pará destacadas. A mesorregião Metropolitana de Belém reúne onze municípios e duas microrregiões, quais sejam: Belém e Castanhal. A primeira apresenta uma das menores áreas territoriais quanto às demais microrregiões, no entanto, o maior índice populacional, segundo dados do IBGE de 2006, estimado em 2.671.066 habitantes. Compreende seis municípios: Ananindeua, Barcarena, Belém, Benevides, Marituba, Santa Bárbara do Pará. A microrregião de Castanhal é formada por cinco municípios: Bujaru, Castanhal, Inhangapi, Santa Izabel do Pará e Santo Antônio do Tauá (ANUÁRIO ..., 2010).

A mesorregião do Nordeste paraense é constituída por quarenta e nove municípios e cinco microrregiões (PARÁ, [2011]). A microrregião Bragantina apresenta uma população estimada em 374.907 habitantes, sendo formada por treze municípios: Augusto Corrêa, Bonito, Bragança, Capanema, Igarapé-Açu, Nova Timboteua, Peixe-Boi, Primavera, Quatipuru, Santa Maria do Pará, Santarém Novo, São Francisco do Pará e Tracuateua.

A mesorregião do Marajó é constituída por dezesseis municípios. Esses se agrupam em três microrregiões: Arari, Furos de Breves e Portel. A microrregião do Arari tem 127.950 habitantes distribuídos em sete municípios: Cachoeira do Arari, Chaves, Muaná, Ponta de Pedras, Salvaterra, Santa Cruz do Arari e Soure. A microrregião do Furo de Breves é constituída por uma população aproximada de 187.176 habitantes em cinco municípios: Afuá, Anajás, Breves, Currealinho e São Sebastião da Boa vista. A microrregião de Portel apresenta cerca de 110.037 habitantes em quatro municípios: Bagre, Gurupá, Melgaço e Portel (WIKIPEDIA, 2010c).

A mesorregião do Baixo-Amazonas apresenta três microrregiões: Almerin, Óbidos e Santarém. A microrregião de Almerin apresenta uma população de cerca de 64.228 mil habitantes, distribuídos em dois municípios: Almerin e Porto de Moz. A microrregião de Óbidos constitui-se de uma população de 173.083 mil pessoas, encontrada nos cinco municípios: Faro, Juruti, Óbidos, Oriximiná e Terra Santa. A maior densidade populacional fica na microrregião de Santarém com uma população de 455.639 mil habitantes, ou seja, bem mais à frente das demais; sendo constituída por sete municípios: Alenquer, Belterra, Curuá, Monte Alegre, Placas, Prainha e Santarém (WIKIPEDIA, 2010b).

A mesorregião do Sudeste constitui-se de 39 municípios, distribuídos em sete microrregiões: Conceição do Araguaia, Marabá, Paragominas, Parauapebas, Redenção, São Félix do Xingu e Tucuruí. A microrregião de Conceição do Araguaia tem cerca de 115.950 habitantes, constituindo-se por quatro municípios: Conceição do Araguaia, Floresta do Araguaia, Santa Maria das Barreiras e Santana do Araguaia. A microrregião de Marabá apresenta a segunda maior população da mesorregião, estimada em 259.514 habitantes, e dividi-se em cinco municípios: Brejo Grande do Araguaia, Marabá, Palestina do Pará, São Domingos do Araguaia e São João do Araguaia (WIKIPEDIA, 2010e).

A mesorregião do Sudoeste apresenta duas microrregiões: Altamira e Itaituba. Na primeira, há em torno de 247.642 habitantes em oito municípios: Altamira, Anapu, Brasil Novo, Medicilândia, Pacajá, Senador José Porfírio, Uruará e Vitória do Xingu. Já a microrregião de Itaituba apresenta cerca de 272.781 habitantes. É cortada por duas importantes rodovias, a BR-163 (Rodovia Cuiabá-Santarém) e a BR-230 (Rodovia Transamazônica). Encontram-se nessa microrregião seis municípios: Aveiro, Itaituba, Jacareacanga, Novo Progresso, Rurópolis e Trairão (WIKIPEDIA, 2010f).

Então, o estado do Pará é constituído por seis mesorregiões. Algumas mais próximas, outras mais distantes no que tange ao aspecto geográfico. Todas mais ou menos diferenciadas naquilo que se refere ao aspecto social. Em cada região, podemos apontar, além das

microrregiões definidas acima, os municípios polos que as constituem e tendem a caracterizá-las, conforme a população, a atividade econômica e a formação social predominante:

Quadro 1-Título: Lista e Características das Mesorregiões do estado do Pará¹⁰.

MESORREGIÃO	POLO(S)	POPULAÇÃO	MIGRAÇÃO	ECONOMIA E CARACTERÍSTICAS
Metropolitana de Belém	Belém Castanhal	2.437.297	137.157 Remonta ao período colonial: indígena, branca e negra.	Primeira cidade da Amazônia Comércio Serviços Turismo Indústrias-(alimentícias, naval, metalurgia, pesqueira e química) Madeireiras Baías e rios
Nordeste	Bragança Capanema	1.789.387	71.634 Remonta ao período colonial: indígena, branca e negra. Migração do nordeste (maranhenses).	Polo pesqueiro; Extrativismo de Caranguejo; Pecuária; Área desflorestada (2º maior índice de desflorestamento por km2 entre as mesorregiões) Turismo; Maior produtor de açaí do estado; Banhada pelo atlântico.
Marajó	Soure Salvaterra	487.010	2.465 Remonta ao período colonial: Forte influência indígena- Caboclos.	Agricultura: Côco; Fruticultura nativa: Açaí segundo maior produtor do estado), bacuri, murici, abricó, sapotilha, cajarana, abacaxi (exportação); Área desflorestada (Menor índice de desflorestamento por km2 entre as mesorregiões)
Baixo-Amazonas	Santarém	736.432	49.359 Remonta ao período colonial: Forte influencia indígena- Caboclos.	Extrativismo: madeira, borracha, castanha; Agricultura, juta, mandioca, jota, suínos, ovos, pesca; Indústria de fibra; Processamento de pescado (exportação); Rios Tapajós e Amazonas.
				Continuação
MESORREGIÃO	POLO(S)	POPULAÇÃO	MIGRAÇÃO	ECONOMIA E CARACTERÍSTICAS
				Continua

¹⁰ A informação referente à quantidade de mesorregiões e às suas denominações é baseada em dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os dados sobre a população total de cada região foram extraídos do censo 2010. Os dados concernentes ao fluxo migratório para cada mesorregião são do censo 2000. A informação referente ao censo 2010 ainda não foi tabulada pelo referido órgão. Os dados sobre o extrativismo de açaí e criação bovina também são do IBGE, no entanto, apresentam base interpretativa do Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Estado do Pará (IDESP).

Sudeste	Marabá Parauapebas	1.647.514	212.707 Muito ocupada, no período da construção das Rodovias Federais Transamazônica e Belém-Brasília, por imigrantes goianos, mineiros, sulistas e maranhenses.	Maior rebanho bovino do estado. (10.868.241 cabeças) Extrativismo Vegetal Polo Mineral de Carajás; Vocação agrícola e comercial; Muito desenvolvida nos últimos anos; Rio Tocantins. Área desflorestada (Maior índice de desflorestamento por km ² entre as mesorregiões. Duas vezes maior do que a segunda mesorregião)
Sudoeste	Altamira; ¹¹ Itaituba	483.411	109.488 Caracterizada pela migração, pelas rodovias federais 'Santarém-Cuiabá' e 'Transamazônica'- área de fronteira da Amazônia Presença indígena	Segundo maior rebanho bovino do estado (3.184.561 cabeças); Área desflorestada (Terceiro maior índice de desflorestamento por km ² entre as mesorregiões. Quantitativo bem próximo do segundo) Assentamentos—geram cidades como Anapu; Agricultura; Extração de borracha e castanha-do-pará; Pecuária; Rios Araguaia e Xingu; Complexo potencial energético.
Total de População		7.581.051	582.810.000 Total de Imigrantes	

Fonte: IBGE, Censo demográfico 2010. População residente por situação do domicílio e sexo-Sinopse (www.sidra.ibge.gov.br); IBGE, Censo demográfico 2011. População residente, por lugar de nascimento e sexo, segundo as Mesorregiões, as Microrregiões e os Municípios- Pará; Instituto de desenvolvimento sócio ambiental do estado do Pará (Idesp). Área desflorestada em km² segundo Mesorregião–2000–2009 (<http://www.sie.pa.gov.br/i3geo/relatorio.php>).

O quadro acima aponta para algumas indicações. A mesorregião Metropolitana é a mais antiga e mais populosa, enquanto a mesorregião do Sudoeste do estado do Pará inversamente é a menos populosa. A primeira foi colonizada já pelos portugueses; a segunda recebeu colonização interna de imigrantes de outros estados brasileiros, incentivados pela construção de duas rodovias federais que possibilitaram a ocupação desse espaço. Esta última, ainda que seja a mesorregião com menor contingente populacional, é a que apresenta maior número de imigrantes, vindos, em sua grande maioria, do Sudeste brasileiro. O Sudoeste ainda é a região que, em suas áreas urbanas ou mesmo nos assentamentos rurais, apresenta o maior número de índios; é a parte do estado que mais possui reservas indígenas, ou seja, onde a presença indígena se faz mais marcante.

¹¹ É o maior município do país. Isto é bastante simbólico pelo fato de o Pará possuir a segunda maior extensão territorial do Brasil. Tal extensão irá redundar em várias consequências históricas, tais como certas diversidades geográfica, humana e econômica.

Justamente por caracterizar-se por esse cenário, pelo aspecto migratório, demonstra uma grande incidência de extrativismo vegetal, o que resulta em “noticiados” conflitos agrários. A geografia fluvial dos rios dessa região, favorecendo o surgimento de cachoeiras, imprimindo densidade e força às águas, potencializa a produção de hidrelétricas nesse espaço, muitas em fase de construção. Esse processo tem gerado debates ambientalistas acerca dos impactos ambientais envolvendo várias entidades, ressaltando-se, inclusive, a face resistente das comunidades indígenas.

Também a região Sudeste teve a formação de seus povoados e cidades estimulada, tanto pela Transamazônica quanto pela Belém-Brasília, duas rodovias federais que muito trouxeram para região imigrantes do Sudeste, Nordeste, Centro-Oeste e principalmente do Sul do país. Esta mesorregião é a que apresenta o maior índice migratório do estado do Pará. Neste caso, a maior proveniência migratória é do Sul do país.

A mesorregião Sudeste caracteriza-se pelo maior índice entre todas quanto ao desflorestamento, apresentando índices bastante superiores em relação às demais mesorregiões. Em segundo lugar, quanto a este índice temos a mesorregião Nordeste e logo em seguida a Sudoeste. Esta, apesar de estar em terceiro lugar, com índices bem próximos da segunda, caracteriza-se também pelos conflitos agrários.

Outras atividades econômicas as quais destacamos no quadro acima são a extração e o beneficiamento mineral, atividades que referendaram outros caminhos econômicos para a mesorregião Sudeste, estimulando bastante seu crescimento, atenuando um pouco a exploração ambiental, embora ainda presente. Esta mesorregião apresenta-se em grande destaque em relação ao rebanho bovino. Logo em seguida, aparece a mesorregião Sudoeste. A criação extensiva de gados nessas mesorregiões aponta para a formação de grandes pastos, fato que se mostra indicativo da existência de desmatamento nesta parte do estado.

As regiões ‘Metropolitana’, ‘Nordeste’, ‘Marajó’ e ‘Baixo-amazonas’, pelo que se demonstrou no quadro, apresentam maior similaridade, tanto em relação à formação populacional quanto em relação à economia e às características mais gerais. São as regiões mais antigas do estado, remontando, principalmente as três primeiras, ao período colonial, justamente pelo fato de a geografia física dessas facilitar o acesso das expedições colonizadoras, considerando-se a posição próxima ao oceano Atlântico dos municípios de Bragança (região Nordeste), bem como a existência da baía do Guajará (região Metropolitana). Essa favorece o adentramento de embarcações maiores, tanto em Belém como em Soure, no arquipélago do Marajó.

A mesorregião do Marajó é a que apresenta maior produção de açaí, inversamente às mesorregiões do Sudeste e Sudoeste do estado. Enquanto essas caracterizam-se pela grande produção de rebanho bovino, ou seja, por uma atividade que repercute diretamente na degradação ambiental, aquela caracteriza-se por uma atividade extrativista adequada à preservação ecológica. Os açaizais são palmeiras características da paisagem ribeirinha amazônica. Desse modo, a coleta e o consumo do açaí inserem-se na prática cultural alimentar, bem como na subsistência econômica, dos nativos paraenses. O Marajó, conforme apresentado no quadro acima, é a mesorregião com menor índice de desflorestamento no estado do Pará.

Apesar de a região do Baixo-amazonas não ser banhada pela baía, que tem contato direto com o oceano Atlântico, o fato de a grande costa da ilha do Marajó aproximar-se mais dos rios que levavam dessa região facilitou também a ocupação colonizadora naquele espaço geográfico. Assim, a densidade fluvial favoreceu o contato português com o espaço citado, de modo antecipado à ocupação das regiões Sudeste e Sudoeste paraense. Essas, mesmo sendo caracterizadas pelos rios, mostravam-se mais interiorizadas e de difícil acesso pela densidade florestal, vindo ocorrer nessas, de modo bem mais demorado, o surgimento das cidades.

Há duas paisagens bem distintas no estado do Pará, ambas caracterizadas por alcançarem grandes extensões. Uma remete à natureza, outra diretamente à intervenção humana. No caso, verificamos no estado do Pará os rios e as estradas. A primeira anterior ao colonizador português, a segunda por ele veio, para ele facilitou o acesso. A primeira é implicada na paisagem natural da floresta amazônica, está constitui-se numa imensa e “caudalosa” bacia hidrográfica. (WIKIPEDIA, 2010g) Desta, destaquemos o Amazonas, o Tapajós, o Tocantins, o Araguaia, o Xingu, o Guamá e a baía “banhando” a cidade de Belém, que se faz local de encontro do rio com o mar, fazendo o mar ser um pouco do rio e o rio um pouco do mar.

O Rio Amazonas é o segundo maior rio do mundo em extensão e o destacadamente maior em volume de água (WIKIPEDIA, 2010h). Nasce no Peru, outro país latino americano, e desemboca no rio Tocantins no estado do Pará. O Rio Tocantins, é o segundo maior rio brasileiro, ficando depois do São Francisco. Este banha a cidade de Marabá e Cametá, entre outras. Começa no estado de Goiás e desemboca no Pará. Esse rio, ao encontrar-se com o Araguaia, vai ser denominado de Tocantins-Araguaia, na região do “Bico do Papagaio”, localizada entre o Tocantins, o Maranhão e o Pará. No vale do Tocantins, encontra-se a maior concentração de castanheiras da Amazônia.

O Rio Araguaia faz uma espécie de limite natural dos estados de Goiás, Tocantins, Mato Grosso e Pará (WIKIPEDIA, 2010i). Apesar de ser considerado um dos rios mais propícios à pesca do mundo, vem sofrendo uma diminuição na incidência de peixes, dada a pesca predatória e os impactos da hidrelétrica de Tucuruí. Tal ação tem contribuído para o assoreamento de certos trechos. É um rio caracterizado pela intensa quantidade de praias que se formam nos períodos de maior estiagem, proporcionando uma intensa atividade de acampamentos turísticos na região.

Outro rio que fica próximo à região do Araguaia, cortando principalmente o Sudoeste do estado do Pará, é o Rio Xingu (WIKIPEDIA, 2010m). Esse nasce no Mato Grosso e desemboca no Pará, próximo a foz do Amazonas. O parque indígena do Xingu localiza-se na cabeceira desse rio, daí constituir-se na principal fonte de alimentos de uma população de cerca de 4.550 indígenas que habita em suas margens. Conforme se ressaltou anteriormente, a preservação florestal dessa área motiva a ambição e ação dos exploradores da floresta, assim, ameaçando a sobrevivência do rio Xingu.

O Rio Tapajós é outro grande rio que se encontra com o Amazonas nas margens da maior cidade da região do Baixo-Tocantins (WIKIPEDIA, 2010k): Santarém. Também por esse rio pode-se viajar da região Sudoeste do estado, partindo-se do segundo maior município dessa região, Itaituba, para Santarém.

As duas grandes estradas federais que cortam ou chegam ao estado do Pará seguem o trajeto dos rios. São, elas, a Rodovia Cuiabá-Santarém (WIKIPEDIA, 2010n) e a “Transamazônica” (WIKIPEDIA, 2010o). A primeira, longitudinal, liga o Sul do país ao estado do Pará. A segunda, transversal, liga o Pará ao Nordeste.

Vários foram os objetivos para a implementação de rodovias nessa região. Pode-se destacar: a promoção da unidade territorial brasileira, a garantia da ocupação e crescimento econômico da Amazônia, a integração das regiões, a promoção de novas fronteiras produtivas. Ainda criar oportunidades para aqueles que não conseguiam se estabelecer em suas regiões, embora mais prósperas, no caso do sulista; ou apontar uma alternativa diante da escassez natural de sua própria região.

Por esse fio de sentido se construiu o fio discursivo para o empreendimento dessas imensas rodovias impondo-se à região amazônica, ao estado do Pará. Por elas esse se fazia o mais próximo entre os estados amazônicos.

A BR-163, denominada de Cuiabá-Santarém, tem 1780 km de extensão, com menos da metade desse trecho asfaltado, apenas 702 km. Possibilita o trajeto entre os estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Pará, ou seja, do

Sul do país, passando pelo Centro-Oeste até o Norte. A parte asfaltada dessa rodovia refere-se a que serve aos estados do Sul e Centro-Oeste. A maioria da rodovia, justamente a parte não asfaltada, cerca de 1.152 km de estradas de chão, fica numa parte de Mato Grosso e no Pará, onde se localiza grande parte de sua extensão.

O acesso rodoviário ao município polo da região do Baixo-Amazonas é pouco beneficiado por essa rodovia, dada suas condições de trafegabilidade. Pela Santarém-Cuiabá, provavelmente, chegaram a maior parte dos trabalhadores e grileiros da região. Talvez, por ela, também vieram fazendeiros e madeireiros, a maioria, muito possivelmente usaram do meio de transporte aéreo.

A BR-230, denominada de Rodovia Transamazônica, é outra estrada federal construída na época da ditadura militar, ressaltando o caráter agressivo de se promover a ocupação territorial do país. Foi projetada pelo presidente Emílio Garrastazu Médici (1969 a 1974). Gigantesca obra, é quatro vezes maior que a Cuiabá-Santarém, numa extensão de 4.977 km. Terceira maior rodovia do Brasil, atravessa sete estados, quatro ao Nordeste do país (Paraíba, Ceará, Piauí e Maranhão) e três ao Norte (Tocantins, Pará e Amazonas).

Tal como a anterior, essa estrada federal não é pavimentada, principalmente no trecho que se relaciona ao território paraense. Por ela, as regiões Norte e Nordeste podem acessar, ainda que em desfavoráveis condições, o Peru e Equador, por meio rodoviário. Essa rodovia, dada sua maior extensão e fazendo confluências com a Cuiabá-Santarém e a Belém-Brasília; foi a que mais concorreu para ocupação do Sudoeste e mais efetivamente do Sudeste do estado do Pará. Assim, contribuiu sobremaneira para exploração irregular e abusiva da floresta, bem como para a ocupação irregular das duas regiões citadas, motivando o acirramento de conflitos.

Portanto, os rios se constituíram como roteiro para a abertura das estradas no território paraense. Rios e estradas, estradas e rios, por esse trajeto se evidenciam saberes e poderes configurando um espaço e uma identidade para esse espaço, essa paisagem humana em movimentos e tensionamentos no estado do Pará.

2.2 PELO DISCURSO: A CONSTRUÇÃO DE UM *CORPUS* CHAMADO “PARÁ”

Considerando o *a priori histórico* exercendo um poder de delimitação sobre aquilo que se produz como discurso midiático, há uma série de condições que irão proporcionar o aparecimento de determinados enunciados a respeito do estado do Pará no jornal em estudo. A partir de um enunciado, isolando-se sua condição de aparecimento, estas condições corresponderiam a outras, seriam comuns a outras, presentes em outros enunciados por vir. Um “A priori [...] de uma história determinada, já que é a das coisas efetivamente ditas” (FOUCAULT, 2008, p. 144).

Nesse sentido, o que se diz sobre o Pará pode ser delimitado por um dado evento ocorrido no estado que não deixa, porém, de estar relacionado ao que ocorre no país e a determinados dizeres sobre esses eventos. Também pode-se falar de algo sobre o estado do Pará, justamente por estar sendo evidenciado no país ou mesmo no mundo. Então, a partir da relação entre um dizer que produz um dito, encontrado num dado discurso e em outros (provenientes de outros discursos) com os quais aquele parece produzir sentido. Vejamos a noção de condições de produção trazida por Courtine (2009, p. 76): “A determinação das condições de produção de uma sequência discursiva só deveria efetuar-se no quadro de definição que constitui o conceito de FD, a partir do interdiscurso da FD que domina essa sequência como *conjunto complexo imbricado de FD e de F*”.

Um enunciado é dito sob determinadas condições de produção (CP). Essas são determinadas pela formação discursiva (FD) em que aquele enunciado se inscreve. Diz-se na interseção com outros dizeres presentes em outros discursos da mesma formação discursiva. Por sua vez, a formação discursiva é representativa de uma formação ideológica (FI). Por esta, os sujeitos podem ser conduzidos numa relação de submissão/interpelação/resistência a reproduzirem um complexo conjunto de atitudes e representações relacionadas a conflituosos posicionamentos sociais. Uma dada formação ideológica, portanto, poderá se materializar discursivamente em diversas formações discursivas interligadas.

Ainda para Courtine (2009), distintas formações ideológicas podem tratar do mesmo tema, assim em diferentes formações discursivas. A formação ideológica vai determinar o que poderá ou não ser dito numa formação discursiva. Diante de formações discursivas relativas a distintas formações ideológicas, se estabeleceram relações contraditórias inscritas na própria materialidade da formação discursiva. O sentido do que se diz é, então, definido por outros ditos, em outros discursos da mesma formação discursiva.

Desse modo, haverá um processo discursivo quando dois discursos inscreverem-se, por determinadas relações de sentido, numa mesma formação discursiva. Nesse caso, por um lado, a constituição de uma dada formação discursiva se faz pela relação de similaridade

(sinonímia) entre os discursos que as constituem; por outro, também haverá relações de sentido de diferença, contraposição (antonímias) entre discursos de distintas formações discursivas.

No discurso estará o “outro” a que se assemelha pela mesma formação discursiva e o “outro” a que se distingue, por distintas formações discursivas. O mais importante, porém, é que essa relação se fará dissimulada, ou seja, é o fato de que em qualquer formação discursiva o que se disse antes se faça “disfarçado” na transparência dos sentidos.

Então, o sentido do enunciado se constrói no interdiscurso, na mesma ou em diferentes formações discursivas. O intradiscurso é um efeito do interdiscurso sobre si mesmo, ou seja, sobre o próprio discurso. Tudo aquilo que se anuncia num dado momento de um discurso proferido por um sujeito é relacionado, em anterioridade ou posterioridade, por uma implicação de ratificação ou retificação, com o que se disse antes ou se dirá posteriormente naquele próprio discurso.

Dessa maneira, esquecem-se os outros discursos, absorvendo-se suas orientações, assumindo estas como suas, internas ao seu próprio discurso. Nesse caso, o caráter material objetivo se mostra muito mais disfarçado. Daí, pode se constituir num modo mais complexo de interpelação discursiva.

Linguisticamente, esse dizer do discurso, que aparece em outros discursos, pode ser chamado de *pré-construído*: “Trata-se do efeito discursivo ligado ao encaixe sintático: um elemento do interdiscurso nominaliza-se e inscreve-se no intradiscurso” (COURTINE, 2009, p. 74). Pelo *pré-construído* se diz aquilo que já seria do conhecimento de todos, que pode ser compartilhado por todos. Por ele se traz para aquele enunciado a verdade da formação discursiva. Assim, o sujeito da enunciação irá assimilar-se a um sujeito universal da formação discursiva em referência.

A partir do que já foi dito, os enunciados daquele discurso em produção serão articulados. É pelo discurso “outro” que atravessa o discurso enunciado por aquele enunciator que o discurso “deste” passa a se fazer coerente. O que o enunciator de um discurso irá dizer pauta-se em outros dizeres que “disfarçadamente” vêm à tona. Essa articulação se faz por meio de estruturas linguísticas de ordem sintática, tais como as orações explicativas, capazes de articular “novos sentidos” a sentidos já sabidos.

O discurso da mídia impressa acerca do estado do Pará realiza-se na relação entre o *pré-construído* e a “articulação” de enunciados, ou seja, realizam-se enunciados jornalísticos a partir de uma ou mais formações discursivas. Desse modo, o que é dito realiza-se por entre outros dizeres em circulação. Assim, na construção do nosso *corpus* discursivo, verificamos

uma tendência da mídia em realizar muitos dizeres em relação ao que foi dito sobre o estado do Pará. Constrói-se pelo dizer da mídia um “lugar” de referência, por ele os sentidos ficam circunscritos.

Embora para seleção do nosso *corpus* tenhamos percorrido um período de doze meses diferentes em doze anos distintos, a metodologia construída para a sua produção não se fez presa a uma compreensão linear da construção do acontecimento discursivo, pois adotamos a perspectiva de que num só texto pode estar atravessado um discurso em sua temporalidade, num jogo de projeção entre o passado e o presente, num jogo de sentido entre o dito num determinado texto e em outros a que fomos procurando no jornal “Folha de S.Paulo”.

Por isso, a metodologia de construção do *corpus* discursivo, estando implicada no próprio processo de produção teórico-analítico desta pesquisa, foi permeada por questões teórico-metodológicas problematizadas na projeção do objeto de pesquisa. Assim, passou por mais de um procedimento. Num primeiro momento, surgiram duas indagações delimitadas ao objeto da pesquisa, no caso: O estado do Pará aparece nesse jornal? Se aparece, em que proporções? Assim, os critérios que se faziam subjacentes às indagações eram o da repetição e o da visibilidade.

Num segundo momento, outra inquietação que nos movia na construção do *corpus* da pesquisa era: O que se fala a respeito do estado do Pará? Nesse caso, nossa pauta motivadora de análise do discurso era delineada pelo critério temático. Ainda, subjacente à pergunta anterior, num terceiro momento, mais uma indagação submergiu: Como se fala a respeito do estado Pará? Dessa maneira, mais do que a quantidade e os temas que se fazem pertinentes, mais um outro critério aparece. Este se refere ao modo como se fala, como se produzem sentidos de identidade do estado do Pará.

Portanto, a construção metodológica de constituição do *corpus* de pesquisa pautou-se nos critérios da visibilidade e repetição, no critério temático e no critério do modo como se produziram as enunciações no discurso do jornal “Folha de S.Paulo” a respeito do estado do Pará.

Diante da procura pelo estado do Pará no jornal “Folha de S.Paulo”, foram selecionados todos os textos que de algum modo faziam referência ao estado, a sua capital, a outras cidades do estado, aos paraenses. Dessa seleção, chegou-se a uma série de textos. Em seguida, procurou-se distribuí-los em temas mais específicos, daí se chegou a temáticas mais gerais. Daí definiram-se quatro Eixos Temáticos, conforme apresentado no quadro 2:

1-Eixo da violência Violência Agrária, Trabalho escravo e infantil Violência urbana, Tráfico	2-Eixo do Meio Ambiente Desmatamento, Preservação Riquezas Naturais
3-Eixo do Poder do Estado Política Ditadura e resistência	4-Eixo do saber cultural, artístico e científico. Círio de Nazaré, Esporte Urbanidade e tradição, Turismo Expressão internacional, Produção erudita e popular, Ciência

Fonte: Elaboração própria.

Após selecionarmos os textos e distribuí-los em Eixos Temáticos, percebemos que determinados eixos, discursivamente constituídos a partir do critério da similaridade temática, se apresentavam bastante diferentes quanto à regularidade de ocorrências de textos, havendo temas específicos mais ou menos recorrentes no interior de cada um. A partir da regularidade da especificidade temática, cada um dos eixos se apresentou com maior ou menor visibilidade no jornal.

Assim, a ordem dos eixos disposta acima segue tal regularidade. No eixo de maior visibilidade, há os temas específicos mais regulares e menos regulares. Também no eixo de menor visibilidade há os temas específicos de maior ou menor regularidade. Assim, há temas específicos que, embora estejam num eixo que aparece numa ordem de menor visibilidade, são bem mais regulares, relativos a outros que estão num eixo mais visível. Desse modo, poderíamos talvez dizer que haveria uma Ordem do Discurso a respeito do estado do Pará, estabelecida no fato de o tema estar sendo dito regularmente ou não em vários textos jornalísticos. Essa nos parece apontar para a produção de uma identidade.

Um efeito discursivo se reforça na medida do seu contrário, ou seja, o sentido de algo está no “outro” que lhe realça a pertinência: havendo repetição, regularidade, haverá dispersão. Dessa maneira, entre os quatro eixos temáticos selecionados, elegemos três para análise da produção discursiva da identidade paraense no jornal em pauta. Entre esses, trabalhamos com os temas específicos mais recorrentes, conforme o quadro 3:

Quadro 3. Título: Eixos Temáticos de Produção de Identidade

1-Eixo da Violência Conflito Agrário, Trabalho escravo e infantil
2-Eixo do Meio Ambiente Desmatamento e queimadas

3-Eixo do Saber Cultural, Artístico e Científico
 Círio de Nazaré
 Cultura (turismo e populações indígenas), Produção erudita e popular, Ciência
 Questão indígena

Fonte: Elaboração Própria.

O primeiro e o segundo Eixo Temático apresentam uma regularidade quanto aos temas que os constituem, visivelmente maior em relação ao terceiro. No Eixo Temático da Violência, os temas recorrentes foram Conflito Agrário e Trabalho Escravo e Infantil. No Eixo do Meio Ambiente, o tema que se repetiu foi Desmatamento. Finalmente no Eixo Temático dos Saberes Culturais, Artísticos e Científicos, o tema que se repete é o Círio de Nazaré, havendo outros que se fazem mais ou menos dispersos.

No entanto, também pertinentes para a produção da identidade paraense, constituindo o último Eixo, há duas ordens de temas que aparecem dispersos ou apagados. Primeiramente, incluídos numa só temática, foram analisados os temas do Turismo, Produção Erudita e Popular e Ciência. Em seguida, ainda com menor regularidade nos textos do jornal, temos a temática indígena.

Enfim, a partir desse procedimento, chegamos, por um lado, aos temas que, ao se mostrarem regulares em relação ao estado do Pará, podem fazer-se identificados a ele. Por outro lado, os temas que apresentaram menor regularidade, ao se tratar desse estado, podem produzir um efeito de distanciamento, mostrando-se, então, distante da “realidade” paraense.

É importante ressaltar-se, porém, que nem sempre os temas específicos com maior regularidade podem apontar para um efeito de sentido de identidade. Por exemplo, o Eixo Temático do Poder do Estado, apesar de se posicionar na terceira disposição entre os eixos constituídos, elencando os temas da “Política” e da “Ditadura e Resistência”, parece não representar evidentemente algo que de modo mais delimitado defina uma identidade do estado do Pará, ainda que o tema da Política apresente uma regularidade só abaixo das temáticas do Conflito Agrário e Desmatamento/Queimadas.

Embora, tenhamos encontrado um grande número de textos referindo-se a um político paraense de bastante expressão nacional, Jader Barbalho, isto não parece se mostrar suficiente para buscarmos a identidade paraense a partir da Política. Assim, a temática da Política relacionada à corrupção, ressaltada na maioria dos textos deste tema, não parece ser uma singularidade que identifique o estado do Pará. Até porque encontramos, em muitas outras manchetes de jornais de grande circulação nacional, a relação entre política e corrupção, referindo-se a políticos de outras regiões do país.

Também o tema da Ditadura e Resistência pareceu não se constituir em algo que pudesse se mostrar como delimitador de uma identidade regional paraense. Isto pelo fato de a Guerrilha do Araguaia, único tema referido nos textos dessa temática, vincular-se diretamente “a personagens nacionais” do acontecimento político do final de década de 1960, a Ditadura Militar, eclodido no Brasil, assim identificado com todo o país.

No entanto, não se pode negar o fato de o tema da resistência ser bastante indicativo de uma identidade historicamente produzida a respeito do estado do Pará, conforme veremos na terceira unidade desta seção. Portanto, não nos embasamos somente no critério da regularidade e da dispersão para efetivamente selecionarmos os “eixos temáticos” representativos para a construção de uma identidade acerca do estado do Pará.

Simultaneamente à repetibilidade de um dado tema, também verificamos se isto construiria um acontecimento discursivo jornalístico, estando associado a um determinado evento ou fato com grande repercussão e visibilidade. Nesse caso, selecionamos textos referentes a dois acontecimentos, incluídos no Eixo Temático da Violência, especificamente no tema do Conflito Agrário, e outro no Eixo dos Saberes Culturais, Artísticos e Científicos.

A primeira série de textos refere-se a um dado evento, circunscrito a uma data específica, um ano, um mês e um dia. A segunda série refere-se a um evento que não se mostra circunscrito a uma data. Seriam vários eventos marcados pela repetição. No primeiro caso, teríamos o assassinato da líder religiosa rural irmã Dorothy Stang, no segundo O Círio de Nazaré.

Além da relação estabelecida entre regularidade e acontecimento considerada na seleção das duas primeiras temáticas de textos para análise discursiva acerca da produção de uma identidade paraense, também selecionamos outro tema baseado na regularidade, o Trabalho Escravo e Infantil. Esse apresenta uma direta relação com o tema do Conflito Agrário, por isto incluído no mesmo Eixo Temático.

Quanto ao Eixo Temático do Meio Ambiente, já se justifica pelo fato de o estado do Pará está localizado na maior floresta tropical do mundo, a Amazônica. Nesse eixo, vai se destacar, porém, a temática do Desmatamento/Queimadas. Esse tema, além de apresentar uma grande incidência de textos, divulga o estado do Pará como um dos campeões nacionais dessa atividade de depredação do Meio Ambiente. Muitos dos textos referem-se a um dado acontecimento, porém, não de tanta repercussão.

Selecionamos, então, os temas enfatizando-se o critério da repetição, relacionando-o ou não ao acontecimento ou ao campo enunciativo. Também fizemos a seleção a partir da dispersão, tanto por indicar pouca visibilidade quanto por apresentar certo antagonismo

relativo aos temas abordados nos Eixos Temáticos da Violência e do Meio Ambiente. Isto porque uma formação discursiva poderá afirmar um tema pela regularidade de seu aparecimento, como poderá negá-lo pela dispersão, ou até mesmo pelo apagamento.

Então, para chegarmos até esses temas, partimos do critério da diferença de sentido, ou seja, consideramos entre os temas dispersos aqueles que estivessem numa relação de sentido mais distante relativo aos temas mais reincidentes, isto é, em contraponto aos temas analisados nos Eixos da Violência e do Meio Ambiente.

Buscamos temas, de certo modo, antagônicos, respectivamente aos temas do Conflito Agrário, do Trabalho Escravo e Infantil e do Desmatamento/Queimadas. Nesse caso, chegamos aos temas que aparecem em dispersão, em sua grande maioria, constituindo o Eixo dos Saberes Culturais, Artísticos e Científicos, e, assim, analisamos os temas do Turismo, Produção Cultural Artístico (popular e erudita) e Produção Científica. Ainda neste eixo, analisamos a questão indígena. Nesse eixo somente o tema do Círio de Nazaré aparece entre as temáticas com regularidade.

Enquanto os temas dos eixos da Violência e Meio Ambiente destacam sentidos referentes ao desrespeito aos valores humanos e à destruição do meio-ambiente, no eixo dos saberes, destaca-se o respeito à condição humana, aos seus saberes e necessidades.

2.2.1 Notas metodológicas para análise dos enunciados/acontecimentos do “Pará”

Apresentaremos uma análise discursiva das manchetes e chamadas dos textos jornalísticos¹² (prioritariamente de notícias e reportagens), sempre relacionada com o texto em toda sua constituição.

Verificaremos como se inscreve o sujeito da enunciação jornalística a respeito dos diversos temas que de algum modo aparecem vinculados enunciativamente ao estado do Pará. Assimiladas ou não ao que diz esse sujeito, veremos também as demais posições sujeito mais ou menos materializadas nos enunciados, tanto das manchetes e chamadas quanto dos textos como um todo. Então, para além da enunciação, da posição do jornalista, quais posições se manifestam nos textos, quais seriam esses sujeitos?

Também estudaremos como se relacionam internamente os enunciados que articulados produzem as manchetes; a relação de sentido entre as chamadas e as manchetes. A partir dos

¹² A classificação do gênero se faz secundária pelo fato de adotarmos o ponto de vista de Chaparro, trazido por Navarro-Barbosa (2004a), apresentado na quinta seção deste trabalho. Nesse caso, para além do texto jornalístico ser uma notícia ou editorial, por exemplo, o que importa é evidenciar o caráter informativo/opinativo característico da prática discursiva jornalística.

enunciados das manchetes e chamadas, procuraremos verificar ainda as relações de sentido desses com o texto jornalístico em sua totalidade: os diversos enunciados que produzem um efeito discursivo de unidade temática.

Para verificarmos ainda as relações de sentido entre os vários textos que constituem determinada categoria temática, consideraremos a relação entre os enunciados dos diferentes textos que a compõem. No intuito de atender à problematização proposta por esta pesquisa, ou seja, a busca do discurso do jornal impresso “Folha de S.Paulo” acerca de uma ou algumas identidade (s) paraense (s), procuramos realizar uma descrição/interpretação dos vários enunciados que constituem as diferentes categorias temáticas selecionadas para análise.

Considerando-se também que os efeitos de sentido se realizam pela disposição em que o texto jornalístico aparece na formatação/diagramação do jornal, não deixamos de verificar a localização dos textos na semiologia visual do jornal. Demos, porém destaque para a materialidade gráfica dos enunciados na constituição de cada texto.

Conforme dissemos na descrição metodológica deste estudo, trabalharemos com três eixos temáticos no sentido de se buscar a construção da (s) identidade (s) construída (s) pelo discurso do jornal “Folha de S.Paulo” sobre o estado do Pará. Buscaremos fazer, então, uma descrição/interpretação dos enunciados em sua “irrupção” de acontecimento, considerando-se a regulação de saberes e práticas discursivas.

Analisar os saberes próprios de uma formulação discursiva¹³ requer verificarmos o conjunto de formulações linguísticas que se fazem aceitas por uma dada formação discursiva (FD), bem como as excluídas. Pelo domínio do saber a formação discursiva fica delimitada. Tal delimitação, porém, é marcada pela instabilidade, inscrita “entre diversas FD como uma fronteira que se desloca, em razão dos jogos da luta ideológica, nas transformações da conjuntura histórica de uma dada formação social” (COURTINE, 2009, p. 100).

A formação discursiva em que se coloca, por exemplo, a disciplina histórica a ser abordada na próxima seção irá ter seus limites instáveis em conformidade com a perspectiva teórico-metodológica encaixada pelo fazer historiográfico. Esse saber poderá produzir distintos pontos de vistas acerca, por exemplo, do papel do índio na formação cultural paraense.

Pelo interdiscurso, a todo momento, o saber de uma dada formação discursiva estará se reconfigurando, assumindo ou transformando elementos *pré-construídos* de outras formações, também podendo estar lembrando ou esquecendo elementos comuns à sua própria

¹³ Nos pautaremos para realizarmos a análise do *corpus* prioritariamente na proposta metodológica de Courtine (2009), dada a estreita relação teórica deste autor com as propostas arqueológicas de Michel Foucault (2008a).

formação. Nesse processo de retomada, um determinado enunciado pode aparecer repetido por uma rede de formulações. Assim, pode ser realizado por diferentes formulações, numa rede vertical de discursos adeptos a uma certa FD.

Partindo-se de um dado, pode-se buscar seu aparecimento numa série de discursos, apresentando-se sob diversas formulações. Também a partir de um conjunto de formulações chega-se a um saber de uma dada formação discursiva. Para que o saber de uma dada formação discursiva se apresente na forma de enunciados independentes do sujeito enunciador, tudo o que se diz pelas formulações que constituem o enunciado apresenta-se como *pré-construído*, uma “verdade” universal.

É pelo intradiscurso que se realiza a sequencialização dos elementos do saber, em que o enunciado vindo de outros discursos se realiza linearmente sob o modo de formulações linguísticas, iguais, menores ou maiores que a frase. Do plano vertical do interdiscurso o enunciado passa ao plano vertical do intradiscurso, sendo então apropriado por um sujeito enunciador. Relacionando-se o enunciado em sua verticalidade interdiscursiva e horizontalidade intradiscursiva, pode-se chegar a descrever e interpretar um discurso.

Também teremos substituindo a noção de “sujeito do discurso” a noção de “forma-sujeito”, a partir da relação entre um dizer geral (um sujeito universal) e o dizer de uma dada enunciação, bem como a partir da relação entre um enunciado que percorre vários discursos e uma formulação assentada no intradiscurso. Enquanto esta última se delimitaria no curto tempo atual de uma enunciação, aquele se faria circunscrito ao tempo longo de uma memória discursiva. Esta compreenderia a “existência histórica do enunciado no interior de práticas discursivas regradas por aparelhos ideológicos” (COURTINE, 2009, p. 105).

Os textos jornalísticos a serem analisados serão descritos e interpretados como sequências discursivas de referência. Assim, se buscará a sequência considerando que sujeito a enunciou, quando, em que circunstâncias e para quem. As sequências discursivas que constituem o *corpus* construído por este trabalho, por estarem inclusas no meio jornalístico impresso, apresentam uma certa regularidade subjacente a esse meio.

Utilizaremos para denominar as sequências discursivas dos textos jornalísticos a referência determinada pelo “âmbito institucional e as circunstâncias enunciativas dessa produção” (COURTINE, 2009, p. 108). Assim, aparecerão os termos notícia, reportagem, entrevista, coluna, seguindo, como já falamos, uma concepção que implica informação e opinião em todos esses textos. Na análise serão consideradas as manchetes, as chamadas, relacionando-se os seus sentidos à análise de cada texto. Tendo-se ainda em conta a disposição dos textos no jornal, teremos o caderno e a seção.

Assim como se têm as condições de produção de uma determinada sequência discursiva realizada numa leitura intradiscursiva, horizontal do discurso, também haverá as condições em que uma determinada formação discursiva se forma. A formação discursiva de referência se fará numa relação de dissociação com uma diversidade de formações discursivas próximas ou antagônicas. Assim atravessará sob a formação discursiva de referência uma variedade sistemática de condições de produção.

A formação discursiva de referência associa-se às condições de produção de uma determinada sequência discursiva de referência, assim, materializando-se, por exemplo, num conjunto de textos que poderá estar constituindo um discurso nela inserido. Daí se constitui o *corpus* a partir de uma plural e contraditória sequência discursiva de referência: uma dispersão em torno de um ponto.

Desse modo, a análise se fará por entre a dispersão e a unidade, propondo-se interpretar a rede de sentidos em que se inclui uma formação discursiva. Daí se faz importante verificar a relação entre sequências discursivas delimitadas ou não à formação discursiva em referência, no caso, aquela em que se insere o discurso da grande mídia.

Entretanto, não é pela rede dispersa das formações discursivas que se analisa um discurso, mas sim pela disposição dessa rede concentrada no eixo de um conjunto de sequências discursivas referentes a um determinado objeto. Assim, se o propósito maior é analisar o discurso jornalístico, deve-se fazê-lo considerando-se os seguintes questionamentos: Qual o jornal? Quais os textos deste a ser analisado? O que nele será analisado?

Levando-se em conta a relação entre enunciado e enunciação que será bastante ressaltada a partir da análise, um outro aspecto a ser trabalhado será o que Fiorin (2005) chama de *debreagem*, ou seja, a projeção da pessoa, do espaço e do tempo da enunciação sobre o enunciado. Meios pelos quais as marcas da enunciação ficam ‘disfarçadas’ no enunciado, produzindo um efeito de afastamento do sujeito daquilo que diz. Há recursos linguísticos que retiram a pessoa da enunciação, substituindo-a por termos que irão evidenciar as pessoas do enunciado, no caso, o “ele”. Também podem substituir termos relativos ao espaço do “agora”, tais como aqui, neste lugar, por outros como “lá”, “acolá”, “na semana passada”.

Daremos maior destaque à projeção temporal, pelo fato de ser um dos fatores que mais produz efeitos de sentido no propósito de relatar, aproximar, distanciar, evidenciar, apagar um acontecimento. Então, para um tempo que não é da enunciação, há um tempo do enunciado. Um tempo que não se assimila ao “agora” da enunciação. Relativo a cada tempo antes e

depois do presente da enunciação, ou seja, a algo que ocorreu num passado, anterior ao tempo do dizer ou num futuro, posterior ao tempo do dizer, haverá um valor temporal diferenciado indicando “se um acontecimento é concomitante, anterior ou posterior em relação a um momento de referência presente, pretérito ou futuro” (FIORIN, 2005, p. 61).

Tendo-se como ponto de referência um passado, haverá uma ação temporal concomitante ao que foi dito nesse passado. Referindo-se a um processo acabado, é expresso pela forma verbal no pretérito perfeito¹⁴. Caso seja inacabado, virá expresso pelo verbo no pretérito imperfeito. Ainda relativo ao passado, caso a ação não seja concomitante a esse momento de referência. Caso seja algo anterior ao verbo expresso, estará no pretérito mais-que-perfeito; caso seja posterior, estará no futuro do pretérito.

Quando se tem como ponto de referência o futuro, também teremos relação de concomitância ou não relativa ao que se dirá. Havendo concomitância, teremos o verbo no presente do futuro. Não sendo concomitante, se antes daquela referência futura, marca-se esse valor temporal com a forma do futuro anterior; se depois, virá expresso com o futuro do futuro. Na referência do presente, se terá a forma verbal no presente marcando a concomitância e um acontecimento não concomitante ao presente; se antes, se marcará com o verbo no pretérito perfeito 1; se depois, com o verbo no futuro do presente.

Ainda muito produtiva para nossa análise será a consideração dos três domínios pelos quais uma determinada sequência discursiva se enuncia. Para Courtine (2009, p. 112), pelo domínio da memória “poderemos apreender os funcionamentos discursivos de encaixe do pré-construído e de articulação de enunciados”, ou seja, seria o interdiscurso como um discurso transversal, constituindo-se na condição de produção pelo qual a sequência discursiva se realiza.

No domínio de atualidade, teríamos “um conjunto de sequências discursivas que coexistem com a sequência discursiva em uma conjuntura histórica determinada” (COURTINE, 2009, p. 112). Seriam os enunciados que se ressaltam no próprio discurso em similaridade ou oposição à sequência discursiva em análise. Por último, propõe-se o domínio de antecipação, pelo fato de que uma sequência discursiva antecede a outras, aquelas que estão por vir. “Se existe um sempre-já do discurso, pode-se acrescentar que se terá um sempre-ainda” (COURTINE, 2009, p. 112).

¹⁴ Segundo Fiorin (2005, p. 61), há dois usos para o pretérito perfeito, um que é dito em anterioridade em relação ao momento de referência presente (pretérito perfeito 1), e outro, em concomitância a um marco temporal pretérito (pretérito perfeito 2).

Então, chamaremos a História como perspectiva discursiva de atribuição de sentidos ao lugar demarcado (ao mapa estabelecido). Pela História buscaremos identidades construídas em percurso de longo período. Dada a similaridade entre o discurso histórico e midiático, por fazerem o passado construir o presente, chamaremos para os enunciados historiográficos de notícias. Assim, seria a enunciação de alguns discursos historiográficos no presente acerca do estado do Pará. “Notícias históricas” que possam em retornos e rupturas dialogar com a enunciação midiática.

3 A ENUNCIÇÃO HISTORIOGRÁFICA

Pautados na perspectiva foucaultina do poder fragmentado, verificamos que os poderes em circulação na sociedade aderem a vários procedimentos de controle do saber. A mídia produz representações em conformidade com a posição de poder que mais ou menos assume acerca daquilo que fala, buscando, dessa maneira, “estratégias discursivas de manipulação da memória e da história” (NAVARRO-BARBOSA, 2004a, p. 12). Pela mídia ordena-se o que deve estar em pauta, assim fazendo-se lembrado. Por ela também escondem-se eventos de uma realidade construída discursivamente.

Ao assumirmos a ótica de Navarro-Barbosa (2004a, p. 12) em “aproximar o discurso da mídia ao da história, bem como construir seus enunciadorees a partir de um lugar que, via de regra, ocupam os historiadores”, traremos também para a reflexão desta seção um olhar memorialístico da história acerca do estado do Pará. Na memória esquecida pelo apagamento de uma história que interessa a alguns contar. Por essa memória, se reflete acerca da mobilidade do poder que se faz na história de uma cultura.

No seu estatuto de disciplina, a História controla o discurso. Esse se faz delimitado em torno de um objeto, de métodos e definições. “A disciplina é um princípio de controle da produção do discurso. Ela lhe fixa os limites pelo jogo de uma identidade que tem a forma de uma reatualização permanente das regras.” (FOUCAULT, 2008b, p. 36).

No entanto, o fazer disciplinar se modifica, tanto pelo lugar em que se coloca o objeto quanto pela posição do sujeito historiador. O que mais se repercute nessa modificação parece ser o método, ou seja, o modo de perceber, delimitar e enunciar o objeto. Daí, pela Nova História, o saber historiográfico se constrói por entre mobilidades atuantes numa permanência, isto ao captar os acontecimentos, em que “para além de seu clarão, a obscuridade permanece vitoriosa” (BRAUDEL, 2007, p. 23).

No destaque do evento, a que muito a história mais tradicional procurava se prender, escondia-se o vivido, forjando-se um cenário para que o cotidiano ficasse submerso. O acontecimento sob o prisma da Nova História se produz não na horizontalidade que o separa no tempo, mas na verticalidade que o atualiza. Busquemos, sem desconsiderar os eventos e individualidades, inscrever a história no acontecimento da produção de uma identidade paraense.

Segundo Le Goff (2003, p. 419), “A memória remete-nos [...] a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas”. A identidade se constrói entre o passado e o

presente, se faz no hoje pelos tecidos de uma memória. Por aí se mobilizam representações imaginárias de uma nação, de uma cultura identificada, por exemplo, a um território geográfico e político.

Na construção de uma identidade cultural, depara-se com uma rede simbólica que se tece por meio do tempo, num redimensionamento da relação entre passado e presente. A memória social histórica tende a se aproximar do passado. De um passado que na visão da teoria do discurso se faz inscrito no presente dos discursos que circulam por entre enunciados.

Nesse caso, podemos evocar o entendimento já encontrado em Aristóteles: “a memória propriamente dita, mera faculdade de conservar o passado, e a reminiscência, a *mamnesis*, faculdade de evocar voluntariamente esse passado” (LE GOFF, 2003, p. 435). Retirando-se a memória de um pedestal sagrado e por isto conservada num passado, pode-se revelar seu vigoroso sentido para um modo de dizer, uma enunciação necessária ao presente.

3.1 “NOTÍCIAS” HISTÓRICAS PRODUZINDO IDENTIDADES

Ao estudarmos o discurso historiográfico acerca do estado do Pará, nos deteremos em algumas perspectivas discursivas referentes ao modo como se deu a tensa colonização portuguesa nesse estado, já iniciada sob o signo do *dúbio* (BEZERRA NETO, 1999). Por entre esses pontos de vistas, destaca-se a afirmação de um discurso que evidencia a presença e circulação indígena nessa região, bem como a maior preservação cultural e linguística dessa população. Também daí se verifica uma maior aproximação e mesmo assimilação dos brancos à cultura dos índios do que no Sudeste e Sul do país (RODRIGUES, 1994).

Ainda por esses discursos, demonstra-se a reação do governo português em se promover políticas de desestabilização à cultura nômade do índio como modo de garantir o domínio português sob o extenso e fluvial território amazônico, ameaçado por outros países (SOUZA JÚNIOR, 1999). Daí verifica-se a instituição de estratégias colonizadoras diferenciadas daquelas dirigidas aos negros.

Pelo discurso do historiador, pode-se enfatizar a maior proximidade desta parte do Brasil em relação ao centro administrativo português (RICCI, 2010). Isto considerando-se tanto o aspecto geográfico e os transportes predominantes na época quanto o próprio caráter peculiar da colonização na região amazônica que se mostrava mais complexo aos portugueses.

Essa maior proximidade com a matriz portuguesa se coloca como suporte de um outro discurso (não mais na época da colônia), trazido pela escritura do historiador (FONTES, 2002). Seria o discurso oficial da prosperidade do estado do “Grão-Pará”. Esse discurso se

coloca como resposta, “encomendada” aos especialistas, à existência de um divulgado discurso “centralizador” e etnocêntrico do Sul do Brasil em relação a esse estado. No intercruzamento desses discursos, produzem-se identidades do estado: submissão que institui fortes resistências, preservação e transformação, proximidade que produz diferenças e afastamento promovendo proximidades.

Foi no período da unificação da Península Ibérica que se efetivou o início da colonização do estado do Pará, com a fundação da cidade de Belém pelos portugueses no dia 12 de janeiro de 1616. Diante da unificação, o Tratado de Tordesilhas, anterior a esse período, que delimitava se os territórios seriam dos espanhóis ou dos portugueses, perdia sua validade. Assim esses, não se distinguindo dos espanhóis, poderiam ocupar daquela área qualquer parte a que chegassem.

Desse modo, mesmo dividindo-se novamente os países, os espaços ‘conquistados’ permaneciam sob a garantia de cada um. Então: “Foi com a assinatura do tratado de Madrid, em 1750, que a Espanha reconheceu formalmente o direito português sobre a vasta região amazônica anteriormente pertencente aos espanhóis.” (BEZERRA NETO, 1999, p. 14). Dado o reconhecimento, pelo menos por parte da Espanha, da colonização portuguesa sob a Amazônia, vejamos no prisma de um linguista, inserido nas preocupações históricas relativas à colonização, os impactos culturais desse movimento.

Ao tratar da expansão cultural e política da Europa, por onde se constituiu o mundo ocidental, diz Aguirre Rojas (2008, p. 154): “é sobretudo no Novo Mundo, e precisamente durante o ‘longo século XIV’, que se constitui a primeira etapa das grandes incursões da Europa ‘fora de sua casa’, onde se constrói lentamente essa ‘Europa fora da Europa’ por excelência que é o mundo americano”.

Percebe-se o quanto a expansão europeia se fez relevante para a constituição de um paradigma cultural europeu. Isto foi resultante de um projeto de implementação por parte dos europeus de um mercado capitalista mundial. A exploração do metal latino americano se constituiu num vigoroso empreendimento econômico da Europa, liderando uma mediação comercial com o mundo. Esse processo foi determinante na constituição de uma história moderna universal.

No século XVI, o movimento colonizatório empreendido pelos espanhóis e portugueses se fez prioritário. A ocupação europeia provocou uma dizimação das culturas indígenas, ou pelo combate direto dos índios, ou ainda por meio da assimilação da cultura do colonizador. Sobre isto, diz Aguirre Rojas (2008, p. 156):

[...] a América vive esse clima de século europeu na medida em que suas populações autóctones parecem querer ‘desaparecer’ de seu próprio território, deixando o espaço livre para os conquistadores, devido à incapacidade de aceitar o profundo choque traumático dessa conquista européia (sic).

No século XVI, esse movimento colonizador europeu direcionado à América Latina se fez contundente diante das riquezas dos metais dessa parte da América, fazendo-a mais próspera e rica do que a América do Norte, relegada, então, a uma segunda posição. Os espanhóis, estando à frente do projeto de colonização da América Latina, ao estarem cooptados pelos italianos, que se faziam líderes da economia europeia, levaram sua área colonizada a uma posição de destaque diante dos colonizadores.

No entanto, com o declínio da economia mundial dos metais da América Latina, o foco da colonização voltou-se para a América do Norte. Em torno dessa parte da América, reuniram-se as forças do sul e do norte da Europa e promoveram-na a um império, que, inclusive com os demais europeus, veio fazer da América Latina um grande espaço para políticas de dominação. Já no século XVII, a colonização latina da América feita pela Espanha e Portugal será relegada pela Europa.

Embora tenha sido pela colonização da América Latina que se iniciou o processo de fortalecimento de uma modernidade europeia, até mesmo, de uma identidade ocidental para o mundo, após o século XVI, essa parte da América vai mudar o seu rumo, que se direcionava para maior uniformidade, para uma múltipla e complexa demografia da região.

Assim, mesmo diante da força da colonização portuguesa e espanhola, na construção das identidades dos colonizados, principalmente dos que se colocaram à frente das instituições de poder, esse distanciamento do poder central europeu abriu espaço para uma pluralização cultural maior da América latina, em que se encontra o Brasil. Isto se verá adiante, por entre o movimento de “tomadas e rupturas” dos colonizadores portugueses, em relação aos índios brasileiros, nesse caso, mais detidamente os do estado do Pará.

O professor Aryon Rodrigues (1985), assumindo o discurso do historiador das línguas, vem nos esclarecer que a chegada dos europeus foi a causa determinante para a redução pela metade das línguas indígenas. Dessa maneira, aponta-se, então, o desaparecimento dos povos falantes como o motivo principal desse “extermínio” linguístico. Os indígenas foram diretamente exterminados pelo colonizador ou mortos devido a doenças trazidas pelos europeus e descendentes.

No caso da colônia brasileira, a diminuição das populações nativas e logo de suas línguas se deu nas áreas colonizadas há mais tempo: na região Sudeste, na maior parte do

Nordeste e do Sul. Então, conforme Rodrigues (1985), percebe-se que a Amazônia, incluindo o estado do Pará, já colonizada no século XVII, se fez menos afetada por esse movimento de redução linguística.

O extermínio da população indígena se deu tanto no século do auge do domínio europeu sobre a América Latina (XVI) quanto no século caracterizado pelo declínio desse domínio (XVII). A diminuição da população indígena ainda se fez maior nesse último momento, por ter sido marcado pela ocupação do estado do Grão Pará. O impacto da crise demográfica relativa à população indígena lhe “reduzirá a uma décima parte das proporções que possuía antes da conquista e que só se deterá no final do século XVII, permitindo a lenta recuperação que caracteriza uma parte importante do século XVIII” (AGUIRRE ROJAS, 2008, p. 162).

Ainda que se efetive um grande desaparecimento dos índios, o freio desse processo irá fazer-se significativo para a produção de identidades na região, sobretudo nos espaços de maior dificuldade para a difusão do domínio português, como é o caso do Grão Pará. Sabe-se pelo visto anteriormente que a escalada da dizimação indígena se deu principalmente pelo fato de os portugueses se fazerem sozinhos com os espanhóis, ou seja, não mais acompanhados de uma política propositiva europeia de dominação para essa parte da América.

A busca da história das línguas indígenas brasileiras para se tratar da memória historiográfica do estado do Pará se faz motivada por esta constatação: se há mais línguas faladas no Pará do que no Sudeste brasileiro, principalmente, a cultura indígena nessa região se fez bem menos preservada do que naquele estado. Isto leva a uma indagação: A preservação da cultura e língua indígenas no estado do Pará seria resultante de que processo colonizatório? Tal modo de colonização se distinguiria do verificado nas regiões onde o desaparecimento das línguas indígenas se fez bem maior?

Teremos duas línguas gerais faladas no Brasil, a Língua Geral Paulista e a Língua Geral Amazônica, resultantes do processo colonial diferenciado. A primeira, já usada no século XVI, foi uma língua advinda dos índios Tupi de São Vicente e do alto rio Tietê. Foi falada mais no século XVII pelos bandeirantes paulistas, que a difundiram em Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e Sul do Brasil. Essa língua foi suplantada pelo português já no século XVIII. Embora a Língua Geral Amazônica (advinda do povo Tupinambá), iniciada no Maranhão e no Pará, tenha se implementado somente no século seguinte, foi mais difundida e preservada do que a outra. A grande densidade de índios no litoral maranhense proporcionou maior contato com os portugueses colonizadores dessa região.

Dessa relação produziu-se uma miscigenação maior do que a verificada na costa brasileira e nas áreas dali mais próximas, talvez pela motivação geográfica que possibilitava aos indígenas se preservarem mais diante de políticas de dizimação. Daí a língua geral falada nessa região teve maior difusão, predominando na população colonial daquele espaço. Acerca disso, diz Rodrigues (1985, p. 102):

Portanto, o Tupinambá e essa língua geral em que ele se transformou, (sic) é que foi a língua de ocupação portuguesa na Amazônia nos séculos XVII e XVIII. Aí ela foi o veículo não só da catequese, mas também da ação social e política portuguesa e luso-brasileira até o século XIX.

Fica clara a ascensão cultural da Língua Geral Amazônica no estado do Pará. Também fica demonstrada a apropriação política da língua indígena pelo movimento colonizador. Pela língua do “outro” estabeleceram-se práticas de difusão da cultura de si, promovendo-se uma religião e atitudes de uniformização social.

Além disso, o que mais chama atenção é justamente a grande diferença de difusão da Língua Geral Paulista em Relação à Amazônica. Isto demonstra dois efeitos paradoxais, mas que se completam. Por um lado, percebe-se um adentramento maior da cultura do colonizador português por entre as culturas indígenas amazônicas. Isto porque aí o uso de línguas gerais foi promovido pelos missionários portugueses, no sentido de facilitar a “regulação” das práticas sociais das diversas tribos, ou seja, na busca de se destribilizar os índios, para que as múltiplas diferenças culturais fossem uniformizadas, assim, facilitando-se a “inculcação” de determinadas práticas centradas na visão cultural do branco, colonizador cristão.

Por outro lado, conforme vimos anteriormente, a regulação, o poder que se institui também produz resistências. Assim, diante da maior presença indígena na paisagem amazônica paraense, mais políticas estratégicas se impunham aos índios pelo colonizador; também mais alternativas de resistências dos primeiros ao paradigma cultural do último. Desse modo, o homem indígena parece ter permanecido mais na Amazônia, tanto nas ainda sobreviventes populações localizadas em suas peculiaridades culturais mais circunscritas; quanto, por exemplo, no rosto urbano de muitos paraenses, nos *Shopping malls* de Belém.

Nesse caso, falando-se mais detidamente no estado do Pará, entre a cultura urbana e mesmo rural, mesmo tendo em conta as políticas mais diretas de dizimação e aculturação dirigidas aos índios, pode-se considerar marcas da resistência, tanto a própria materialidade física de muitos paraenses quanto a exótica alimentação. Isto, por sua vez, parece provocar identidades, repercussão de identificações por parte de instituições, tal como a mídia, que,

com uma certa simetria ao papel dos missionários do período colonial, faz-se veículo de poder.

Do período marcado pela expansão da Língua Geral Amazônica, efeito, ao mesmo tempo, do poder do colonizador e da resistência indígena, passou-se para outro período, em que se verificou, na Amazônia e logo no Pará, a implementação de uma política mais diretamente voltada para o indígena por parte da metrópole portuguesa. Isto se fez dada a difícil política de colonização amazônica, caracterizada pela densidade florestal e uma complexa rede fluvial; bem como a dinâmica cultural dos indígenas, rejeitando se estabelecerem em propriedades circunscritas.

Segundo Souza Júnior (1999), o novo governo português, instituído no século XVIII, tendo à frente Marques de Pombal, no afã de colocar o país na esteira do desenvolvimento alcançado pelos “avançados” países da Europa, tais como Inglaterra e França, instituiu uma série de reformas de cunho econômico e cultural, inclusive uma política educacional.

Esse ideário educacional devia ser estendido para as colônias, principalmente o Brasil, destacado a uma posição central no processo de fortalecimento econômico da matriz colonizadora, necessitando ter um redimensionamento no aproveitamento de suas riquezas, por meio de uma mudança na educação do povo colonizado. Nesse processo, o sujeito a quem mais se fará uma política de “regulação” da identidade será o indígena amazônico.

A política pombalina, para alçar o índio à condição de colono, aboliu legalmente toda a forma de escravização indígena no ano de 1755, prescrevendo rigorosas sanções aos que descumprissem a lei. Isto no intuito de garantir a ocupação da Amazônia, por aqueles que mais conheciam aquele espaço.

Para fazerem do índio “colono”, o governo português tomou várias providências. Primeiro buscou-se fazê-los trabalhar de modo assalariado para os colonos portugueses: ação recusada. Assim passou-se a pensar na efetivação dos índios a colonos, tal como os portugueses, dando-lhe o direito à propriedade rural, buscando-se transformar suas aldeias em povoados, dotando-lhes de características citadinas.

Ainda que o processo de “tornar o índio colono” tinha destituído o controle dos missionários católicos sob os indígenas, a Coroa portuguesa não desconsiderava a catequese como instrumental de “produção de uma civilidade” aos indígenas. Daí o incentivo à construção de igrejas e à convocação dos missionários para lidar com os indígenas, favorecendo estratégias de conversão desses. Assim, seria pelo ideário cristão de disciplina, obediência e dedicação ao trabalho que se enquadraria o índio ao projeto português.

Para o governador do estado do Grão-Pará, no período pombalino se deveria tornar o índio cidadão tal como os colonos portugueses. O discurso dirigido ao índio como cidadão disfarçava um ponto de vista que reconhecia um despreparo e uma incapacidade daquele para se autogerir. Desse reconhecimento, fez-se a introdução do Regime do Diretório marcado pelo poder laico, ou seja, que, embora comprometido com os valores cristãos, não estava circunscrito às missões religiosas.

Torná-los civilizados, por meio de um governo laico, era também disseminar o uso da língua portuguesa que, como falamos anteriormente, apresentava pouca difusão nos estados do Grão-Pará e Maranhão. Isto porque a companhia dos jesuítas, até então, com poder de persuasão entre os povos indígenas, foi responsável pela prática da Língua Geral Amazônica, tanto entre os índios como entre os demais colonos.

O uso da Língua Geral preservava uma certa identidade indígena na população do “Grão-Pará” antes do período pombalino. Então, para fortalecer uma identidade portuguesa na colônia situada ao Norte do Brasil, objetivando firmar um projeto de domínio sob esta região, era necessário refutar esse uso. Essa visão se confirma no estatuto dos Diretórios.

O valor dado ao nativo (indígena) no Grão-Pará deve-se à escassez de colonos brancos em relação às demais partes do Brasil. Nesse sentido, antes de Pombal, ainda que se instituíssem aos índios alguns cargos, exclusivos aos brancos em outras regiões, não se possibilitavam a eles os mesmos privilégios.

No período pombalino, a política do Diretório era exclamativa no sentido de se possibilitar aos indígenas as mesmas honras atribuídas aos brancos. Desse modo, o governo citado fazia com que “mentalmente o índio passasse de colonizado à colonizador” (SOUZA JÚNIOR, 1999, p. 28). Então, usar essa política diante dos indígenas:

[...] significava, ao menos retoricamente, tratá-lo como um igual. Para que os índios pudessem se reconhecer como iguais aos portugueses, identificando-se com eles, precisavam se sentir diferentes dos outros trabalhadores escravos com os quais sempre conviveram, os africanos. (SOUZA JÚNIOR, 1999, p. 28).

Todos os diferentes (as minorias de então) eram chamados de “pretos”, tanto índios, negros, mestiços escravos quanto os mais pobres. Assim, criou-se uma identidade entre eles. Então, se fazia fundamental desidentificar os indígenas com os demais expropriados. Daí, o estatuto do Diretório promulgava o uso de tratamentos nobres aos índios.

Referendava-se uma estratégia de domínio em que se buscava regular igualdade entre os diferentes, realçando diferenças onde havia identidades. Igualando-se aos portugueses, os

índios deveriam se sentir maiores que os seus iguais. Assim, a corte daria “a oportunidade” para que até a escrita dos nomes indígenas se fizesse similar a dos portugueses, bem como cabia aos índios um modo de morar de acordo com a civilidade portuguesa.

Na ávida intenção do governo português de regular a cultura indígena a uma identidade que correspondesse ao efetivo domínio do estado amazônico do Pará, buscava-se “manter ‘as vidas, as atividades, o trabalho [...] sob estrito controle e disciplina, com base no poder dos regimes administrativos” (HALL, 2006, p. 42).

A política pombalina de dotar o indígena de terra para trabalhar era difícil de ser aceita por esse. Até mesmo pelo fato de que para o índio a concepção de propriedade da terra se fazia incompatível com seu próprio modo de vida. Assim, não precisava “ganhar” a terra dos portugueses, pois sentia-se fazendo parte dela. O trabalho para o índio não se constituía na garantia de um excedente, mas na sua subsistência.

Ocupar, ser proprietário ou não de terra no estado do Pará já se mostrava problemático na época da implementação de uma política cultural de dominação no espaço amazônico paraense. Talvez, nesses conflitos culturais de “valores” atribuídos à terra, se tenha um aspecto histórico que se repercute ainda hoje em muitas áreas desse estado.

Também essa tensão entre o extrativismo e a agricultura vistos na cultura indígena *versus* colonos/colonização portuguesa se faz ainda hoje presente na realidade do estado do Pará, em que o caboclo paraense sobrevive dos frutos e caças a seu dispor pela variada flora e pelos extensos e caudalosos rios amazônicos. Todos os valores ressaltados pela política dos Diretórios do governo português não se faziam ressonantes aos índios, dada a grande cisão cultural entre ambos.

Nos Diretórios, a regulação da cultura indígena se fez bem mais voltada ao trabalho do que nas missões. Desse modo, a administração laica dirigida aos índios, voltada à utilização da mão de obra, em vez de torná-los mais seduzidos aos modos de vida do colonizador, fazendo-os colonos, intensificou as resistências, estimulando a fuga dos aldeamentos, espaços que eram “regulados” no sentido de irradiar a cultura do colonizador.

Nas missões, havia uma preocupação de se dificultar a penetração dos brancos nos aldeamentos, isto para facilitar o controle dos indígenas, também e, principalmente, para se evitar o contrabando de escravos nas aldeias. Nos diretórios, para promover o índio a colono com status de cidadão português, “civilizando-o”, buscou-se, ao contrário, estimular a interação entre brancos e índios, inclusive o casamento, como forma de se “aportuguesar” o indígena.

No entanto, todo esforço em fazer dos índios cidadãos portugueses, promovê-los à condição de colonos e, assim, garantir o domínio português na Amazônia, se fez infrutífero. O insucesso da política pombalina se deve não somente ao fato de o indígena não se moldar culturalmente à atividade agrícola, mas, principalmente, pelas atitudes de certo modo corruptíveis dos representantes do governo, os diretores, que, movidos por interesses de ordem pessoal, colaboraram para a escravização indígena por parte dos colonos “brancos” já instalados no Grão-Pará.

Daí, embora os colonizadores portugueses tenham buscado mudar de estratégia no sentido de efetivar a colonização dos índios, as ações de resistências desses em relação à política de domínio portuguesa fortaleceram-se. Isto porque, segundo Certeau (2005, p. 145): “Uma autonomia cultural, social ou étnica sempre se manifesta dizendo não”.

Desse modo, ser diferente passa por um posicionamento, uma escolha, significar-se distinto, opção política, significado cultural. Esse movimento de resistência indígena no estado do Pará verificado no século XVIII pode se mostrar como realçante ilustração de uma ainda hoje reconhecida América Indígena

[...] que, apesar de explorada, submetida e questionada em todas as dimensões existenciais e vitais de sua antiga civilização, permanece tenazmente apegada a seus territórios originais, vinculada aos mesmos espaços geográficos que antes ocupava e como que soldada, em uma mesma história de uma longa duração, ao mesmo mapa territorial que lhe pertencia antes da chegada de Cristóvão Colombo (AGUIRRE ROJAS, 2008, p. 162).

Mas como a história se move entre precipitações de dominação e rupturas, no paradoxo da resistência, novas expansões territoriais portuguesas se efetivaram na Amazônia paraense. Isto se deu pela degredação dos líderes da apontada resistência a outros pontos daquele espaço que se mostrava para os portugueses como distante extenso e “exótico”.

Verificamos antes um discurso historiográfico delimitado ao século XVIII, ressaltando principalmente a resistência indígena à política de uniformização cultural do governo imperial português, a fim de manter o domínio e fazer daquele que mais caracteriza o estado do Grão-Pará (portal da Amazônia), o índio, um colono civilizado aos padrões do governo imperial. Agora vejamos o discurso da proximidade, mas voltando-se para a República.

Então, valendo-se de um estudo de registros de notas e registros cartorais, entre os anos de 1816 e 1817, vem nos dizer Ricci (2010, p. 54):

Das sessenta procurações destinadas a utilização em inventários, trinta e duas, ou mais da metade, iam para Lisboa e trinta e seis para Portugal como um todo. Nesse mesmo período, apenas três pessoas tinham heranças pendentes no Rio de Janeiro, o que já bem demonstra a proximidade entre o mundo Luso e o Grão-Pará. Outro exemplo desse estreitamento presente nessas procurações é que elas abrangiam também famílias de fora de Belém.

Fica evidenciado a estreita relação de heranças e comércio entre Lisboa e o Pará. Também se faziam registros de venda objetivando-se estudar em Portugal, como é o caso de Felipe Patroni. Esse, apontado pela historiografia paraense como o introdutor da imprensa no estado, vem destacar, um ano depois de sua partida, as superiores condições da educação portuguesa, contrapondo-se à falta de prosperidade do estado, ainda que, segundo ele, marcado por grandezas naturais.

De todo modo o que se destaca são as estreitas relações entre a vida em Portugal e a vida no Pará, mostrando-se um vínculo maior desse estado com aquele país do que com a própria capital da República. Isso parece ter repercussão no discurso oficial produzido na defesa do estado como desenvolvido, próspero, perante um olhar contrário de outras regiões.

Daí, vejamos também nesse período republicano um elaborado discurso que tem como eixo a concepção densamente construída desde o século XIV, pautada no entendimento de que a Europa Ocidental seria um paradigma de civilidade a ser buscado pela Amazônia paraense. Esse discurso foi mobilizado por um contexto que buscava substituir a força de trabalho escrava, após a abolição.

Desse modo, trazer o europeu migrante para a Amazônia se faria uma estratégia civilizatória. Aqui novamente surgia por entre a própria elite a tensão entre uma política extrativista ou agrícola para o estado. Mas, diante da repercussão alcançada pela produção da borracha, muitos dos migrantes partiam para o setor extrativista ou agrícola.

Devido à necessidade da mão de obra europeia para as lavouras dos estados do Sul do país, estes mesmos estados promoveram propaganda contrária à imigração daqueles trabalhadores para o Norte. Isto fez com que o governador do estado, Lauro Sodré, reclamasse, em mensagem de 1895, do descrédito direcionado ao Pará pelos referidos estados.

Dessa forma, houve uma grande preocupação em se produzir uma imagem positiva da região, o que fez com que o governo do estado organizasse uma brochura com a fala dos

letrados¹⁵sobre o Pará. Isto em comemoração aos quatrocentos anos de descobrimento do Brasil. “A publicação foi organizada com o objetivo de divulgar o Estado, tentando desconstruir a imagem de que no Pará era impossível prosperar uma sociedade ‘civilizada’” (FONTES, 2002, p. 258). Já na introdução, ressalta-se o grande desconhecimento a que é submetido o estado do Pará.

Esse trabalho insere-se numa produção tecnológica por aqueles que, instituídos do poder, se faziam incumbidos de fazer circular uma “certa identidade” construída pelo poder estatal acerca do estado. Nesse sentido, houve, desde o século XIX, todo um trabalho do movimento científico pautado numa política oficial, “destinado a fornecer à memória coletiva das nações os monumentos de lembrança” (LE GOFF, 2003, p. 458).

Dessa maneira, por meio da criação de arquivos às construções de museus eruditos e folclóricos, até a escrita de enciclopédias, e obras escritas “oficiais”, mesmo a montagem de bibliotecas, passando pela memória iconográfica das fotografias, são muitas as formas, de as elites letradas registrarem, produzirem memórias em torno de certas representações imaginárias de um povo.

O aspecto meteorológico é mostrado como propício ao cultivo, bem como à adaptação climática de povos de outros continentes. O texto detém-se bastante na higienização. Essa regula a cidade de Belém, as habitações e até mesmo os corpos. A relevância dada a essa temática parece responder a uma preocupação que se fazia eminente, no caso, o contágio de doenças, dada a imagem do desconhecido diante da grande e “misteriosa floresta” se fazer bem presente acerca do estado e da região. Também se ressaltou a geografia física do estado, demonstrando-se principalmente que a umidade do clima não repercutia negativamente no desenvolvimento da vida na região, não se fazia propícia ao aparecimento de endemias como parecia ser divulgado na época.

As doenças (tal como a malária) eram mostradas, pelo discurso de um especialista médico, como resultante de outros fatores, não se mostrando circunscritas à realidade do estado, sendo também encontradas em outros países. Ao contrário, o clima se fazia, então, ressaltado como provedor de prosperidade. Nessa defesa, se buscava fazer do Pará um pólo de desenvolvimento, por localizar-se num celeiro, tendo muito ainda a ser descoberto.

¹⁵ Esse texto foi redigido pelo Barão de Sant’Anna Nery (introdução); Barão de Marajó (geografia); Dr. Emílio Goeldi (Reinos da Natureza); Dr. Gonçalo Lagos (meteorologia e climatologia); J. Godinho (natalidade, nupcialidade e mortalidade); Dr. Américo Campos (higiene e patologia médica no Pará); José Veríssimo (etnografia); Inácio Moura (geografia política); Arthur Viana (notícias históricas); Paulino de Brito (imprensa no Pará).

Novamente como no discurso de Ricci (2010), vimos a proximidade geográfica da Europa. Aqui isso é usado fortemente como um argumento de civilidade, de identidade cultural com aqueles que se faziam o centro cultural do mundo. Também a comunicação com o restante do continente americano e do Brasil anunciava a conexão do estado, sua inserção nacional e internacional.

Ressaltava-se a busca de se garantir a civilidade pela administração local, por meio de organismos que “aqui” se faziam competentes para gerir a cidade de Belém. Essa apresentava bom calçamento, rede hoteleira atendendo aos padrões sanitários, arborização urbana, limpeza pública, enfim, era uma cidade bem administrada e receptiva aos imigrantes. Neutralizavam-se nesses relatos os interesses políticos em jogo pela administração e gestão da cidade, que, naquele período, faziam-se bem próximas da elite econômica, representada pelos seringalistas.

A variedade de recursos alimentares se mostra como outro ponto motivador da imigração para o estado como uma terra abundante. Na referência à formação étnica, destaca-se o papel do branco, ainda que houvesse o predomínio indígena. Este, porém, se fez civilizado pelo contato com o branco superior. Essa posição parecia se mostrar como motivadora da imigração, por propiciar uma identificação do outro e também ratificar a civilidade da cultura. Nesse discurso, é o branco português, marcado pela civilidade eurocêntrica, que se faz colocado como matriz central da formação social do estado do Pará.

Busca-se em toda a obra afirmar-se o progresso e civilidade, contrapondo-se à projetada imagem de “terra de índio”, de insalubridades e pestes. Para o texto, essa visão dos estados do Sul acerca do Pará, porém, não correspondia à imagem do Nordeste e do estrangeiro já sensíveis à riqueza desse estado, conforme relatos históricos ilustrados pelo discurso, no sentido de lhe conferir autoridade. Na defesa de tal civilidade, buscava-se garantir o espaço do Pará na disputa do mercado de trabalho com outros estados brasileiros.

Nesse caso, ainda que se reconheça que no estado haja uma diversidade e o paraense não seja o índio em seu “isolamento étnico”, o discurso dos homens de letras paraenses não deixa de assumir o ponto de vista do colonizador que vimos anteriormente, assimilando a perspectiva do indígena como um ser menor.

Portanto, verifica-se uma compreensão de civilidade dotada de uma visão europeizada, baseada nos valores culturais mais em voga naquele continente. Por esse discurso, incentivava-se a vinda do imigrante europeu para difundir uma civilidade no grande estado, continente ávido por ser ocupado. Essa visão também parece ser a subjacente no discurso dos estados do Sul, contrários à migração europeia.

Nesse sentido, o discurso oficial do governo do estado do Pará, trazido pela escrita historiográfica, é o discurso de uma reconhecida América Branca, “dos brancos europeus que migraram para a América Latina e também de seus descendentes nascidos já em solo americano” (AGUIRRE ROJAS, 2008, p. 163). América Branca que na história latino americana teve período de grandes defluxos populacionais, mas se fazendo político e socialmente dominante. Tal “América” se fez mais populosa somente no século XIX, a partir de uma forte migração europeia, no caso do Brasil, mais dirigida ao Sul.

Nesse caso, “uma América” que teve sua constituição determinada pelo movimento da história europeia, assim marcada pelo maior ou menor fluxo de brancos europeus. Justamente nesse período é que se verifica a produção desse discurso oficial que, no contexto de disputa do imigrante europeu, demonstra estar o enunciador “paraense”, ainda que se contrapondo ao Sul do País, assimilado ao discurso deste.

Considerando a memória histórica trazida a respeito do estado do Pará, busquemos as palavras de Boaventura Santos (2008, p. 108), para quem, “cada sociedade, região ou comunidade ou cada período histórico tende a privilegiar uma específica combinação de subjectividades ou, pelo menos, a privilegiá-la no processo da sua transformação social”. Desse modo, verificamos, sob o viés histórico, diferentes processos de construção de identidade para aqueles que estavam, “eram do Pará” ou poderiam dirigir-se para esse estado.

A produção da identidade paraense se constitui então nas diferentes relações de poder instituídas entre portugueses, entre outros europeus colonizadores, indígenas, o povo paraense, a elite local, as demais elites de outras partes do Brasil, bem como o provável imigrante a ser conquistado pela elite local.

Então, a partir do olhar do historiador, no processo de produção de sentido de uma identidade paraense, nos séculos XVI e XVII, observamos a negação pela afirmação (RODRIGUES, 1985). O português missionário estimulou e difundiu o uso de uma língua geral que seria do índio, isto para padronizar a diversidade de tribos indígenas, como modo de facilitar a didática do ensino da moral cristã.

No período seguinte (SOUZA JÚNIOR, 1999), ou seja, no século XVIII, se fazia necessário para o governo colonizador¹⁶ distribuir o indígena por sobre a extensa área do território do Pará, como modo de garantir seu domínio. Assim, buscava-se negar a cultura para produzir cidadania, aos moldes do que seria “ser cidadão” para a prática cultural do colonizador.

¹⁶ Esse se fez mais diretamente próximo dessa região do que da parte litorânea da colônia brasileira (Nordeste, Sudeste, Sul).

Não se fazendo possível ao português ocupar com eficácia o território, era necessário “moldar” o indígena aos valores do colonizador para produzir a colonização. Mais do que assumir a língua do “outro” por meio, por exemplo, de sua sistematização, produzindo-se gramáticas das línguas indígenas, para se fazer dominante, o português colonizador intentava apossar-se da individualidade do colonizado, escondendo a cultura deste, numa “seduzida” oferta da prestigiada cultura do europeu colonizador. Sobre isto se posiciona Orlandi (1990, p. 56):

Esse mecanismo de apagamento do índio da identidade cultural nacional tem sido escrupulosamente mantido durante séculos. E se produz pelos mecanismos mais variados, dos quais a linguagem, com a violência simbólica que ela representa, é um dos mais eficazes.

Quando pelo discurso do historiador se constrói uma referência ao século XIX (RICCI, 2010), ressalta-se um estudo historiográfico demonstrando uma prática discursiva que revelaria a proximidade entre o estado do Pará e a matriz colonizadora. No entanto, não parece ser também do mestiço destituído de bens aos moldes da visão colonizadora que se fala, mas de pessoas com maiores posses, que apresentavam a possibilidade de transitar por entre a província do “Grão Pará” e Portugal.

Nesse caso, parece ficar inscrita uma identidade paraense, buscando-se assimilá-la à identidade portuguesa. Mas, simultaneamente nessa proximidade, aponta-se a resistência. Isto fica bem simbolizado pelo movimento da chamada independência.

Nesse contexto, o movimento cabano¹⁷ pode ser desenhado numa dimensão paradoxal, pois que, embora se colocasse contra a adesão do Pará à independência, era constituído por aqueles que historicamente representavam a resistência à colonização portuguesa. Então, para além do motivo apontado como provocador da resistência, o que se destaca é a própria resistência a uma regulação de poder, ao ideário de uniformização cultural, seja do europeu colonizador ou do centro político econômico da República em instalação.

Esse movimento realizado no estado do Pará caracteriza-se pela mestiçagem, produzindo uma prática cultural que se faz bem inscrita na tensão de assimilação e rupturas. Assim, tal movimento desenhar-se-ia na cultura de uma “América mestiça”, apontada como produto das três “Américas” citadas anteriormente. Esta “América” possui suas zonas específicas de desenvolvimento, no dizer de Aguirre Rojas (2008, p. 165), “sobretudo no

¹⁷ Movimento ocorrido no estado do Grão Pará, entre 1835 e 1836, tendo à frente homens da classe popular, negros, indígenas, mestiços, tapuios, segundo uma certa visão historiográfica, numa “reação ao autoritarismo e desmandos das autoridades civis e militares da província, nomeadas à revelia dos paraenses pelo governo central da regência” (BEZERRA NETO, 1999, p. 50).

centro do México e numa zona importante do Norte do Brasil, e praticamente em todas as grandes cidades da América Latina”.

Portanto, o movimento cabano de resistência pode ser lido como signo de uma identidade, entre outras, que se faria bem marcada no estado do Pará: uma identidade mestiça, com predomínio da etnia indígena.

Outro discurso de uma historiadora paraense (FONTES 2002) vem trazer o mesmo teor, tanto de aproximação da civilidade europeia à paisagem cultural do estado do Pará quanto de uma negativização da figura indígena. Nesse caso, o objeto de estudo historiográfico é, como dissemos, a produção de um texto dirigido ao “outro”, aquele estrangeiro que se coloca como potencial possibilidade de assumir uma “identidade paraense”.

No início da obra da historiadora citada acima, se produz um discurso oficial (do Estado) sobre a identidade paraense, em que a imagem do índio parece atrelada a uma série de características que produziriam uma visão de inferioridade em relação ao estado do Pará. Nesse texto, não mais o índio se faz destaque de uma construção cultural em ‘submissão e rupturas’ a um poder instituído, estando na fronteira do que se poderia delimitar como marca de uma identidade da região.

O elemento indígena, até pela sua resistência, se mostrou muito presente na formação étnica do estado do Pará. No entanto, pelo ressaltado da cultura do branco colonizador como a que seria “civilizada”, inscreve-se o apagamento do índio que passa a ser construído como o “outro” de uma elite cultural e econômica que detém a voz do discurso enunciado.

Conforme o discurso oficial que ressaltava o estado do Pará, verifica-se uma perspectiva discursiva em que os índios “não constituem nada em si. Esse é o seu estatuto histórico transparente: não constam” (ORLANDI, 1990, p. 56). Talvez, isto se faça pelo fato de se colocar a cultura “bárbara” subjacente ao índio, considerando uma ótica de cultura instituída pela visão etnocêntrica do colonizador, sendo, porém, muitas vezes assimilada pela elite detentora da palavra. Por isso, a cultura indígena se faria, então, voluptuosamente negada.

Na escrita dos historiadores, verifica-se que no espaço geográfico do Pará, principalmente no período colonial, a presença do negro não é enunciada. Pelos dítos da historiografia paraense, foi muito mais a presença nativa indígena que marcou os séculos XVII e XVIII da colonização portuguesa no Pará. Isto porque, no processo de colonização, o fluxo de negros “iniciou-se debilmente no século XVI e que desde o princípio tendeu a concentrar-se de maneira privilegiada nas zonas das costas atlânticas [...] mas sem penetrar

mais que excepcionalmente nos espaços mais internos desse mesmo território latino-americano. (AGUIRRE ROJAS, 2008, p. 164)”.

A Amazônia paraense, por ser distante da costa, mostrava-se difícil para a “distribuição” dos negros africanos trazidos para exercer trabalho escravo na colônia brasileira; também a própria peculiaridade da paisagem física amazônica se fazia obstáculo para a manutenção do negro como escravo.

A presença negra mais reduzida não significa, porém, sua ausência da região. Para além da política colonizatória, uma migração interna fez também o negro colocar-se no espaço amazônico paraense, em moldes diferentes daquele desejado pela colonização. Mas, é no século XIX, no marco de uma divisão territorial colonial europeia na África, que o fluxo de negros estabelecerá uma “América Negra”, marcando, nesse caso, uma identidade não somente no Brasil, como no Pará.

De uma análise panorâmica de uma história escrita por historiadores sobre o estado do Pará, procuramos chegar à produção de algumas identidades que no presente se inscrevem por outras instituições discursivas, como a mídia. Tanto num caso quanto noutro, há um discurso de uma identidade paraense em circulação. Como nada fica quietamente num lugar, mas se movimenta entre sentidos vividos e a serem vivenciados, assim “é toda a História que é preciso mobilizar para a inteligência do presente” (BRAUDEL, 2007, p. 236). O passado aparece “afoito”, problematizado no presente.

O trabalho do historiador realiza-se, então, na inquietude de estar focado no passado, mas constituindo seus sentidos no presente. Assim, “a história não pára de encontrar o presente no seu objeto, e o passado, nas suas práticas. Ela é habitada pela estranheza que procura, e impõe sua lei às regiões longínquas que conquista, acreditando dar-lhes a vida” (CERTEAU, 2006, p. 46). No fazer do historiador, o passado é o novo que produz muitas indagações, assim o ontem se faz hoje atravessado pelos sentidos do agora.

Nesse contexto, é por uma rede complexa de identidades latino-americanas que se constitui a identidade paraense. Esta é forjada nas relações de acomodações e transformações diante de encontros e desencontros. Por aí se constroem as práticas culturais do branco colonizador, dos nativos indígenas e dos negros deportados. Culturas diversas que em tensão trazem para a identidade paraense sua peculiaridade, mas também podem constituir pela miscigenação étnica uma singular identidade atravessada pela mestiçagem cultural.

Pelo saber geográfico o sujeito ficaria submetido a uma nacionalidade, ao espaço de uma região. Pela História se faz relatar o lugar, se faz saber o espaço. Ainda que nosso *corpus* de pesquisa tenha sido construído a partir da enunciação jornalística, vimos pelas indicações

da Historiografia as relações de poder se produzindo entre o ‘Pará’ e outros estados brasileiros.

Então, busquemos entender o processo de construção das identidades culturais a partir desse processo de disposição espacial. Pelo espaço se faria um discurso nacional de diferenças regionais mais ou menos valoradas. Por ele, o sujeito se afirmaria ou se negaria, condicionando-se com maior ou menor resistência a um centro colocado como verdadeiro pelas vozes mais à frente do comando.

4 O CENTRO-PERIFERIA: A CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE CULTURAL

Busquemos novamente a estratégia da espacialidade, para tentarmos compreender como o poder por meio de procedimentos discursivos vai se configurando. Em diálogo com o geógrafo Hérodete, acerca da relação entre o discurso geográfico e o militar, diz Foucault (2007b, p. 158):

Desde o momento em que se pode analisar o saber em termos de região, de domínio, de implantação, de deslocamento, de transferência, pode-se apreender o processo pelo qual o saber funciona como um poder e reproduz seus efeitos. [...] relações do poder que passam pelo saber e que naturalmente, quando se quer descrevê-las, remetem àquelas formas de dominação a que se referem noções como posição, região, território.

Quando se pensa o poder localizado ou em deslocamento, o entende-se como possível de estar em tudo, em qualquer lugar, também se faz em mobilidade. O saber, ao fazer-se circunscrito a um território, atribui poder àqueles que estão com o seu domínio. Quando se indaga a respeito de onde está localizado um saber que se materializa em discursos, pressupõe-se uma falta, ou seja, se há os que detêm o saber, há também os que não o possuem, ou seja, para outros o saber parece faltar. Pelo fato de o saber estar delimitado num espaço, ao domínio dos que o têm, a ele se submetem os demais.

Na intenção anunciada no início desta tese, apresentamos nossa inquietação quanto ao etnocentrismo cultural que pensamos atravessar, de modo mais ou menos saliente, a construção das identidades regionais brasileiras. No paradoxo da constituição e hierarquização de saberes, ensejado a partir da teoria do discurso proposta por Foucault (2008a), se há espaços para se posicionar culturas ao “centro”, é porque também há espaços para se colocar culturas à “margem”.

Ninguém está num lugar sozinho, é pela relação com o outro que se mobilizam lugares (CERTEAU, 2008). Os lugares não se fazem constituir pelo isolamento espacial, nem tampouco pelo apagamento da História. Quando se assume uma posição de imobilidade espacial e de esquecimento temporal, os sentidos podem se mostrar cristalizados, a diversidade pode se fazer refutada. Quem diz pode definir o espaço que cabe para cada lugar.

Há relações de poder que imprimem valor ao espaço. Vê-se o outro diante da posição que se está historicamente colocado. A definição de um “centro” delimita “margens”. As “margens” podem ser postas distantes ou se fazerem próximas, desde que permaneçam “margens”. Na continentalidade territorial brasileira, mesmo diante de todo avanço

tecnológico, a circulação efetiva pelos espaços ainda parece não fazer parte do cotidiano da maioria das pessoas.

Isso principalmente quando se tratam daqueles lugares que historicamente, conforme vimos antes, foram colocados na posição de “margem”. O trânsito da população para as “margens” parece se fazer bem menor do que destas para o “centro”. É lá no “centro” que as “margens” vão buscar os “produtos” de uma sociedade em que o consumo é eleito à condição de “oferta” de felicidade. Ou mesmo, é desse “centro” que chega ininterruptamente muito do que deve nas “margens” ficar ao “centro”.

Entre os “produtos” que assumem um vigoroso sentido, tanto para aqueles que estão nas “margens” quanto para os que estando no “centro” também podem ser colocados como “margem”, o jornal, ou melhor, o discurso jornalístico, pode assumir a posição central. A condição de “produto” ao discurso jornalístico pode ser atribuída por aqueles que se colocam no “centro”, estando “localizados”, estabilizados nesse lugar. Então, esses, estando historicamente no “centro” do centro, precisam delimitá-lo para não se fazerem ameaçados.

O espaço regional do Sudeste do Brasil, mais especificamente os estados de São Paulo e Rio de Janeiro, aos quais se tem regularmente atribuído a posição de “centro”, pressupõe outros espaços do país, podendo ser identificados como “periferia”. Que atributos poderiam justificar a ocupação de uma ou outra posição por parte desses espaços? A quem se poderia indicar o termo “centro” ou “periferia”? Talvez, o binômio “civilização e barbárie” possa caber aqui. Daí, também, neste debate, aparecerá a noção de cultura e identidade.

4.1 CIVILIZAÇÃO E CULTURA: POR ONDE SE INSCREVEM AS PRÁTICAS

Debatendo acerca da relação entre civilização e barbárie, Wolff (2004) destaca três sentidos para o termo civilização. Poder-se-ia compreendê-la como designando um processo em que haveria a libertação por parte dos povos dos costumes grosseiros e rudimentares. Também se poderia adotar o termo civilização na ótica de uma parte da cultura, aquela que representaria não o saber técnico e prático, mas o contemplativo, especulativo e espiritual da vida, seria um saber desinteressado e puro. Finalmente, e este parece o sentido que mais se insinua diante da linha de aproximação que buscamos construir entre noções de periferia e barbárie,

[...] ‘civilização’ designa tudo aquilo que, nos costumes, em especial nas relações com outros homens e outras sociedades, parece humano, realmente

humano – o que pressupõe respeito pelo outro, assistência, cooperação, compaixão, conciliação e pacificação das relações –, em oposição ao que se supõe natural ou bestial, a uma violência vista como primitiva e arcaica, a uma luta impiedosa pela vida (WOLFF, 2004, p. 23).

Quando delimitamos o “centro” e a “periferia” do Brasil, fica pressuposta uma dada localização num espaço maior, subjaz uma unidade nacional. Havendo unidade, esta se constitui. “A formação de uma cultura nacional contribuiu para criar padrões de alfabetização universais, generalizou uma única língua vernacular como o meio dominante de comunicação em toda a nação, criou uma cultura homogênea e manteve instituições culturais nacionais” (HALL, 2006, p. 49). A cultura nacional seria uma produção de sentidos que se faz estabelecer pelas instituições veiculadoras do poder político comprometido com um projeto simbólico de nacionalidade.

A visão que pressupõe um “centro” e uma “periferia”, ao se construir o espaço brasileiro, não estaria condicionada por uma perspectiva única de civilização em oposição à cultura que se faria local, diferenciada? Assim, seria preciso fazer chegar à cultura uma civilização que se alargaria por uma extensividade espaço-temporal? As culturas periféricas estariam longe, distanciadas de uma civilização?

Considerando-se o debate centro e periferia em torno da temática desenvolvida por esta pesquisa, envolvendo a construção de uma identidade paraense por parte da mídia paulista, vários aspectos podem ser destacados. Isto para que se alce a cidade de São Paulo, como também o estado, à condição de “centro” em relação às demais partes do país. Podemos então, entre outros aspectos, enfatizar que, em relação ao estado paulista, a maioria dos discursos reza que, não há outro lugar no Brasil onde “a urbanização e o crescimento industrial atingiram tal completude, o que lhe facilitou alçar-se à condição de metrópole. Ao mesmo tempo, as diferentes correntes migratórias lhe haviam imprimido um ar cosmopolita (ARRUDA, 2001, p. 20)”.

Temas como a modernização e o modernismo refletem diferentes linguagens em singulares e heterogêneos movimentos, expressando um complexo terreno de expressões de toda uma série de produções culturais. Sendo hoje portal de entrada para manifestações advindas de outras partes do mundo, mais detidamente do ocidente, fica bem marcada, pela autora citada, a inigualável força da urbanidade e industrialização da cidade de São Paulo, características que viriam logo se remeter à totalidade do estado.

Pela concentração econômica historicamente observada no estado de São Paulo, as práticas discursivas editadas e publicadas por ele alcançaram visibilidade, vindo a expandir-se

por entre as várias regiões brasileiras, atribuindo-se a esse estado, como também ao Rio de Janeiro, uma posição central em relação aos demais.

O cosmopolitismo paulista faz São Paulo mostrar-se como matriz, para o país, de produção e produto: trazendo o Brasil para si, levando sua “vibração” para o país. Disto, porém, resultou um crescimento vertiginoso, principalmente no que tange ao aspecto econômico, favorecendo um distanciamento de outras regiões: proximidade por ser síntese de outros lugares, distanciamento por reunir forças produtivas que lhe alavancaram o desenvolvimento, ficando díspares de outras regiões, principalmente do Norte (estado do Pará), geograficamente mais distanciado.

No entanto, ainda que se pense a civilização como uma unidade, não seria pelo fato de as práticas culturais realizadas em São Paulo terem maior alcance e visibilidade, estarem assim no centro, que seriam portadoras de maior civilidade. Além disso, ao se considerar a civilização sob o ponto de vista de uma multiplicidade, torna-se complexo diferenciá-la da cultura, que também se faz múltipla. Ao se pensarem diferentes civilizações para distintas culturas, encontra-se dificuldade em se hierarquizar as culturas sob a noção de civilização.

Desse modo, parece não caber atribuir-se o status de centro ou periferia, como mais ou menos civilizado, a determinadas regiões ou estados brasileiros. Até porque, ainda que se busque estabilizar a cultura a determinados lugares geopoliticamente determinados, caracterizados por certa regularidade, “a intensificação da interdependência transnacional e das interações globais [...] faz com que as relações sociais pareçam hoje cada vez mais desterritorializadas, ultrapassando as fronteiras até agora policiadas pelos costumes, o nacionalismo, a língua, a ideologia e, muitas vezes, por tudo isto ao mesmo tempo” (BOAVENTURA SANTOS, 2008, p. 22).

O fato de se pertencer a um território, a um lugar, vai se tornando, cada vez mais atenuado. Quem é de onde? De onde se está? Onde se fala? Os limites e fronteiras entre as nações, ou ainda entre regiões, territórios, estados, podem se mostrar mais ou menos definidos. No entanto, a imagem que se traz do outro, que não está na evidência mediata do meu olhar, se fará mediada pelo discurso. Parece sempre se fazer constituir um hiato entre o outro que está do outro lado e aquele presente no discurso.

Então, conforme nos diz Certeau (2006, p. 314): “É necessário morrer de corpo para que nasça a escrita”. O discurso é um outro lugar que, embora inscrito naquele a que se faz referência, buscando incluir-se no acontecimento de que se faz palavra, também é renúncia, num deslocamento. Assim, encontrando-se entre a proximidade daquilo que busca referir e o distanciamento, estará produzindo sentidos num movimento de idas e retornos. Levando

sentidos para o que foi dito, instaura outros dizeres, incita outros fazeres/acontecimentos, tanto para os que se fazem “no palco” do que foi dito, como para aqueles que se fazem mais distantes.

Ainda que o lugar do discurso possa ser outro, ou mesmo o discurso se faça implicado na cultura, não se faz totalmente assimilado a esta. Também, mesmo que o discurso transite na mobilidade globalizada da mídia instantânea, fazendo plural a cultura, nele não deixam de se incluir certas matrizes estabilizadoras pelas quais se produzem os efeitos discursivos de identificação. Por isso, para Certeau (2005, p. 193), a cultura “diz respeito [aqui] à criação, ao artifício, à ação, em uma dialética que a opõe e a associa à natureza”. A cultura aparece como criação, que ora pode associar-se ora opor-se à natureza, neste caso enfrentando-a.

Quando a cultura se faz em oposição à natureza, pode-se valorizar uma ou outra. Esse processo não seria estanque, ou seja, se pode conferir superioridade a qualquer uma. O mesmo não se reflete na relação entre civilização e barbárie. No próprio sentido subjacente a esta noção, implica-se uma depreciação, do mesmo modo, subjaz o valor de superioridade relativo à primeira.

Nas posições de centro e periferia, pode-se incluir, tanto quantitativamente quanto qualitativamente, a noção de civilidade e barbárie. No primeiro ponto de vista, do centro é que partiria uma civilização. Esta deveria atingir e ser assimilada pelas demais partes, chegando até as culturas mais distantes, fora dessa civilidade. Na perspectiva qualitativa, algo, no caso um espaço, seria reconhecido como centro, por ser a instância própria de decisão, por isto mais propício à visibilidade.

Nesse último caso, seria o espaço que se faria centro dos acontecimentos, dos saberes, das tecnologias, dos produtos culturais. Quem não estaria no centro, se faria então bárbaro. Este seria tanto “o indivíduo, a etnia, a sociedade, a cultura que parece estranha aos valores ao mesmo tempo mais elevados e mais evoluídos da humanidade. Em suma a oposição civilização e barbárie é a oposição entre o Bem e o Mal” (WOLFF, 2004, p. 25).

Desse modo, apesar de a noção de civilização poder ser colocada diferencialmente em relação à cultura, esta se identificaria com aquela apenas no que teria de mais elevado. Assim modo, poderíamos compreender a civilização incluindo os três sentidos simultaneamente ressaltados antes. Chegar-se-ia a uma civilização, tanto pelos modos de comportar-se relativo às necessidades naturais e polidez social, quanto pelo desenvolvimento de um saber, de uma sensibilidade para a arte, ainda pela conduta ética e moral.

No entanto, ao longo da história das sociedades, observa-se não uma linearidade em relação a esses três padrões que apontariam para uma cultura como civilizada, assim “em

nome do fato de que se é (ou se pensa ser) portador da civilização, [...] que se é transformado em bárbaro” (WOLFF, 2004, p. 28). Dessa maneira, para se colocar no centro, muitos povos, precisam submeter outros a uma marginalidade. O lugar de si é instaurado pelo lugar em que se coloca o outro. Mesmo que polidos, educados, ou seja, civilizados nos dois primeiros sentidos antes expressos, seria pelo viés do sufocamento sistemático das diferenças, pelo silenciamento das diferenças que se produziria a barbárie.

Não é se negando as múltiplas culturas que se chega até a civilização, mas sim se trazendo a cultura outra, em sua diversidade. Desse modo, busca-se compreender o outro no cotejamento dos encontros e rupturas de sentido consigo. Reconhecer no estranho do outro a diferença que também de mim faz parte. Estar sensível ao que parece mais distante, buscando superar suas diferenças, constitui-se numa atitude civilizada. Assim, quanto “mais global for o problema, mais locais e mais multiplamente locais devem ser as soluções” (BOAVENTURA SANTOS, 2008, p. 111).

Para Certeau (2005, p. 146) “a forma mais imediata de manifestação é de ordem cultural”. Desse modo, ao se imputar uma uniformização para uma determinada cultura, quanto para várias culturas, a partir de uma unidade discursiva de poder, se estaria, na perspectiva aqui trabalhada, tomando uma atitude de negação do outro, portanto, assimilada à “barbárie”. Ainda que se possa identificar no outro a barbárie, por uma anunciada repetição de fatos chamados de selvagens, acaba-se por verificar, na atitude impositiva de se estabelecer valores próprios como universais, a repetição disfarçada da mesma atitude denunciada. Talvez, a “barbárie” do “centro” mais proeminente em sua civilidade não se faça tão enunciada quanto a “barbárie” da “periferia”, também a “civilidade” da periferia fique pouco demonstrada.

Por quem seria delimitada a civilização e a barbárie? Quem diz da barbárie e da civilização? Para além dos fatos/eventos, o que se diz deles pode produzir efeitos de sentido de civilização e barbárie. Isto não quer dizer que não encontremos eventos bárbaros nas práticas culturais dos povos, mas interessa-nos o fato de o discurso articular acontecimentos produzindo uma determinada prática discursiva. Desse modo, a dispersão de objetos, conceitos, enunciações, e mesmo de estratégias, por serem um sistema, se constitui em “um feixe complexo de relações que funcionam como regra: ele prescreve o que deve ser correlacionado em uma prática discursiva” (FOUCAULT, 2008, p. 82).

Aquilo que se toma dos eventos, o modo como se faz essa seleção e a maneira de dizê-los definirão a prática discursiva de um determinado mediador do discurso. Desse modo, assumindo uma dada posição sócio-histórica, os sujeitos, utilizando-se de determinados meios

instituídos de controle e circulação de discursos, como já falamos, podem articular vários acontecimentos.

Para diferentes culturas, em distintos momentos da história, pode-se encontrar tanto aquilo que se pode compreender por barbárie como por civilidade. No entanto, por meio de uma posição relativista em relação às noções de barbárie e civilização, parece desenhar-se uma intenção de se manter as diferenças para se favorecer a superioridade de uma cultura, daquela que, por se colocar no centro, acaba por submergir às demais.

Nesse sentido, o centro se fará incluso na barbárie, para que preserve sua supremacia. Assim, verifica-se uma tendência de uma paradigmática civilização ocidental, ou seja, etnocêntrica e modelar, mostrando-se, talvez, como projeto de cultura a ser seguido. Essa, ao reconhecer todos como iguais em suas diferenças culturais, assim proclama de modo disfarçado seu soberano domínio.

A posição relativista definiu-se quanto à barbárie, por não se admitir a existência desta, pelo fato de que todos os costumes, as práticas, por advirem de uma cultura, devem ser considerados. Desse modo, não podem os mais coerentes relativistas opor-se a quaisquer tipos de prática de uma cultura específica. Aos que assumem a existência da barbárie resta “admitir a existência da civilização e, portanto, de culturas superiores e inferiores. Mas quem irá decidir isto e em nome do quê?” (WOLFF, 2004, p. 39).

Parece ser pela ótica de um ideal cultural que se estabelecem espaços privilegiados e marginalizados, posições centro e periferia. Vimos que os valores do mundo ocidental vieram sendo estabilizados como os mais superiores ao longo da recente história das modernidades. Mas, ainda que se tomando a barbárie como uma realidade, pretendendo-se superar o etnocentrismo ocidental, qual seria a base de sustentação que promoveria a civilidade e a barbárie?

Pautando-se então, na existência de valores universalmente considerados verdadeiros, assim devendo ser absorvidos, apreendidos por diversas culturas, como não incorrer na limitada uniformidade de costumes? Assim, na relação entre civilização e cultura, não é pelo fato de haver uma diversidade de costumes e práticas culturais que não haverá a civilização enquanto possibilidade de coexistência da diversidade. Inversamente, a barbárie negaria as específicas formas de humanidade, numa dada cultura.

Os valores universais apresentados por Wolff (2002) não apontariam para o mesmo plano de entendimento trazido pela noção de mediação universal de Foucault (2008b). A noção de “universal” referida pelo primeiro autor implica-se no conceito de civilização. Nesse caso, essa não seria “o lugar de”, seria a condição para “existência do lugar”, no caso, a

condição para que as culturas possam expressar-se em sua diversidade. Não um conteúdo, mas uma forma.

Quando Foucault se refere à mediação universal, expressa nesse tema um modo do discurso dissociar-se da realidade, das práticas, dos saberes diversos que caracterizam as culturas. Pela mediação universal, o saber “são as coisas mesmas e os acontecimentos que se tornam insensivelmente discurso” (FOUCAULT, 2008b, p. 48). O discurso não se constitui numa prática, inserido num saber cultural diverso, mas se faz um meio de manifestar uma realidade que lhe é indiferente.

É na possibilidade de se compreender o discurso superando sua elisão da realidade, provocada pela mediação universal, que podemos interpretá-lo como espaço das diferenças, da diversidade. Assim, teríamos uma prática discursiva que engendra um olhar civilizatório para as variadas culturas. Dessa maneira, se entendermos os discursos como “[...] a imagem, a percepção ou a compreensão do mundo próprio a um meio (rural, urbano, nativo etc.) ou a uma época (medieval, contemporânea)” (CERTEAU, 2005, p. 193), eles seriam, para esse estudioso, caracterizados como cultura, a manifestação cultural de um povo. Tais discursos podem produzir imagens mais ou menos civilizatórias a respeito de um espaço.

Há determinadas práticas que estando em qualquer lugar, sendo produzidas por quaisquer culturas, representariam um comportamento bárbaro. Tais práticas seriam caracterizadas por negar em absoluto outras culturas, negar especificamente qualquer forma de existência humana, ou seja, por tornar a vida humana banalizada por costumes e práticas de quaisquer que sejam as culturas. Desse modo:

[...] uma cultura específica é ‘civilizada’ quando, independentemente da riqueza ou pobreza de sua cultura científica, de seu nível de desenvolvimento técnico, ou da sofisticação de seus costumes, ela tolera em seu seio uma diversidade de crenças ou práticas (excluindo-se evidentemente práticas bárbaras) [...] enquanto uma cultura é bárbara quando é apenas ela mesma, só pode ser ela mesma, permanece centrada e, portanto, fechada sobre si mesma (WOLFF, 2004, p. 41).

Muitas vezes, no entanto, atitudes reconhecidas como bárbaras se fazem efeito de uma recusa extremada à submissão de valores difundidos como grandiosos de uma dada civilização. Dessa maneira, um ato “que nos parece absurdo e que temos dificuldades de não recusar e condenar” (AYMARD, 2008, p. 103) pode representar a rebeldia furiosa a “uma uniformização cultural, política e econômica” (AYMARD, 2008, p. 103), buscando ser imposta por aqueles que, por uma série de condições sócio-históricas, ainda se sobrepõem.

Mas, esses, pelo poder de terem mais visíveis seus discursos, anunciam de modo realçante “a barbárie” do outro, dissimulando sua própria.

Numa sociedade economicamente rica, favorecendo-se aos sujeitos o acesso aos produtos, também a cultura ficará submergida num “sistema cada vez mais à medida de ‘homens que querem ter algo’ e cada vez menos daqueles que querem ‘ser alguém’” (CERTEAU, 2005, p. 192). A cultura será valorada não pelo que se é, mas pelo que se tem: o cultural será objeto de posse, superiorizando-se os que mais podem acessá-lo perante os demais.

Considerando-se a posição de isolamento cultural como mais próxima a uma atitude bárbara, diante da fluidez entre as culturas, o sujeito, ao se localizar de modo mais efetivo numa cultura, pode exercer uma atitude de hostilidade perante as demais. Essa postura, porém, não poderá ser compreendida como “bárbara”. Não se constituirá efetivamente num desprezo ou negação da cultura do outro, mas se faz efeito de uma sociedade consumista, produtora de um individualismo exacerbado. Nessa cultura, o estranho, o diferente, se faz ameaçador, “um ermo repleto de emboscadas e conspirações e fervilhante de inimigos que brandem o caos como sua arma principal” (BAUMAN, 2001, p. 197). Daí a necessidade de os indivíduos abrigarem-se protegidamente em seus espaços culturais.

Considerando-se a não simetria entre desenvolvimento econômico e civilização, pode-se verificar pelo primeiro o afastamento de valores relativos à segunda. No crescimento econômico estaria um exercício de poder: “o poderio depende do uso que se quer fazer dos seus excedentes. Este pode ser, ao capricho das decisões e das possibilidades, o luxo das classes dirigentes, o desperdício do príncipe” (BRAUDEL, 2007, p. 193).

A produção de excedentes pelo Sudeste do país (mais detidamente Rio/São Paulo) deve-se ao maior contingente populacional. A maior produção, embora reflita um desenvolvimento econômico, não produziria um comportamento que poderia ser enfaticamente apontado como de civilidade. Assim, práticas culturais de classes sociais mais abastardas, resultantes do crescimento demográfico, podem se caracterizar pela ausência de civilidade, por comportamentos propícios à desumanidade.

Também a noção de cultura precisa ser problematizada, até para que não incorramos em assumi-la numa singularidade, unicidade que possa levar a se encarar a cultura do Pará, de São Paulo, Rio de Janeiro, do Sudeste brasileiro, como uma homogeneidade delimitada. Adotando-se essa perspectiva, ficaríamos numa visão reduzida, e, por que não, “bárbara” do complexo de costumes e crenças, por exemplo, que caracterizaria os espaços geográficos citados, atribuindo-se a cada um “a civilização” ou “a barbárie” em sua totalidade.

A barbárie estaria não delimitada a uma cultura, mas, por exemplo, a um modo de pensar que não consegue perceber a possibilidade de conciliar a multiplicidade de costumes culturais pelo viés de uma especificidade. Teremos exemplo de civilização em atitudes que revelem, a partir das especificidades culturais, um suporte que beneficie o outro, ultrapassando os limites da comunidade.

Ainda que se percebam práticas culturais menos sofisticadas, mais distantes de tecnologias, pode-se identificar a civilização. Assim, trazemos o exemplo de uma comunidade brasileira destacada em Braudel (2007, p. 188): “sobre uma vida antiga, sem artesanato, com um comércio reduzido, nas mãos de tropeiros, esses proprietários de caravanas burriqueiras que, desde o século XVIII, criaram a primeira economia brasileira de grande extensão continental”.

Então, nos colocamos para além dos efeitos dicotômicos e estáticos de se localizar o Pará e São Paulo/Rio de Janeiro (Sudeste brasileiro) como, respectivamente, na periferia e no centro do Brasil, portanto, representando culturas mais próximas de uma inferioridade e superioridade, delimitadas pela barbárie e pela civilização. Ainda que numa dada cultura possa predominar a barbárie ou a civilidade, práticas civilizadas ou bárbaras fazem-se atravessar quaisquer culturas.

Pensando-se na posição “centro” e “periferia” como pontos que se localizam e por que não se movimentam na geografia brasileira, busquemos refletir em torno da distinção lugar e espaço. Seria o lugar, para Certeau (2005, p. 201), a “ordem (seja qual for) segundo a qual se distribuem elementos nas relações de coexistência”. O lugar solicita uma ordem, assim nele não podem estar dispostos duas coisas, cada coisa deve ocupar seu lugar: este pressupõe estabilidade, definição.

Já o espaço é um conceito que indica instabilidade, tradução de polivalência, de diversidade de direções. Onde há mobilidade difundem-se espaços, pressupõe-se ação. Então, espaço “é o efeito produzido pelas operações que o orientam, o circunstanciam, o temporalizam e o levam a funcionar em unidade polivalente de programas conflituais ou de proximidade contratuais” (CERTEAU, 2005, p. 202). Mas os lugares não se fazem estanques relativamente aos espaços. Aqueles se fazem a matriz da mobilidade.

Daí, pela vivência, experiência dos transeuntes, pelo encontrar-se, escapulir-se dos sujeitos, pelo discurso que é ação/reação, os lugares se fazem espaço. Assim, entendendo-se o estado do Pará em sua espacialidade, vimos a mudança de posição do estado relativa à condição de estar ou no “centro” ou na “periferia”, conforme as seções anteriores, a partir de um certo prisma geográfico e, principalmente, historiográfico.

A noção de civilização ultrapassa os limites de uma geografia cultural, “localmente” delimitada ou “espacialmente” em movimento. Assim, devemos compreendê-la sob o ponto de vista temporal. Para se operacionalizar a análise das práticas de uma cultura que seriam civilizatórias, seria necessário uma circunstancialidade temporal mais lenta do que o tempo fugaz das individualidades do agora. Acerca de uma visão não única e distante do tempo histórico, mas tripartida, trazida por Braudel, destaca Rocha (2003, p. 26):

[...] a análise das sociedades, economias e civilizações exigia que a pesquisa histórica operasse dentro de um tempo mais lento, pois os fenômenos que se manifestam dentro desses campos são marcados pelas regularidades, permanências, continuidades, repetições, isto é, ultrapassam o curto intervalo de tempo ocupado pelo acontecimento singular.

Dessa maneira, para buscarmos aquilo que corresponderia à civilização ou à barbárie numa dada cultura, devemos nos deter não somente num acontecimento específico, mas também numa série de acontecimentos que revelem enunciados em estreita relação de sentido. Uma concepção discursiva pode ser estabelecida por meio de enunciados que se fazem espécie de “cavaleiro errante”, que ora “cavalgam” tranquilamente por entre discursos temporal e espacialmente próximos, ora “galopam” freneticamente por entre distantes e ausentes práticas discursivas. Então, não é somente por meio de um único acontecimento que se constituem as formações discursivas produtoras de determinados efeitos de sentido acerca de uma cultura. Vários acontecimentos podem trazer enunciados dispersos partilhando, porém, de uma perspectiva discursiva comum.

Onde estariam anúncios de barbáries e de civilidade? Quando acessamos várias reportagens/notícias a respeito do estado Pará, encontramos muitas que produziram um acontecimento discursivo singular: “O assassinato de Dorothy Stang”. Outras reportagens/notícias, embora referindo-se a vários acontecimentos, não tão impactantes quanto o primeiro, enunciam “a escravidão no Pará”, “o trabalho infantil em carvoarias”. Isto poderia representar uma perspectiva discursiva que identificaria a cultura paraense como “bárbara”?

Assim, para que cheguemos a produzir uma singularidade temática nas duas ordens de acontecimentos ressaltadas, precisamos diante de uma diversidade de enunciados, atualizando a metodologia de Foucault (2008a, p. 123), “demarcar as diversas regularidades a que obedecem”, para chegarmos à formação discursiva subjacente a sua multiplicidade. Então, a descrição dos enunciados se realizará considerando-se o trânsito que promove encontros e rupturas.

Portanto, importa-nos é verificar se os efeitos de sentido construídos nos discursos que circulam na imprensa paulista, de grande circulação nacional, identificariam o estado do Pará como “periferia” em relação ao lugar dessa imprensa, e, se estando numa posição periférica, estaria mais próximo da barbárie.

Conforme iremos estudar mais detidamente na próxima seção, há mecanismos de controle do discurso que fazem uma determinada cultura se tornar menos ou mais centrada em si mesma. Esses mecanismos teriam uma historicidade que promoveria maior ou menor visibilidade de uma cultura por parte de outra? Esses procedimentos, por sua vez, por se constituírem enquanto práticas construídas pelos mecanismos de poder que concorrem numa dada cultura, também fariam parte da própria cultura.

Dessa maneira, os procedimentos de mediação, tal como a mídia, podem possibilitar o maior acesso a determinados costumes culturais, promovendo um olhar que ressalte a homogeneidade ou a diversidade de uma cultura. Daí, ao fomentar-se o conhecimento do outro, ativar-se-iam maiores ou menores possibilidades de identificação daquilo que foi discutido como “barbárie” ou “civilização”?

Ao acessarmos as notícias/reportagens a respeito do estado do Pará, uma regularidade, talvez, seria indicativa de que tipo de relação humanitária? Ressaltar-se-iam em tais discursos o respeito, a assistência, a cooperação e a pacificação?

Uma cultura poderá estar mais próxima ou distanciada de valores que poderiam ser chamados de bárbaros, ou ainda produzindo de modo mais ou menos frequente práticas culturais que poderiam ser tidas como bárbaras. Desse modo, a barbárie seria, talvez, um modo entre outros de se identificar e de se construir a identidade de uma certa cultura. Vejamos então a relação entre cultura e identidades.

4.2 CULTURA E IDENTIDADE: POR ONDE SE PRODUZEM SENTIDOS

No debate em torno da produção de identidades, podemos indagar como se produziram as identidades na relação entre o estrangeiro e o nacional, o individual e o social, entre o público e o privado, entre as peculiaridades e as generalidades dos espaços construídos. Também as identidades se constituiriam considerando-se as delimitações mais estabelecidas da antiguidade e as volatilidades da modernidade atual. Então, uma variedade de temáticas pressupõe a indagação acerca da identidade.

Considerando a relação de implicação entre cultura e identidade pode-se compreender que é por meio da identidade que se constitui a cultura. Assim, é pelo pertencimento a uma dada comunidade que uma identidade é revelada. Segundo Boaventura Santos (2008, p. 135):

Sabemos hoje que as identidades culturais não são rígidas nem, muito menos, imutáveis. São resultados sempre transitórios e fugazes de processos de identificação. Mesmo as aparentemente mais sólidas escondem negociações de sentido, jogos de polissemia, choques de temporalidade em constante processo de transformação. [...] Identidades são, pois, identificações em curso.

Não há somente uma identidade. Esta não se faz um processo fixo. Constituindo-se de jogos negociáveis de sentido, nossas identidades são atravessadas pela história, pela geografia, por saberes que se fazem em transformação. Não se produz por si só uma identidade, vai se construindo também pelas identificações. É como se o sujeito vestisse roupas aptas a serem trocadas. Então, precisa-se haver uma identidade, ou ainda mais radicalmente, o máximo de identidades possíveis, para que se vá dividindo, diferenciando-se em sofisticados e hierarquizados grupos.

Sabendo-se que a cultura é um processo histórico pelo qual os saberes são construídos, compreende-se que são pelas práticas culturais que os sentidos se produzem e se transformam. Por sua vez, são pelas identidades que os sujeitos podem se atribuir sentidos. Assim, percebe-se uma relação de implicação entre cultura e identidade. Pela cultura se constroem as identidades. Desse modo, nos diz Castells (2006, p. 22): “entendo por identidade o processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o (s) qual (ais) prevalece (m) sobre outras fontes de significado”.

Uma atribuição cultural, um conjunto de características inter-relacionadas forma a base do processo de construção de significado, no caso, a identidade: o sujeito construído historicamente se identifica com uma cultura, esta se faz peculiaridade, signo da diferença. Um mesmo indivíduo pode apresentar múltiplas identidades que geram tensão.

Entre tantas identidades, como se autorrepresentar? Afinal, quem somos para nós mesmos e para as instituições sociais? Por entre a autorrepresentação e as instituições sociais, podemos distinguir, respectivamente, entre a identidade, por um lado, e, por outro, os papéis. Como resultado da negociação entre indivíduos, organizações e instituições sociais, os indivíduos irão assumir um papel, ou mesmo um conjunto deles. Poderá haver coincidência

entre papéis e identidades, quando a um papel atribuído institucionalmente corresponde certa internalização pelo indivíduo.

Ressaltando a maior repercussão das identidades na construção dos sujeitos, Castells (2006, p. 23) destaca: “identidades são fontes mais importantes de significado do que papéis, por causa do processo de autoconstrução e individuação que envolvem”. As primeiras apresentam maior repercussão sob as identificações simbólicas, sob o estabelecimento de imagens pelas quais se atribuem significações. Como o ator social se vê, como constrói sua identidade, determinará a finalidade de suas ações.

Enquanto é o outro que me atribui um papel, algo mais exteriorizado, é o sujeito que assume uma identidade. Tanto pelos papéis quanto pelas identidades, nos incluímos num grupo. No entanto, por meio dos primeiros parecemos nos multiplicar, pelas segundas nos dividimos. Pelos papéis faremos parte de uma unidade genérica, pelas identidades nos delimitamos por uma singularidade.

Anteriormente, falávamos acerca da relação entre aquilo que numa cultura pode ser compreendido como civilização. Pensávamos, então, o modo pelo qual as culturas podem produzir distintas formas de identificação em relação às suas práticas, bem como às práticas das demais culturas, produzindo, assim, diferentes identidades, mais ou menos valoradas. As culturas podem ser tanto acessadas pela convivência, por meio de processos colonizatórios ou migratórios, como também por relações construídas a partir da mediação tecnológica, por exemplo.

Pelas duas formas de contato que se faz em relação à cultura do outro, todavia, haverá a mediação simbólica em que o discurso estará produzindo, a partir de distintos mecanismos de controle, produções de sentido, instituindo identidades. Considerando-se as diversas formas de identidades que podem ser atribuídas nas relações entre os sujeitos, interessa para este trabalho, conforme já ressaltamos, a identidade nacional brasileira. Esta, no paradoxo da unidade, assenta-se em diferenças, marcadas por vários fatores, dentre os quais os distintos traços de colonização das regiões e a diversidade natural dimensionada pela vasta continentalidade do território físico do país.

Considerando a identidade cultural brasileira não como uma instância delimitada e localizada, mas num movimento tramitando entre diferentes sujeitos, bem como constituindo-se historicamente, indaga Orlandi (1990, p. 46): “Quem é o brasileiro? Onde termina o índio (no contato), o português (na colonização), o italiano (nos movimentos migratórios)”. Nessas interrogações, fica exposto que para uma unidade brasileira pressupõem-se diferenças. Por esse movimento entre distintos em que se produziu a identidade nacional, singularidades

podem ser escamoteadas ou podem vir à tona, há histórias que se contam e outras que se fazem apagar.

O discurso colonial, ao dizer acerca da terra descoberta brasileira, costuma deter-se no cultural, negligenciando o histórico e o político. Desse modo, na constituição do imaginário do que seria “ser brasileiro”, “a colonização” não aparece somente como um processo histórico, mas implica-se no próprio caráter constitutivo do “ser brasileiro”. Daí também, deslocando-se, então, o ato de se colonizar, para o atributo de “ser colono”, o que se faz enfatizar não é a história da colonização, mas as exóticas qualidades do brasileiro. Assim, todos os interesses da política de colonização se escondem num discurso que neutraliza as diferenças, as tensões históricas de um jogo de poder.

Então, pelos discursos se produzem sentidos que repercutem “vozes” de determinados sujeitos. Desse modo, “o discurso colonial continua produzindo os seus sentidos, desde que se apresentem as condições” (ORLANDI, 1990, p. 16). Pelas vias narrativas acerca da nação, por meio da memória, as identidades vão sendo construídas: se tecem sentidos que vão construindo uma identidade. Talvez, isto seja o que nos interessa diretamente, saber se esse discurso colonial atribuído aos brasileiros pelos colonizadores se reverbera nas identidades culturais regionais. Ou seja, do mesmo modo que um discurso etnocêntrico torna exótico o brasileiro e isola-o em suas singularidades, também ocorreria assim com as identidades regionais.

Para Hall (2006, p. 48), “as identidades nacionais não são coisas com as quais nós nascemos, mas são formadas e transformadas no interior da representação”. Há uma série de representações constituídas acerca, por exemplo, da nacionalidade brasileira que institui um conjunto de significados do ‘ser brasileiro’. Há um conjunto de modos de fazer, um sistema de representação cultural que produz uma nação, ou seja, não são somente as instituições políticas proclamando uma nação, mas também um conjunto de representações simbólicas que resultam numa nação. Assim, “em vez de pensar as culturas nacionais como unificadas, deveríamos pensá-las como constituindo um dispositivo que representa a diferença como unidade ou identidade” (HALL, 2006, p. 62).

Do jogo entre as pessoas, as classes, do movimento entre os lugares fisicamente estabilizados, até os espaços constituídos, se constrói uma comunidade simbólica. No entanto, pela globalização, “as identidades culturais nacionais estão sendo afetadas ou deslocadas” (HALL, 2006, p. 47). Isso, embora ainda seja forte o laço que a nacionalidade repercute em nossa identidade, pois muitas vezes nos definimos usando como atributo principal nossa nacionalidade.

Interessante é perceber que, quando nos referimos ao município em que nascemos, a assimilação a esse local se faz mais forte ainda. Talvez, por isto nos referimos a ele como sendo o lugar de nossa naturalidade, neste caso, parecendo implicar-se uma relação mais física, mais concreta. Nosso estado geopolítico de nascimento encontra-se mais aproximado do lugar em que nascemos, o local, o *lócus* de origem. Entre o sujeito e a terra onde se “enterra o umbigo” parece haver uma relação de “gestação” de simbiose.

Essa relação irá deixar marcas na linguagem, nas características físicas, em vários costumes daí resultantes, tais como a alimentação, ou mais que isto, numa produção culinária, no vestuário, em que o clima, por exemplo, poderá determinar tanto uma forma de vestir, quanto a própria relação entre as pessoas, possibilitando maior proximidade ou distanciamento entre elas.

A cultura se constrói sobre aquilo que, se mostrando importante, significativo para um sujeito, não apresenta importância ou mesmo é estranho para o outro. Naquilo em que um se faz diferente do outro é que se constrói uma identidade cultural. Na diferença constitui-se o espaço onde se instituem as identidades. Nessa diferença estaria a cultura.

Seria no encontro com uma prática que se faria diferente, por ser produtora de sentido que se constituiria a cultura. Daí nos diz Certeau (2005, p. 141): “Para que haja verdadeiramente cultura, não basta ser autor de práticas sociais; é preciso que essas práticas sociais tenham significado para aquele que as realiza”. O autor, então, mostra-se seletivo na atribuição do que seja cultura, priorizando, assim, a produção de sentido como característica intrínseca da cultura. Esta estaria presente não em todas as atividades humanas, mas naquelas em que a partir delas fosse possível produzir outros sentidos.

Desse modo, muito do que se faz socialmente constitui-se de atividades que não se fazem marcantes, praticadas quase que mecanicamente, não se constituindo como uma espécie de ritual de sobrevivência. Uma atividade para se constituir como cultural deve fazer-se um modo de repetição, mas que traga um jeito de exclusividade. As práticas não culturais seriam maximamente passageiras, não se mostrando, desse modo, produtoras de práticas discursivas.

As práticas culturais podem se fazer mais ou menos assimiladas pelos dispositivos de controle do poder. Quando a cultura aparece nas mãos do poder, buscando-se atribuir um sentido único para uma diversidade de práticas, então “ela é mortífera. Ameaça a própria criatividade” (CERTEAU, 2005, p. 142), pois os sentidos que lhe conferiam uma singularidade vão se fazendo atenuados, podendo se tornarem cada vez mais mecânicos. Diante disso, urge garantir-se a diferenciação, a visualização e circulação de sentidos plurais.

As práticas cotidianas fogem aos traçados percebidos pelos mecanismos de controle do poder. O que se diz sobre o que se fez não capta a essencialidade daquilo que foi feito. As práticas cotidianas, por não se fazerem apreendidas, mostram-se difíceis à manipulação. Por entre as vigilâncias controladoras do poder mais fortalecido, as práticas “se reforçaram em uma proliferação ilegítimada” (CERTEAU, 2008, p. 175), produzindo uma pluralidade de culturas.

As práticas culturais do cotidiano, justamente por não se fazerem apreendidas pela voz do sujeito que descreve as culturas, não são, assim, consideradas ou são obscurecidas, quando da análise da cultura. No entanto, é necessário encontrar-se a tessitura dessas práticas. Parece se verificar que, embora seja pelas relações sociais que se determinam tais práticas, seria pelas individualidades o lugar plural por onde elas atuam.

No estudo das práticas cotidianas tidas como culturais, interessa destacar os modos pelos quais elas são operacionalizadas, os esquemas pelos quais se realizam. Mas, por entre a regularidade de tais esquemas, interessa não somente “explicitar as combinatórias de operações que compõem [...] uma ‘cultura’ ” (CERTEAU, 2008, p. 38), como também “as mil práticas pelas quais usuários se reapropriam do espaço organizado pelas técnicas da produção sócio-cultural” (CERTEAU, 2008, p. 41).

Sobre o exercício do poder nas sociedades, vem dizer Foucault (2007, p. 183): “o poder deve ser analisado como algo que circula, como algo que só funciona em cadeia [...] o poder funciona e se exerce em rede”. Assim, pelas regras que implicam o estabelecimento de uma cultura no exercício de poder em uma sociedade, haverá espaços para restabelecimentos de sentidos. Na história dos domínios culturais que imputa o domínio de uma cultura, frestas de sentidos estabeleceram outras produções culturais.

Muitos desses sentidos, não serão, porém, mostrados. A imagem daquilo que não está planejado, que não se coloca na ordem estabelecida, daquilo que não atende a um anseio já estabelecido, não fica aparente à visibilidade dos discursos. Há uma ordem pela qual cabem determinados eventos a serem discursivizados. “Todavia, sob a escritura fabricadora e universal da tecnologia subsistem lugares opacos” (CERTEAU, 2008, p. 309). Pelos passos que se fazem num caminho que não focaliza uma chegada, espaços diferenciais instituem-se. Daí vão se construindo possibilidades de sentidos nas práticas culturais cotidianas.

O percorrer de passos produz uma caminhada pelos espaços/lugares, trajetos já instituídos, como também introduz outros espaços que não se faziam fixados. Tal como um dizer singular perante aquilo que foi dito, pelas práticas culturais cotidianas:

[...] o caminhante transforma em outra coisa cada significante espacial [...]. Cria assim algo descontínuo, seja efetuando triagens nos significantes da 'língua' espacial, seja deslocando-se pelo uso que faz deles. Vota certos lugares à inércia ou ao desaparecimento e, com outros, compõe 'torneios' espaciais 'raros' 'acidentais' ou ilegítimos (CERTEAU, 2008, p. 178).

Na caminhada, o caminhante posiciona-se em relação aos outros e com eles estabelece contato produtor de sentidos. No percurso inquietante das práticas culturais se vai colocando em risco, suspeitando-se, recuando-se, transgredindo-se os enunciados/ trajetórias já constituídos.

Considerando-se a relação entre as identidades e a cultura, verifica-se que, ao longo da história humana, as identidades culturais foram sendo traçadas por um movimento descontínuo entre rupturas e retomadas. Assim, enquanto num período pré-moderno a cultura de pertencimento a uma comunidade se mostrava mais restrita às tribos, às regiões, a tendência na modernidade foi que esse sentido de pertencimento se estendesse, no Ocidente, às nações, “quando a Europa, então no auge de sua hegemonia, realizava sob seu controle uma primeira unificação do mundo” (AYMARD, 2008, p. 102). Desse modo, o Estado-nação se sobrepôs às diferenças regionais, pelas vias da nação se constituíram as identidades culturais modernas. Fazer nações era a possibilidade de se atenuar diferenças, postular comando, modelizar atitudes.

A expansão de uma hegemonia foi, no entanto, questionada pela crise instalada no mundo, nos anos de 1970, retornando, porém, pelos discursos que apontam para a instantânea circulação dos costumes, provocada pela acelerada midiaticização que, diminuindo a distância entre os espaços e reduzindo as diferenças temporais a um momento, faria do planeta uma aldeia, homogeneizando as diferenças.

Porém, a difundida circulação da informação, e principalmente dos produtos, não é acessada pela maioria que, embora simbolicamente possa até sentir-se inclusa pelo consumo, ainda encontra-se alijada dos privilégios de uma elite. A uma veemente política de globalização cultural correspondem atitudes afirmativas de uma identidade. Desse modo: “Nunca o mundo afirmou com tanta força, e mesmo violência, sua diversidade e sua pluralidade quanto nestes tempos de globalização” (AYMARD, 2008, p. 103).

O território parece ter se constituído na fonte mais imediata de autorreconhecimento e organização do povo diante da dominação cultural e da repressão política. O povo veste-se de espaços que potencializam a identidade como uma forma de defender-se, entrincheirar-se relativamente ao imprevisível desconhecido, proteger-se perante o outro ameaçador. Desse modo, ratifica-se o discurso do pertencimento “minha vizinhança, minha comunidade, minha

cidade, minha árvore, meu rio, minha praia, minha capela, minha paz, meu ambiente” (CASTELLS, 2006, p. 80). Em tempos de globalização, busca-se, então, agarrar-se ao que se tem para não se escarpar de si mesmo. É como se pelo “peso da bagagem” não se saísse do lugar.

Também o Estado, na ânsia de produzir uma identidade nacional, faz incutir-se uma nacionalidade ou mesmo uma naturalidade. Nesse caso, promovem-se políticas de identidade nacionais, tanto para aqueles que já saíram ou podem sair, quanto para os que se distanciam do seu lugar, mesmo ali permanecendo. Mas, para quem “se prende ainda hoje ao seu umbigo”, nos poucos recônditos onde a imagem outra, veiculada pelos instrumentos tecnológicos, não os distancia, não parece se fazer a necessidade de afirmar-se incluso numa identidade cultural.

Nesse caso, podemos nos remeter aos nativos da floresta amazônica paraense “[...] que nunca tiveram a oportunidade de pensar em mudar de lugar, muito menos procurar, descobrir ou inventar algo tão nebuloso [...] como uma outra ‘identidade’” (BAUMAN, 2005, p. 25). Nesses lugares, mais distanciados das instituições promotoras e estabilizadoras do poder, parece não se falar de identidade, justamente por ela estar próxima.

Dessa maneira, podemos fazer a diferença entre o modo natural de identidade (aquele visto nas relações mais diretas de avizinhamo, nas sociedades menos marcadas pelos aparatos tecnológicos atuais) e a identidade na atualidade, chamada então de identificação. A diferença se faz pela mudança na ordem social, então:

Quando a identidade perde as âncoras sociais que a faziam parecer ‘natural’, predeterminada e inegociável, a ‘identificação’ se torna cada vez mais importante para os indivíduos que buscam desesperadamente um ‘nós’ a que possam pedir “acesso” (BAUMAN, 2005, p. 30).

As identidades, embora possam se construídas para alguns, pelas políticas de identificação estatais, também podem ser mantidas, ainda que atravessadas pela externalidade invasiva da globalização. A manutenção das identidades locais pode ser efetivada conforme as tendências sociais e os projetos culturais enraizados nas estruturas sociais, nos gostos, vontades, costumes, comportamentos. Mas essa opção identitária é contraposta pelas pregações da atualidade (era líquido-moderna), em que “‘estar fixo’ – ser ‘identificado’ de modo inflexível e sem alternativa – é algo cada vez mais malvisto” (BAUMAN, 2005, p. 25).

Portanto, as identidades móveis parecem se mostrar como as dominantes. Por elas não se deve estar, fincar-se num lugar, daí a geração de novos grupos se faz uma constante. Então,

precisamos estar sempre para fora do nosso lugar, numa busca desenfreada para alcançarmos um ponto movediço, que sempre estará fugidio em relação à meta estabelecida, ou às possíveis metas, prestes a vencer. Nessa busca desenfreada, o sujeito deixa de se encontrar, no distanciamento de si mesmo não se sabe quem se é: os seus sentidos. Desse modo, assume-se como seus o sentido do outro.

Na época das certezas modernas, a identidade não era uma busca, não se fazia uma problemática, mas com a “lenta desintegração e a redução do poder aglutinador das vizinhanças” (BAUMAN, 2005, p. 24), pois o mais “próximo” sempre se faz “longe”, a identidade passou a ser pautada na força do distanciamento, “as margens incharam rapidamente, invadindo as áreas centrais da coabitação humana” (BAUMAN, 2005, p. 24). Assim, com o favorecimento da mobilidade, encurtando-se as distâncias geográficas, o ser se faz distante de quem é próximo e próximo a quem é distante: habito com o estrangeiro, assim apelo para uma identidade que se faz fugidia.

Na modernidade atual em que as individualidades mostram-se aparentemente favorecidas pelo discurso que faculta ao ser uma plena mobilidade, atribuindo ao sujeito a identidade de “cidadão do mundo”, todas as ofertas parecem se fazer aptas à aquisição pelo indivíduo. Do privilegiamento das individualidades, acaba-se por se disseminar o individualismo. Desse modo, as identidades se fazem não pelo pertencimento a um espaço, uma comunidade, uma região, estado, nação, mas sim pela maior possibilidade de fazer das coisas seu objeto, até mesmo dos demais sujeitos, inclusive, objetos de pertencimento. Nesse tempo de apelo às individualidades, a privacidade do indivíduo passou a ser tomada pelos olhares públicos, daí:

[...] o indivíduo parece hoje menos individual do que nunca, a sua vida íntima nunca foi tão pública, a sua vida sexual nunca foi tão codificada, a sua liberdade de expressão nunca foi tão inaudível e tão sujeita a critérios de correção política, a sua liberdade de escolha nunca foi tão derivada das escolhas feitas por outros antes dele (BOAVENTURA SANTOS, 2008, p. 21).

Nas aceleradas exposições das individualidades, nesse apelo pelo indivíduo se fazer vitrine de uma série de objetos de consumo, acaba por se mostrar sua face em superficialidade. Neutralizando-se as diferenças culturais, todos ficam projetados na identidade de consumidores. De tantas possibilidades de escolhas, os produtos acabam por fazerem-se descartáveis, à espera do próximo.

A exposição excessiva da individualidade é colocada em série pelo espaço público: este se faz submetido ao privado. Até mesmo os discursos se fazem num apelo espetacular, para serem vorazmente consumidos. As notícias produzidas parecem ultrapassadas, cabendo a necessidade de outras. Pela avalanche de informações provenientes de diversos meios, os saberes se fazem banalizados. As vozes de tão ditas não são escutadas, as imagens de tão reveladas se fazem apagadas.

Acerca desta relação, também Bauman (2001, p. 83) vem nos dizer: “a colonização da esfera pública por questões anteriormente classificadas como privadas e inadequadas à exposição pública”. Não seriam simplesmente as fronteiras entre o público e o privado que estariam sendo renegociadas. Na verdade, se faz outro desenho do público, em que este se faz palco dos dramas privados: muito do que é privado passa a ser de interesse público. Desse modo, pela ênfase dos problemas privados na agenda pública, não sobra espaço para as questões que deveriam ser politicamente de interesse público. Então, em tempos de identidades de consumo, na perecível sociedade instantânea, os problemas que atingem o indivíduo, mas que se fazem necessários de uma problematização pública, passam a ser secundarizados.

O discurso jornalístico pode ser considerado como uma prática cultural produzida na interseção de identidades públicas e privadas, estrangeiras e nacionais, em suas diferentes territorialidades. Nesse sentido, estaria o discurso produzido pelo jornal “Folha de S.Paulo” a respeito do estado do Pará trazendo à tona qual cultura paraense?

Pensando-se que: “O enfoque da cultura começa quando o homem ordinário se torna o narrador, quando define o lugar (comum) do discurso e o espaço (anônimo) de seu desenvolvimento” (CERTEAU, 2008, p. 63), que tipo de simetria podemos encontrar entre o que diz a “Folha de S.Paulo” e o que dizem os sujeitos inseridos nos espaços referidos por esse jornal como pertencentes ao estado do Pará? Ou ainda, como se produzem as posições dos sujeitos enunciadorees do jornal e daqueles que se fazem protagonizados no discurso desse jornal?

A posição “centro-periferia” de uma cultura, ou mesmo as práticas, anteriormente vistas como “bárbaras” e/ou “civilizadas”, seriam perspectivas identitárias construídas discursivamente, conforme pontos de vista definidos sócio-historicamente. Daí as identidades se mobilizam em conformidade com a perspectiva temporal e espacial de quem a concebe ou nela se insere.

Então, ao buscarmos o discurso acerca do estado do Pará que circula no jornal impresso do Sudeste brasileiro, nos inserimos no contexto histórico da atualidade que

“enxerga” essa região, pautado num ponto de vista que a coloca numa posição privilegiada em relação àquele estado, tendo em vista uma série de condições econômicas, políticas e culturais também historicamente produzidas.

Por essa posição de centro, de destaque econômico, muito mais nela se produz do que em outras regiões brasileiras, o que nela se produz é bem mais consumido, alcança maior visibilidade, inclusive os discursos que circulam referentes a várias áreas. Entre eles, a enunciação midiática, pela força de sua circulação, pelo modo como se apropria daquilo que diz e pelas sedutoras estratégias de cumplicidade diante dos enunciatários, se coloca como um poderoso meio de produção de identidades. Vejamos, portanto, como o poder se institui nos meios midiáticos.

5 MÍDIA E PODER: REGULAÇÃO DE IDENTIDADES

Tratando da mobilidade dos saberes e poderes na sociedade, indicando o fato de que o poder pode se apresentar em vários lugares, adverte Foucault (2007, p. 160):

[...] não poderemos nos ater unicamente à análise dos aparelhos do Estado.
[...] o poder em seu exercício vai muito mais longe, passa por canais muito mais sutis, é muito mais ambíguo, porque cada um de nós é, no fundo, titular de um certo poder e, por isso, veicula o poder.

Lembremos do primeiro e até do segundo momento da obra pecheutiana em que este autor vincula o poder ao Estado, concebendo o sujeito em posição de assujeitamento a uma posição ideológica da classe dominante, identificada com os aparelhos ideológicos do Estado. Fica claro que a matriz teórica foucaultina rompe com a perspectiva desse poder concentrado. Foucault ressalta a sutileza do poder, por isso o desafio de defini-lo, alcançá-lo. Também destaca o paradoxo da presença/falta do poder nos sujeitos, se há algo que se pode, algo não se pode, daí os jogos de poder.

Nosso objeto de análise é uma instituição que se faz central na atualidade na mediação e circulação dos discursos: a mídia. Um dado saber ao ser veiculado se faz impreterível para que o poder possa se impor. Então, pelos meios os saberes se colocam, aderem-se ao poder. Por isso, ao se tematizar a mídia, duas noções ficam imediatamente pressupostas: comunicação e circulação.

Ao efetivar-se a comunicação pelos meios tecnológicos que se instituíram no decorrer da história das relações humanas, algo deverá ser comunicado. A escolha de um dizer propício a ser comunicado por um determinado meio repercutirá na exclusão de muitos outros. Então, ao produzir aquilo que será comunicado, a mídia inevitavelmente irá assumir uma posição diante de saberes que deverão ser ou não priorizados, visibilizados, perante outros que se farão negligenciados ou mesmo silenciados.

Sabemos que, atualmente, há uma grande heterogeneidade de meios de comunicação (impressos, audiovisuais e digitais) e que todos eles contribuem para a produção e circulação dos saberes e dos poderes. Nesta tese, não desconsiderando a diversidade midiática contemporânea, optamos por nos deter na mídia impressa, mais precisamente nos discursos jornalísticos, considerando principalmente a demanda de sua circulação, por isso seu relevante poder de difusão na produção de identidades.

Nesta seção, trabalharemos primeiramente o papel da mídia enquanto mediadora e promotora de identidades, considerando-se sua inserção e seu comprometimento com

uma sociedade mais eminentemente neoliberal, portanto, mercadológica. Dentre as mídias imersas na circulação de bens de consumo, destacaremos os jornais impressos como uma espécie de “produto” cultural e político, por seu mais amplo acesso no cotidiano.

Num segundo momento da seção, abordaremos os dispositivos de poder propostos por Foucault (2008b), que produzem efeitos de realidade e espetáculo nos jornais impressos, por meio dos diversos modos de organização do discurso jornalístico, realizando-se nas materialidades linguísticas e semiológicas. De uma diversidade que pode ser num primeiro momento caracterizada de maneira dicotômica como informação e opinião, chega-se a uma heterogeneidade marcada pelo atravessamento do informativo no opinativo e vice-versa (CHAPARRO apud NAVARRO-BARBOSA, 2004a).

Na organização textual se dispõe uma hierarquização e, por conseguinte, uma ordem para o discurso. Então, já demonstraremos nesta seção o discurso jornalístico da “Folha de S.Paulo” a respeito do estado do Pará, recorrendo a alguns enunciados materializados na escrita ou na imagem de tal veículo, como exemplificação da organização da prática jornalística.

5.1 MÍDIA: ENTRE A “IDENTIDADE – PRODUTO” E A DIVERSIDADE DAS PRÁTICAS

Localizando o poder na obra teórica foucaultiana, dois momentos são apontados por Silva (2004, p. 160):

[...] na arqueologia o poder aparece na discussão sobre a relação saber/poder [...] aquilo que é tomado como verdadeiro numa época está ligado ao sistema de poder [...]. Na fase genealógica a ênfase recai sobre as práticas de poder e seus efeitos na construção das subjetividades [...] das tecnologias de produção de poder desenvolvidas pelas sociedades.

Na fase arqueológica, cada saber que irrompe pelos enunciados/acontecimentos, insurgido em relevância em detrimento de outros, representa um exercício de poder. Um saber submerge na superfície de um enunciado, ascendendo-se a outros, que se fazem imersos, não se constituindo em sentidos a serem considerados. Os saberes são interditados, por exemplo, em seus objetos.

Também os saberes se fazem interditar pelos limites condicionantes de uma época. Nem de tudo se pode falar num determinado momento. Quando um saber mostra-se articulado a um poder, faz estrategicamente constituírem-se objetos, conceitos, enunciações e temas que,

em concorrência com outros, podem construir sentidos. A trama do que se diz, com as condições sócio-históricas circunstanciadas por aquele dizer, faz prevalecer determinados temas.

Considerando-se a fase genealógica em Foucault, é possível afirmar que há mecanismos de controle das práticas discursivas “por trás de todo saber, de todo conhecimento, o que está em jogo é a luta pelo poder” (SILVA, 2004, p. 171). Nesse caso, aos saberes se sobrepõe o poder. Todos os saberes são rastreados por mecanismos de poder, o saber é uma forma de submeter as coisas e as pessoas. Para além dos mecanismos internos de poder relativos à constituição dos discursos, há outros, externos.

Pensando a genealogia dos saberes, Foucault se aproxima da temática da insurreição dos saberes dominados. Por meio da hierarquização dos saberes, apresentam-se dois entendimentos do que sejam saberes dominados: “[...] blocos de saber histórico que estavam presentes e mascarados no interior dos conjuntos funcionais e sistemáticos [...] uma série de saberes que tinham sido desqualificados como não competentes ou insuficientemente elaborados” (FOUCAULT, 2007, p. 170).

A junção dos saberes eruditos, formalizados, porém não reconhecidos com outros saberes (particulares, marginais, locais, alternativos), embora pareça um paradoxo, mostra-se como vital para a compreensão do jogo entre saberes e poderes. Isto pelo fato de possibilitar a verificação dos mecanismos de tensão de poder entre saberes.

Assim, trava-se uma batalha entre os saberes. Desse modo, no jogo de poder há múltiplos saberes que anseiam ocuparem os espaços. Seria necessário dar visibilidade aos saberes marginais, rompendo com o ideário que coloca saberes em vanguarda, considerando-se tanto os saberes teóricos em construção, ainda não aceitos pela maioria da comunidade científica, quanto os saberes locais a serem reativados. Portanto, tendo em conta a visão foucaultiana, nos colocaríamos “contra a hierarquização científica do conhecimento e seus efeitos intrínsecos de poder” (FOUCAULT, 2007, p. 172).

Não é no intuito de se fazer os saberes dominados ocuparem o lugar da ciência estabelecida, uma, que Foucault combate a hierarquização do conhecimento, dos saberes. Pois, disto pode resultar até mesmo a anexação daqueles saberes pela ciência institucionalizada. A intenção principal é deixar evidente que tipo de problemática subjaz ao enfrentamento entre os saberes, parece ser a própria problemática do poder, ou ainda dos poderes, já que múltiplos. Indaga-se a partir daí acerca da diversidade de dispositivos de poder exercido sob os vários níveis sociais.

Sendo ação, mas também força, não há um poder engavetado a ser repassado, trocado, mas sim a ser exercido. Pelo exercício do poder, “se reprime a natureza, os indivíduos, os ins-

tintos, uma classe” (FOUCAULT, 2007, p. 175). O poder circula por entre uma diversidade de meios. Por esses, os sentidos se constituem, as identidades se promovem.

A mídia ao fazer circular sentidos tem um fundamental papel na relativização das diferenças, promovendo unidades. Tratando da constituição das identidades nacionais, Canclini (2008) ressalta o importante papel do rádio e do cinema que alinhavaram relatos na produção das identidades nacionais, já no início do século passado.

Pela mídia ganharam repercussão não somente os grandes acontecimentos coletivos, mas também o cotidiano representado nos gestos comuns, nas falas e vestuário que marcavam as diferenças de um povo em relação a outro. O rádio “permitiu que grupos de diversas regiões de um mesmo país, antes afastados e desconectados, se reconhecessem como parte de uma totalidade” (CANCLINI, 2008, p. 129). Pelas notícias se propunham sínteses das diferenças, produzindo-se possibilidades de identidades nacionais, sempre transformadas.

As narrativas das identidades eram produzidas pelos meios midiáticos numa cultura visual dirigida ao maior número de pessoas, por meio das primeiras salas de cinema. Pelos meios dirigidos às massas, se fizeram inovações tecnológicas, levando ao uso de aparelhos eletrônicos na vida doméstica. Foi a introdução da televisão na vida íntima da família que repercutiu mais diretamente nas relações mais próximas, liberalizando os costumes, deslocando o horizonte das pessoas do círculo mais próximo da família e da comunidade para o mundo.

Nesse contexto, a mídia possibilitou a unificação de padrões de consumo em nível nacional. Sendo o “produto” matéria inteiramente nacional, era preciso fortalecer “gostos” a partir da constituição das próprias nações para internamente distribuí-los. Usavam-se os meios de comunicação como maneira de se difundir a necessidade de consumo pelo que era produzido no próprio país:

Como os meios eram predominantemente de capitais nacionais e aderiam à ideologia desenvolvimentista, que confiava a modernização à substituição de importações e ao fortalecimento industrial de cada país, mesmo os atores mais internacionalizados naquele momento – como a TV e a publicidade – nos incitavam a comprar produtos nacionais e difundiam o conhecimento do próprio (CANCLINI, 2008, p. 130).

Além das motivações culturais e econômicas, a vontade política de se instituir o nacional diante das diversidades se fez determinante. Assim, fazer nação seria homogeneizar as diferenças, “superar as fragmentações que originaram as lutas regionais [...] tornando-lhe possível a comunicação entre várias regiões – rodovias, estradas de ferro, telégrafos, telefones e rádio –, mas acima de tudo das regiões com o centro, com a capital” (MARTIN-BARBERO,

2009, p. 221). Ainda hoje, dada as diversas e hierárquicas diferenças regionais do Brasil, para se estar na nação, se deve acessar o que é produzido no Sudeste brasileiro, onde se localiza a maior parte da produção econômica nacional.

Esse apelo à cultura nacional começou a ruir a partir da década de oitenta, período marcado pela transição da modernidade. Os lugares passaram a se mover numa transitoriedade temporal. A economia de cada país já não mais se fechava, e a integração dos países reduziu o papel das culturas nacionais. A tecnologia já não se delimitava aos interesses nacionais, passou-se a verificar uma transnacionalização tecnológica. Assim: “Grande parte do que se produz e se vê nos países periféricos é projetada e decidida [...] nas editoras e nas agências de notícias dos Estados Unidos e da Europa” (CANCLINI, 2008, p. 130).

As agências e editoras dos meios de comunicação demonstram exercer um poder mais eficiente sob os meios de comunicação das nações com menor capital. Os jornais, por exemplo, circulando por entre os mais inusitados lugares do cotidiano, produzem e fazem produzir narrativas ‘antenadas’ com interesses das forças econômicas mais vigentes. Nesse sentido, nos diz Marcondes Filho (1989, p. 11):

O jornalismo, via de regra, atua junto com grandes forças econômicas e sociais: um conglomerado jornalístico raramente fala sozinho. Ele é ao mesmo tempo a voz de outros conglomerados econômicos ou grupos políticos que querem dar às suas opiniões subjetivas e particularistas o foro de objetividade.

Como entendemos que o poder não se concentra, mas se difunde, não se estabiliza, mas se precipita na dispersão, essa relação de certa subordinação imperialista, observada da Europa e América do Norte (EUA) concernente a muitos países, parece fragmentar-se em focos de micropoderes constituídos intranacionalmente. Desse modo, pode-se verificar também certas relações de dominação e imperialismo entre os estados mais privilegiados economicamente e os menos privilegiados. Num outro período da modernidade que começava a se estabelecer, o fluxo comunicativo e tecnológico entre as nações se fará acelerado. Nessas condições, outras disposições se farão entre tempo e espaço.

Desse modo, enquanto na modernidade o sujeito, centrado em seus territórios nacionais estabelecidos, tinha no tempo um obstáculo para chegar até um espaço, os sujeitos das “identidades abertas, contraditórias, inacabadas, fragmentadas” (HALL, 2006, p. 46) têm no tempo da modernidade atual uma abstração do espaço.

Então, tempo e espaço se farão móveis, sua concepção mudará em conformidade com o avanço tecnológico: este produz a instantaneidade, a capacidade de se superar as distâncias,

colocar-se em vários momentos em todo lugar. Isto reproduz novos mecanismos de poder em tempos de globalização. O tempo passou a suplantar o espaço, assim “atravessar distâncias cada vez maiores tomará cada vez menos tempo” (BAUMAN, 2001, p. 129).

A mudança de uma modernidade marcada por sólidos e estabelecidos sistemas, em que as estruturas se mostravam resistentes (estabilizando-se os projetos, os conceitos e os lugares) para uma outra dos tempos atuais, foi determinada, sobretudo, pela sobreposição do tempo diante dos diferentes espaços. Daí, os limites entre os espaços circunscritos foram extrapolados. Então, a modernidade atual se mostra atravessada pela instabilidade, pela fragmentação, pelos gradientes infundáveis, pela liquidez dos gostos, dos desejos, das necessidades.

A delimitação entre o que seria da ordem do econômico, do social, do político e do cultural, que parecia tão evidente na modernidade, também passou a ser questionada. Nesse sentido, a evidência de um regime delimitado como capitalista ou mesmo socialista fez-se problematizada. Mas, na modernidade atual, considerando-se os movimentos de rupturas e continuidades estabelecidos entre o capitalismo e o marxismo:

A década de oitenta é, sob diferentes formas, a década do pós-marxismo. Mais do que em qualquer outro período anterior, a solidez e a radicalidade do capitalismo ganhou ímpeto para desfazer o marxismo no ar e desta vez para o desfazer aparentemente com grande facilidade e para sempre (BOA-VENTURA SANTOS, 2008, p. 29).

Variados foram os fatores, de ordem política, econômica, cultural e histórica, que fizeram o capitalismo vir a permanecer sobreposto sobre o socialismo. Politicamente destacamos a queda de governos socialista e o colapso dos regimes comunistas do Leste europeu como justificativa para tal sobreposição. Isto repercutiu na consagração da lógica neoliberal pautada na livre iniciativa.

Nesse sentido, o ideário de propriedade que se fazia concentrado por uma classe no capitalismo passou a se fazer assimilado ao indivíduo. O que se observa na modernidade atual seria um modelo de concentração de bens, disfarçando-se na aparente liberdade de acesso. Assim, ninguém seria o dono dos produtos, estes estariam à disposição de todos.

Daí, até mesmo as relações sociais hoje seriam fortemente pautadas na mercantilização. Então, a tendência é fazer de tudo um produto de venda. Pela massificação a cultura mesmo se torna pausterizada, tudo se perde no “caldeirão das igualdades despercebidas” ou se discrimina pelo exotismo distante. Nessa cultura de massas, observa-se a celebração de estilos de vida e de imaginários sociais que fortalecem o individualismo.

Desse modo, para ser consumo é preciso se fazer visível nos meios que incitam consumo, ser mostrado nas emissoras televisivas de repercussão nacional, estar escrito nos jornais, aparecer nas “invasoras telas da internet”. Faz-se, então, necessário mostrar-se em toda sua individualidade consumível para se fazer reconhecido numa “redefinição da esfera pública como um palco em que dramas privados são encenados, publicamente expostos e publicamente assistidos” (BAUMAN, 2001, p. 83).

Diante dessa nova modernidade, os avanços tecnológicos produzidos pelas sociedades pós-industriais resultaram em aceleradas transformações no modo de produção, distribuição e consumo das práticas culturais, “da cultura de massas à comunicação multimidiática, da realidade informacional à realidade virtual” (BOAVENTURA SANTOS, 2008, p. 30), numa poderosa e plural mídia virtual, que promove a circulação instantânea e individualizada dos discursos.

Embora fisicamente não possamos estar em dois lugares ao mesmo tempo, o discurso inscreve-se numa temporalidade presente que inclui o passado e o futuro na proximidade do agora. Com um dizer que se faz presente aos ouvidos mais desatentos, a palavra do discurso permite ao tempo suplantar o espaço.

A mídia tomando uma dada posição discursiva tende a realçar um ponto de vista, ao produzir acontecimentos a partir de determinados eventos. O discurso midiático ao produzir um acontecimento fragmenta “a realidade”, daí produz sentidos que a deslocam, a retiram do centro de produção para as margens do consumo.

Em tempos do neoliberalismo, conforme dissemos, a cultura passa a ser produto de uma indústria. Desse modo, percebe-se uma “indistinção entre o *real* e aquilo que era produzido pelos textos colocados em circulação pela *indústria cultural*” (GREGOLIN, 2003, p. 9). Aquilo que é dito pela mídia, assumido pelo seu discurso, passa a adquirir um valor de verdade.

A mídia, ao tomar a realidade para si, inscrevê-la em seus enunciados, produziria um efeito de verdade. Os enunciados veiculados pela mídia parecem trazer o valor da verdade em “seu sentido, sua forma, seu objeto, sua relação e sua referência” (FOUCAULT, 2008b, p. 15). A vontade de verdade atravessa sorrateiramente o discurso. Tão implicada num desejo e num poder que subjazem ao discurso, a vontade de verdade mais forte se faz como mecanismo de controle, por mais difícil que seja de delimitá-la, de reconhecê-la. A verdade pontual do discurso da mídia se neutraliza numa verdade que parece ser a verdade universal, tomando todos os discursos.

No entanto, sabe-se que a mídia em sua instituição de verdades não se faz isoladamente, constrói-se na relação com outros espaços de produção do poder. Então, a construção de uma identidade se faz a partir da “matéria-prima fornecida pela história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e por fantasias pessoais, pelos aparatos de poder e revelações de cunho religioso” (CASTELLS, 2006, p. 23). Desse modo, uma certa identidade regional não se faz ingenuamente construída, repercute um jogo de poderes, de interesses que, embora construídos numa diversidade, não deixam de reproduzir mais detidamente a vontade de determinados grupos.

Pela mídia não se impõe isoladamente o poder político, o econômico e o cultural, já que se fazem imbricados. Por entre esses poderes, na atual modernidade globalizada, a mídia se coloca como uma das principais ferramentas na construção de políticas culturais responsáveis pelos efeitos sociais negativos do neoliberalismo. Pela mídia as indústrias culturais inserem-se destacadamente na construção econômica e política da região. No entanto, essa tendência não deve ser tomada como absoluta, reduzindo-se todas as mediações às variadas formas midiáticas.

Não se deve, então, atribuir um poder supremo às mídias como legitimadoras absolutas do mercado, deslegitimando, assim, “qualquer questionamento da ordem social a qual somente o mercado e as tecnologias permitiriam dar forma” (MARTIN-BARBERO, 2009, p. 12). Embora os meios de comunicação, tal como o jornalismo impresso que aqui estudamos, possam estar exercendo um importante papel como mediador histórico de discursos projetados socialmente, não é somente por eles que se exerce essa mediação.

No entanto, o poder da mídia em sociedades como a brasileira, marcada por necessidades de educação e saúde bastante deficitárias e ainda pelo predomínio da desigualdade, parece fazer-se bem mais centralizador, mesmo porque outros dispositivos que poderiam promover a coesão política e cultural se fazem ineficientes.

Também, por movimentar-se, a mídia acaba estando em todos os lugares e assim reduz as distâncias. Conectando distintos espaços, ela os torna fluídos, desmaterializando-os. Por esse tipo de dispositivo, por exemplo, delimitam-se as mudanças do mercado na sociedade. Diante disso, torna-se necessário fazer duas reflexões:

[...] a hegemonia comunicacional do mercado na sociedade [...] o lugar estratégico que passou a ocupar a comunicação na configuração dos novos modelos de sociedade, e sua paradoxal vinculação tanto com o relançamento da modernização [...] quanto com a desconcertada e tateante experiência da tardomodernidade (MARTIN- BARBERO, 2009, p. 13).

Então, é pela comunicação que as culturas étnicas, nacionais ou locais se expõem e se inserem no espaço/tempo do mercado, como também nas tecnologias globais. Assim, tudo se conecta numa fluidez que evapora as peculiaridades. A comunicação se constitui num dispositivo estratégico. Ao mesmo tempo em que os novos e sofisticados instrumentos comunicacionais delimitam o avanço de uma modernidade, por eles também os modos estabilizados de ser da modernidade se fazem volúveis, seguindo-se uma nova disposição dos indivíduos e da sociedade.

Diante do modo como a comunicação vem se fazendo, pensemos como também a cultura veio se colocando. A cultura se fez apropriada de modo distinto pela Antropologia (culturas primitivas) e pela Sociologia (culturas modernas). Para os sociólogos, se restringia ao que estava delimitado às artes e às letras; para os antropólogos, estendia-se a toda uma diversidade. Hoje se verifica uma disseminação de sentidos para a cultura, resultante da apropriação por várias máquinas produtoras de bens simbólicos constituintes de um sistema.

Na atualidade, o que se observa é uma “reconfiguração das mediações em que se constituem os novos modos de interpelação dos sujeitos e de representação dos vínculos que dão coesão à sociedade” (MARTIN-BARBERO, 2009, p. 14). Não houve, então, uma substituição da política pelos meios midiáticos e sim um adentramento desses aos discursos e à prática política. Desse modo, alterou-se o papel destes meios de veiculadores ou tradutores limitados para protagonistas de uma espetacular cena do que seria público. Por apelar diretamente ao sentido visual, a tecnologia dos meios televisivos, por exemplo, ganha poder diante do discurso político. Isto por possibilitar à política não somente estar presente no espaço doméstico, mas também por reinserir em seu discurso a materialidade gestual que aproxima e intima.

Então, todos os significados culturais que são perpassados pela mídia tendem a se tornarem espetáculos. Isto diante do destaque do palco, do reflexo das luzes, das possibilidades de variados figurinos, incrementados aos personagens. Também diante de um roteiro com algumas possibilidades de variações, de uma ávida plateia esperando por mais. Além disso, sobretudo diante dos produtores do espetáculo, eficazmente detidos em estipularem trajetos de sentidos.

Portanto, é a partir da disposição desse conjunto de condições que a mídia opera um sentido de estranhamento, distanciamento e espanto, promovendo espetáculos a partir dos acontecimentos cotidianos. Os sentidos produzidos pela mídia são práticas discursivas, ou seja, “um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geo-

gráfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa” (FOUCAULT, 2008a, p. 133).

Essas, considerando-se a produção do discurso, estariam no entremeio entre o enunciado e as formações discursivas. Seriam uma espécie de monitoramento discursivo que não se faz visível, nomeado. Encontram-se colocadas na história, por isto, aptas a serem tomadas por quaisquer que sejam as áreas.

Quais as práticas discursivas da mídia que promovem espetáculos a partir das práticas cotidianas? Para analisá-las, torna-se necessário “trabalhar com a regularidade dos enunciados, com o conjunto das condições do seu aparecimento” (GREGOLIN, 2003, p. 11). Estes, na mídia, colocam em cena a tensa batalha de distintas posições enunciativas. Mas verifica-se o realce de uma em detrimento de outras. A mídia finge dar a palavra a todos, para sutilmente ressaltar alguns, calando outros.

Os poderes que se esmiúçam nas relações sociais operam-se por variados meios tecnológicos: saberes hierarquizam os sujeitos e resultam em poderes que pela sutileza dos meios tendem a ser disfarçados. Para que os poderes se instalem, estabelecem-se sociedades disciplinares, meios pelos quais se exerce vigilância, se determina o comportamento dos corpos. Pelos discursos a mídia na atualidade promove “processos discursivos que sustentam uma genealogia do presente” (GREGOLIN, 2003, p. 96), ou seja, destaca saberes que se fazem base de sustentação de poderes.

Cabe-nos pensar a identidade por entre esta grande rede de sentidos produzidos nas práticas discursivas dos inúmeros suportes midiáticos. A mídia produz sentidos e identidades pelo “insistente retorno de figuras, de sínteses-narrativas, de representações que constituem o imaginário social” (GREGOLIN, 2003, p. 96). Ao trazer repetidamente determinadas figuras, seleciona-se uma perspectiva, um olhar, um modo de ver aquilo que é enunciado.

Coloca-se, então, um saber em destaque em detrimento de outros, colabora-se para a instituição de determinadas identidades. Os sentidos seguem determinados roteiros nos discursos em circulação, em diversificados meios de expressão, produzindo uma interdiscursividade, ou seja, estabelecendo-se uma relação de sentidos entre vários discursos.

Dessa maneira, as práticas culturais midiáticas, veiculadoras de saber, imersas nas instituições políticas mais representativas do poder, inseridas num paradigma econômico, podem submeter outras, colocando, então “[...] o peso da cultura sobre uma categoria minoritária de criações e de práticas sociais, em detrimentos de outras” (CERTEAU, 2005, p. 142). Restringe-se, então, a cultura em sua multiplicidade a um paradigma uniformizador.

O acontecimento discursivo midiaticizado produz um efeito de unidade em torno da heterogeneidade de sentidos que se inscreve na realidade social. Tal efeito é construído “por agenciamentos discursivos dos enunciadores que controlam, delimitam, classificam, ordenam e distribuem os acontecimentos discursivos em dispersão” (GREGOLIN, 2003, p. 97). Essas estratégias discursivas fazem um texto relacionar-se mais efetivamente a uma dada temática, a objetos delimitados, a uma posição sujeito. Situar-se numa certa delimitação verbal.

Dessa maneira, a mídia compromete-se em instaurar nos leitores/consumidores uma produção dada do sentido, no caso, aquele que se coloca como mais interessante para seus produtores. Desse modo: “O que os textos da mídia oferecem não é a realidade, mas uma construção que permite ao leitor produzir formas simbólicas de representação da sua relação com a realidade concreta” (GREGOLIN, 2003, p. 97). Ao construir imagens simbólicas, a mídia se faz propositiva e instituidora da elaboração do imaginário social. Por ela, se configuram imagens que os indivíduos tecem de si e dos outros, dos mais próximos e mais distantes, considerando essa rede de interação social.

Como ter poder é instituir saberes, sentidos, assim, “tem poder quem detém os canais de produção e circulação de informações” (GREGOLIN, 2003, p. 104). Aqueles que produzem e fazem circular as informações, as notícias, que fixam significados, constituindo acontecimentos discursivos, são os que estão numa posição social privilegiada para incutirem identificações. Aos produtores do discurso poderia ser associado o princípio da autoria foucaultiano, a ser estudado, posteriormente, na segunda unidade desta seção.

Antes tinha-se um público ativo, ruidoso e agitado, inscrito no cotidiano das feiras e dos teatros; hoje percebe-se o passivo público de “uma cultura convertida em espetáculo para ‘uma massa silenciosa e assustada’” (MARTIN-BARBERO, 2009, p. 60). Ainda que aqueles para quem se dirige as notícias, as reportagens, no caso do jornal impresso, por exemplo, se façam massa uniformizada pelos padrões do consumo, não se constituem apenas como assimiladores, repetidores, sem possibilidade de hesitação.

Embora a mídia faça impor um determinado tipo de produto a ser consumido, uma determinada imagem a ser assimilada, uma dada identidade a ser assumida ou identificada, por entre as armadilhas da imposição, buscam-se alternativas de modo a subverter o poder, dife-

reenciá-lo, mesmo que não se saindo dele. As massas, num apelo popular que ainda vai se inscrevendo em sua constituição, procuram alternativas para ir rompendo com poderes estabelecidos, produzindo desgastes onde antes se via um tecido definido.

A toda forma de poder inscreve-se a resistência. Isto porque: “Se só houvesse a escravidão, a submissão e a passividade, seria o fim da História” (GREGOLIN, 2003, p. 101). No sentido de garantir a resistência e escapar da submissão absoluta, a sociedade promove o ajustamento entre as atividades produtivas, as redes de comunicação e o jogo das relações de poder. Nem tudo que se coloca à oferta pelos meios midiáticos se faz aceitar, expressar pelos consumidores.

Nos movimentos de colonização, os colonizados construíam estratégias de sobrevivência de sua expressão, diante de um modelo a ser seguido. Do mesmo modo, num nível mais atenuado, o fazem os consumidores das sociedades neoliberais. Estes, ao consumirem aquilo que lhes é dirigido pela mídia, imprimem suas peculiaridades de uso às “[...] culturas difundidas e impostas pelas ‘elites’ produtoras de linguagem” (CERTEAU, 2008, p. 40).

Ainda que o mercado se utilize eficazmente da comunicação para difundir-se, não consegue suplantar as resistências culturais. Isto pelo fato do mercado não cristalizar tradições, não estabelecer vínculos entre sujeitos, nem tampouco proporcionar inovações sociais. Pelo mercado não se promove a tradição, pois este institui a descartabilidade daquilo que propositadamente é feito para brevemente tornar-se obsoleto, exigindo a troca.

Pelos produtores daquilo que será consumido parece mais vitalmente se construírem as identidades. A simbologia determinante da identidade será dada por aqueles que a constroem, pelo objetivo de poder que os move. A partir de uma dada concepção de identidade promovida por aqueles que maior poder têm acerca dos sentidos circulantes na sociedade, propõem-se três modos de produção das identidades:

Identidade legitimadora: introduzida pelas instituições dominantes da sociedade no intuito de expandir e racionalizar sua dominação em relação aos atores sociais. [...] Identidade de resistência: criada por atores que se encontram em posições/condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação, construindo, assim, trincheiras de resistência e sobrevivência [...] Identidade de projeto: [...] uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade e, ao fazê-lo, de buscar a transformação de toda a estrutura social (CASTELLS, 2006, p. 24).

Entendendo-se o discurso em sua heterogeneidade, trazendo possibilidade de mais de um posicionamento discursivo, tem-se a perspectiva de mais de um sujeito. Desse modo, poderíamos encontrar, nos discursos que se referem ao estado do Pará, a produção de mais de

um tipo de identidade, embora pensemos haver a predominância daquela que mais esteja assimilada à posição de poder da mídia que lhe enuncia.

Pela visibilidade e circulação de seus discursos a mídia faz-se poder de produzir sentidos de identidades legitimados, assumidos pela maioria. Porém, entre uma perspectiva poderosa e global que se institui pelos meios midiáticos e o específico, construído nos dispersos espaços culturais, parece haver um fosso, para as identidades regionais, por exemplo.

Como o indivíduo se coloca, que estratégia utiliza diante de tantos mecanismos de controle de submissão? As resistências podem tomar duas vias: “afirmam o direito à diferença e sublinham tudo o que pode tornar os indivíduos verdadeiramente individuais; por outro lado, elas combatem tudo o que pode isolar o indivíduo, desligá-lo dos outros, cindir a vida comunitária” (GREGOLIN, 2003, p. 101). Na resistência pela diferença, é preciso garantir a peculiaridade, ainda que para isso seja necessário ratificar-se naquilo que se divulga de modo negativo de si. Na resistência pela inclusão, é imprescindível ser incluso, ainda que seja necessário abrir mão de suas maiores especificidades.

Considerando-se um modo extremo de se reivindicar a diferença, podemos compreender a identidade defensiva, reconhecida por Castells (2006, p. 27): “a busca pelo significado ocorre no âmbito da reconstrução de identidades defensivas em torno de princípios comuns”. Nas resistências defensivas, as identidades específicas vão buscando alternativas extremas diante das fortes redes institucionais.

Tendo em conta o estudo da comunicação veiculada pela mídia tecnológica enquanto um complexo dispositivo institucional de regulação de poder, buscamos anteriormente localizá-lo na movente rede dos espaços político e cultural. Nessa perspectiva de abordagem, verificamos uma relação de implicação entre o comunicativo, o cultural e o político.

Partilha-se da compreensão de que a comunicação e a cultura não se fazem coadjuvantes na instituição e tensão de poderes na sociedade, mas os constituem como protagonistas estratégicos na difusão e promoção de determinados posicionamentos discursivos, ainda que sempre sujeitos pela resistência a reinscrições, a partir de retomadas e rupturas.

Os meios de comunicação constituem espaços-chave de condensação e intersecção de múltiplas redes de poder e de produção cultural, mas, simultaneamente, alertam, contra o pensamento único que legitima a ideia de que a tecnologia é o “grande mediador” entre as pessoas e o mundo, quando o que esta medeia hoje, de modo mais intenso e acelerado, é a transformação da sociedade em mercado, e deste em princípio agenciador da mundialização (em seus muitos e contrapostos sentidos).

Desse modo, vimos transformações atravessando os mediadores socioculturais, tanto os tradicionais como os emergentes, produzindo neles sentidos novos para o social ou mesmo para os próprios usos dos meios. Nas práticas de transformação da sociedade em mercado, mostram-se obstáculos em se superar o comunicativo/instrumental, aderindo-se a desafiantes atitudes políticas, técnicas e expressivas. Tais práticas encontram-se implicadas no reconhecimento da complexidade que envolve os meios de comunicação atualmente. Além disso, também a formação de um público para esses novos usos dos meios constitui outro desafio.

5.1.1 O jornal impresso: “produto” de muitas mãos

Na sociedade de massas, observa-se a passagem dos dispositivos que se faziam de submissão para os de consenso, isto porque os valores neoliberais de mercado irão parecer não impostos por um grupo dominante, mas indispensavelmente necessários. Nesse processo, no final do século XIX, o desenvolvimento de suportes tecnológicos de impressão, bem como a demanda popular por narrativas, irão fazer destas um gênero a ser massificado. Esse processo de massificação se deu a partir da instituição da imprensa enquanto empresa comercial (1930).

O fato de ser a presença do folhetim nos jornais que fez disseminar a circulação desse meio o promove a um “espaço privilegiado para estudar a emergência não só de um meio dirigido às massas, mas também de um novo modo de comunicação entre as classes” (MARTIN-BARBERO, 2009, p. 176). Nesse processo, se pode conceber o folhetim inicialmente não como gênero literário, mas como uma parte do jornal, justamente aquele espaço que trazia o não permitido no corpo do jornal: as variedades de “menor” importância.

Talvez, aqui poderíamos verificar a separação entre o folhetim e o jornal como um expediente de controle do discurso. Na referida parte do jornal viria escrito aquilo que não deve ser considerado, por isso separadamente hierarquizado. Foi a partir do espaço menor, separado do jornal, que surgiu o tipo de escritura, o discurso que viria lhe possibilitar sua ascensão editorial.

Assim, a partir de 1936, passaram-se a introduzir nesse espaço anúncios e narrativas de conhecidas romancistas. A partir daí, o manifestado interesse por essas narrativas por uma maioria que até então não acessava os jornais fez com que esse formato comunicativo fosse direcionado para o “grande público”. Então, houve o barateamento dos custos, dada as revolucionárias tecnologias vigentes, o que resultou no estrondoso aumento da produção.

O jornalismo se constituiu, então, como um processo cultural e social “que se articula a partir da relação (periódica/oportuna) entre organizações formais (editora/emissoras) e coletividades (públicos receptores), por meio de canais de difusão, como o jornal e a revista impressos” (NAVARRO-BARBOSA, 2004a, p. 61). Caracteriza-se esse meio de comunicação por uma periodicidade na maioria das vezes diária, constituindo-se no meio impresso de maior circulação e reprodutibilidade gráfica, ainda assim não se deve considerá-lo como “massivo”, conforme o sentido aqui atribuído.

Entre os editores e a emissora, estão os que definem o que será dito para atender às expectativas do público. Para buscar a simetria entre o dito e o esperado, a empresa jornalística deve buscar a velocidade, a credibilidade e a abrangência. Os fatos devem chegar logo ao leitor, ter certo valor de verdade, referindo-se a uma variedade temática e espacial.

Navarro-Barbosa (2004a) traz, a partir de Melo, o estudo de Groth. Este refere-se às características identificadoras da atividade jornalística, todas numa relação de direta implicabilidade, quais sejam: a periodicidade, a difusão, a atualidade e a universalidade. A periodicidade que resulta na captação e reprodução dos acontecimentos dependerá da difusão. O objeto jornal se faz o instrumental tecnológico que se constitui no meio pelo qual os acontecimentos são agilmente captados e reproduzidos.

Também o jornalismo caracteriza-se por referir-se ao presente mais instantâneo, aquilo que acabou de acontecer, assim não deve fugir ao interesse do momento, ao que é atual. Pelos jornais impressos o público e o jornalista parecem se aproximarem, este parece ser indagado, inquirido, inquietado pelos leitores. Qualquer acontecimento não será atual, não se difundirá, nem tampouco alcançará uma periodicidade, se não atender às expectativas da maioria, do coletivo, de uma universalidade.

Será que quando a informação é difundida como um produto estará atendendo realmente à expectativa de uma coletividade de leitores, ou estará fazendo destes meros consumidores de um “produto comunicativo”, pronto e acabado? A reflexão em torno desta pergunta nos conduz a buscar a perspectiva trazida por Certeau (2008). Este distingue as práticas culturais das práticas ordinárias.

Enquanto as práticas ordinárias não apresentam uma posição de poder delimitada; as práticas culturais como a mídia estrategicamente delimitam um lugar de poder por onde se relacionam com a exterioridade. Então, “o jornalismo, seja impresso ou televisivo, pode ser enquadrado na categoria de sistema de produção cultural. A essa prática no sentido de que produz os bens culturais de consumo, opõem-se as práticas cotidianas, consumidoras desses mesmos bens culturais” (NAVARRO-BARBOSA, 2004a, p. 64).

Ainda segundo Navarro-Barbosa (2004a), os jornais podem ser apontados como prática produtora de cultura por quatro fatores. Primeiro, pelo fato de mostrarem-se numa visibilidade espetacular, nada discreta, aliás, pelo contrário, constituindo-se como fortemente anunciada. Assim, os jornais, colocando-se como centro, deixam o consumidor numa quase invisibilidade. Segundo, porque ofertam produtos jornalísticos ou comerciais das elites produtoras de linguagem.

Terceiro, a instituição jornalística organiza e estabelece confronto entre diversos discursos, enfatizando os “fundadores”, aqueles que se fazem legitimados pelos poderes em voga. Quarto, o jornalismo por se constituir numa instituição produtora de cultura “exerce seu poder pelo saber que detém [...] por intermédio de uma série de procedimentos do tipo ‘estratégias’ [...] propondo a esta uma compreensão que pode ir desde o simples relato de um acontecimento até uma reflexão sobre os aspectos definidores de sua identidade” (NAVARRO-BARBOSA, 2004a, p. 65).

O jornal impresso por sua inserção numa periodicidade diária, buscando-se atual e fazendo-se veicular por um meio facilmente manuseável e de baixo custo, faz-se produto de consumo, promovendo em grandes proporções determinadas identidades legitimadas a partir da posição discursiva dos sujeitos que lhe fazem circular. Desse modo, em tempos de neoliberalismo em que a cultura se coloca como um produto de mercado, também os jornais, tal como a mídia em geral, conforme se viu antes, implicam os produtores e o público consumidor.

Embora os jornalistas, aqueles que assinam os textos dos jornais assumindo a posição de autoria, não sejam os proprietários dos meios, o compromisso com o editor, um recorte, uma visão da indústria, do mercado consumidor se fazem evidentes. O jornalista tem, nos “verdadeiros” produtores do meio, os agenciadores dos seus salários. Há um modo de escrever que se submete a um formato, dado o meio de comunicação em que será mediado, havendo entre aquele que escreve e seu texto uma mediação institucional orientada pelo mercado.

O papel dos meios enquanto produtores dos bens de consumo, ou ainda, instituindo o discurso jornalístico à condição de produto, foi se transformando nas idas e vindas de uma história humana constituída de rupturas. Nesse contexto, os meios de comunicação passaram a uma posição de destaque, mais precisamente desde os anos de 1920, com a ascensão da produção em série pelo capitalismo norte americano. Os meios vão ser fortalecidos como instrumentos de consumação de gostos, costumes. Por isto, consumir passou a ocupar o lugar central da cultura.

Embora os jornais tenham surgido no âmbito das novas tecnologias engendradas pela hegemonia, no intuito de produzir uniformidades, “as modalidades de comunicação que neles e com eles aparecem só foram possíveis na medida em que a tecnologia materializou mudanças que, a partir da vida social, davam sentido a novas relações e novos usos” (MARTIN-BARBERO, 2009, p. 197).

Portanto, se verificará uma relação de implicação entre poder e resistência, conforme vimos em Foucault (2007). Assim, do mesmo modo que a tecnologia promoveu os meios de comunicação a um papel de destaque na circulação e ratificação de um discurso instituidor de uma hegemonia cultural, também possibilitou aos sujeitos inscreverem nesses meios sua singularidade, ou seja, realizar “um trabalho de reapropriação do texto do outro” (BARBOSA, 2004, p. 66).

5.2 DISCURSO JORNALÍSTICO: “PRODUTO” INFORMATIVO- OPINATIVO DA “REALIDADE” ?

O discurso jornalístico, no sentido de informar e opinar acerca da realidade, passa por uma série de procedimentos de controle do discurso “[...] que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade” (FOUCAULT, 2008b, p. 8).

Foucault propõe três formas internas de se controlar o discurso: o comentário, o autor e a disciplina¹⁸. Pelo comentário, entre tudo o que seria dito numa sociedade haveria aquilo que seria portador de algo, a ser comentado, repetido. Nesse caso, teríamos duas ordens do discurso, “os que ‘se dizem’ no correr dos dias e das trocas, e que passam com o ato mesmo que os pronunciou; e os [...] que estão na origem de certo número de atos novos de fala que os retomam, os transformam ou falam deles, [...] são ditos, permanecem ditos e estão ainda por dizer” (FOUCAULT, 2008b, p. 22).

A ordem referida não é engessada, constante. Não haveria uma categoria dos discursos eleitos como fundamentais ou criadores e uma maioria passageira. Assim, há um trânsito por entre discursos, visto que ora podem se fazer comentários ora podem comentar outros. Pela esteira dos acontecimentos, aquilo que se considerava como o grande texto vem tornar-se o comumente repetível, ou calar-se na sombra dos acontecimentos. Por outro lado, o que se

¹⁸ Pelo caminho da dúvida, da incerteza, pelo erro, se chega até a verdade, se vai construindo um campo disciplinar. Além do jogo verdadeiro e falso, a disciplina deve delimitar-se a um plano de objetos determinados. Também estabelecer-se a um horizonte teórico se faz outra condição para que uma proposição se faça disciplina (FOUCAULT, 2008b).

apresentava como comentário pode adquirir status de um discurso a ser comentado. Também, movido por um acontecimento, faz-se do discurso basilar o novo (FOUCAULT, 2008b, p. 25).

O autor do texto jornalístico não seria uma individualidade na matriz sonora ou gráfica do texto/discurso, mas sim um princípio pelo qual se agrupariam uma série de discursos, eixo que tramaria certas correspondências, coerências entre um conjunto de enunciados. Esse princípio se faria mais contundente no jornal no caso do editorial e das colunas. Estas vêm sempre assinadas por um determinado jornalista ou outro profissional que assume um espaço nesse veículo de informação.

Uma terceira ordem de delimitação do discurso inclui-se no que se pode denominar de rarefação dos sujeitos¹⁹. Desse tipo de controle discursivo destaques o ritual. Para Foucault (2008b, p. 37), “ninguém entrará na ordem do discurso se não satisfizer a certas exigências ou se não for, de início, qualificado para fazê-lo. Mais precisamente: nem todas as regiões do discurso são igualmente abertas e penetráveis”. Nem todos podem se apropriar de determinados conjuntos enunciativos. Dependendo de quem seja o sujeito, poderá ter sua entrada proibida ou permitida em certas regiões do discurso.

O ritual se coloca como definidor da qualificação profissional, por exemplo, que os indivíduos devem ter para proferir um dado discurso. A atividade de apurar e noticiar determinados fatos/eventos, fazer uma série de perguntas numa entrevista, por exemplo, cabe ao jornalista. Na “voz” desse profissional da linguagem determinadas práticas discursivas terão validade.

Num mesmo discurso, simultaneamente podemos ter uma palavra ritualizada e a sociedade do discurso. Então, o ritual pode se efetivar por uma dada condição profissional do sujeito. Este impreterivelmente pertencerá a um grupo doutrinário, uma nacionalidade / regionalidade, por exemplo, e ainda fará parte de um grupo com a função de conservar e divulgar um conjunto discursivo, uma sociedade do discurso.

Há procedimentos de controle do discurso que se fazem no sentido de dispô-lo de modo imanente em relação às práticas discursivas. Há formas de controle do discurso que instauram uma concepção do discurso uno, delimitado, o discurso enquanto materialização do pensamento de uma individualidade. Por essa perspectiva, caberia nesse discurso um sujeito fundante, uma experiência originária, uma mediação universal.

¹⁹ Também se constituem procedimentos de rarefação dos discursos as sociedades do discurso e a doutrina. A primeira refere-se a um grupo a quem se atribui a função de conservar e produzir discursos. Pelas sociedades o discurso se conserva como algo a ser aceito somente em espaços fechados (FOUCAULT, 2008b, p. 40). Já a doutrina “liga os indivíduos a certos tipos de enunciação e lhes proíbe, conseqüentemente, todos os outros [...]” (FOUCAULT, 2008b, p. 43).

Num discurso concebido como origem, produto do pensamento de uma individualidade, surge o sujeito fundante. Este por ser uno, origem da construção de um discurso, suprimiria a “realidade”/as práticas e todas as múltiplas possibilidades de diferenças do discurso. Se utilizaria dos sentidos que já estariam nas palavras. Os signos, marcas, traços, letras se fariam sua direta manifestação, não submetida à singular instância do discurso.

Além do sujeito fundante, o tema da experiência originária, padrão, síntese de todas as outras, corresponderia à experiência desse sujeito. Haveria uma unicidade da experiência, o discurso seria resultante dessa única experiência que já faria parte intrínseca das coisas, uma origem já definida. Então: “As coisas murmuram, de antemão, um sentido que nossa linguagem precisa apenas fazer manifestar-se” (FOUCAULT, 2008b, p. 48). Existiria um sentido próprio das coisas, contido nelas, cabendo à linguagem apenas captá-lo.

Também a mediação universal é outra maneira de distanciar-se o discurso das diferenças que o fundam. Haveria um conhecimento universalmente colocado pelo qual o discurso se faria seu instrumento de mediação. Universalidade que colocaria num nivelamento neutro as diferenças, aproximando-se o discurso com as igualdades neutralizadoras das diferenças.

Foucault destaca ainda três procedimentos externos de exclusão do discurso: a separação²⁰, a interdição e a vontade de verdade. Os dois últimos são bastante produtivos no texto jornalístico. Há um dizer que poderá ou não estar circunscrito ao discurso jornalístico. Por ocupar a posição de jornalista, este lugar irá interditar determinadas falas. Falar a partir da empresa jornalística ‘A’ não se faz igual a falar a partir da empresa ‘B’.

Há um trajeto editorial a ser executado pelos jornalistas, desse modo, não é qualquer matéria que pode estar no jornal. Também o modo de se produzirem os textos jornalísticos passará por regras de controle do dizer. Pelo procedimento de interdição haverá uma seleção editorial determinada econômico e socialmente.

Assim, “se impõe à prática jornalística uma certa configuração na produção e na veiculação da notícia, a qual abrange desde a seleção, passando pela forma de organização, até chegar à forma de apresentação da notícia”(NAVARRO-BARBOSA, 2004a, p. 69). A partir da interdição se dará maior ou menor destaque editorial a uma notícia, se definirá o modo em que a manchete será enunciada, o caderno ou a seção que a notícia irá aparecer. Também o próprio espaço quantitativo destinado à notícia irá ser resultante desse tipo de regulação.

²⁰ Pelo procedimento da separação, algo que foi dito não serve, não deve ser levado em consideração, deve ser excluído, colocado à parte, separado. Ainda que algo seja dito não deve ser considerado (FOUCAULT, 2008a).

Entre os procedimentos externos de regulação do discurso, Foucault mais se detém na vontade de verdade, pois a esta os demais parecem orientar-se. Será uma “vontade” que estabelecerá ou não uma proibição. Há uma vontade que se faz supremacia relativa ao que se coloca como proibido. Quando se diz que o jornalista não poderá dizer algo, isto se faz a partir de uma verdade estabelecida do que seja um jornalista, do que ele poderá dizer.

A vontade de verdade aparece como uma espécie de “maestro” definindo nossa vontade de saber, que vai colocando as notas do que pode ou não ser “tocado”, vai desenhando um campo de exclusão, conformando o que deve estar no gosto do nosso saber. Na mídia impressa, a música a ser “tocada” por esse “maestro” seria primordialmente aquela que constitui o repertório do saber dos proprietários das redes de consumo.

Essa verdade se coloca como superior, não estando submetida às contingências históricas, por isso sempre deslocável, atravessando o tempo. As atitudes de se interditar um dizer ou deixar de considerá-lo, separando-o (por não ter atendido às expectativas do discurso estabelecido), podem ser passíveis de mudança no decorrer da história, podem ser exercidas pela força e pressão.

Pela vontade de verdade pode-se ou não separar um discurso, interditar outro. Isto porque aquilo que numa época pode ser considerado como prestigiado, aceito, não o será noutra. Toda palavra veiculada nessa mídia, ainda a referida como “espaço do leitor”, será sempre editorada a partir da vontade de verdade, que se faz assumida pelo meio. (NAVARRO-BARBOSA, 2004a, p. 70).

Buscando-se garantir a credibilidade daquilo que é noticiado, a empresa jornalística produz textos em que os sentidos pareçam estar todos já estabelecidos. Aquilo que foi dito pelo jornal, principalmente se for de maior veiculação, não deve ser questionado, pois foi dito por aqueles mais especializados em saber “saber”, em estar a par dos acontecimentos, da realidade. Dessa maneira, a notícia, o discurso, seria a própria realidade.

Quando falávamos da interdição e da separação em Foucault (2008b), ao impedir-se ou desconsiderando-se o que foi dito, o valor da verdade estava no sujeito, o qual tinha o papel de exercê-la. Já na vontade de verdade será deslocado para o enunciado. Assim, a vontade de verdade parece coagir os discursos. Um discurso busca, por um fundamento da verdade, apoiar-se noutro maior, que se faz sua matriz de sentido. Há uma verdade externa à qual o discurso deve submeter-se, colocada num suporte, num modo de distribuição.

Na história do conhecimento, a relação entre a verdade e o saber ou os saberes vem se constituindo em torno de mais de uma perspectiva. Nos jornais a vontade de verdade é tida, conforme já dissemos, como absoluta e total, devendo ser dócil e universalmente aceita. Mas

essa ótica de se pensar a verdade parece desconhecê-la “como prodigiosa maquinaria destinada a excluir todos aqueles que, ponto por ponto, em nossa história, procuraram contornar essa vontade de verdade e recolocá-la em questão” (FOUCAULT, 2008b, p. 20), configurando-se numa interpretação do mundo, passando-se a atribuir-lhe uma pluralidade de sentidos.

A declamada imparcialidade dos jornais é assumida enquanto resultante de um compromisso com a verdade, estando ela em qualquer das posições diferentes implicadas na notícia, no fato jornalístico. Ressalta-se um rigor quanto à apuração dos fatos, da realidade. O jornal buscando garantir credibilidade proclama uma realidade e um discurso e seu enunciador como verdadeiros. Mas tanto a realidade quanto os textos jornalísticos apresentados como verossímeis àquela seriam produções discursivas.

Para se mostrarem legítimos diante dos leitores/consumidores, os jornalistas valem-se de efeitos realísticos, defendendo haver nas notícias uma relação de transparência entre a realidade e os fatos narrados. A concepção de verdade da “notícia” em relação à realidade é construída não somente pelo público, mas também pelos próprios jornalistas. Isto porque esses ao produzirem a notícia estariam utilizando determinados procedimentos de produção da linguagem e do saber. Desse modo, pelas técnicas de linguagem e apreensão dos fatos, os jornalistas delimitariam um saber que poderia ser concebido como legitimado. No entanto, segundo Navarro-Barbosa (2004a, p. 73):

Na produção das matérias jornalísticas, as citações, as entrevistas, a imagem fotográfica, os depoimentos de testemunhas, os quadros e as tabelas de porcentagens são sinais que remetem o leitor ao real [...]. Entretanto, é preciso considerar que as fotografias, as entrevistas e as citações são recortes do real que atestam a característica lacunar dos discursos.

Há uma seleção de indícios que irão estrategicamente construir um efeito de realidade, produzindo uma perspectiva de se olhar aquilo que se quer demonstrado. Daí, buscam-se suportes semiológicos e linguísticos que produzam uma verossimilhança entre o que se noticia e o que se vive. Assim, mesmo defendendo uma verdade, para mais do que isto, o interesse da mídia jornalística é ser reconhecida por mostrar a “realidade”:

Sequência discursiva para análise 1 ²¹
São Paulo, quarta-feira, 14 de novembro de 2001
FOLHA DE S.PAULO cotidiano

²¹ Destacamos em tabela a grande maioria das sequências discursivas analisadas. O critério para o destaque foi principalmente a maior pertinência discursiva da sequência para a problemática da tese. As demais sequências são apresentadas durante a análise.

INFÂNCIA

Crianças mutiladas no Pará serão cadastradas em programa federal - Bolsa é paga quando filhos trocam trabalho por estudo.

Foto 1. Título: Trabalho Infantil. Menina trabalhadora.



Fonte: CAMPBELL, 2011.

Damázia Fernanda Ferreira Gonçalves, 10, uma das crianças que sofreram queimaduras em serraria.

ULISSES CAMPBELL
FREE-LANCE PARA AGÊNCIA FOLHA, EM BELÉM

Conforme vimos, a fotografia jornalística retrata uma imagem que parece demonstrar uma realidade, um ‘cotidiano’ de modo descritivo, e justamente por isto o texto escrito e imagético aparece no caderno “cotidiano”. Assim, identifica o nome completo e idade como exemplo concreto de “uma das crianças que sofreram queimaduras em serraria” no estado do Pará. Embora seja uma produção jornalística construída por meio de uma pauta selecionada editorialmente, efetiva-se como a própria realidade, neutralizando-se o efeito de construção midiática.

No entanto, ainda que não detenha a verdade, nem tampouco seja objetiva, não é de toda subjetiva a produção discursiva do jornalismo impresso. Isto porque a mídia, ao ser atra-

vessada pelo jogo de poderes, se pauta numa busca de apreender a informação, de possibilitar interpretações sob os fatos.

Além dos indícios referenciais tomados pelos jornais para produzir um efeito de realidade, ao editor se instituirá o poder de delimitar que “realidade” deverá ser enunciada. Desse modo, enquanto ao jornalista cabe selecionar o fato real, transformando-o em acontecimento discursivo, ao editor incube-se a tarefa, diríamos, mais política de decidir a perspectiva em que a notícia será divulgada, a partir da manchete que será anunciada.

Também o editor decide a materialidade de sua formatação gráfica, o espaço que terá no jornal. Esses elementos irão refletir diretamente na maior ou menor repercussão que aquele fato noticiado terá na sociedade, proporcionando ou não a produção de outros discursos numa relação de interdiscursividade. Não só por aquilo que se escreve ou como se escreve, mas pela disposição espacial do escrito, pela relação com as imagens, ou seja, por práticas semiodiscursivas (pautadas nos signos não linguísticos) e não discursivas irão definir-se a política editorial do jornal.

Ainda na própria constituição interna do texto que será colocado em circulação pelos jornais, haverá estratégias discursivas para a produção de um efeito de transparência entre o real e o acontecimento narrado. Baseando-se no estudo de Robin e Malidier (1981), reconhece-se na reportagem segmentos de narrativa de acontecimento e segmentos de narrativa de fala. Quanto ao acontecimento, vejamos dois tipos de segmento num mesmo texto jornalístico referente ao assassinato de “Dorothy Stang”.

O texto que faz parte de uma seção intitulada “terra sem lei”, logo após a chamada apresenta um segmento que pode ser bem caracterizado como narrativo²²:

Sequência discursiva para análise 2

São Paulo, quinta-feira, 24 de fevereiro de 2005

FOLHA DE S. PAULO **brasil**

Assassinada no dia 12, a freira Dorothy Stang procurou o Ministério Público Federal, a Fazenda e a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) para denunciar a destinação de, pelo menos, R\$ 61 milhões em recursos federais a projetos irregulares em Anapu.

O enunciador traz para o presente da enunciação jornalística fatos ocorridos no passado. Refere-se a um passado bem próximo não marcado por um verbo, mas por um indicador

²² Nesse segmento há o predomínio do pretérito, que se constitui numa forma canônica de enunciação histórica. Nesse caso, o pretérito perfeito opõe-se ao imperfeito. Observa-se também o presente histórico ou o jornalístico marcando uma mudança na progressão da ação.

de data ‘dia 12’, o que remete a um acontecimento temporalmente próximo, referente ao mês de ‘fevereiro’ em que a notícia foi veiculada.

Mostra-se em seguida um tempo de referência anterior, expresso pelas formas verbais ‘procurou’ e ‘denunciar’. Referenda-se nesse segmento a intenção principal do discurso jornalístico de trazer o passado para o presente do enunciatário. Isto pelos segmentos narrativos que “no plano linguístico(sic) caracterizam-se pelo emprego de tempos da narração que denotam o acontecimento” (NAVARRO-BARBOSA, 2004a, p. 76).

Podemos também evidenciar no texto um segmento de julgamento ²³que se caracteriza por apresentar marcas linguísticas de rupturas temporais, “passagem ao presente da enunciação, associada às formas variadas da presença do sujeito na enunciação.” (NAVARRO-BARBOSA, 2004a, p. 76). Nesse caso, podemos citar o uso da aspas marcando a presença do enunciador jornalístico no segmento narrativo do texto:

Sequência discursiva para análise 3

São Paulo, quinta-feira, 24 de fevereiro de 2005

FOLHA DE S.PAULO **brasil**

Os projetos, em sua maioria para cultivo de café, açaí e cupuaçu, foram aprovados ainda que faltasse documentação necessária. Segundo documentos obtidos pela Folha, o projeto Rio Anapu, de café, por exemplo, foi aprovado e recebeu R\$ 680 mil sem que os 2.953 hectares fossem incorporados “ao patrimônio da empresa”.

Conforme o texto, a empresa não possui os ‘2.953 hectares’ necessários para receber o recurso de ‘680 mil’ da ‘Sudam’. Embora se diga não haver os ‘hectares’ por parte do projeto ‘Rio Anapu’, o substantivo ‘patrimônio’ vai relacionar-se de modo mais evidente com o capital, o lucro, daí utilizar o substantivo ‘empresa’ para denominar o que antes foi designado como ‘projeto’.

O sentido de ‘patrimônio’ vai ainda se reforçar como uma soma monetária da ‘empresa’, quando essa expressão aparece entre aspas. Assim, seria uma ‘empresa’ com proteções políticas, que ‘sem’ os ‘hectares’ de terra, necessários para investir o recurso público, estaria interessada somente no dinheiro para aumentar seu ‘patrimônio’. Então, verificamos não somente uma preocupação em se noticiar o fato, mas também se inscreve nesse narrar o posicionamento do enunciador jornalístico.

²³Tais segmentos podem vir expressos por modalizadores: “pode-se assinalar”, “é necessário dizer claramente”. Também por advérbios, adjetivos, verbos de julgamento: “é interessante notar, curiosamente”.

Há dois outros segmentos de acontecimento, os descritivos e os de cena dialogada. Vejamos esse último num texto que diz respeito ainda ao acontecimento discursivo jornalístico referente à morte de ‘Dorothy Stang’:

Sequência discursiva para análise 4

São Paulo, segunda-feira, 21 de fevereiro de 2005	FOLHA DE S. PAULO brasil
<i>Folha - Os posseiros de Anapu têm ligação com o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra)?</i>	
<i>Leroy - Não. Os colonos de Anapu têm seus sindicatos de trabalhadores rurais e estão também no MDTX. Na fundação do MST, em 1985, havia um representante de um sindicato rural do Norte. Ele considerou que na região o MST não era necessário porque lá o posseiro ocupava a terra. Com o tempo, o MST chegou a Mato Grosso, ao Tocantins, ao sul do Pará e parte do Maranhão. Mas não ao norte da Amazônia, na região dos PDS. (Grifo nosso)</i>	

Acima encontra-se um segmento de cena dialogada, conforme diz Navarro-Barbosa (2004a, p. 76), “temos diálogo entre o jornalista e alguém que participa do acontecimento [...]”. O tema do diálogo é a relação entre ‘os posseiros de Anapu’ e o ‘MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra)’. A enunciação do jornal refere-se aos ‘posseiros de Anapu’, município paraense em que se deu o assassinato da líder e missionária dos assentados no Sudoeste do estado do Pará ‘Dorothy Stang’.

Vimos um diálogo entre o enunciador jornalista e o ‘relator Nacional para os direitos humanos’, o francês ‘Jean Leroy’, que aparece no texto como uma autoridade conhecedora do espaço do conflito agrário onde ocorreu o assassinato de ‘Dorothy Stang’. Interessante verificarmos que enquanto na enunciação referida ao ‘relator’ há o termo ‘Leroy’, ou seja, o sobrenome do entrevistado, na enunciação referida ao jornalista vem expresso o termo ‘folha’. Nesse caso fica bem demarcado o distanciamento entre o produtor empírico do enunciado e o jornalista que, nesse caso, assumiria a voz da instituição midiática.

Quanto aos segmentos descritivos, seriam “elementos que se atêm aos objetos e às coisas na sua simultaneidade [...] evocam, pois, a atmosfera, ou se detêm em um ponto particular” (NAVARRO-BARBOSA, 2004a, p. 76). Podemos verificar um exemplo na sequência discursiva abaixo:

Sequência discursiva para análise 5

São Paulo, Domingo, 28 de Novembro de 1999	FOLHA DE S. PAULO brasil
--	---------------------------------

Pai de mutilada recusa bolsa de R\$ 12,50²⁴

Apesar de não ter os braços, Ediene estuda. Frequenta a quarta série do ensino fundamental. Com a mutilação, passou a usar os pés como mãos. Escreve com eles, e consegue até passar batom. Sabe até nadar sem os braços. É vaidosa como qualquer menina de sua idade: **vive com os dedos pintados e com anéis.** (Grifo nosso)

Pelo enunciado destacado temos um segmento descritivo. Após narrar o dia a dia da provável trabalhadora infantil paraense mutilada pela maromba, (instrumento utilizado nas ‘olarias’ para fabricação de tijolos) descreve o que caracterizaria uma vaidade diante da mutilação sofrida pelo trabalho que, além de infantil, se constituiria como insalubre.

Na produção da reportagem esses segmentos não aparecerem isoladamente. Desse modo, para produzir um efeito de espetáculo ao acontecimento narrado, integram-se os tempos narrativos aos elementos da descrição, colocando-se ao centro o “clima” daquilo que se narrou. Mas, para destacar uma atmosfera mantendo-se o distanciamento do enunciador, busca-se aproximar os segmentos de julgamento aos descritivos.

Os segmentos de fala incluem-se nos dos acontecimentos. Diferem-se, porém, desses, por aparecerem marcados, em relação aos primeiros. Aparecem, então, tanto por meio de citações aspeadas quanto introduzidos pelo discurso indireto. Assim, destacando-se dos segmentos narrativos do acontecimento, mostram-se como um enunciado outro a partir do original, produzindo um efeito de distanciamento, parecendo buscar materializar uma imparcialidade.

No intercruzamento dos segmentos narrativos dos acontecimentos e de fala, se produz o discurso, processando-se o espetáculo jornalístico. Neste, os fatos ainda que façam parte da realidade, sendo objetivos, produzindo identificações e dirigidos ao público, se processam como singular e único, separando-se dela. Proximidade e distanciamento fazem daquele discurso um produto que faz parte dos consumidores, mas que se faz distante, daí desejado:

Sequência discursiva para análise 6

São Paulo, segunda-feira, 13 de outubro de 2003

FOLHA DE S.PAULO **brasil**

Foto 2: Título: Círio de Nazaré, Fiéis saúdam a Virgem de Nazaré na festa do Círio, que ontem atraiu 2 milhões de pessoas em Belém

²⁴As manchetes dos textos jornalísticos foram escritas em fonte maior, procurando-se destacar o aspecto diagramático, buscando-se ressaltar o sentido discursivo do enunciado.



Fonte: Rogério Uchôa (Folha de S. Paulo -Agência Diário do Pará, segunda-feira, 13 de outubro de 2003).

Acima, na foto jornalística, observamos um exemplo do efeito espetáculo. Narra-se tanto na imagem quanto em sua descrição linguística a festa do 'Círio de Nazaré'. Nessa narração, integra-se uma forte subjetividade demonstrada na súplica à 'Virgem de Nazaré', constituindo-se num segmento de fala. Conta-se a procissão e simultaneamente demonstra-se a expressão de cada um dos fiéis, tanto no levantar das mãos como um pedido de benção à imagem que passa na berlinda, quanto na necessidade de muitos se colocarem mais próximos da 'Virgem de Nazaré'. Narra-se a ação da coletividade, sem deixar de realçar as individualidades como segmentos de fala.

Os relatos jornalísticos iniciam na maioria das vezes com segmentos descritivos, possibilitando ao jornalista focalizar um indivíduo ou um grupo distinto dos autores principais do relato. Assim, concebe-se a narração jornalística como se enunciada por si própria, seria a realidade falando por si. Também, o sujeito a partir dessa realidade, que se coloca assimilada à perspectiva da enunciação jornalística, pode intervir. Desse modo, o jornalista buscará objetivamente aproximar-se da realidade, julgando-a em conformidade com o que descreveu ou descreverá dela.

Considerando-se os segmentos de narração, de descrição e de julgamento no espetáculo jornalístico, pode-se produzir o efeito de reconhecimento. A utilização de um léxico próprio, constituinte dos segmentos de julgamento, poderá criar certa relação de identificação do jornalista com aqueles que são mostrados como os protagonistas da notícia e também com os leitores/consumidores do jornal. Inclui-se nesse efeito a relação verificada entre os segmentos de fala do jornalista e de um entrevistado: a entrevista é mostrada como uma conversa, havendo a ausência de marcas linguísticas de distanciamento.

Pelo reconhecimento o jornalista pode tanto fazer-se próximo, cúmplice àqueles a quem quer noticiar, quanto seduzir o público. Nesse sentido, busca usar expedientes tais como a anteposição de adjetivos, figuras retóricas, a junção de vários verbos e a produção de um ritmo à frase.

Ainda na produção do “espetáculo jornalístico”, pode-se produzir o efeito de direto, trazendo o acontecimento a uma proximidade absoluta, a um presente a ser maximamente vivido pelo leitor do jornal. Nesse caso, a descrição e a narração se fazem intimamente implicadas. Enunciam-se segmentos de antecipação ao que será descrito para produzir um sentido de suspense. Na produção desse efeito, o jornalista se vale de verbos introdutórios de descrição, por isso voltados à percepção; formas da língua que expressem simultaneidade. Tendo, agora em consideração os efeitos de direto, de reconhecimento (identificação) e de realidade, vem destacar Navarro-Barbosa (2004a, p. 81):

O efeito do real combinado ao efeito de objetividade permite ao jornal criar a imagem de um grande veículo de informação. Combinado ao efeito de direto e ao suspense, permite que o político se dissimule atrás do espetáculo, do maravilhoso do acontecimento.

Desse modo, por trazer a realidade de modo objetivo, os jornais buscam garantir sua credibilidade, podendo alcançar um grande número de leitores, um público constituído por um trajeto discursivo que se vai delineando historicamente, como vimos antes. Mas essa realidade veiculada se faz atraente por ser colocada no palco como um espetáculo em que as contradições se fazem atenuadas. Nisto determinados sentidos são protagonizados em detrimentos de outros. O acontecimento se faz singularmente grandioso, por isto distanciado das diferenças “menores” do cotidiano.

Considerando-se a prática discursiva midiática como um feixe de relações, não seria uma ideologia determinada que construiria o acontecimento jornalístico. Este se faria na relação entre as práticas discursivas e não discursivas (o trabalho cotidiano do jornal, a pauta e as

técnicas de padronização das edições). Então, considerando-se o dizer que publiciza o dito, enunciado no jornal impresso, vejamos a função enunciativa.

Pelo que se verificou, na primeira seção deste trabalho, a forma sujeito é função determinante para a transmutação de signos em enunciados, na medida em que “[...] caracteriza toda formulação enquanto enunciado constituindo um dos traços que pertencem exclusivamente à função enunciativa e permitem descrevê-la.” (FOUCAULT, 2008a, p. 107). É por ela, portanto, que uma frase, proposição ou ato de linguagem se tornará enunciado, por onde ele poderá ser inscrito em suas peculiaridades.

A relação que tem o produtor empírico de uma dada materialidade linguística nem sempre é simétrica ao sujeito enunciador de um dado enunciado, conforme demonstramos acima. O sujeito do enunciado será “precisamente aquele que produziu seus diferentes elementos com uma intenção de significação” (FOUCAULT, 2008a, p. 104). Esse trará um ou vários pontos de vista relativos àquilo de que fala.

No caso do jornalismo, o sujeito poderá se colocar como aquele que narra, opina, descreve um fato. Entre o enunciado e sobre aquilo de que se fala, atravessar-se-á em exercício da função enunciativa, além do sujeito e da história, no caso, todo o contexto em que a prática jornalística se insere, também a própria materialidade do enunciado.

Há perspectivas enunciativas em que o sujeito se coloca na posição de identificação com aquilo que enuncia, noutras marca-se uma desidentificação. No processo de enunciação em que se verifica a identificação, há posições sujeito que não demarcam o nível do que é enunciado e do que é sujeito.

Assim, o sujeito se coloca como uma espécie de um tradutor linear daquilo que enuncia: inserida no enunciado a posição sujeito não aparece marcada, ficando neutralizada ou até mesmo parecendo apagada do enunciado. Noutros processos de identificação se define linguisticamente o nível da enunciação e do enunciado. O sujeito separa de si aquilo que é enunciado. Daí, a presença do sujeito fica bem demarcada, enfatizada.

Para se chegar aos acontecimentos reveladores de imagens capazes de produzir identidade (s) a respeito do paraense, do estado do Pará, é preciso recorrer aos enunciados que constituem as notícias, reportagens, a coluna, o editorial, o artigo, como também os demais gêneros jornalísticos, comparando-os; bem como cotejar enunciados que circulam entre diferentes gêneros ou ainda verificar a relação entre um dado enunciado e um grupo deles.

Apesar de haver uma heterogeneidade como constituinte dos gêneros, não se pode negar a necessidade de se estabelecer os vários gêneros nos textos jornalísticos, até mesmo

como delimitação para a prática de produção e poder no veículo midiático impresso. Desse modo, vejamos um exemplo de artigo e notícia:

Sequência discursiva para análise 7

NOTÍCIA	
São Paulo, quarta-feira, 14 de novembro de 2001	FOLHA DE S.PAULO cotidiano
A Prefeitura de Paragominas (PA) vai cadastrar as 20 crianças que foram mutiladas em serrarias para inscrevê-las no Peti (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil), do governo federal.	
A bolsa paga mensalmente R\$ 25 aos pais das crianças que trocam trabalho por estudo. Dependendo do número de filhos, cada família pode receber até R\$ 50.	

Sequência discursiva para análise 8

ARTIGO	
São Paulo, quarta-feira, 23 de fevereiro de 2005	FOLHA DE S.PAULO brasil
Contra a barbárie	
MIGUEL ROSSETTO	
ESPECIAL PARA FOLHA	
Os seis tiros disparados contra a missionária Dorothy Stang ferem, cada um deles, a nossa idéia de país. Cada uma das balas atinge a concepção de um Brasil que o Estado e a sociedade civil buscam. Um país regido pela força da lei e não pela lei da força. Onde a última instância de qualquer conflito jamais ultrapassa a Justiça e a capacidade de defender argumentos e dialogar supera o monólogo do chumbo.	

A série de enunciados irá constituir cada um dos textos como predominantemente uma notícia e um artigo com predomínio respectivamente de informação e opinião. No primeiro caso, realçam-se informações a respeito da mutilação de crianças decorrente do trabalho infantil em ‘serrarias’ num município paraense e a reparação do estado brasileiro por permitir esse tipo de fato. No segundo caso, realça-se uma opinião acerca da violência no campo praticada em outro município paraense, tendo como vítima uma ‘missionária’.

Então, considerando-se que o sentido de um enunciado se faz no seu campo enunciativo, passemos pela compreensão desse intrincado jogo de sentido pelo qual os enunciados se localizam. Para Foucault (2008, p. 111): “O campo associado que faz de uma frase ou de uma série de signos um enunciado e que lhes permite ter um contexto determinado, um conteúdo representativo específico, forma uma trama complexa.” São várias as possibilidades associati-

vas com as quais o enunciado estabelece conexão ao irromper-se como tal. As associações se fazem numa rede nem sempre linear e explícita.

Nas próprias configurações das frases, proposições e atos de fala se constituem os enunciados, atravessando-as sem a elas assimilar-se. Sobre isto nos diz Gregolin (2004b, p. 29): “o efeito de contexto só pode ser determinado por uma rede verbal”. Sempre submerso a uma rede verbal, o enunciado pela palavra associar-se-á a outros, que têm em sua base uma estrutura em nível linguístico.

Em todo enunciado dito uma série de outros estão presentes, implicados. Também um enunciado poderá ter a formulação, sintática, por exemplo, comum a outro que lhe antecedeu, mas pela função enunciativa não se constitui do mesmo enunciado. Nesse caso, poderá constituir com aquele uma relação de oposição, uma adaptação, ou mesmo manifestar-se como seu comentário. Ainda a respeito de um dado enunciado, haverá associações com outros que lhe sucederão.

Nem antecedendo ou sucedendo um enunciado, mas na simultaneidade de sua realização, pode-se verificar outro. Este pode apagar-se ou estar salientado, vindo a ser desenvolvido enquanto matriz produtora de um discurso. Diante de todas essas possibilidades associativas, importa que “[...] uma sequência de elementos linguísticos só é enunciado se estiver imersa em um campo enunciativo em que apareça como elemento singular.” (FOUCAULT, 2008, p. 111). Ressalte-se, então, a singular exclusividade daquilo que é dito como fundamental à existência do enunciado.

Quando um dado enunciado figura entre outros, estes poderão ser seu campo de estabilização. Assim, diante de todas as diferenças enunciativas pelas quais o referido enunciado possa passar, manterá sua identidade. Pelo campo enunciativo a identidade de um enunciado poderá mesmo ultrapassar as barreiras de línguas distintas, preservando-se o ponto de vista do dito, ainda que em sistemas linguísticos distintos. Nesse caso, a mídia tende a se colocar como importante veículo difusor de sentidos.

Então, a reportagem e os demais gêneros jornalísticos se constroem a partir de segmentos de narrativa e de acontecimento inter-relacionados. Esses segmentos podem refletir a unidade do enunciado. Isto numa implicada relação entre materialidades linguísticas e acontecimentos da própria prática do fazer jornalístico. Tratando da materialidade, diz Foucault (2008a, p. 113):

[...] uma frase não constitui o mesmo enunciado se for articulada por alguém durante uma conversa, ou impressa em um romance; se escrita a um dia, ou a

séculos, e se reaparece agora em uma formulação oral. As coordenadas e o status material do enunciado fazem parte de seus caracteres intrínsecos.

O gênero textual, ou seja, o tipo de texto em que a frase se realiza, redundará em diferentes enunciados. A mesma formulação, ao aparecer na materialidade de uma reportagem jornalística ou no editorial deste mesmo jornal, se constituirá de diferentes enunciados, estando num ou noutro caso de modo evidente a informação ou opinião. Por aí a formulação se constituirá de outro enunciado. Assim, comparando A e B temos:

Sequência discursiva para análise 9	Sequência discursiva para análise 10
A	B
“Belém fica tão longe, que é longe até de Manaus!” (Folha de S. Paulo, segunda, 9 de fevereiro de 1998)	Capital paraense fica longe de todo o resto do país (Folha de S. Paulo, segunda, 9 de fevereiro de 1998)

A partir de uma formulação proferida por um escritor, produziu-se o título de um texto jornalístico voltado para o turismo, ou seja, duas formulações e mesmo frases de certo modo com significações e estruturas sintáticas bem próximas produzem enunciados com funções discursivas bem distintas.

Portanto, quando dita uma só frase por um jornal de grande circulação ou escrita no muro da universidade, isso redundará em distintos enunciados, pois outras serão as materialidades em cada espaço de produção historicamente constituído. Embora possa parecer evidente a determinação material do enunciado, Foucault nos adverte para algumas problematizações.

A materialidade dos signos implica-se não somente no plano enunciativo, mas também na lógica e na gramática. A materialidade substancial e formal dos símbolos irá repercutir na variação das unidades, tanto da lógica quanto da gramática. O referente “árvore” se fará mais ou menos constante, ainda que possa se distinguir em diferentes materialidades. Também a materialidade da língua se faz de certo modo permanente, ainda que varie no vocabulário usado numa conversa ou numa tese, por exemplo. Mesmo que a materialidade possa submeter à variação as unidades da lógica, da gramática/sintaxe ou mesmo da língua, é no enunciado que irá aparecer como constitutiva.

No enunciado a materialidade lhe terá um papel intrínseco a sua própria condição. Assim, teremos um determinado enunciado ao se dizer que é dotado de certa substância e não de outra. Por exemplo, impresso em caracteres tipográficos ou emitido pelas ondas sonoras produzidas por um indivíduo. Também se mudará a identidade do enunciado ao se vinculá-lo a

um dado suporte material, tal como a tela eletrônica de um computador ou ainda aparecendo despercebidamente nas páginas amareladas dos jornais empilhados.

Não é toda mudança de materialidade que provocará o surgimento de um enunciado a partir de outro. As mudanças tipográficas, da cor das letras, do tipo de papel não alteraram os enunciados em duas edições de um livro. Ou seja, não é a materialidade em si, em sua dimensão captada pelos sentidos, que repercutirá na identidade de um enunciado. Desse modo: “O enunciado não se identifica com um fragmento de matéria, mas sua identidade varia de acordo com um regime complexo de instituições materiais” (FOUCAULT, 2008a, p. 116).

Seria então o status conferido a uma materialidade a possibilidade de ordenar uma institucionalidade a uma dada condição material, atribuindo-lhe certos valores. A materialidade não é apenas um meio, mas um domínio fundamental de constituição do enunciado:

Foto 3. Título: A sobrevivente do massacre de Eldorado do Carajás Maria Abadia visita túmulo de sem-terra em cemitério de Curionópolis (PA)



Fonte: Patrícia Santos (Folha de S. Paulo, São Paulo, Sexta-feira, 16 de março de 2001)

O conjunto de elementos materiais que constituem a fotografia jornalística acima terá uma materialidade única, tendo sentido próprio constituído no acontecimento discursivo em que se insere, no caso, a chacina de Eldorado de Carajás no estado do Pará. A materialidade

não terá apenas um caráter acessório, mas constitutivo. Assim, não basta termos a presença da cruz, o uso das coroas de flores, o aparecimento do cemitério, para que se constitua a materialidade enunciativa. É preciso se considerar principalmente a ordem pela qual tais elementos se fazem dispostos.

Dessa maneira, cada elemento desse enunciado imagético, em conjunto com o enunciado expresso na materialidade linguística (título da foto jornalística), irá produzir um efeito de sentido em conformidade com toda uma série histórica de atribuição de sentidos conferidos a esses elementos. Ainda os sentidos de tais elementos semiológicos serão produzidos considerando-se o acontecimento atual em que se inscreve.

Isso imprime sentido próprio à materialidade do enunciado, fazendo-lhe propícia ao surgimento de um novo enunciado. Portanto, na produção jornalística “é possível postular a materialização de processos discursivos que cruzam estrutura e acontecimento nesses enunciados, bem como a manifestação de uma subjetividade que se dispersa nas diferentes posições de sujeito, que ora narra, ora descreve, ora julga” (NAVARRO-BARBOSA, 2004a, p. 83).

Para tentarmos inserir a variedade de textos veiculados pelos jornais numa ordem, ou ainda compreendê-los na problemática de suas unidades e rupturas, nos pautamos na perspectiva de Chaparro, trazida por Navarro-Barbosa (2004a, p. 86):

[...] os fundamentos teóricos de origem anglo-americana, que dividem o jornalismo em informação e opinião [...] não são apropriados para caracterizar a atividade discursiva realizada pelo jornalismo, pois essa fronteira é destruída pela inevitabilidade da valoração jornalística, para cuja construção a interferência dos variados sujeitos envolvidos no processo de difusão é decisiva, tanto no relato quanto no comentário.

A posição acima se faz diretamente crítica à concepção de um jornalismo compreendido a partir da separação entre gêneros jornalísticos opinativos e informativos. Por esta divisão teríamos:

Textos produzidos por uma condição externa à instituição jornalística, respondendo aos acontecimentos, às personalidades e às organizações (a nota, a reportagem e a notícia).

Textos condicionados pela referida instituição (o editorial, o comentário, o artigo, a resenha, a coluna, a crônica, a caricatura e a carta).

Nesse caso, há gêneros caracterizados pela informação e outros pela opinião. Isto para Chaparro (apud NAVARRO-BARBOSA, 2004a) refuta-se pela própria condição intrínseca à atividade jornalística, atravessada de modo implicado pela opinião e informação. A partir des-

sa crítica, propõe-se uma classificação para o discurso jornalístico: gênero comentário e gênero relato. Desse ponto de vista, às práticas discursivas jornalísticas cabem a função de comentar e relatar a realidade, numa perspectiva implicando opinião e informação.

No comentário estariam as espécies argumentativas, tais como o artigo, a crônica, a carta e a coluna. Ainda estariam as espécies gráfico-artísticas (caricatura e charge). No relato teríamos as espécies narrativas (reportagem, notícia, entrevista e coluna) e as espécies práticas (roteiros, indicadores, agendamentos, previsão do tempo, cartas-consulta e orientações úteis). Nos textos chamados de Notícia e Artigo trabalhados anteriormente (p. 148), teríamos respectivamente exemplos de relato e comentário.

Ao buscarmos a distinção entre notícia e reportagens, espécies narrativas a que mais analisamos nesta pesquisa, conforme veremos nas seções a seguir, podemos nos apoiar no critério da amplitude, adotado por Melo e ampliado por Chaparro (apud NAVARRO-BARBOSA, 2004a, p. 89):

[...] notícia é o resumo informativo para a descrição jornalística de um acontecimento cujo limite é ele mesmo. Já a reportagem define-se como o relato jornalístico expandido. Forma e conteúdo conjugam-se, agora, desvendando contextos de situações, falas, fatos [...] que alteram, definem, explicam ou questionam a realidade.

Pela notícia o fato se faz relatado, o dito se circunscreveria a si mesmo; já pela reportagem o dito produz outros ditos, retornaria a sua referencialidade, o modo de dizer provoca outras enunciações, implica-se na ordem dos acontecimentos.

Além da periodicidade, atualidade, difusão e universalidade, o atendimento aos esquemas textuais, vinculados mais ou menos ao informativo ou opinativo, mostra-se como indispensável para a inteligibilidade do acontecimento veiculado tanto pelos enunciadores, jornalistas, quanto pelos enunciatários, leitores. Por meio dos gêneros, jornalistas e leitores acreditam se localizar para produzir e apreender o que é noticiado.

Também os jornalistas, ao estabelecerem uma realidade a ser apreendida e divulgada objetivamente, mostram-se crer na transparência da linguagem. Desse modo, ainda parecem conceber um paradigma discursivo pelo qual poderia se produzir uma série de certo modo homogênea: a reportagem, a notícia. Entretanto, no contraponto dessa postura vejamos Foucault (2008a, p. 43):

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos

de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma formação discursiva.

No entanto, entender a prática discursiva jornalística como um enredo da realidade, em que se declama uma colagem do que é vivido, produzindo textos tecnicamente delimitados, é negar o fazer jornalístico como uma prática de circulação e produção de dispersos, mas regulares sentidos, constituindo então uma dada formação discursiva.

Portanto, a grande incidência de textos similares ao da seguinte manchete ‘Polícia identifica 5 suspeitos de matar 8 pessoas em fazenda no PA’ (Folha de S. Paulo, São Paulo, terça-feira, 16 de setembro de 2003), tratando da violência no campo no estado do Pará, necessariamente não deve corresponder à realidade efetiva de todo o estado.

Também a baixa frequência de manchetes como ‘Magia de Marajó cativa até águas’ (Folha de S. Paulo, São Paulo, segunda-feira, 04 de agosto de 2003) não significa que a ilha do Marajó não seja representativa da paisagem humana e física do estado do Pará. A regularidade ou dispersão de determinados enunciados na mídia impressa tende a fomentar um discurso sobre a realidade, uma perspectiva de ver e compreender essa realidade.

Então, o que muito se fala pode, além de caracterizar uma realidade, identificá-la, pode ainda, de tão comum e repetitivo, fazer-se despercebido. No entanto, aquilo que é pouco dito, embora possa não identificar uma realidade, poderá apresentar-se como marcante na caracterização de dada realidade.

Dessa maneira, o sujeito jornalístico pode posicionar-se tanto como observador, como aquele que descreve ou avalia num mesmo texto. Também os acontecimentos podem se fazer circular em distintas formas discursivas da imprensa, sendo assim dito de um ou outro modo. Sobre o modo como o acontecimento pode ser dito no meio jornalístico impresso, diríamos com Navarro-Barbosa (2004a, p. 95):

[...] é a função enunciativa que recobre a linguagem jornalística, que dá sentido as suas formas. É ela que possibilita definir, pelos elementos linguísticos- discursivos e imagéticos acionados, a identidade dos textos, isto é, a sua espessura material e seus efeitos de sentido: reportagem, editorial, ou artigo; segmentos de relato, de narração, ou julgamento; efeito de direto, de real, ou de espetáculo.

Enfim, pelo poder instituído da mídia se produz identidades. Não se reduzindo, então, o poder ao econômico, tal como Foucault (2007), o encontramos como uma força política nas intrincadas redes da comunicação e da cultura. Nesse jogo, o poder espalha-se no discurso mi-

diático, mostrando-se presente na guerra entre saberes que conduz a uma inquietante e provocadora repressão para certos dizeres.

Dessa maneira, os dados, por exemplo, a respeito do desmatamento feito no estado do Pará, produzem que tipo de saber ou saberes sobre aquele estado? Essa é uma das indagações analíticas de nossa pesquisa que pode ser assentada a partir dessa reflexão teórica.

Embora a prática jornalística enuncie o hoje, o presente, neste não deixa de estar inscrito o passado. Assim, no discurso da mídia, o presente configura uma memória discursiva construída pela história dos enunciadores/produtores e enunciatários/consumidores. Dessa maneira, pelo discurso midiático realçam-se lembranças e demonstram-se esquecimentos.

Então, sem deixarmos de mobilizar o que se disse e se analisou na escrita dos historiadores, vejamos o que se enuncia no jornal “Folha de S.Paulo” a respeito do estado do Pará. Agora, não a partir da configuração organizacional do texto jornalístico em si, ou seja, não tendo como ponto de partida o modo como se organiza o discurso jornalístico nos textos do jornal impresso, mas considerando-se a regularidade e dispersão com que determinadas temáticas aparecem no jornal “Folha de S.Paulo” ao qual delimitamos esta pesquisa.

Desse modo, o discurso como produto de venda deve estar em função de manter a ordem estabilizada? Por ele os lugares precisariam permanecer circunscritos? No discurso dos jornais, pelo compromisso com uma legítima verdade coerente, as identidades devem pautar-se num sentido de continuidade? Daí cumpriria o papel de “entregar” o “produto” pronto e acabado, pois, a palavra jornalística não deve ressaltar a ruptura, deve mostrar-se como revelando o sentido completo e preciso para o leitor. Caso contrário, poderia precipitar o “consumidor” enunciatário do jornal à dúvida, fugindo ao seu compromisso com o “real”?

Portanto, diante desse paradigma em que se inscreve o discurso jornalístico, verifiquemos como o jornal impresso “Folha de S.Paulo” enuncia o estado do Pará. Pelo debate exposto anteriormente, esse jornal seria veículo de difusão de um “produto cultural” instituído ao “centro”. Podendo ainda, por sua difundida circulação e localização, ser alçado à condição de “centro” do “centro” dos meios tecnológicos impressos de mediação dos discursos, considerando-se os contextos regionais e a mídia brasileira.

6 A PRODUÇÃO DE IDENTIDADE PELA REITERAÇÃO DE SENTIDOS²⁵

Estudaremos de modo descritivo/interpretativo três eixos temáticos, que se apresentaram com maior regularidade no jornal pesquisado, referentes ao estado do Pará. Em todos os eixos temáticos selecionados para análise, encontramos temas repetitivos. Dentre esses temas, encontramos dois incluídos, por nossa metodologia de construção do *corpus*, no Eixo Temático da Violência, quais sejam, o Conflito Agrário e o Trabalho Escravo e Infantil. Um tema foi encontrado no Eixo Temático do Meio Ambiente, no caso, Desmatamento/Queimadas. Também no Eixo dos Saberes Culturais, Artísticos e Científicos, encontramos somente um tema: o ‘Círio de Nazaré’.

O Eixo Temático da Violência destacou-se pela maior repetição de textos jornalísticos. Entre as duas ordens de textos desse eixo, a que apresentou maior reincidência foi a referente ao Conflito Agrário; em seguida a que tematiza o Trabalho Escravo e Infantil. Enquanto os textos da primeira ordem se fizeram mais produtivos entre todos os temas selecionados, os da segunda apareceram em terceiro plano. Quanto ao Conflito Agrário, vários textos se pautavam num mesmo fato, construindo um acontecimento jornalístico em torno da morte de uma liderança rural, ligada à igreja católica, ‘irmã Dorothy Stang’.

O eixo temático do Meio Ambiente apresentou uma segunda ordem de ocorrência de textos jornalísticos. Nesse eixo, a temática recorrente foi a do Desmatamento e Queimadas, ou seja, a destruição da floresta amazônica. Essa que se estende por todo o estado do Pará. Alguns textos relativos a esse tema referiam-se à repercussão de uma operação federal de proteção ao meio ambiente, denominada de Arco Verde, num município apontado como foco de desmatamento no estado. Entre os temas relacionados ao estado do Pará, esse foi o que apresentou uma regularidade só abaixo do Conflito Agrário.

O terceiro eixo temático, no caso o Eixo dos Saberes Culturais, Artísticos e Científicos, foi o que apresentou a menor ordem de ocorrência entre os eixos mais reincidentes. Esse eixo só se faz aqui representado pela repetibilidade de uma única temática, embora nele estejam inclusos vários temas. O evento denominado Círio de Nazaré aparece numa quarta ordem de textos entre os selecionados.

6.1 O EIXO TEMÁTICO DA VIOLÊNCIA

²⁵As noções foucaultianas de regularidade e dispersão, bastante produtivas no desenvolvimento da obra de Michel Foucault, podem ser consideradas centrais, tanto na fase arqueológica (FOUCAULT, 2008a) quanto na genealógica (FOUCAULT, 2008b) do trabalho desse teórico, atravessando a compreensão dos saberes e poderes na história das sociedades. Tendo em consideração a importância dessas noções para a AD, as utilizamos, conforme demonstramos na segunda seção deste trabalho, como princípio metodológico para estabelecermos a ordem do discurso do *corpus* desta tese.

Tanto a morte de trabalhadores quanto a exploração de seu trabalho são atitudes violentas, ainda mais quando essa exploração é feita em relação às crianças. O ato violento se efetivará em caráter duplo. Nesse sentido, reuniremos para análise acerca do que identificamos como Eixo Temático da Violência duas ordens de textos, a primeira vinculada ao tema que se mostrou mais recorrente em relação ao estado do Pará: o Conflito Agrário. A segunda referente a um tema que aparece numa ordem de regularidade bem próxima desse tema, ou seja, a Exploração do Trabalho Infantil e a Escravização de mão de obra no estado do Pará.

Em relação ao primeiro tema, trabalharemos com um acontecimento discursivo construído pela mídia impressa a partir de um evento específico ocorrido no estado do Pará, no ano de 2005: o assassinato de Dorothy Stang, uma freira católica, norte americana, naturalizada brasileira. Quanto ao segundo tema, nos conduziremos na análise de textos e de uma série de manchetes e chamadas tratando da exploração do trabalho escravo e infantil em diversas propriedades rurais do estado do Pará.

6.1.1 O caso Dorothy Stang: o estrangeiro protegendo os expropriados, retirados de si mesmos?

Um evento que motivou a construção de um acontecimento discursivo jornalístico foi o assassinato da ‘irmã Dorothy Stang’, freira católica, norte-americana, naturalizada brasileira, moradora do município de Anapu, no Sudoeste do estado do Pará. A irmã Dorothy trabalhava com ‘sem-terras’. Esse fato ocorreu no dia 12 de fevereiro de 2005 e teve grande repercussão nacional e internacional. Seleccionamos oito (8) textos jornalísticos para análise.

Sequência discursiva para análise 11

São Paulo, domingo, 13 de fevereiro de 2005

FOLHA DE S.PAULO **brasil**

BRASIL PROFUNDO

Irmã Dorothy Stang era natural dos EUA e atuava com sem-terra; governo federal aponta ação de fazendeiro

Missionária é morta com 3 tiros no Pará

O texto datado de 13 de fevereiro de 2005 faz parte do caderno ‘brasil’. No caso da ‘Folha de S.Paulo’, isso significa que a referência que se fará não diz respeito ao estado de

São Paulo onde é editado o jornal. Logo em seguida, o título da seção ‘Brasil Profundo’ é um enunciado sintaticamente constituído por um sintagma nominal que aparece destacado do restante do texto com a cor dos caracteres em azul marinho.

BRASIL PROFUNDO

O adjetivo ‘Profundo’ funciona como adjunto adnominal junto ao substantivo ‘Brasil’, núcleo do sintagma. No enunciado o termo sintaticamente nuclear ocupa a posição central, sendo delimitado por um sentido que o particulariza. Assim, não é de qualquer ‘Brasil’ que se fala, é do ‘Brasil Profundo’. Portanto, podemos compreendê-lo numa perspectiva qualitativa, em oposição a superficial. A proposta editorial da seção é tratar os temas de modo relevante, com seriedade, procurando ir ao âmago das causas dos assuntos tratados.

O adjetivo ‘profundo’ pode ainda ter o sentido mais espacial, referindo-se ao que está dentro, não está fora, também o que está escondido, o que está longe. Nesse caso, falar de uma parte do ‘Brasil’ que estaria distante do lugar do qual o sujeito enunciador fala. Talvez, um país que precisa ser visto, ser demonstrado pelo texto do jornal.

O sujeito enunciador do texto assume uma posição de neutralidade, não apresentando uma marca linguística mais direta que o faça aparecer no enunciado. Apesar disso, consideramos que o adjetivo ‘profundo’, além dos significados expostos anteriormente, traz um sentido de subjetividade para o enunciado, parecendo haver um sentido de intimidade que denota uma aproximação do enunciador com o que será dito. Em seguida, temos duas chamadas para o texto. A primeira constituída por três enunciados:

Sequência discursiva para análise 12

Irmã Dorothy Stang era natural dos EUA e atuava com sem terra; governo federal aponta ação de fazendeiro

O primeiro é constituído por uma oração, tendo um sintagma nominal ‘irmã Dorothy Stang’ e um predicativo do sujeito ‘era natural dos EUA’. O substantivo comum ‘irmã’, numa posição de anterioridade em relação ao substantivo próprio ‘Dorothy Stang’, destaca nesse enunciado a função religiosa da personagem referida na chamada.

O nome próprio ‘Stang’ revela a identidade estrangeira da ‘irmã’. Essa identidade se confirmará logo em seguida no predicativo que informa a nacionalidade de ‘Dorothy Stang’,

no caso, ‘era natural dos EUA’. O verbo ser no pretérito ‘era’ antecipa sem revelar a notícia que será dada no corpo do texto: a morte da ‘irmã Dorothy Stang’.

O segundo enunciado aparece ligado ao primeiro por meio de uma conjunção aditiva. Esse é constituído somente de predicado verbal, apresentando o verbo transitivo indireto ‘atuava’ no passado, seguido do complemento, o objeto indireto ‘com sem-terra’. O emprego do pretérito do verbo atuar deixa dito uma ausência, alguém que atuava com alguém, deixou de atuar. Assim, registrasse um sentido de falta.

A relação de adição entre o fato de a ‘irmã Dorothy Stang’ ser dos ‘EUA’ e ‘atuar’ com os ‘sem-terra’ no espaço que se expressa logo na chamada seguinte, ou seja, ‘no Pará’, reforça um sentido de estranhamento diante de espaços tão adversos. O enunciador, ao utilizar a conjunção ‘e’ juntando os distintos, realça o valor do trabalho, da atuação humana da freira. Ela veio de longe, é uma estrangeira, um outro distinto de uma realidade privilegiada deixou suas condições de privilégio para vir ‘atuar’ com ‘os sem-terra’.

Então, enfatiza-se uma relação de certa horizontalidade estabelecida entre pessoas de “origens” tão diversas: o outro que poderia estar distante e superior, porém estava bem próximo. Também se reforça a distinção na medida em que a memória discursiva do leitor tende a historicamente relacionar os ‘EUA’ com o poder voltado para os de posse, de muita posse, estando numa posição avessa aos movimentos populares.

Nessa sequência discursiva, o terceiro enunciado apresenta-se em forma de uma oração, constituída por um sujeito e um predicado verbal. O sujeito apresenta o núcleo ‘governo’ e um adjetivo ‘federal’. Esse sintagma nominal ‘governo federal’ situa o caso narrado numa esfera administrativa e política federal.

Daí gera um efeito de antecipação ao que se dirá posteriormente acerca da repercussão nacional e internacional em relação ao evento narrado, solicitando ações de ‘responsabilidade’ do poder maior do país. Ao mesmo tempo a necessidade de “intervenção” ‘federal’ deixa demonstrada que, se foi preciso o ‘governo federal’ agir, é porque talvez o ‘governo’ estadual não se fazia presente. Essa ausência poderia significar uma não capacidade de lidar com o fato.

Na continuidade da oração, vimos o predicado verbal com verbo transitivo direto e indireto, ‘aponta ação dos fazendeiros’. No complemento verbal ‘ação’, novamente verificamos um efeito de antecipação de algo que deverá ser enunciado em seguida. Dado o fato de termos uma chamada, caberá ao leitor buscar a sequência do texto para confirmar as informações indicadas.

O verbo ‘aponta’, aparecendo no presente, produz uma simetria entre o momento da referência e o momento da enunciação, resultando num efeito de atualidade. Isto resulta num sentido de proximidade entre o que é narrado, o enunciado e os enunciatários. O fato de o verbo expresso no primeiro enunciado estar no pretérito e o do segundo aparecer no presente gera uma relação de causa e efeito, de ação e reação, de anterioridade e posterioridade enunciativa. Ocorreu um fato, narrado no primeiro enunciado, diante desse fato, houve uma ação do ‘governo’.

O verbo que materializa uma posição do ‘governo’ em relação ao fato principal, ‘aponta’, inscreve um sentido de acusação direta, mas, ao mesmo tempo, implica uma atitude que se delimita ao reconhecimento dos praticantes da ação, daqueles que provocaram a ausência, o desaparecimento da freira americana. A acusação do ‘governo’ pode ser tomada tanto pelo enunciadador jornalista quanto pelos enunciatários como uma evidência. Havendo ‘sem-terra’, haverá ‘fazendeiros’. Aqueles que estão do lado dos ‘sem-terra’ estarão contra os ‘fazendeiros’, daí a acusação não poderá ser alçada ao caráter de descoberta.

O quarto enunciado, ‘Missionária é morta com 3 tiros no Pará’, constitui a manchete da notícia ressaltando o evento focado que se produzirá como um acontecimento discursivo, aqui a ser analisado sob a ótica da prática discursiva jornalística. No primeiro enunciado se fazia referência à naturalidade e à atuação profissional da freira, bem como a uma ação do governo diante do seu sugerido desaparecimento.

Ainda no quarto enunciado constituído por uma oração construída por meio de um sujeito, ‘Missionária’, e um predicado nominal, esse que destaca a ação antecipada no enunciado anterior, ‘é morta com três tiros’, evidencia-se aquilo que estava sugerido pelo verbo ‘era’ do primeiro enunciado e pelo substantivo ‘ação’, presente no segundo. Se não ‘é’ mais do ‘EUA’ e nem mais ‘atua’ com os ‘sem-terra’, é porque ‘Irmã Dorothy Stang’ sofreu a ‘ação de ser morta’ pelos ‘fazendeiros’. Os sentidos vão percorrendo os enunciados produzindo uma intradiscursividade enunciativa.

Nesse enunciado ficam ainda delimitados dois efeitos de sentido discursivo: de memória e de atualidade. O núcleo do sujeito, ‘Missionária’, provoca a memória discursiva, remetendo ao trabalho missionário executado na Amazônia, fortemente presente no então estado do ‘Grão-Pará’, principalmente do século XVI, conforme vimos na terceira seção deste trabalho. Com quem trabalhavam os missionários católicos portugueses no período colonial do estado do Pará? Com quem trabalhava a ‘missionária Dorothy Stang’ na atualidade nesse mesmo estado?

Entre os portugueses e a ‘irmã’ que relações de proximidade e distanciamento haveria? Entre os índios e ‘os sem-terra’ a que se dirigia a “missão”, respectivamente, dos portugueses e de ‘Dorothy Stang’; haveria relações de identidade mais ou menos próximas? Começamos por buscar sentido para o substantivo ‘Missionária’, recorrendo a outro que está diretamente relacionado ao seu campo semântico missão: se há ‘missionários’ é porque há missões.

Para Bueno (2001, p. 374): “s.f. Ato de enviar, incumbência; comissão diplomática; sermão doutrinal”. Podemos, por meio das entradas semânticas referidas ao substantivo, produzir uma coerência entre os vários sentidos arrolados. Assim, na ‘missão’ alguém deve ser enviado por alguma ordem ou instituição, tendo alguma incumbência, apresentando diplomacia, ou seja, estratégias de chegada, para levar uma doutrina. Por tudo isto deverá haver um “poder” daqueles que se dispõem a exercer uma “missão”, uma necessidade de “saber” por aqueles que precisam da “missão”, por não saberem como fazer: deve-se proclamar um saber instituído de uma verdade.

Os missionários portugueses ao virem da “matriz” colonizadora, portadora da “civilidade”, eram instituídos da “missão” de trazerem estrategicamente não somente o saber católico como também hábitos de polidez, regras de comportamento que pudessem dignificar o indígena distanciado disto. Isto, sobretudo, para, conquistando o povo nativo, conquistar a terra. A ‘missionária Dorothy Stang’, norte-americana, da ainda rica “América Imperial”, produtora de bens de consumo de massa, parece ter vindo instituída da “missão” também estratégica de capacitar aqueles que, destituídos da terra, precisavam conquistá-la.

Os portugueses, por estarem mais próximos do poder de então, parecem ter sido mais vitoriosos em seus intentos, pois que a terra foi conquistada, embora os índios tenham sido resistentes, fazendo-se ainda mais presentes no estado do Pará do que em outros. A ‘missionária’, ainda que norte-americana, por se contrapor ao poder dos produtores de consumo, ‘fazendeiros’ e toda uma ordem em torno deles instituída, foi ‘morta com 3 tiros’, conforme se anuncia.

Diante do saber dos missionários, qual o estatuto daqueles para quem se dirigiam as “missões”? Os primeiros destituídos de título, porém nativos e culturalmente donos da terra que para eles não se circunscrevia a propriedades: os índios. Os segundos, também destituídos de título, predominantemente imigrantes de outros estados para a região paraense chamada de Transamazônica. Estes, em sua maior parte, mestiços e brancos necessitados de propriedade rural.

Um outro sentido bem evidenciado nesse enunciado é o da violência relacionada à questão agrária. Novamente vem à tona uma memória discursiva inscrita no enunciado, que

liga o evento narrado a outros mais próximos ou distantes. A chacina de Eldorado dos Carajás, também ocorrida no estado do Pará e não coincidentemente na região do entorno da rodovia Transamazônica, cerca de nove anos antes, ou seja, em 17 de abril de 1996.

Nesse caso, não teriam sido ‘os fazendeiros’ os mandantes das mortes, mas o próprio Estado institucionalmente representando pelos policiais militares, pelo comandante do batalhão ou pelo então Governador do estado do Pará, Almir Gabriel. Esse conflito de poder motivado pela repercussão do “massacre” foi bastante problematizado na época, um dos motes principais na construção desse acontecimento discursivo jornalístico. O fuzilamento de 19 trabalhadores ‘sem-terra’ foi repetidamente anunciado como uma ação “bárbara”.

Passemos agora a analisar os parágrafos que constituem “o corpo” da notícia. Diante dele verifiquemos quais os sujeitos que falam, de que falam. A referência que se possa encontrar com outros eventos anteriores, tal como se viu na chamada, ativando um domínio da memória, por meio do que chamamos de enunciados repetidos.

Vejamos as formulações que apontam para a construção de uma coerência interna do texto. Também verifiquemos aquilo que, ao trazer o dizer do enunciador jornalístico, o encaixa ao que já foi dito, a uma verdade que já é conhecida. Ainda verifiquemos outros dizeres, outras falas que se fazem anunciadas no texto, observando o posicionamento do sujeito da enunciação da notícia em relação a essas falas internas. No primeiro parágrafo da notícia:

Sequência discursiva para análise 13

A missionária norte-americana Dorothy Stang, 73, foi assassinada ontem com três tiros em uma provável emboscada ocorrida numa estrada de terra, localizada no município de Anapu, no Pará, próximo a Altamira (a 777 km de Belém).

O que foi dito pela chamada da notícia é repetido com acréscimos de algumas informações. Além de se dizer o que aconteceu com a freira, aponta-se para o como ocorreu, ‘em uma provável emboscada’. Nesse caso, o substantivo ‘emboscada’ pode ser entendido como “armadilha, uma cilada ou ainda traição”, conforme Bueno (2001, p. 200). Parecendo, assim, ficar subjacente, antes de se dizer quem foi, ou quais foram os autores, a surpresa com que foi marcada a ação violenta. Também no substantivo enunciado parece haver um sentido de “preparação” para que a vítima pudesse estar naquele lugar, naquele momento.

No termo ‘emboscada’ ainda implica-se uma relação entre “predador” e “animal”: foi feita uma armadilha para pegar, executar o animal. Aqui, se denunciaria aquilo que vimos na

seção anterior, ou seja, uma atitude para alguém da condição humana, talvez demonstrando uma “barbárie”.

No entanto, dado o caráter investigativo do jornalismo, principalmente quando se trata de um fato dessa natureza e com a repercussão que poderá ser assumida diante dele pela “voz” da imprensa, o enunciador do jornal não se compromete com afirmações diante do fato, daí, antes da palavra ‘emboscada’, irá aparecer o termo ‘provável’. Essa modalização, ao mesmo tempo que resguarda o jornalista, também produz um efeito de continuidade necessária para a produção de um acontecimento discursivo, trazendo indagações que deverão levar o leitor para outros textos veiculados sobre o evento.

Além de se referir ao modo, refere-se ao “onde” aconteceu o crime, ‘numa estrada de terra localizada no município de Anapu, no Pará, próximo a Altamira (a 777 km de Belém)’. Fica demarcado na sequência enunciativa localizadora do fato o caráter de precisão informativa, do detalhe que deve se fazer intrínseco ao texto jornalístico, comprometendo-se com a produção de uma objetividade.

O movimento de localização espacial que informa a ocorrência do fato parece se dirigir do mais distante, desconhecido, ao mais próximo, conhecido. De um espaço físico, natural, ‘numa estrada de terra’, para um espaço institucional, administrativo, político, que vem ser elencado do mais específico, desconhecido ‘município de Anapu’, ao referencial regional ‘próximo a Altamira’, até o mais conhecido, visível, ‘Belém’.

Nesse processo, percebe-se que o dizer do sujeito enunciador da notícia prende-se ao que será dito primeiro, pois é ‘na estrada de terra’ que circunscreve a notícia, a informação trazida pelo jornalista. Para isto, ele teve que trazer outras informações já conhecidas pelo enunciatário/leitor do jornal: verdades geográficas sabidas, assimiladas a um Sujeito Universal. A distância física determinada pela quilometragem ‘777km’, talvez, possa ser colocada como um índice da extensão territorial do estado do Pará, um dos maiores do país.

Na antecipação gramatical que se faz da contração da preposição indicadora de lugar “em” com o artigo indefinido “uma” ao substantivo ‘estrada de terra’, inscreve-se o sentido de anonimato, indefinição e, ao mesmo tempo, “ruralidade”, pois que é uma ‘estrada’, não uma rodovia, sendo ainda ‘de terra’. O fato é focado em sua localização nuclear, parecendo produzir um efeito de aproximação para o enunciatário, o leitor do jornal. Também esse adjunto adnominal aponta para o “lugar” dos protagonistas do evento relatado, no caso, são pessoas voltadas para a terra.

No segundo parágrafo:

Sequência discursiva para análise 14

A irmã Dorothy, como era conhecida, possuía cidadania brasileira e atuava na região como agente da CPT (Comissão Pastoral da Terra), o braço agrário da Igreja Católica que age em conjunto com trabalhadores rurais em defesa da reforma agrária.

Verifica-se a construção de um efeito de proximidade, começando pelo modo como é referida a protagonista principal da notícia. Enquanto no parágrafo anterior tínhamos ‘A missionária norte-americana’, no caso “o outro” incumbido de uma “missão”, nesse teremos ‘a irmã Dorothy como era conhecida’. Assim, ao substituir-se o substantivo e o adjetivo pátrio estrangeiro ‘missionária e norte-americana’, que se antecipam ao nome próprio ‘Dorothy’ pelo substantivo ‘irmã’, rompe-se com o sentido de distanciamento pelo de proximidade.

A proximidade se ratifica na oração subordinada adjetiva que complementa o núcleo ‘A irmã Dorothy’, no caso ‘como era conhecida’. O sujeito enunciador jornalista aproxima ‘Dorothy’ do público leitor, ao ressaltar a proximidade com que ela era tratada por aqueles com quem convivia, defendia, naquele lugar distante. Ainda continuando a ratificar um sentido de proximidade da freira, novamente uma formulação enunciativa contrapondo-se à “origem” norte-americana vem ressaltar sua naturalização “brasileira”.

Tal como na chamada da notícia, analisada anteriormente, a sequência discursiva irá tratar da ocupação, ou melhor, do trabalho da freira. No entanto, irá se detalhar o que se anunciou anteriormente. Se na chamada se dizia com quem ‘Dorothy’ atuava, agora seu trabalho será localizado, delimitando-se ao órgão institucional de sua igreja, que exerce a atuação referida. Ao se descrevê-lo, demonstra-se sua atuação, bem como, deixa-se patente a intervenção da Igreja católica quanto à reforma agrária naquela região.

O movimento da temporalidade no texto fica bem evidenciado já entre as duas primeiras chamadas e os dois primeiros parágrafos. Pode-se verificar o passado, o presente da enunciação e o presente do acontecimento. Tempo da anterioridade, tempo da enunciação assimilado ao acontecimento e ao tempo do evento.

No primeiro parágrafo, embora se ressalte o tempo do evento, o enunciador fala no presente: é o tempo do acontecimento discursivo jornalístico, da enunciação jornalística. Já se faz transformar o evento em acontecimento. No segundo parágrafo, tem-se o tempo antecedido ao do evento, aquele em que a personagem central é evidenciada, buscando-se ressaltar as atitudes desta que puderam provocar o evento narrado pela notícia. Entre os dois primeiros parágrafos, pode-se presumir a seguinte relação: o evento ocorrido ‘ontem’ com ‘a

irmã Dorothy' estaria diretamente relacionado a uma anterioridade que será imediatamente referida.

Vejam agora o terceiro parágrafo do texto:

Sequência discursiva para análise 15

Até o final da tarde de ontem a polícia local tinha poucos detalhes do crime. Segundo informações preliminares, o assassinato teria ocorrido por volta das 13h.

De um tempo anterior ao evento relatado no segundo parágrafo, passa-se para um tempo imediatamente posterior no terceiro: um tempo inserido na circunstância do fato, nas horas que se seguiram ao evento. Nesse parágrafo, além do efeito de distanciamento jornalístico resultante da própria prática discursiva jornalística, intentando-se ser objetivo e demonstrar a necessidade de continuidade discursiva diante do fato, verifica-se outro, no caso, o afastamento físico que resulta num distanciamento comunicativo. Assim, os protagonistas estariam num lugar de difícil acessibilidade. Isto fica percebido quando se enuncia o sintagma nominal 'poucos detalhes' ou na locução verbal 'teria ocorrido', em que o verbo no pretérito imperfeito 'teria' ressalta a incerteza acerca do horário do fato.

Vários sujeitos foram citados no texto: 'Dorothy Stang' que é assimilada a duas identidades, a de 'missionária estrangeira' e a de uma 'irmã' que assumiu uma nacionalidade brasileira para ficar próxima dos expropriados da terra; os 'sem-terra'; a instituição de poder estatal em sua maior esfera, 'o governo federal'; os 'fazendeiros'; a igreja católica e seu órgão 'CPT' identificado com os 'sem-terra', por isso presente na figura da 'irmã Dorothy'. Entre esses, somente quem se pronuncia até essa parte do texto é o 'governo', ao 'apontar' o responsável pelo assassinato.

Ainda no terceiro parágrafo se traz a enunciação da 'polícia' que se fará bem presente na maior parte da notícia. Esse discurso mostrar-se-á como condutor informativo e opinativo do texto apresentado aos enunciatários. Nesse parágrafo, conforme dissemos, 'a polícia' trará pouca informação sobre o evento em si.

No quarto parágrafo do texto:

Sequência discursiva para análise 16

Irmã Dorothy viajava por uma estrada de terra na companhia de dois trabalhadores rurais quando foi atingida pelos tiros, supostamente disparados por pistoleiros. As duas testemunhas não foram feridas e estariam agora sob proteção da polícia.

Essa sequência discursiva é constituída por dois enunciados. No primeiro, temos duas orações. A primeira, ‘Irmã Dorothy viajava por uma estrada de terra na companhia de dois trabalhadores rurais’; a segunda, uma subordinada adverbial, ‘quando foi atingida pelos tiros, supostamente disparados por pistoleiros’. A presença do substantivo ‘pistoleiros’, mesmo sendo esses apenas ‘supostamente’ responsáveis pela execução sumária da freira, demonstra haver profissionais do crime na região, ficando subjacente a existência daqueles que têm o poder de pagar para matar.

Novamente se retoma a formulação ‘uma estrada de terra’, reforçando o caráter de distanciamento e ruralidade da cena, do lugar em que ocorreu o crime. Percebe-se também o uso da forma verbal ‘viajava’ no imperfeito e da perífrase verbal ‘foi atingida’. Nesses usos, observa-se um efeito de estaticidade, verificando-se a descrição do evento, que surge como uma cena a ser testemunhada pelo leitor. O que é dito parece ser trazido para o momento de sua enunciação. Ao se transportar para o momento do crime, verificamos em destaque nesse quarto parágrafo o tempo do evento.

A evidência da “armadilha” expressa no primeiro parágrafo é retomada na relação de oposição observada entre a ação da freira que ‘viajava’ junto aos ‘trabalhadores’ no caso, ‘dois trabalhadores rurais’, e os ‘disparos’ evidenciados sem a certeza da atribuição de seus autores. A viagem que parece ser descrita como uma atitude tranquila se faz interrompida por ‘tiros’.

O substantivo ‘companhia’ ainda que pertença a uma formação discursiva diferenciada do substantivo “companheiro” apresenta similaridade fônica com este, podendo então remeter novamente a uma memória discursiva bem evidenciada nos movimentos sociais e políticos brasileiros mais recentes: um termo delimitador de uma identidade assimilada à esquerda, que alcançou bastante visibilidade, por ter sido de uso de uma liderança política nacional, proveniente desses movimentos, o então Presidente Lula, à época do evento. O termo remonta também a uma memória um pouco mais distante do discurso de esquerda: a época da ditadura militar, atravessada pela resistência dos guerrilheiros do Araguaia, que também teve como lugar “o distante” espaço do rio Araguaia, em parte localizado no estado do Pará.

Referindo-se às companhias trabalhadoras a quem o trabalho de ‘Dorothy’ se dirigia, o enunciado ‘As duas testemunhas não foram feridas e estariam agora sob proteção da polícia’ traduz o clima de violência agrária em que se insere a região onde ocorreu o crime. Por ele, parece se tecer o sentido de que aquele assassinato não teve motivações pessoais, pois as ‘testemunhas’ tiveram que ficar ‘sob proteção da polícia’, daí implica-se o fato de a morte de ‘irmã Dorothy’ estar diretamente relacionado a esse clima.

No quinto parágrafo:

Sequência discursiva para análise 17

“As informações que temos até agora nos levam a crer que a morte foi encomendada”, disse o comandante da Polícia Militar na região de Altamira, tenente-coronel Waldimilson Godinho.

Do tempo do evento verificado no parágrafo anterior, novamente irá se enfatizar o tempo da enunciação, o qual permanecerá evidenciado até o final do texto. Acima, vimos finalmente o discurso direto linguisticamente marcado por meio de aspas. O enunciador destaca a fala da ‘polícia’ apresentando uma posição que parece vir ao encontro da fala de outro sujeito trazido antes. Ao haver uma encomenda, alguém a fez. Nesse caso, o jogo entre o enunciado dito e o que se dirá direciona uma certa linha interpretativa, permitindo relacionar ‘esse alguém’ com os ‘fazendeiros’.

Assim como, ao se enunciar a fala do ‘governo’, demonstrava-se a gravidade e a repercussão do evento, também, ao se atribuir o discurso direto ao ‘comandante geral da polícia Militar na região de Altamira’, o jornal recorre àquele que está ritualisticamente imbuído da competência de falar acerca de um fato que, embora apresente direta ênfase política, mostra-se como um caso de ‘polícia’.

No sexto parágrafo temos dois enunciados:

Sequência discursiva para análise 18

O local do crime, informou ele, fica em um ponto isolado, em meio a propriedades rurais, a cerca de 30 km do centro de Anapu. A forte chuva que atingiu a região na tarde de ontem teria atrasado ainda mais o trabalho da polícia.

No primeiro, ‘O local do crime, informou ele, fica em um ponto isolado, em meio a propriedades rurais, a cerca de 30 km do centro de Anapu’, novamente valendo-se do recurso

de autoridade do sujeito enunciador, se enuncia claramente o que se tinha dito de modo sugerido por meio da formulação ‘uma estrada de terra’, enunciada por duas vezes. Então, localiza-se o lugar do crime como distante e num espaço tensionado por estar entre ‘propriedades rurais’, portanto afastadas da sede do município que, apesar de ser ‘centro’, já é referido como um lugar distante em relação a outros “centros”, como se viu antes.

No enunciado seguinte do mesmo parágrafo, irá se apresentar ‘A forte chuva’ como a causa física do fato de a ‘polícia’, órgão investigativo, responsável por esclarecer o crime, ter ‘poucos detalhes’, conforme já enunciado no terceiro parágrafo (p. 165). Essa posição de incertezas permeia o texto por meio das expressões ‘levam a crer’ e ‘supostamente’, presentes no sétimo parágrafo:

Sequência discursiva para análise 19

Segundo o comandante, a região há vários anos é foco de um conflito que envolve fazendeiros e grileiros, de um lado, e trabalhadores rurais, do outro. Anapu também é ponto de intensa atuação de madeireiras.

No parágrafo acima, outra vez o discurso jornalístico, valendo-se da autoridade do sujeito ‘comandante’ da ‘polícia militar’ (portanto local), a quem é possível dizer o que diz, vem contextualizar o evento, ressaltando a região como sendo caracteristicamente marcada pelo conflito agrário, revelando a existência de dois “polos” desse conflito, dois poderes em tensão que circulam naquele espaço, envolvendo ‘fazendeiros e grileiros’, de um lado, e ‘trabalhadores rurais’, de outro’. Daí, o fato de ‘Dorothy’ estar na companhia de dois ‘trabalhadores rurais’ se constituir num forte indício de que a responsabilidade atribuída aos ‘fazendeiros’ pelo crime da “irmã dos trabalhadores”, daquela que os defendem, pode ser confirmada.

O enunciado final do parágrafo, ainda trazendo diretamente o discurso do ‘policial’, diz que ‘Anapu também é ponto de intensa atuação de madeireiras’. Desse modo, demonstra haver no referido município do estado do Pará a atividade de grande extração de madeira, além da atividade pecuária, marcada anteriormente no texto pela ocorrência do substantivo ‘fazendeiros’.

Assim, nesse texto, parecem ficar visivelmente marcados, como fazendo parte da realidade do distante município de ‘Anapu’ do estado do Pará, os ‘fazendeiros’, ‘os trabalhadores rurais’ que também são identificados no texto como ‘sem-terra’ e os ‘madeireiros’ que, com os primeiros parecem constituir o mesmo grupo de poder. Desse

modo, demonstra-se a força dos proprietários da terra diante dos ‘trabalhadores’, dos que possuem perante os despossuídos. Ainda mostra-se o acirramento de uma anunciada tensão.

Desse modo, ao se mostrar a região como ‘foco de um conflito’, não se deixa de ressaltar, no poder, a resistência (FOUCAULT, 2008b). Buscando-se essas identidades discursivas, poderemos verificar adiante como circulam seus enunciados nas categorias temáticas do Desmatamento e do Trabalho Escravo e Infantil, às quais elas parecem estar implicadas.

Vejam os oitavo parágrafo:

Sequência discursiva para análise 20

“A irmã Dorothy era uma pessoa muito visada devido à ligação dela com os trabalhadores rurais. Por diversas vezes oferecemos proteção policial a ela, mas ela nunca aceitou”, afirmou Godinho. A CPT diz que a religiosa recusou a oferta porque viajava muito e porque não gostava de policiais ao redor dela.

Aquilo que ficara indicado nos parágrafos anteriores vem se fazer confirmado pela fala do ‘comandante da polícia’. Após enunciar a região como palco de conflito, a palavra da polícia localiza ‘irmã Dorothy’ como alvo de violência nesse contexto; em seguida, parecendo buscar isentar a instituição a qual representa da responsabilidade do fato noticiado, ressalta a disposição que houve para protegê-la, ‘Por diversas vezes oferecemos proteção policial a ela’, evidenciando sua recusa, ‘mas ela nunca aceitou’.

Na enunciação da locução adverbial de intensidade, referindo-se à atitude policial, ‘diversas vezes’, e do advérbio de negação ‘nunca’, relativo à atitude da ‘irmã’, ilustra-se, por um lado, na fala policial, o assumido papel da ‘polícia’ de resguardar a integridade física de ‘irmã Dorothy’; por outro, talvez, um certo radicalismo da freira, pois, se formos buscar o paradigma sinonímico do advérbio ‘nunca’ atribuído à ‘missionária’, encontraremos as seguintes formas com Bueno (2001, p. 397) “Jamais; em tempo algum, não”.

Logo em seguida ao discurso direto atribuído ao ‘comandante’, o enunciador jornalista ressalta, na expressão ‘**afirmou** Godinho’, o uso da forma verbal destacada, parece demonstrar a atitude imperativa do ‘policial’ em relação ao que disse. Há uma verdade do seu dizer, essa também parece implicar a corresponsabilidade da freira pelo que lhe aconteceu, pois se ‘Dorothy’ sabia estar numa área de conflito e ser uma pessoa visada, arriscava sua própria vida ao jamais admitir proteção policial.

O enunciado seguinte do oitavo parágrafo, ‘A CPT diz que a religiosa recusou a oferta porque viajava muito e porque não gostava de policiais ao redor dela’, demonstra que o enunciador jornalístico traz para o texto a fala de outro sujeito, já citado no segundo parágrafo. Nesse caso, se refere não mais a um sujeito particular representativo de uma instituição, mas à própria instituição. Diante da enfática recusa de proteção, porém não justificada, anunciada pelo ‘comandante’ da polícia militar daquela região do estado, a prática jornalística se fez por função trazer da parte daqueles que representavam a freira no caso, a ‘Comissão Pastoral da Terra’, a justificativa do fato de ‘Dorothy’ estar sem proteção policial ‘porque viajava muito e porque não gostava de policiais ao redor dela’.

As justificativas são dadas, mas não são explicitadas, parecendo ficar uma lacuna interpretativa dirigida ao leitor/enunciatário. Esse parece ser conduzido para um viés interpretativo apontando para um tipo de radicalismo irresponsável de ‘Dorothy’, já demonstrado. Desse modo, ainda que a primeira justificativa se mostre como aceitável pelo fato de o ‘acompanhamento policial’ não se fazer viável diante do grande deslocamento da freira no seu cotidiano, a segunda, ao ser pautada pela posição subjetiva de ‘Dorothy’ de ‘não gostar de policiais’, parece se fazer frágil, reforçando a condução interpretativa da notícia em conformidade com a fala ‘policial’ trazida anteriormente.

No nono e décimo parágrafos do texto, não somente vai se reforçando o argumento de coautoria de ‘Dorothy’ pelo seu assassinato, como também a própria imagem da ‘religiosa’:

Sequência discursiva para análise 21

O comandante disse ainda que na semana passada recebeu da Associação Rural de Anapu, que reúne fazendeiros do município, um manifesto contra a atuação da freira na região.

Novamente se traz a fala do ‘Comandante da Polícia’, dessa vez em discurso indireto no parágrafo acima (nono). Isso pode demonstrar uma assimilação do discurso jornalístico à fala do policial. Nesse caso, ressalte-se um ‘manifesto da Associação Rural de Anapu’, representativa do ‘poder’ com que a ‘freira’ estava em tensão. Nessa enunciação, registra-se outra vez o incômodo que representava a ‘atuação’ da ‘freira’ para os ‘fazendeiros’.

Interessante se notar que o termo pelo qual se designa o documento entregue à polícia pelos ‘fazendeiros’ atualiza uma memória discursiva da esquerda, referindo-se a conteúdos reivindicatórios de certos direitos usurpados. Parece ficar dito que os ‘fazendeiros’ estariam sendo usurpados em seus direitos pelas atitudes de ‘Dorothy’. Mas, quando se diz que foi a ‘polícia’ quem recebeu um ‘manifesto’, deixa-se implicar que as atitudes da ‘freira’ exigiam

uma intervenção policial. No décimo parágrafo, o viés interpretativo dado pela notícia se reforça:

Sequência discursiva para análise 22

A missionária era acusada de ter financiado a compra de armas para quatro trabalhadores rurais denunciados pelo assassinato do segurança de um fazendeiro no final de 2003. Eles estão presos desde fevereiro do ano passado. Stang respondia a processo por coautoria no crime. (Grifo nosso)

Do discurso indireto em que se enunciava a fala do ‘comandante da polícia’, passa-se ao relato de acusação da ‘freira’. Nesse caso, a “voz” do comandante ‘Godinho’ parece ficar totalmente assimilada ao discurso jornalístico, ao dizer do sujeito enunciador da notícia. Na primeira sequência discursiva (destacada), retorna-se ao termo designativo de ‘Dorothy’, ‘A missionária’, usado na segunda chamada da notícia para identificar alguém que vem de fora, uma estrangeira. Esta ‘era acusada de ter financiado a compra de armas para quatro trabalhadores rurais’.

Na locução verbal ‘ter financiado’, ressalta-se o poder econômico da ‘freira’. Mais uma vez no uso dos termos verifica-se a construção de uma troca de posição identitária. Daí, enquanto no parágrafo anterior o substantivo ‘manifesto’ é representativo dos ‘fazendeiros’; no parágrafo acima, a locução referida ‘ter financiado’, que em muito dos discursos de lideranças mais à esquerda é assimilada aos poderosos, aos latifundiários, numa inversão de sentidos, é identificada a uma provável prática da ‘freira’.

No enunciado ‘Eles estão presos desde fevereiro do ano passado’, ao ressaltar-se o fato de os ‘trabalhadores’ que ‘teriam sido financiados’ por ‘Dorothy’ estarem presos há um ano, remete-se outra vez a uma memória discursiva referente aos conflitos agrários. Nesse caso, os “executores” dos crimes no campo, por serem os “expropriados”, ficariam presos e “os mandantes” permaneceriam livres. Assim, pela ordem do discurso da notícia que focaliza o assassinato de ‘Dorothy’, esta não deixaria de ser identificada com os ‘fazendeiros’. Desse modo, tal como esses, a ‘freira’, embora respondendo a um processo, também estaria livre, ainda que na prisão de seus companheiros ‘trabalhadores’ esteja de certo modo indicada sua responsabilidade.

Portanto, na maioria do texto jornalístico, construído a partir da fala do ‘comandante da polícia’ do estado do Pará, ‘Dorothy’ passa de ‘irmã’ próxima dos ‘trabalhadores rurais’, por isso, solidária, daí, bondosa, para o “outro” distante, mas também poderosa, intrigante.

Seria uma personagem rebelde e talvez provocadora de sua própria morte. Seria a estrangeira em missão por uma terra marcada pela presença de personagens de várias ordens econômicas, em que o abuso excessivo do poder e as ações violentas para aquém da civilidade parecem ser a tônica daqueles que estão nessa terra, no estado do Pará.

Em seguida, no décimo primeiro, e último parágrafo da primeira parte do texto, o jornal, querendo demonstrar a evidência da imparcialidade do seu discurso, traz um outro personagem, que seria representativo de ‘Dorothy’ por ser ‘advogada’ do órgão ao qual a ‘freira’ se vincula:

Sequência discursiva para análise 23

Segundo a advogada da CPT, **Rosilene do Socorro Conceição da Silva**, não havia provas contra a missionária. “Era mais uma armação política. Aqui no Estado do Pará, o primeiro processo é criminalizar as lideranças, vinculá-las a um fato criminoso, para que elas perdam (sic) a credibilidade diante da comunidade”, afirma (Grifo nosso).

O jornal traz a fala da ‘advogada’ na forma de discurso direto aspeado. Então, produz-se o distanciamento do discurso jornalístico em relação ao que se diz, justamente quando aparece a defesa de ‘Dorothy’. O sujeito dessa fala aspeada, embora seja enunciado como ‘a advogada da CPT’, é nomeado sob a forma de substantivo próprio, o que parece minimizar a força do argumento trazido no texto, parecendo enfraquecê-lo.

O apontado envolvimento de ‘Dorothy’ com o crime do funcionário de uma fazenda, portanto, de um trabalhador como os demais que defendia, é classificado pela ‘advogada’ como ‘mais uma armação política’. No advérbio de intensidade ‘mais’, fica implicado que esta é uma entre outras ‘armações’ feitas pelos que detêm o poder econômico, fundiário, por isso sendo ‘política’.

Em seguida, a fala da ‘advogada’ irá explicitar o que seria ‘a armação’. Na enunciação desse sujeito parece se localizar, e de certo modo se peculiarizar, a ‘armação’ como característica do estado do Pará, ao dizer, ‘Aqui no estado do Pará’, é desse modo que seria feito. No destaque que se dá para o substantivo ‘Pará’, usando-o metonimicamente no lugar do município ou da região em que ocorreu o crime, verifica-se, na fala da ‘advogada’, a revelação de um cotidiano marcado pela violência, em que há a necessidade de se ter lideranças para defender os ‘trabalhadores’, sendo recorrente a criminalização dessas pelos poderosos.

Referindo-se agora não ao discurso identificado com os ‘fazendeiros’ e que parece mais assimilado ao latifúndio, mas sim ao da freira, vejamos outras enunciações veiculadas pelo jornal, inclusive da própria ‘CPT’, ressaltando a violência e impunidade.

Vejamos as duas chamadas de notícia abaixo. Na primeira:

Sequência discursiva para análise 24

São Paulo, segunda-feira, 12 de fevereiro de 2008

FOLHA DE S. PAULO **brasil**

Até quando a impunidade reinará no Pará?

DAVID STANG

A fala do enunciador é mostrada pelo jornal em forma de enunciação direta por meio de uma pergunta argumentativa, em que o enunciador, para além de perguntar, realça uma denúncia. Isto também pelo fato de a afetividade estar demonstrada nesta indagação/denúncia, ratificando a condição identitária do enunciador, expressa pelo nome próprio indicador da autoria. No caso, aquele que fisicamente assinou o texto ‘David Stang’, sendo identificado como “irmão” de ‘Dorothy’.

Nessa análise consideremos ainda a comparação entre o enunciado anterior, ‘Até quando a impunidade reinará no Pará?’, e o que corresponde à primeira chamada demonstrada no texto a seguir: ‘Não existe mandante preso por morte no campo no Pará’. Embora tenhamos duas materialidades linguísticas, apresentando bastante aproximação semântica, não podem ser considerados uma paráfrase, um enunciado comum.

O primeiro, por meio do verbo ‘reinará’, demonstrando uma visão negativa do futuro, estende ‘a impunidade’, aqui mais constatada do que denunciada, a todo estado do Pará e não delimitando a violência ao campo ou a cidade. O segundo, destacado abaixo, restringe a impunidade denunciada a crimes cometidos ‘no campo no Pará’. Esse enunciado vem apresentado em discurso indireto. Usa-se ainda o recurso da debreagem, ou seja, o recurso em que o dizer do “eu” é enunciado como o dizer de um “ele”. Assim, verifica-se um distanciamento do dizer, da enunciação daquilo que é dito, produzindo-se um efeito de objetividade ao texto jornalístico.

Sequência discursiva para análise 25

São Paulo, sexta-feira, 09 de maio de 2008

FOLHA DE S. PAULO **brasil**

Não existe mandante preso por morte no campo no Pará

Desde 1971, diz a CPT, houve 819 assassinatos e 6 condenados por ordenar crime. Entre eles um está foragido, um morreu, um teve perdão judicial, dois esperam novo julgamento em liberdade e um é Bida, do caso Dorothy (Grifo nosso)

THIAGO REI, DA AGÊNCIA FOLHA

Na sequência discursiva do enunciado destacado, o sujeito enunciator é identificado a uma instituição: ‘diz a CPT’ (a Comissão Pastoral da Terra). Essa por trabalhar diretamente com a questão agrária, conforme veremos adiante, apresenta dados mais precisos a respeito do conflito agrário no ‘Pará’.

Outro enunciator também vinculado à igreja católica, aparece em outra notícia, dessa vez colocando-se assimilado a uma individualidade, vem ratificar a regularidade da violência no campo no estado do Pará, trazendo dados delimitados à época do assassinato de ‘Dorothy’:

Sequência discursiva para análise 26

São Paulo, sábado, 19 de fevereiro de 2005

FOLHA DE S. PAULO **Opinião**

LUCIANO MENDES DE ALMEIDA

O martírio de irmã Dorothy Stang

Em 2003, foram assassinadas 73 pessoas, sendo 33 no Pará.

Os crimes continuam até hoje. Reina um ambiente de medo e de ameaça de morte.

O sujeito enunciator, ao fazer-se identificado pela autoria de um reconhecido bispo católico, Dom ‘Luciano Mendes de Almeida’, envolvido com as questões sociais no país, confirma a autoridade do discurso. A quantidade de quase cinquenta por cento de assassinatos rurais no ano de 2003, ocorridos somente no ‘Pará’, em relação ao Brasil, além de realçar a violência no campo nesse estado, também demonstra que, até a atualidade da morte de ‘Dorothy’, a época da enunciação desses textos analisados, os números ainda se faziam bastantes elevados.

No texto assinado por ‘Dom Luciano’, utiliza-se o substantivo ‘reina’ em relação sinonímica direta com o verbo ‘reinará’ do enunciado anterior (p. 174). Se no primeiro se referia a ‘impunidade’, neste se refere ao ‘medo’: onde há impunidade haverá ‘medo’. Mas o sentido que prevalece nos dois enunciados é aquele que estende a violência a todo o ‘Pará’. Esta permanece impune, gerando ‘medo’.

Os números anunciados pela ‘CPT’ se mostram emblemáticos, realçando com bastante ênfase a área rural paraense com a extremada violência. Também quantificam os ‘mandantes’. Além de haver uma desproporção entre ‘819 assassinatos e 6 condenados por ordenar crime’, registra-se a absoluta impunidade. A desproporção pode seguir dois vieses interpretativos, complementares ou não. Assim, ou são poucos os ‘mandantes’ dado os grandes latifúndios ou a maioria não é nem reconhecida. Nos dois casos o abuso de poder e a impunidade são evidenciados.

Então, tanto encontramos na enunciação jornalística de modo proeminente a fala de sujeitos que vêm revelar, denunciar, reivindicar, comprometendo o papel da mídia de estar a serviço da informação para a maioria; quanto é possível encontrarmos indicações de sentido bem reveladoras de uma posição discursiva, muitas vezes, circunscrita a determinados grupos, a dados interesses, em sua maioria, aproximados do grande capital. Isto nos entremeios mais ou menos sutis do discurso midiático.

O Pará aparece restritivamente delimitado ao violento conflito agrário. Assim, verifiquemos outro texto no mesmo eixo temático da violência. Também relativo ao conflito agrário, daí, aparecendo numa seção com o mesmo título da primeira notícia ‘Brasil Profundo’, o que os regulariza. Então, vejamos as chamadas de notícia abaixo:

Sequência discursiva para análise 27

<p>São Paulo, domingo, 21 de setembro de 2003 FOLHA DE S. PAULO brasil</p> <p>BRASIL PROFUNDO</p> <p>São Félix do Xingu, palco de recente chacina, é a 2ª maior cidade do país e tem 70% de suas terras griladas.</p> <p>Matadores espalham medo em terra sem lei</p>
<p>Foto 4. Título: Seis dos sete trabalhadores rurais mortos a tiros junto com um fazendeiro, durante chacina em São Félix do Xingu (PA), são enterrados.</p>



Fonte: Paulo Santos - 17.set.2003/Associated Press

MAURÍCIO SIMIONATO

FREE-LANCE PARA A AGÊNCIA FOLHA, EM SÃO FÉLIX DO XINGU

O título da seção ratifica o sentido de “lugar distante”, também onde se encontram os problemas que exigiriam soluções mais urgentes, talvez, por revelarem um histórico de reincidências, bem como por se tratar de fatos que apontam para um nível de organização social primário, sob determinados parâmetros.

Essa notícia, além da relação com a outra acerca do assassinato de ‘Dorothy’, marcada na materialidade do título da seção que as denomina, ‘Brasil profundo’, apresentará um recurso linguístico nominal, o substantivo ‘chacina’, que remeterá a memória do enunciatário, leitor, a outro acontecimento discursivo no mesmo eixo temático. Este acontecimento se fez emblemático na identificação do estado do Pará com a violência agrária: a chacina de Eldorado de Carajás. Nesse evento, ocorrido no ano de 1996, 19 trabalhadores rurais foram mortos pela Polícia Militar do Estado do Pará.

O primeiro enunciado da notícia refere-se à chamada ‘São Félix do Xingu, palco de recente chacina, é a 2ª maior cidade do país e tem 70% de suas terras griladas’. Aqui se denomina o município que nos créditos da foto será incluído no estado do Pará. Os dois

enunciados que aparecem vinculados à cidade referida apresentam uma intradiscursividade, pelo fato de que a presença do substantivo ‘a chacina’ (núcleo temático do texto) vai ser justificada no sentido expresso pelo segundo enunciado, ou seja, pelo fato de a maior parte da terra ser grilada, isto é, ocupada e vendida, isto provoca conflitos, até ‘chacina’. Esses eventos, exemplos mais radicais de violência, vêm sendo regularmente veiculados pelo jornal “Folha de S.Paulo”, neste caso, também pelos demais meios de mediação de produção discursiva. Sendo, então, muito propícios à produção do espetáculo jornalístico.

Daí, em seguida o substantivo ‘palco’ vem demonstrar a espetacularização do real por parte do discurso jornalístico. As ‘chacinas’ presentificam o distante, buscando aproximá-lo. No entanto, isto, por sua vez, produz efeitos de distanciamento. De tanto se falar de um evento, este se torna acontecimento, por isso acaba por representar-se por si, isolando-se de suas determinações históricas. Não mais é o sujeito que fala, nem o tempo, mas o acontecimento alçado ao ‘palco’, imanente às contingências de sua circunstancialidade.

Nesse efeito de espetacularização, consideremos duas posições a respeito do enunciado imagético, que aparece em complementaridade de sentido com a notícia em análise:

[...] a imagem representa a realidade, certamente; mas ela pode também conservar a força das relações sociais (e fará então impressão sobre o expectador) [...] prestar atenção como certa imagem é uma produção cultural – quer dizer, a levar em consideração sua eficácia simbólica (DAVALLON, 2007, p. 27).

Assim, percebemos na foto jornalística acima a produção de um sentido de similaridade entre o espaço do cemitério, simbolizado pela “cruz”, e o espaço da “roça”, representado pelas enxadas, como se estivessem “arando”, o que caracteriza o trabalho dos lavradores da terra.

Também essa “cruz” além de marcar o lugar onde há mortos, pode também recuperar uma memória de longo prazo, ou seja, talvez remetendo à presença jesuítica portuguesa na região, ao poder da cultura do outro (portugueses) diante dos nativos da região. Assim, tal como apontamos anteriormente, neste caso, remetendo ao presente, também ‘Dorothy’ pode ser representada pela “cruz” por ser católica. A ‘freira’, embora de um outro modo, se fazia poder entre os trabalhadores assentados.

Pelo espaço da “sobrevivência” se chega até o espaço da “morte”. O efeito de sentido produzido pela imagem do sepultamento dos ‘trabalhadores rurais mortos’, feito aparentemente por outros ‘trabalhadores’, remete a memória do leitor ao discurso produzido

não pelo meio midiático, mas ao discurso artístico do cancionista nacional:²⁶ “essa cova em que estás com palmo medida é a conta menor que tivestes em vida. Não é cova grande nem largo nem fundo, é a conta menor desse latifúndio”. Por aí fica demonstrado o atravessamento entre dois sujeitos discursivos: o sujeito da mídia jornalística e o sujeito literário, artístico.

O evento noticiado por esse texto jornalístico, embora tenha tido um número bem maior de “vítimas” efetivas, não teve a mesma repercussão principalmente do caso ‘Dorothy Stang’, que aqui se analisa como acontecimento de um eixo temático. Também não repercutiu como a chacina de Eldorado de Carajás.

No caso do ‘Assassinato de Dorothy Stang’, a repercussão e a produção do espetáculo se deram por ser a protagonista uma liderança dos ‘trabalhadores rurais’ assentados, também por ser uma figura internacional, vinda do mais poderoso país da América, senão do mundo. Além de ser freira e mulher. Esses dois últimos fatores pelo fato de o Brasil ser predominantemente católico e, ainda, ser um país onde se dá relevância para um discurso em que o sexo feminino é colocado como o mais frágil.

No caso de Eldorado, o grande número de mortos e o fato de o agente da ‘morte’ ter sido o Estado, por meio de sua instituição oficial de vigilância e repressão ‘a polícia’, ressaltam a gravidade e, talvez, a enunciada falta de competência do ‘governo’ paraense. Essa visão acerca desse estado pode ser ratificada na notícia referente às mortes dos sete trabalhadores rurais de ‘São Félix do Xingu’, por meio do enunciado ‘matadores espalham medo em terra sem lei’. Pode-se, pela ausência de lei, chegar à ausência de ‘governo’. Essa perspectiva discursiva pode ser confirmada em outras materialidades, recorrentes nesse mesmo eixo temático, referente ao estado do Pará.

A segunda parte da notícia, do primeiro texto analisado, é fundamental como ilustração desse eixo temático. Centra-se o texto no relato do crime de ‘Dorothy’. Tal parte destacada pelo título em negrito ‘**Encontro**’ recorre novamente a um tempo anterior ao do evento principal noticiado, retornando-se ao ‘governo federal’, referido na chamada inicial do texto:

Sequência discursiva para análise 28

Encontro

²⁶ Texto do poeta brasileiro João Cabral de Melo Neto intitulado ‘Morte e Vida Severina’ que serviu de trilha sonora para a peça homônima de Chico Buarque de Holanda.

Na semana passada, a missionária teve uma audiência com o ministro Nilmário Miranda, da Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Teria identificado, no encontro, o nome de pessoas que estariam recebendo ameaça de morte na região. **Segundo Nilmário disse ontem à Folha, os suspeitos pelo assassinato são conhecidos como Fogoió e Eduardo, e teriam agido a mando de um homem chamado Dinair.** (Grifo nosso)

No primeiro enunciado, ao se enunciar que ‘a missionária’ foi recebida em ‘audiência’ por um Ministro de Estado, ressalta-se a liderança e a visibilidade do evento, do assassinato da freira que, como dissemos, se constituirá num espetacular acontecimento discursivo, com direito a enredo, protagonistas e antagonistas, e também um ‘palco’, como vimos na notícia analisada acima. O ‘Ministro’ que recebeu ‘Dorothy’ é da ‘Secretaria Especial dos Direitos Humanos’. Esse enunciado deixa implicado o tema do ‘Encontro’ entre o ‘ministro’ e a ‘missionária’: algo referente à usurpação dos ‘Direitos Humanos’. Isto se ratifica logo no enunciado seguinte, quando se enuncia que ‘Dorothy’ identificou nominalmente as pessoas possivelmente ‘ameaçadas de morte’ na região.

Embora os enunciados da sequência acima apresentem o tempo da enunciação, identificado com o jornalista, ressalta-se outro tempo relativo ao momento de que se fala, pelo uso da locução verbal ‘teria identificado’. Desse modo, ao se falar de algo que não é concomitante ao tempo do sujeito da enunciação, alude-se a um momento de referência pretérito, que ocorreu na semana anterior ao crime. Assim, o enunciador do texto não deixa afirmada a identificação dos ‘ameaçados de morte’ por parte da freira, o que parece não comprometer o enunciador com o evento narrado, distanciando-o, permitindo-lhe assumir uma posição de certa neutralidade em relação ao ‘governo’.

No último enunciado (destacado) do parágrafo acima citado, o enunciador traz a palavra do ministro ‘Nilmário’, que literalmente aponta os ‘suspeitos’ criminosos e o mandante do crime. Ao enunciar-se o mandante, usa-se o substantivo comum ‘homem’, o que confere um sentido de anonimato, de distanciamento. Nesse caso, diferentemente de todas as referências que identificavam os dois lados do conflito agrário gerando a morte de ‘Dorothy’, no uso desse termo, opera-se um certo deslocamento do foco de tensão estabelecido entre proprietários rurais e lideranças e ‘trabalhadores’ do movimento pela terra.

No penúltimo parágrafo, da segunda parte do texto, vemos:

Sequência discursiva para análise 29

Em nota divulgada ontem, a CPT, por sua vez, afirma que irmã Dorothy foi assassinada por pistoleiros e acusa -baseando-se em dados de “informantes” não identificados- o fazendeiro

Dinair Freijó da Cunha, de Anapu, de ser o mandante do crime. A polícia não confirma a suspeita. O fazendeiro não foi localizado pela reportagem no dia de ontem.

Retoma-se o que foi dito pelo ‘ministro’. Diferentemente do termo ‘homem’ enunciado pelo ‘ministro’, agora ao trazer a ‘nota’ emitida pelo órgão diretamente ligado à freira, se usará o substantivo que qualifica o homem como ‘fazendeiro’. No uso dos termos atribuídos aos sujeitos, a enunciação jornalística caracteriza uma certa disposição ideológica.

Quando se diz que ‘a CPT [...] afirma que irmã Dorothy foi assassinada por pistoleiros’, verificamos, nesse parágrafo, um procedimento distinto pelo qual se efetivou a tessitura do texto jornalístico, ou ainda, se realizou intratextualmente o movimento da intradiscursividade. Enquanto nas demais partes se enunciavam o todo antes, produzindo uma expectativa no enunciatário de que em seguida iriam ser enunciadas as partes desse todo, detalhando o que foi dito, aqui veremos se enunciar o todo na sequência das partes.

Desse modo, ao trazer a fala do ‘ministro’, o jornal enunciou literalmente os suspeitos pelo assassinato da freira, assim seriam ‘conhecidos como Frogioí e Eduardo’, pontuando a visibilidade desses sujeitos. No anúncio da nota da ‘CPT’, esses mostram-se como anônimos ‘pistoleiros’. Então, pelo que vimos, no posicionamento atribuído ao ‘ministro’, que parece estar mais próximo do viés interpretativo construído pelo jornal de atenuar a responsabilidade dos ‘fazendeiros’, é dada maior visibilidade aos executores do crime. Já no anúncio referido a ‘CPT’, por escrito, realça-se o mandante, conferindo-lhe inclusive a identidade civil.

No enunciado seguinte, a ‘polícia’, enquanto “voz” presente diretamente na maior parte do texto, volta a falar indiretamente pela enunciação textual. Como autoridade demonstrada inicialmente pela notícia, a ‘polícia’ retorna, mostrando-se como ponto de confirmação ou não ao que foi dito pelo ‘ministro’(governo) e pela ‘CPT’. Apesar de a posição da ‘polícia’ aparecer brevemente, o espaço que foi atribuído ao discurso policial em grande parte do texto imprime poder a esse posicionamento. Então, pelo fato de o discurso da ‘polícia’ adquirir um “peso” na enunciação jornalística, esta utiliza como argumento de autoridade, para atenuar a responsabilidade dos ‘fazendeiros’ em relação aos conflitos agrários, o ponto de vista policial, por meio do seguinte enunciado: ‘A polícia não confirma a suspeita’.

O discurso jornalístico se constrói numa aparente neutralidade que possibilita se enunciar e cotejar a palavra de diferentes sujeitos. O jornal se mostra comprometido com a apuração e divulgação do polêmico evento. Assim, procede a uma série de práticas discursivas no sentido de demonstrar sua eficácia em relação à verdade do fato.

Desse modo, primeiro, confere o fato com a autoridade maior responsável pela segurança pública, ‘o comandante’; segundo, traz a enunciação da ‘CPT’ por meio da fala individualizada de uma ‘advogada’ do órgão e também de ‘nota oficial’ dessa entidade; terceiro, enuncia a voz do poder oficial superior, o ‘ministro’; quarto, coteja os posicionamentos e retorna para a fala daqueles que efetivamente irão investigar o ‘crime’.

O terceiro e último parágrafo da segunda parte do texto é constituído de dois enunciados:

Sequência discursiva para análise 30

Segundo a CPT, irmã Dorothy vinha sendo ameaçada desde que iniciou o trabalho na cidade, em 1997. A missionária pertencia à ordem das Irmãs de Notre Dame de Namur e estava no Brasil desde a década de 1960.

O primeiro, atribuído à ‘CPT’, revela o período de quase uma década em que ‘Dorothy vinha sendo ameaçada’, estando a ameaça diretamente relacionada ao ‘trabalho na cidade’ feito por ela. O que foi dito antes a respeito da atuação da freira é metonimicamente enunciado agora na voz atribuída à ‘CPT’, só que dessa vez produzindo-se um efeito de atenuação: antes se evidenciava a gravidade do feito de ‘Dorothy’, agora isto será neutralizado por esse enunciado.

Pelo último enunciado do texto se faz referência à ‘Dorothy’, do mesmo modo que foi realizado na segunda chamada do início. Ela será chamada de ‘missionária’, desse modo novamente será identificada como o “outro”. Isto se reforça quando se lhe aponta “um pertencimento” por meio de uma nacionalidade.

Enquanto a relação de ‘Dorothy’ com a ‘CPT’ se dava pelo caráter de sua atuação, de ação diante de uma “missão” que se coloca, ao se relacioná-la à ordem católica norte-americana, evidencia-se um pertencimento anterior a essa “missão”, portanto identificado-a em seu lugar de distanciamento do Brasil. Ainda assim, não se deixa de demonstrar o longo período em que a ‘irmã’ está no Brasil, na região em que aconteceu o evento, fortalecendo o que também se demonstrou no texto, a inserção de ‘Dorothy’ nessa “realidade”.

Ilustrando-se a repercussão política do crime de ‘Dorothy’, que em seu acontecimento discursivo já traz desde as primeiras enunciações a fala do ‘governo federal’, vejamos enunciados de outro texto:

Sequência discursiva para análise 31

São Paulo, sexta-feira, 18 de fevereiro de 2005.

FOLHA DE S. PAULO **brasil**

BRASIL PROFUNDO

Reservas ambientais e gabinete de crise são criados por Lula Pacote do governo tenta conter violência no Pará

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

No Palácio do Planalto, o presidente Lula reuniu dez ministros e o vice-presidente, José Alencar, para tratar da instalação do gabinete de crises,

ligado ao GSI (Gabinete de Segurança Institucional) da Presidência. A

reunião, que começou por volta das 10h30, durou três horas e meia. (Grifo nosso)

Ao se enunciar no jornal “Folha de S.Paulo”, na matéria circulada em 18 de fevereiro de 2005, portanto, seis dias após o crime da ‘freira’, a ‘instalação de um gabinete’ no ‘Palácio do Planalto’ com o Presidente da República e seu ‘Vice’, mais ‘dez ministros de estado’, fica patente a repercussão política e administrativa do assunto. Também sua complexidade se revela na duração da reunião ‘três horas e meia’.

Nesse texto, não há referência direta a nenhum discurso e nenhuma enunciação específica, o que se verifica é uma notícia em terceira pessoa, sem a presença de marcas indiretas de “voz”. Assim, diferente da relação de aproximação entre a enunciação do sujeito jornalístico e a do ‘policial’ e do ‘manifesto’ no primeiro texto analisado, nesse provoca-se um efeito de distanciamento do enunciador relativo ao que é enunciado.

Nesse caso, irá se explicitar o que parecia subjacente ou até mesmo subtraído do texto em que se noticia a morte da ‘freira’: o posicionamento da força ‘policial militar’ local em relação ao crime. Naquele texto, observamos a partir da análise um maior destaque dado à “voz” da Polícia Militar do Estado do Pará e, assim, um viés discursivo do jornal mais assimilado à perspectiva policial. Isto porque o enunciador não deixa delimitada linguisticamente sua fala daquela que expressa o dizer ‘policial’ ou mesmo o dizer expresso pelo ‘manifesto’. Assim, ao se enunciar o motivo pelo qual a ‘freira’ era acusada, não fica esclarecido se a informação procede do ‘policial’, do ‘manifesto’, dos ‘fazendeiros’ ou mesmo de uma informação obtida em outra fonte pelo jornalista.

No parágrafo seguinte do texto acima, enuncia-se a justificativa para a criação do ‘Gabinete de Gestão Integrado de Crise’: a desconfiança do governo ‘da capacidade e da vontade das polícias Civil e Militar do Pará’ de investigar a morte da freira:

Sequência discursiva para análise 32

A instalação do Gabinete de Gestão Integrado de Crise ocorre pelo fato de **o governo estar desconfiado da capacidade e da vontade das polícias Civil e Militar do Pará de investigar a morte da freira**. Por este motivo, Lula decidiu em reunião da cúpula do governo reforçar a presença de órgãos federais na região de Anapu, onde a religiosa foi assassinada. (Grifo nosso)

O questionamento da vontade política da polícia paraense pode ser justificado em relação às forças de poder que se tencionam no espaço em que ocorreu o crime. Isto pode ser apontado diante de outras produções discursivas em torno desse acontecimento. No entanto, quanto à “competência” da Polícia Militar do estado do Pará, esta não fica bem esclarecida, podendo, então, provocar sentidos dúbios, pois o termo “competência” tanto pode ser relacionado com a falta de infraestrutura quanto com a falta de preparo dos policiais.

Pelo viés interpretativo do discurso que circula acerca do estado do Pará, esse último sentido parece ficar mais marcado. Embora, ao se enunciar logo adiante nesse mesmo texto a ordem do Presidente Lula de ‘enviar 2.000 homens do Exército à região’, fique ressaltado o aspecto infraestrutural. Daí se enfatiza que o discurso se constrói no jogo de sentidos entre linearidades e rupturas, permitindo-se que as posições se movam, “localizando-se” em certas estabilidades.

Ao buscarmos outra notícia que localiza a ação da ‘polícia’ três meses após o crime, pode ficar demonstrado, para aqueles que assumem a posição sujeito mais próxima dos ‘fazendeiros’ e ‘grileiros’, a confirmação de atitudes criminosas por parte dos “companheiros” de ‘Dorothy’, os ‘trabalhadores rurais’ do assentamento ‘Esperança’. Para os que se posicionam noutra formação discursiva, mais próxima de uma visão positiva sobre a ‘freira’ vítima, a ação da ‘polícia’ pode revelar uma cooptação com os ‘grileiros’ e ‘fazendeiros’.

Nosso interesse, ao cotejar os enunciados produzidos e postos em circulação como “produtos vendidos” pelo jornal para uma significativa parte da população nacional, por ser o meio impresso que parece mais circular no país, é verificar certas produções de sentido que podem submergir de modo mais ou menos evidente.

Anteriormente procedemos à descrição/interpretação da notícia acerca do assassinato de ‘Dorothy’, bem como de outros textos mais eminentemente opinativos a respeito do referido assassinato e outro texto em relação tematicamente interdiscursiva. Em seguida, considerando a instalação do ‘Gabinete Integrado do Governo Federal’, analisamos a opinião veiculada pelo ‘governo’ acerca da ‘polícia’ do estado do Pará, relativa ao “Caso Dorothy” na região do crime.

Finalmente, analisaremos parte da notícia referente à ação policial do Pará concernente ao grupo que atuava mais próximo a ‘Dorothy’ na região do crime. A partir dessas análises, objetivaremos então tanto verificar a (s) identidade (s) da polícia paraense ressaltada (s) pela mídia quanto a postura da ‘polícia’, considerando-se o referido acontecimento discursivo jornalístico. Para isto, vejamos outro texto:

Sequência discursiva para análise 33

São Paulo, quinta-feira, 05 de maio de 2005	FOLHA DE S. PAULO brasil
TERRA SEM LEI	
A Justiça expediu mandados de prisão de outros 5 amigos da freira assassinada, acusados da morte de trabalhador	
Polícia prende agricultor ligado a Dorothy	
SILVIO NAVARRO DA AGÊNCIA FOLHA [...]	
Colaborou KÁTIA BRASIL, da Agência Folha, em Manaus	

Como se pode ver, o próprio título da notícia acima é ‘Terra Sem Lei’. Por esse título enfatiza-se uma total ausência do poder público em suas diversas esferas (executivo, judiciário e legislativo) no estado do Pará. Destaca-se a inoperância do executivo, incluindo-se seu braço repressivo e de segurança. Claro que o título também pode assumir uma dimensão social e cultural maior, referindo-se ao modo mesmo de o sujeito portar-se, à cidadania.

Na primeira chamada, ‘A Justiça expediu mandados de prisão de outros 5 amigos da freira assassinada, acusados da morte de trabalhador’, os indiciados, para além de trabalharem no assentamento com a ‘freira’, seriam seus ‘amigos’. Na chamada seguinte, ‘Polícia prende agricultor ligado a Dorothy’, verifica-se um afastamento maior de ‘Dorothy’ em relação ao

‘preso’, aparecendo como alguém ‘ligado’ a ela, não se esclarecendo, no entanto, a relação que havia entre os dois.

Considerando a relação de sentido entre as duas chamadas deste texto, numa primeira leitura, o enunciatório pode compreender que os ‘5 amigos’ de ‘Dorothy’ seriam ‘outros’ não em relação ao ‘agricultor’, mas sim em relação a outras pessoas vinculadas a ‘Dorothy’, não enunciadas pelo texto. Esse efeito de sentido pode ser produzido, na medida em que se verifica um distanciamento entre as duas chamadas, pelo fato de o ‘agricultor’ preso não ser enunciado como ‘amigo’ da ‘freira’.

Essa ambiguidade mostra-se como estratégia discursiva da enunciação. Assim, somente ao ler a notícia em sua totalidade, o leitor produzirá o efeito de sentido de que o ‘agricultor’ é ‘amigo’ de ‘Dorothy’, portanto, o termo ‘outros’ da primeira chamada está diretamente relacionado à segunda chamada. Tende-se a fazer o enunciatório compreender haver, além dos ‘5 amigos’ de ‘Dorothy’ e do ‘agricultor’ preso, outras pessoas ligadas a ela, de algum modo implicadas pela Justiça.

Dessa maneira, o substantivo ‘lista’ pelo qual se inicia o sexto parágrafo do texto reforça a ideia de quantidade, ou seja, de um grande número de pessoas ligadas à freira e envolvidas com o crime, com ações extremadas de violência:

Sequência discursiva para análise 34

A **lista** de agricultores cujas prisões foram decretadas inclui Geraldo Magela Filho, considerado braço direito da freira, José Rodrigues da Silva, o Zé Dentista, e outros três, citados como Felix Pereira, Cláudio e Raimundo, conhecido como “Mundão” (Grifo nosso).

Além da enunciação das chamadas apontar para um número maior de pessoas ligadas à ‘Dorothy’, envolvidas com assassinato, ao se enunciar que os ‘amigos’ da ‘freira’ seriam responsáveis pela ‘morte’ de trabalhador, também reforça-se uma linha interpretativa contrariando a causa de ‘Dorothy’ em defender os direitos dos ‘trabalhadores rurais’, conforme a sequência discursiva 35:

Sequência discursiva para análise 35

A Polícia Civil de Anapu (PA) prendeu ontem o agricultor Luiz Moraes de Brito e procura

por outros cinco trabalhadores rurais, todos ligados à missionária Dorothy Stang, assassinada em fevereiro. Eles são acusados de envolvimento na morte de Adalberto Xavier Leal, o “Cabeludo”.

Assim, o sentido realçado do discurso produzido por esse texto refere-se ao fato de que, passados três meses da morte de ‘Dorothy’, houve uma escalada de prisões de pessoas ligadas à ‘freira’. Essas ações policiais parecem reforçar o argumento indicado pela polícia, na primeira notícia analisada, em que um ‘comandante’ da Polícia Militar do Estado aponta para um radicalismo da ‘missionária’. Dessa maneira nos dois textos verifica-se um trajeto de sentido comum, apontando para uma culpabilidade de “Dorothy” pelo seu “próprio” crime.

O texto apresenta duas linhas de investigação para um outro crime ocorrido no mesmo dia do assassinato da ‘freira’. Aquele crime teria sido motivado por este. A primeira linha, assumida pela polícia civil, seria uma ‘vingança’, conforme veremos abaixo, em decorrência da morte de ‘Dorothy’:

Sequência discursiva para análise 36

Segundo a Polícia Civil, os trabalhadores rurais teriam matado Leal, algumas horas depois da morte da freira (em 12 de fevereiro), por vingança. Leal trabalhava no lote de Amair Feijoli da Cunha, o Tato, que confessou ter sido o intermediário da morte da freira.[...]

A outra linha de investigação, **aventada** em apuração paralela da Polícia Federal, é que a morte de Leal se tratava de “queima de arquivo”, pois ele poderia apontar assassinos da freira e mandantes (Grifo nosso).

A vítima do crime foi ‘Cabeludo’, trabalhador de ‘Amair Feijoli da Cunha, o Tato, que confessou ter sido o intermediário da morte da freira’. Diante da confissão de cumplicidade de ‘Amair’, patrão da vítima, reforça-se o argumento da ‘vingança’. Essa feita por parte dos ‘amigos’ da ‘freira’, não dirigida ao patrão, mas ao seu empregado.

A segunda linha de investigação apontaria para ‘queima de arquivo’, esta é a perspectiva identificada como sendo da ‘Polícia Federal’, pois a vítima ‘Cabeludo’ saberia quais seriam os mandantes do crime. Nesse caso, não seriam os trabalhadores vinculados à ‘Dorothy’ que o teriam cometido.

A possibilidade de ‘queima de arquivo’ é colocada de modo incerto, sendo apenas uma sugestão, conforme o sentido da forma verbal grifada no enunciado ‘A outra linha de

investigação **aventada** em apuração paralela da Polícia Federal’. Ainda o adjetivo ‘paralela’, em oposição à principal, que vai se assimilar à linha de ‘investigação’ da polícia civil, tem seu sentido colocado à margem.

Ao analisarmos a maior parte da notícia, verificamos o desenvolvimento de um relato percorrendo o trajeto em torno da primeira linha investigativa, ainda que a segunda seja representativa da ‘Polícia Federal’, essa tendo um nível de poder maior diante da Civil.

Dessa maneira, o discurso jornalístico, do mesmo modo que demonstrava ratificar a posição discursiva do ‘Comandante’ da polícia Militar da região na primeira notícia analisada, também irá conduzir o enunciatório para uma determinada posição interpretativa neste texto. Então, terá como “condição de verdade” a primeira linha interpretativa, viabilizando um sentido colocado ao encontro da culpabilidade dos ‘amigos’ de ‘Dorothy’.

Além das chamadas da notícia apontarem para esse viés interpretativo da enunciação jornalística, o próprio fato de o texto esclarecer o porquê da ‘vingança’, que conduz a responsabilidade do crime aos ‘trabalhadores’, e de não fazer isso em relação à ‘queima de arquivo’ deixa materializada a opção por esse percurso de sentido:

Sequência discursiva para análise 37

Leal trabalhava na gleba Bacajá, reivindicada pelo fazendeiro Vitalmiro Bastos de Moura, o Bida, acusado de ser um dos mandantes da morte de Dorothy. À época do assassinato, o delegado de Anapu, Marcelo Ferreira de Souza Luz, disse que testemunhas apontaram Magela e Zé Dentista como autores do crime. A PF, entretanto, descartava essa hipótese.

O texto ressalta a suspeita de os ‘amigos’ de ‘Dorothy’, os trabalhadores ‘Magela’ e ‘Zé Dentista’, serem os ‘autores do crime’, conforme se lê acima. Ao se ressaltar um comportamento criminoso daquele que atuava diretamente com a ‘freira’, como seu ‘braço direito’, no caso, ‘Geraldo Magela’, também a conduta pessoal e o trabalho de ‘Dorothy’ passam a ser questionados. Apesar do poder maior que se atribui à ‘Polícia Federal’, a linha investigativa dessa instituição que inviabilizaria a suspeita dos ‘companheiros’ de ‘Dorothy’ é pouco desenvolvida no texto.

Na segunda parte do texto, introduz-se um contra-argumento a respeito da acusação feita pela ‘Polícia’ e Justiça aos ‘trabalhadores’ rurais:

Sequência discursiva para análise 38

Má-fé

Para a CPT, a prisão dos agricultores caracteriza **“uma ação de má-fé”** da polícia, **“numa tentativa de criminalizar e prejudicar os trabalhadores para beneficiar os fazendeiros presos”**. A entidade se refere a Bida, Tato e Regivaldo Pereira Galvão, o Taradão. (Grifo nosso)

A opinião da ‘CPT’, representativa da ‘freira’, é trazida no discurso direto separado por aspas do discurso indireto do jornal. Nesse caso, num movimento interdiscursivo, pelo segundo enunciado em negrito, retoma-se o mesmo enunciado da primeira notícia, referido ao mesmo sujeito (a Comissão Pastoral da Terra): ‘criminalizar e prejudicar os trabalhadores (as lideranças) para beneficiar os ‘fazendeiros presos’. Enquanto naquele a referência se fazia diretamente à ‘Dorothy’, ao ser apontada pelo ‘comandante’ como corresponsável por um crime do qual estaria sendo acusada, nesse; a referência é feita aos trabalhadores ‘amigos’ de ‘Dorothy’. Nos dois casos, o argumento é usado para deslocar o foco de responsabilidade do conflito.

Pelo uso de aspas na apresentação do argumento da ‘CPT’, verifica-se um distanciamento da enunciação jornalística referida à instituição a qual ‘Dorothy’ se vinculava. Esse distanciamento não se verifica na primeira parte do texto, quando se aborda o ponto de vista da ‘polícia civil’, demonstrando também por isto maior proximidade da enunciação do jornal em relação a essa perspectiva.

Embora se cite a linha investigativa contrária, bem como se traga a fala da ‘CPT’, no sentido de se fazer o papel de imparcialidade cabido ao jornal, contemplando a palavra e os dizeres de todos, o discurso jornalístico tende a realçar a perspectiva discursiva da ‘Polícia Militar e Civil do estado do Pará’, evidenciando a responsabilidade e a violência dos ‘trabalhadores’, e por extensão de ‘Dorothy’, e atenuando a culpabilidade dos ‘fazendeiros’.

No entanto, ao dar visibilidade para o discurso e daí para um certo tipo de prática de cooptação entre a ‘Polícia Civil e Militar’, a mídia jornalística impressa não deixa de ressaltar uma identidade da ‘polícia’ dessa região do estado do Pará. Essa seria identificada com os abusos de poder do latifúndio e a série de crimes de trabalhadores e lideranças destacados nas próprias páginas dessa imprensa.

No irromper do acontecimento discursivo ‘a morte de Dorothy Stang’, construído pelo discurso jornalístico da “Folha de S.Paulo”, recorramos a outro texto desse mesmo meio. O

jornal se prevalece do procedimento de regulação do discurso, chamado de autoridade, no dizer foucaultiano. Daí se realiza uma entrevista com um ‘pesquisador’ da temática do conflito agrário. Isto para referendar a prática jornalística num saber autorizado, por isso devendo conferir ao jornal maior credibilidade:

Sequência discursiva para análise 39

São Paulo, segunda-feira, 21 de fevereiro de 2005	FOLHA DE S.PAULO brasil
<p>Folha - E quem são os que disputam as terras de posseiros em Anapu?</p> <p>Leroy - Uma parte dos grileiros tem a mesma trajetória dos posseiros, é de origem rural. Antes tomaram terras no Maranhão, no sul do Pará, em Mato Grosso e no Tocantins. Geralmente eles ocupam a terra, conseguem uma legalização no cartório, desmatam, vendem e seguem adiante. Não têm interesse em cultivar. No melhor dos casos, podemos dizer que são comerciantes de terras. Mas, como o comércio legal de terras é quase impossível na Amazônia, então é o banditismo (Grifo nosso).</p>	

O entrevistado pela “Folha de S.Paulo”, Jean-Pierre Leroy, francês naturalizado brasileiro, é ‘Relator Nacional para o Direito Humano ao Ambiente’. Sua entrevista foi feita no dia 21 de fevereiro de 2005, aparecendo no caderno ‘brasil’ nove dias após o assassinato de ‘Dorothy’. Pelos termos em destaque na entrevista, fica evidenciado o fato de que ‘grileiros e posseiros’ têm a mesma identidade social, por ‘tomarem’ terras não somente no ‘sudeste do Pará’, mas também no ‘sul do estado’, ‘no Maranhão’, ‘Mato Grosso’ e ‘Tocantins’.

Nesse caso, identificam-se esses estados quanto à aproximação com os “espaços” dos ‘grileiros’. Em seguida, temos a descrição da atuação desses: ‘desmatam’, ‘vendem’ e ‘seguem adiante’. Esses verbos, além de mostrarem uma violência à terra, demonstram também o fato de esta se tornar “um produto”. Daí os ‘grileiros’, ao seguirem ‘adiante’, serem uma espécie de comerciantes ilegais de ‘terra’, podendo reproduzir por suas atitudes a disseminação de conflitos.

A própria fala do entrevistado ressalta que são ‘os grileiros’ os preparadores da terra, do caminho para os latifúndios que, no caso, são propriedades de ‘fazendeiros’ de estados e regiões com maior renda per capita, por isso, ‘os fazendeiros’ viriam dos espaços em que se pode ter maior capitalização de recursos para a produção pecuária extensiva, ou seja, feita em grandes áreas, como as que lhes seriam atravessadas pelos ‘grileiros’.

No entanto, o fato da ação dos ‘grileiros’ ser chamada de ‘banditismo’ aponta para a produção de uma identidade também para os ‘fazendeiros’ e ainda para os ‘posseiros’. Essas tendem a ser assimiladas aos paraenses, embora apareça na “voz” do entrevistado um esclarecimento a respeito da constituição populacional da região, mais particularmente referente ao espaço do conflito que resultou na morte de ‘Dorothy’:

Sequência discursiva para análise 40

Folha - Gostaria que o senhor descrevesse o processo de ocupação de terra no Pará e a origem das pessoas que disputam a região de Anapu: grileiros, fazendeiros...

Jean-Pierre Leroy - Essa história começa no início dos anos 70, com a construção da Transamazônica. Diferentemente do que foi feito em outros municípios da região, a área de Anapu não foi loteada para o pequeno produtor porque o governo pretendia implantar grandes fazendas de 3.000 hectares. Essas glebas foram licitadas e produtores se candidataram aos chamados Contratos de Alienação de Terras Públicas. (Grifo nosso)

Tal como afirmamos anteriormente (segunda seção, p. 62), a migração no processo de ocupação de uma parte do estado do Pará é resultante da ‘construção da Transamazônica’, conforme um certo sujeito do saber geográfico. O dizer de ‘Leroy’ acaba por demonstrar o modo como foi ocupada a região específica do conflito da morte de ‘Dorothy’, “palco” do acontecimento discursivo jornalístico de então.

Quando o sujeito entrevistado diz ‘Diferentemente do que foi feito em outros municípios da região, a área de Anapu não foi loteada para o pequeno produtor’, e ao mesmo tempo relaciona o loteamento e sua ocupação com ‘a construção da Transamazônica’, também declara haver outras regiões loteadas, portanto, tal como a enfatizada, ocupada por imigrantes.

O relator deixa dito haver na região o incentivo para a instalação de grandes propriedades, portanto, destinada a ‘fazendeiros’. Pela “voz” desse sujeito fica sugerido que o Estado teria certa responsabilidade na gênese dos conflitos na ‘área de Anapu’. Isto pelo fato de que os ocupantes daquelas grandes áreas de terra não viriam a produzir nelas, fazendo posteriormente outros ‘trabalhadores’ a ocuparem. Na sequência da entrevista se ressaltará a procedência dos colonos vindos ‘de várias regiões do país’, isso após os ‘fazendeiros’ não terem produzido na terra.

Também se demonstra na “voz” do relator uma hierarquização na ocupação do espaço, feita em simetria com os diferentes níveis econômicos dos imigrantes. Primeiro, nas antigas

áreas deixadas pelos primeiros ‘fazendeiros’ se localizaram ‘os gaúchos’ que, numa inversão metonímica (na relação de inclusão parte e todo), são referidos pelo enunciador/entrevistado como sendo ‘do sul’. Em seguida, os ‘maranhenses’ ocupando ‘o fundo dos lotes’, nos locais de menor acessibilidade para escoamento dos seus produtos.

Fica bem expressa a relação de poder na ocupação, movimentação e permanência em torno desses espaços. Evidencia-se o papel da migração de outros estados na constituição populacional das áreas de conflito no estado do Pará. Isso poderia apontar para o fato de que os protagonistas dos conflitos bastante veiculados pela mídia não são em sua maioria paraenses. Mesmo que tal informação possa ter tido certa visibilidade pelo fato de estar contextualizada numa trama em torno de um grande acontecimento discursivo midiático (a morte de ‘Dorothy Stang’), não parece ser a tônica dos textos jornalísticos, ao se tratar da violência agrária no Pará.

No entanto, ainda que o jornal possa ter esclarecido a constituição ‘histórica’ do conflito, quando se refere ao estado do Pará, são os espaços circunscritos ao conflito agrário os mais regularmente trazidos pelo jornal em estudo. Desse modo, tais espaços tendem a se mostrarem mais identificados com o estado referido:

Sequência discursiva para análise 41

Folha- Quando chegou a população atual?

Leroy - Nos anos 70, nas áreas em que houve distribuição de lotes, chegaram **colonos de várias regiões do país, principalmente gaúchos, como eram chamados todos os do Sul. Depois vieram pessoas para ocupar o fundo desses lotes, 30, 40 quilômetros floresta adentro, principalmente maranhenses. Esse tipo de pequeno produtor é meio nômade, sempre vai à frente porque atrás dele vem o fazendeiro, o grileiro. (grifos nossos)**

Um outro aspecto que merece registro, por trazer à tona a questão da identidade, é o fato de o ‘Relator Nacional para o Direito Humano e ao Ambiente’ ser, tal como ‘Dorothy Stang’, de procedência estrangeira. ‘Leroy’ é ‘francês’. Esse, ao produzir um relatório sobre os conflitos relacionados ao meio ambiente, aportou primeiramente no ‘Pará’. Na introdução da entrevista, escreve-se sobre o seu trabalho nesse estado:

Sequência discursiva para análise 42

Seu “**Relatório da Missão ao Pará**”, enviado na época a autoridades federais e estaduais, advertia para o aumento da violência e para as ações de grileiros e madeireiros contra pequenos agricultores. (Grifo nosso)

Tal como ‘Dorothy’, o pesquisador estrangeiro ocupa-se na defesa daqueles que estão no estado. Também como ‘a missionária’, ele realizou, segundo referência do jornal, uma “missão” no Pará: usando seu saber sobre a questão para produzir um relatório que demonstrasse “cientificamente” os fatos.

Sendo constatados ‘o aumento de violência e ações de grileiros e madeireiros contra pequenos agricultores’, outro estrangeiro é colocado pelo jornal como enunciador e denunciador da violência no estado. Pela palavra “missão”, identificam-se os portugueses junto aos indígenas do então estado do ‘Grão-Pará’, e agora a ‘norte-americana Dorothy’ e o ‘Francês Jean-Pierre Leroy’, talvez, trazendo a “civilização” onde estaria a “barbárie”?

Relativo a esse debate, vejamos outro texto, datado do dia 20 de fevereiro, portanto delimitado temporalmente pelo evento do assassinato de ‘Dorothy’. O texto aparece no caderno ‘ciência’, o que o inscreve no discurso científico, conferindo-lhe uma dupla confiabilidade, a do discurso jornalístico e do discurso científico. Esse marcado pela autoridade.

Pelo título da seção ‘ciência em dia’, demonstra-se uma aplicabilidade do conhecimento científico às questões da atualidade. Em seguida, aparece o título da matéria ‘Dorothy e o Grão-Pará’. Nessa referência ao antigo nome do estado, fica implicado que ‘Dorothy’ estaria não na atualidade, mas diante de um ‘Pará’ antigo. Vejamos os dois primeiros parágrafos do texto:

Sequência discursiva para análise 43

<p>São Paulo, domingo, 20 de fevereiro de 2005</p> <p style="text-align: center;">Ciência em Dia Dorothy e o Grão-Pará</p>	<p>FOLHA DE S.PAULO ciência</p> <p>MARCELO LEITE COLUNISTA DA FOLHA</p>
---	---

Sequência discursiva para análise 44

O escritor Martin Walser se referiu à Alemanha como “uma pátria difícil”. Só que, mal ou bem, os alemães estão conseguindo reconstruir a própria história de maneira digna -e isso com todos os neonazistas da vida, uma minoria ridícula. Difícil, mesmo, é o Brasil.

Aqui, estamos todos muito ocupados em repetir a história de mais de 500 anos. A receita de país continua a mesma: madeira, terra arrasada, sangue e suor de pobres. **Não seria de esperar outra coisa da nação cujo nome ao mesmo tempo lembra e faz esquecer o de uma árvore dizimada em poucos séculos, o pau-brasil.** (Grifo nosso).

O colunista da folha, ‘Marcelo Leite’, inicia sua argumentação trazendo a fala do escritor ‘Martin Walser’ a respeito da ‘Alemanha’, ressaltando as dificuldades daquela pátria. Recorrendo ao recurso da analogia e da gradação, ao se referir à dificuldade quanto ao estabelecimento de determinados valores humanos por parte daquele país, ressalta a dificuldade muito maior do ‘Brasil’.

Assim, enquanto “lá” os alemães estão conseguindo ‘reconstruir a história’, no ‘Brasil’ tudo é mais ‘Difícil’. Na comparação da dificuldade matizada ao absoluto na referência ao ‘Brasil’, o colunista aponta ‘uma minoria ridícula’ que estaria dificultando a situação da ‘Alemanha’; enquanto no ‘Brasil’ estaríamos ‘todos muito ocupados em repetir a história de mais de 500 anos’.

Acaba-se, por meio do pronome inclusivo ‘todos’, estabelecendo uma analogia entre ‘todos os neonazistas’ que atrapalham a história na ‘Alemanha’ e ‘todos os brasileiros’ repetindo a história de exploração descontrolada no ‘Brasil’. Essa se materializa nos substantivos ‘madeira, terra arrasada, sangue e suor de pobres’.

Verifica-se que os substantivos referidos delimitam-se ao campo semântico agrário, relacionado ao aspecto humano. No último enunciado (em destaque), o campo semântico relativo aos recursos naturais é usado novamente para construir o argumento de que o ‘Brasil’ traz no próprio nome a destruição, o ‘pau-Brasil’, aludindo-se à exploração violenta da natureza como modo de exportar um produto cobiçado. Isto permanece em função do esquecimento inscrito na identidade nacional brasileira. Em seguida, o colunista vai abordar diretamente o crime de ‘Dorothy’, ressaltando a posição geográfica e as condições precárias do local, ‘ramal enlameado perto de Anapu, na beira da Transamazônica’.

No parágrafo seguinte, se descreverá a vítima. Vejamos o primeiro enunciado ‘A imagem de seu corpo caído de lado sobre a terra molhada, calça e blusa claras, é desesperadora e exasperante’. Nesse, temos uma oração constituída por um sujeito e predicado. O sujeito vem apresentado na forma de núcleo, o substantivo ‘a imagem’, uma

oração completiva nominal ‘de seu corpo caído de lado sobre a terra molhada, calça e blusas claras’. Para além da pessoa, ressalta-se nesse enunciado uma descrição que, ao focar a condição de abandono da vítima diante do assassinato, produz uma aproximação “fotográfica” do enunciatário diante da cena do crime.

O destaque que é dado ao ‘corpo caído [...] sobre a terra’ evidencia a coerência argumentativa do enunciador que, noutra parte do texto, qualifica ‘nossa história como devoradora de homens e de mato’. Ainda a relação entre o que se enunciou anteriormente ‘terra enlameada’, e agora, a ‘terra molhada’, imprime maior sofrimento e descaso à cena descrita. Também fazendo com que a cor ‘branca’ das vestimentas da freira apresente um simbolismo de paz, assimilando-se ao termo ‘imagem’.

Esse termo ainda pode ser compreendido no sentido religioso, de santidade referindo-se à ‘freira’. Esse mesmo jornal ratifica esse sentido, demonstrando no texto abaixo, o modo pacificador e religioso com que a freira teria morrido (conforme os enunciados em destaque). No entanto, nos enunciados abaixo, para além de uma atitude pacificadora, verificamos a promoção espetacular de um “martírio”, já anunciado por ‘Luciano Mendes’:

Sequência discursiva para análise 45

<p>São Paulo, quarta-feira, 23 de fevereiro de 2005 FOLHA DE S. PAULO brasil</p> <p>Fogoio identifica trecho da Bíblia lido</p> <p>DA AGÊNCIA FOLHA, EM ALTAMIRA</p> <p>Com a Bíblia na mão, Dorothy Stang leu a seus matadores o trecho -e mais dois outros- antes de receber seis tiros na manhã do sábado dia 12. (Grifo nosso)</p>

Retornando ao predicado, ‘é **desesperadora e exasperante**’, do enunciado que se vinha analisando, também se reforça o caráter descritivo do texto, pois temos um predicativo do sujeito materializado nos dois adjetivos ‘**desesperadora e exasperante**’. Esses qualificam a ‘imagem’, marcada não só pelo desespero, mas por uma violência exagerada, conforme se descreveu no parágrafo abaixo:

Sequência discursiva para análise 46

<p>Uma mulher, freira, com 74 anos, apontada como “terrorista” pelos senhores da terra</p>

que não lhes pertence. Estava sendo processada sob a suspeita de cumplicidade na morte de um colono de fazenda. Assim funciona a Justiça dos senhores por lá. (Grifo nosso)

Logo em seguida à indicação das identidades, encontramos o substantivo ‘terrorista’, (em destaque) que aparece aspeado pelo enunciador. O enunciador tensiona no enunciado dois campos semânticos antagônicos. O primeiro, ao qual o enunciador se mostra vinculado, é expresso pelas identidades de gênero, etária e religiosa com as quais se identificam a freira, parecendo estarem assimilada às noções de fragilidade e pacificação. O segundo é expresso pelo termo ‘terrorista’, que aparece aspeado.

Sobre esse recurso de marcar a heterogeneidade, ou seja, de demonstrar a presença de mais de uma função-sujeito no discurso, diz Discini, as aspas (2005, p. 116): “se prestam a instrumentos de marcação de heterogeneidade, pois indicam que o segmento cercado por elas não pertence ao enunciador pressuposto àquele enunciado, mas a um estranho, seja ele quem for”. Nesse sentido, o que é dito fica questionado pelo dizer. A palavra aspeada demonstra uma demarcação relativa ao sujeito enunciador do texto.

Nesse caso, contrariamente à pacificação, o referido substantivo estaria assimilado ao medo, ao pavor. Assim fica subjacente ao texto, que traz um viés de denúncia e agravo a uma “realidade questionável”: Como pode uma mulher, portanto delicada, talvez frágil, religiosa, a serviço da paz e ainda idosa, sem forças físicas, ser apontada como terrorista? E pior estar sendo ‘processada [...] suspeita de cumplicidade acerca da morte de um colono’. Diante do efeito argumentativo de absurdo, o enunciador aponta ‘a justiça do estado do Pará’ como identificada a esse absurdo.

Finaliza-se o parágrafo discutido com a locução adverbial de lugar ‘por lá’ produzindo um sentido de afastamento do enunciador em relação ao lugar marcado pelo absurdo. Pelo título do texto aproximando ‘Dorothy’ do ‘Grão-Pará’, localiza-se a referência do termo, no caso, o estado do ‘Pará’. Apesar de inicialmente o enunciador referir-se ao ‘Brasil’, como lugar de violência e devastação, indicando estar falando das partes, ao realçar o todo, essa indicação não se confirma no uso do termo ‘lá’, referindo-se ao ‘Pará’, operando-se um distanciamento do ‘Brasil’ indicado pelo advérbio ‘aqui’.

Há um parágrafo em destaque no texto:

Sequência discursiva para análise 47

Talvez fosse melhor, mesmo, ter a Amazônia invadida pelos americanos. Até eles poderiam nos dar lições de civilização

O enunciado funciona como uma parte do texto que apresenta uma força semântica maior diante das demais, pois, tal como uma manchete, vem destacado, embora, nesse caso, seja literalmente também a antecipação da conclusão do texto, apontando para um recurso editorial, a posição do editor.

O enunciador realça duas vezes a nacionalidade norte-americana, tanto por meio da figura de ‘Dorothy’ quanto de ‘Warren Dean’. Esse é citado como escritor do mesmo país da ‘freira’, apontado por sua lucidez acerca da história de ‘destruição’ que caracterizaria o ‘Brasil’. Nesse realce à nacionalidade norte-americana parece também dicotomizar a “civilidade” da “barbárie”, colocando a primeira do lado do “outro”, do estrangeiro.

Ao se usar para efeito comparativo duas nações que teriam problemas quanto ao histórico em relação aos direitos humanos, aponta-se para uma linha interpretativa no seguinte sentido: diante da ‘Alemanha’, atravessada pelo nazismo, e dos ‘EUA’, marcado pelo imperialismo, o ‘Brasil’, particularmente o estado do ‘Grão-Pará’, substantivamente caracterizado como arcaico pelo enunciador, ainda está muito aquém da civilidade desses países. Mesmo não se fazendo referência ao imperialismo americano, a problemática norte-americana relativa à civilidade é indicada pela preposição ‘até’. Então, ainda que a nação norte-americana possa ser considerada no limite da civilidade, devido a certas práticas comprometedoras, mostra-se como superior à brasileira, a ponto de lhe dar ‘lições’.

Na próxima sequência do texto, o autor irá deter-se numa referência ao estado do ‘Pará’, embora essa memória seja acionada e demonstrada no discurso, ao comparar o caso ‘Dorothy’ com o caso ‘Chico Mendes’. Este se constitui em outro acontecimento discursivo de proporções internacionais, ocorrido noutro estado amazônico, o Acre, nesse caso, mais próximo de uma tradição extrativista do que da devastação, pois era caracterizado pela presença de ‘seringueiros’.

Ainda que estabelecendo analogias entre o contexto de conflito dos dois crimes, o enunciador, pela retomada do fato em regularidade no estado do ‘Pará’, o fortalece como ilustração principal da argumentação desenvolvida: o distanciamento de práticas de civilidade. Assim, após descrever com ênfase aproximativa a cena do ‘corpo’ morto de ‘Dorothy’, o enunciador vem rememorar outro assassinato rural no estado:

Sequência discursiva para análise 48

Não era preciso recuar tanto no tempo nem ir até o Acre para encontrar um precedente. **Ali** mesmo, no Pará, morre a maioria dos líderes rurais assassinados. Em Castelo dos Sonhos, outra localidade conflagrada à beira de outra rodovia indutora de desmatamento (a BR-163), **foi morto** em julho de 2002 **Bartolomeu Moraes da Silva, o “Brasília”, delegado do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Altamira**. Na época, decerto, os governos prometeram punição exemplar etc. (Grifo nosso)

O enunciador mesmo tendo se referido ao assassinato de ‘Chico Mendes’ no Acre, afirma que, para se tratar de ‘imagens’ de violência, tal como a ilustrada pela cena do corpo de ‘Dorothy’, vítima dessa violência, não é preciso recorrer a exemplos de outros estados, pois ‘ali mesmo, no Pará, morre a maioria dos líderes rurais assassinados’.

O enunciador, saindo do uso verbal no presente ‘morre’, recorre a uma narração de um fato de violência ocorrido no passado, referindo-se a uma outra cronologia, temporalmente próxima, e a outro local, no mesmo estado, ‘à beira de outra rodovia indutora de desmatamento’ situada na localidade de ‘Castelo dos Sonhos’, para situar mais um exemplo ratificando o estado do ‘Pará’ como tendo o maior índice de violência. Para além de uma temporalidade mais circunscrita, o crime no meio rural associado ao ‘Pará’ aparece numa linha temporal mais prolongada, conforme acima apontou a ‘Comissão Pastoral da Terra’.

O personagem central que sofre o crime é o sindicalista rural. Esse tem, além do seu nome próprio expresso no texto, a indicação de seu apelido, estando colocado entre aspas: O substantivo ‘Brasília’, em letras maiúsculas, conduz a um outro sentido, mostrando uma relação metafórica. Por esta, verifica-se uma interseção de sentido (FIORIN, 2005, p. 119) entre o sindicalista rural e a capital federal brasileira, o espaço urbano e o homem rural vítimas da violência.

Logo no início do texto o colunista refere-se mais diretamente à devastação e morte no campo como expressão maior da ‘vergonha nacional’. Nesse sentido, o ‘Pará’, ao ser colocado por ele como a concretização maior dessa violência, se faria exemplo maior dessa ‘vergonha’. Por esse estado, principalmente, o Brasil se distanciaria de outras nações que, mesmo problemáticas, ainda seriam exemplo maior de civilidade.

Rompendo, de certo modo, com o eixo ilustrativo da identificação do ‘Pará’ como liderança da violência no campo e também com a linha temática desenvolvida em todo o texto, o enunciador vai apresentar outro espaço e outros sujeitos do estado do ‘Pará’:

Sequência discursiva para análise 49

Na capital paraense, há poucas semanas, outro ato de violência ganhou repercussão, embora de consequências menores. O jornalista Lúcio Flávio Pinto, autor de reportagens contra os poderosos do Pará em seu “Jornal Pessoal”, foi agredido em local público por um empresário de comunicação. Era Ronaldo Maiorana, das Organizações Rômulo Maiorana, empresa proprietária do jornal “O Liberal” e da TV Liberal, veja só.

O espaço: ‘Na capital paraense’ não poderia ser mais emblemático no sentido de caracterizar uma identidade a respeito do estado do Pará, numa cronologia concomitante ao acontecimento discursivo em torno da morte de ‘Dorothy’, referindo-se ao mesmo tema, ‘ato de violência’. A expressão metonímica inclusiva ‘ato de violência’, que se referia no início do texto à histórica destruição da floresta e do homem, após de modo enfático referir-se à morte de ‘Dorothy’, bem como ao assassinato de ‘Bartolomeu Moraes da Silva, ‘o Brasília’, terá agora um outro fato nela implicado: a agressão urbana de um jornalista por um grande empresário paraense das comunicações.

Segundo Fiorin (2005), a coerência semântica textual é garantida pela reiteração, redundância, repetição, ou seja, pela recorrência de traços semânticos ao longo do texto, fenômeno denominado de isotopia. A metonímia seria constatada, para além das relações retóricas de simples substituição, quando houvesse “uma inclusão no mesmo conjunto de traços sêmicos ou numa mesma totalidade” (FIORIN, 2005, p. 119). Desse modo, o processo metonímico mostra-se como uma teia constituindo intradiscursivamente o sentido do texto.

No parágrafo acima, na mesma linha de apresentação dos outros dois exemplos ilustrativos do texto, o enunciador aproxima o enunciatário da cena narrada. Embora nos dois últimos casos, talvez por não se constituírem no evento central do texto, os elementos textuais descritivos produzam um efeito menor do real. O movimento intradiscursivo do texto pode ser mais bem verificado no uso de três locuções verbais marcadoras de violência. Serão verificadas na cena referente à ‘Dorothy’, ‘corpo caído’, na do sindicalista, ‘foi morto’, e nessa última; agora referida a um sujeito situado em outro campo social, ‘foi agredido’.

Nos três casos acima, o sujeito passivo sofre a ação do verbo, havendo uma regularidade verbal, o uso do particípio, no qual o verbo se mostra bem assimilado ao nome, aos substantivos que lhes antecipam. No entanto, ao se selecionar um elemento figurativo voltado para o mundo físico ‘corpo’ no lugar de outro circunscrito ao campo linguístico, no caso, uma forma verbal mais abstrata ‘foi’, produz-se um efeito mais descritivo, mais plástico e, como dissemos, real do que se diz.

Reconheçamos então, as posições identitárias definidas pelo enunciador. Diante de um espaço socialmente distinto ao apresentado, não mais delimitado ao campo, à terra, mas à urbanidade da ‘capital paraense’, outros sujeitos aparecem para protagonizarem a cena de agressão. Essa se faz enunciada pelo ‘colunista’ no sentido de demonstrar a existência de cenas descabidas, inaceitáveis para uma condição de “civilidade”. Também poderiam ser publicamente protagonizadas por aqueles que podem simbolizar a elite urbana, econômica do estado do Pará, no caso, o empresário ‘Ronaldo Maiorana’, das ‘Organizações Rômulo Maiorana’, proprietária da empresa de jornal e TV Liberal, afiliada da rede Globo no estado do Pará.

O fato de a agressão ter se dado em local público reforça o sentido de abuso que caracterizaria, para além de qualquer controle, ‘os poderosos do Pará’. O enunciador identifica o ‘jornalista Lúcio Flávio Pinto’, principalmente com ‘Dorothy’ e ‘Bartolomeu, o Brasília’, por estarem submetidos a uma expressão de poder caracterizada pelo “incivilizado” abuso, identificando um personalismo de certa maneira provinciano na ‘capital paraense’ e cristalizado no tempo arcaico do campo, ou seja, “dos senhores da terra que não lhes pertence”. Por isto, aquilo que foi antecipado na manchete da coluna ‘Dorothy e o Grão-Pará’ constitui-se no domínio do sentido do presente, do que está sendo enunciado. Então, o estado do ‘Pará’ continua sendo um ‘Grão-Pará’.

Desse modo, o enunciador ao tomar o estado do ‘Pará’ como ponto de comparação negativa para ressaltar a falta de civilidade brasileira, indica a finalização do texto com o seguinte enunciado: ‘O Brasil, no fundo, não passa de um Grão-Pará’. Dessa maneira, diferentemente de como iniciou o texto enfatizando o todo ‘Brasil’, como símbolo de violência e desrespeito ao meio ambiente e ao homem, o ‘Pará’ se constituiria na “matriz” emblemática, foco irradiador da falta de civilidade. Assim, pautado nos pequenos e ausentes valores desse estado, o ‘Brasil’ se tornaria menor, como um ‘grão’.

Portanto, a designação de ‘Grão-Pará’, diferentemente daquela que foi expressa no título do texto, referindo-se a uma reminiscência temporal, estaria determinada na condição de ser menor, como um ‘grão’. Ressalte-se, nesse discurso, o fato de ser de um texto que faz parte de uma coluna, apresentando uma maior proximidade com a linha editorial do jornal. Então, o próprio fato de o texto estar incluso numa coluna já posiciona uma certa estabilidade para o enunciador que ali se coloca.

6.1.2 Crianças brincando com carvão e trabalhadores animais?

Conforme demonstramos em nossa análise dos discursos historiográficos sobre a colonização no estado do Pará (na seção 3, p. 94), embora o regime escravista tenha se constituído nesse estado, apresentou uma problemática de efetivação diferente dos estados localizados mais próximos à costa brasileira. Isto porque, além da elevação de custos no transporte de mão de obra escrava, constituída pelos africanos, para a mais distante região amazônica, iniciada pelo então ‘Grão-Pará’, a própria paisagem se fazia difícil para aproveitamento daquela mão de obra.

Dessa maneira, diante dos nativos indígenas que se podiam fazer escravos, os colonizadores encontraram grande resistência. Primeiro, pelo nomadismo característico desses povos, segundo, pelo próprio paradigma cultural encontrado que se confrontava com o trabalho e com a atividade produtiva dos portugueses.

Conforme já dissemos, a migração colocou no mesmo palco uma intensa diversidade e diferenças regionais na Amazônia paraense, trazendo principalmente migrantes provenientes do Sul, Centro-Oeste, Sudeste do país, ocupando grandes territórios no Pará. Também trouxe populações do Nordeste que ocuparam as pequenas propriedades. Dessa maneira, enquanto os grandes ‘fazendeiros’, ‘grileiros’ e ‘madeireiros’, em sua maioria, eram os migrantes provenientes das três primeiras regiões citadas; os ‘trabalhadores rurais’, os ‘sem-terra’ e os ‘assentados’ eram migrantes da última região citada.

Então, se densa era a floresta amazônica, colonial e de dificultosa penetração, a partir do intenso movimento migratório interno passou a ser ocupada com grandes diferenças socioculturais, provocando focos de tensão, de conflitos sociais e exploração humana, como veremos agora, e ainda causando exploração ambiental, como se verá em seguida.

Analisemos o texto abaixo e algumas manchetes e chamadas de notícias a respeito do Trabalho Escravo no estado do Pará. Nossa busca se fará principalmente em torno da produção da identidade construída pelo jornal, tanto dos sujeitos que são escravizados quanto daqueles que os escravizam. Também se fará pertinente a indagação em torno de como se constrói a identificação do estado do Pará com essa temática.

No dia 28 de agosto de 2002, temos uma notícia apresentando como título em destaque pela cor ‘azul’ o nome do estado, escrito em caixa alta: ‘PARÁ’. Em seguida, temos duas chamadas, a primeira constituída de dois enunciados; a segunda somente de um:

Sequência discursiva para análise 50

São Paulo, quarta-feira, 28 de agosto de 2002

FOLHA DE S. PAULO **brasil**

PARÁ

Grupo era mantido em regime semelhante à escravidão; Estado teve 650 casos neste ano

Fiscais libertam 136 trabalhadores

MAURÍCIO SIMIONATO
DA AGÊNCIA FOLHA, EM BELÉM

No sujeito que constitui a formulação do primeiro enunciado aparece o substantivo ‘grupo’, ou seja, mais de um ser humano ‘era mantido em regime semelhante à escravidão’. A locução verbal no passado indica que o ‘grupo’ não se encontra mais nessa situação. Isso se confirmará na próxima chamada: ‘Fiscais libertam 136 trabalhadores’. Numa relação metonímica, constrói-se a relação semântico-discursiva entre as duas chamadas: ‘o grupo era constituído por 136 trabalhadores’. O adjetivo ‘semelhante’ da primeira chamada aponta uma proximidade entre a forma de trabalho a que os trabalhadores estavam submetidos e o trabalho escravo. O sujeito ‘fiscais’ da segunda chamada indica que há um trabalho de fiscalização trabalhista na região. O segundo enunciado da primeira chamada inicia com o sujeito ‘Estado’, indicando uma relação metonímica com o substantivo título da manchete ‘Pará’.

Vejamos o primeiro parágrafo do texto:

Sequência discursiva para análise 51

Um grupo de 136 trabalhadores rurais mantidos em regime análogo ao da escravidão no sul do Pará²⁷ foi libertado ontem. O Estado é recordista em casos desse gênero, com pelo menos 650 registros neste ano -62,5% a mais do que no mesmo período de 2001, até agosto, quando havia 400.

No primeiro enunciado do texto, a informação nova é dada por meio do substantivo ‘sul’. O restante do enunciado repete o que se disse no primeiro, expresso na primeira e na segunda chamada. No enunciado seguinte, além de se repetir a informação quanto ao número de ‘trabalhadores em regime análogo ao da escravidão’, acrescenta-se o substantivo ‘recordista’. Retoma-se o que foi dito antes por meio da expressão que constrói a coesão entre os dois enunciados. A sequência ‘casos desse gênero’ se refere ao ‘regime análogo ao da escravidão’. Ressaltando-se o recorde de ocorrência/registro de trabalho escravo, anuncia-se a

²⁷ Toda vez que houver referência à mesorregião Sul no *corpus*, consideraremos a mesorregião Sudeste do estado. O discurso comum tende a denominar esta mesorregião como Sul. Muitas vezes também a mesorregião Sudoeste, é também denominada dessa maneira.

progressão dos índices do regime semiescravo, um aumento de mais de sessenta por cento em um ano.

Um outro sujeito aparece no segundo parágrafo do texto: a ‘Comissão Pastoral da Terra’:

Sequência discursiva para análise 52

O recorde de trabalho escravo no Pará é uma das maiores preocupações da CPT (Comissão Pastoral da Terra). Das 44 áreas onde foram encontrados trabalhadores em regime análogo ao da escravidão, identificados até julho deste ano em todo o país, 24 (53,33%) estão concentrados no Estado.

Essa, identificada com os direitos humanos e a causa popular na região, conforme vimos na análise que fizemos acerca do caso ‘Dorothy Stang’, enuncia, por meio de uma enunciação que se confunde à voz da imprensa, os dados confirmando o recorde indicado anteriormente pelo enunciador do jornal, sem atribuição a outro sujeito.

O Pará é recorde no trabalho escravo pelo alto crescimento anual no índice desse tipo de trabalho; é também recordista pelo fato de nele estarem concentrados mais de cinquenta por cento dos espaços em que se pratica tal atividade. Essa informação aponta para uma distribuição espacial desse tipo de exploração e violência aos direitos humanos no estado.

No parágrafo seguinte, pela reiteração do que se disse, procede-se a progressão textual. Num jogo entre o que foi trazido pelo texto e aquilo já enunciado, adentra-se em detalhamento ao que foi dito:

Sequência discursiva para análise 53

Os 136 trabalhadores foram identificados pelos Fiscais do Grupo Móvel do Ministério do Trabalho na fazenda Rio Dourado, município de Cumarú do Norte, no sul do Pará.

Assim, esclarece-se o fato de que os ‘fiscais’ do ‘Ministério do Trabalho’ identificaram os ‘136 trabalhadores’ semiescravizados. O adjetivo ‘identificados’, embora possa ser compreendido como “encontrados”, pela especialidade de quem os “encontrou”, poderá ter o seguinte sentido: a identidade de trabalhadores explorados, sem o mínimo dos direitos constitucionais, pela qualidade e condições de seu trabalho, só poderá ser delimitada pelo ‘fiscais’ que se fazem preparados para realizarem essa constatação.

Enquanto na chamada do texto a identificação com a escravidão se fazia com o estado em sua totalidade, no primeiro parágrafo, será feita com o Sul (Sudeste) do estado. Agora se delimitará ao município de ‘Cumarú do Norte’, relatando-se inclusive o nome da fazenda ‘Rio Dourado’, onde se encontrou o regime de semiescavidão.

Em seguida, a enunciação jornalística chegará até o nome próprio do ‘proprietário da fazenda’:

Sequência discursiva para análise 54

Os fiscais estão **isolados** na fazenda há nove dias à espera do proprietário da área, Romero Albuquerque Maranhense. Segundo o Grupo Móvel, o proprietário estaria em Recife (PE) e teria mandado um gerente até o município de Redenção (PA) buscar dinheiro para pagar aos trabalhadores dois meses de salários atrasados, **mas até ontem ninguém havia retornado. (Grifo nosso)**

Isto se faz a partir de uma enunciação indireta atribuída aos ‘fiscais’, sem apresentar menção, no entanto, a um verbo “dicendi” (referentes à enunciação). Assim se diz: o proprietário estaria em Recife (PE). Pelo enunciado verifica-se sua procedência, ficando fora do estado do Pará.

A atitude seguinte referida pelo próximo enunciado pode reforçar a ideia de distanciamento que o proprietário teria em relação à propriedade: ‘teria mandado um gerente até o município de Redenção (PA) buscar dinheiro para pagar aos trabalhadores dois meses de salários atrasados’. Daí a presença de um ‘gerente’ a quem se atribuía a incumbência de resolver as questões administrativas da ‘fazenda’, inclusive o ‘pagamento dos salários’ dos ‘trabalhadores’.

No último enunciado dessa sequência discursiva (em destaque), a informação veiculada pelo jornal, referida como de responsabilidade do dizer dos ‘fiscais’, portanto, estes sendo autoridades no assunto, vem evidenciar a caracterização da violência humana pela exploração do trabalho: ‘mas até ontem ninguém havia retornado’.

Desse modo, fica dito que, embora o ‘gerente’ tenha saído em busca de ‘dinheiro para pagar os trabalhadores’, já estando os ‘fiscais [...] isolados na fazenda há nove dias à espera do proprietário’, o pagamento não tinha sido efetivado. O adjetivo ‘isolado’ (em destaque) vem demonstrar que fisicamente a área onde se encontra a propriedade é de difícil acesso, por isso propícia a esse tipo de irregularidade trabalhista; também demonstra a necessidade de os

‘fiscais’ permanecerem no lugar para verificar se a situação dos ‘trabalhadores’ se regulariza, sendo seus direitos de ‘trabalhadores’ atendidos.

Além de posicionados a ‘CPT’ e o ‘Ministério do Trabalho’ na fala dos ‘policiais’, ainda se colocaram em cena enunciativa a ‘Procuradoria’ e a ‘Secretaria de Segurança Pública do Pará’, vejamos:

Sequência discursiva para análise 55

A Procuradoria do Trabalho verificou que as carteiras de trabalho estavam assinadas, mas que os trabalhadores não eram pagos e viviam em condições insalubres.

O dono da fazenda não foi localizado ontem. **A Secretaria de Segurança Pública Pará** informou que a questão não é de responsabilidade do órgão. (Grifo nosso)

Aquilo que foi enunciado no início do texto respalda-se na fala autorizada da ‘Procuradoria do Trabalho’, ou seja, os ‘trabalhadores’ não podem ser considerados escravos por terem ‘carteira assinada’. Apesar disto, ‘não eram pagos’ e ainda ‘viviam em condições insalubres’. Por isso, presume-se a tolerância dos ‘fiscais’ e a espera ‘pelo proprietário da terra’.

Os proprietários, escondendo-se na legalidade, tendo assinado ‘a carteira’ de trabalho, parecem usar dessa estratégia para mostrarem-se ‘comprometidos’ com os direitos dos ‘trabalhadores’, para “angariar” sua confiança e efetivar a usurpação dos direitos trabalhistas e mesmo humanitários, dadas as condições a que os ‘trabalhadores’ estavam expostos. Assinar ou não a carteira diante da condição de ‘isolamento’ da propriedade poderia fazer-se somente de um meio para garantir a mão de obra, considerando-se a dificuldade de a propriedade ser investigada.

O posicionamento de um órgão executivo estadual, em destaque, no enunciado acima parece exaltar o descaso da administração estadual, opondo-se ao esforço e compromisso dos ‘fiscais’ federais ‘há nove dias à espera do proprietário’. Essa sugerida irresponsabilidade do Governo Estadual vai ao encontro de outros textos que apontam o estado como ‘terra sem lei’, conforme se viu na temática anterior, ou mesmo diz respeito a um estado gerido por um governo incapacitado, assimilando muitas vezes uma identidade convergente com os conflitos agrários ou a exploração.

A enunciação jornalística, por não trazer intradiscursivamente nenhum argumento justificando o posicionamento da Secretaria de Segurança Pública, acaba por reforçar a produção de sentido de descaso do poder público em relação ao trabalho escravo. Assim, além

de o órgão não se responsabilizar pela coibição da prática ilícita, ainda não justifica o porquê de sua não responsabilização. Essa estratégia enunciativa parece demonstrar um descrédito da mídia em relação à competência do poder estadual, até mesmo por não recorrer a outros órgãos estatais, tais como, a Secretaria do Trabalho ou mesmo dos Direitos Humanos, que pudessem trazer uma resposta para a população.

Na primeira vez em que a ‘CPT’ apareceu citada nesse texto, seu discurso se mostrou implicado na materialidade enunciativa do dizer do jornalista. A seguir a enunciação da ‘CPT’ não foi mais referida somente institucionalmente, mas também na fala direta de dois de seus representantes. Primeiramente, o coordenador da ‘Comissão de Justiça e Paz’ da entidade refere-se ao modo como chegam e permanecem ‘os trabalhadores’ nas propriedades que praticam o trabalho escravo:

Sequência discursiva para análise 56

“Os trabalhadores são iludidos e chegam em caminhões de gado. São vigiados por pistoleiros e trabalham para pagar suas dívidas contraídas na própria fazenda”, disse o coordenador da Comissão de Justiça e Paz da CPT no Pará, padre Adriano Sella.

O adjetivo ‘iludidos’ refere-se ao modo como os ‘trabalhadores’ são cooptados. Essa ilusão pode ser ilustrada, por exemplo, pelo ato de se ‘assinar a carteira’ ou de outras estratégias persuasivas. O tipo de transporte em que são trazidos também remete a uma outra situação já referida no início da notícia, em relação aos trabalhadores da ‘fazenda Rio Dourado em Cumarú do Norte’ no Pará, ou seja, ‘as condições insalubres’ a que são submetidos, sendo então, ‘carregados como animais’.

A permanência dos ‘trabalhadores’ nas propriedades é feita de modo repressivo, ‘vigiados por pistoleiros’. Os ‘trabalhadores’ explorados do Pará são apontados como uma espécie de reféns de si mesmo, em que o preço do resgate nunca é garantido pelo seu trabalho. Aprisionados por sua subsistência, precisam se alimentar para trabalhar para o patrão, embora fique dito que trabalham para garantir o custo de sua alimentação, já que seu trabalho fica sempre aquém diante do poder repressivo da propriedade distante.

O termo ‘pistoleiros’ faz transitar um sentido entre os textos do primeiro tema e esse, isto porque, ao se falar em morte de ‘trabalhadores’ e lideranças ou missionários como ‘Dorothy Stang’, por exemplo, tal tipo de “personagem” dos conflitos agrários se mostra repetidamente. Nesse caso, a rede de violência se articula em torno da terra: os ‘grileiros’ e, principalmente, os ‘fazendeiros’ que se apossam das terras, não abrindo mão do ‘latifúndio’,

agem no limite maior da violência na defesa da posse. Daí se conflituam com os ‘trabalhadores’ que anseiam pelo cultivo.

Tanto na posse quanto na produção agropecuária da terra se precisa de trabalhador. Seguindo o trajeto do usufruto da terra com o máximo de lucro e o mínimo de investimento, para garantir o aumento do latifúndio, os ‘grileiros’ e ‘fazendeiros’ buscam mão de obra sem custo, assim como a terra nada lhes custou. É desse sujeito que muito se faz referência na enunciação jornalística, quando se fala do Pará:

Sequência discursiva para análise 57

Segundo o frade Henri des Roziers, da Comissão Pastoral da Terra no sul do Pará, “só nos oito primeiros meses deste ano, foram denunciadas à CPT 35 fazendas que estariam escravizando 1.325 trabalhadores rurais”.

Como dissemos, o texto novamente enuncia em discurso direto a “voz” direta de outro representante da ‘CPT’, que se assimila à mesma formação discursiva do primeiro. Nessa fala, as referências se fazem mais genéricas do que na primeira. Embora o enunciado aludido ao ‘frade’ não explicita a referência espacial ao qual seu enunciado contempla, pelo fato de o religioso fazer parte da entidade no ‘sudeste’ do Pará, evidencia-se uma relação direta entre os dados e essa região do estado.

Esse enunciado converge para o sentido do primeiro, também referido à ‘CPT’ no início do texto, ou seja, expõe índices para enfatizar a recorrência da exploração do trabalho no estado do Pará. Além de destacar o número de ‘trabalhadores’, também se evidencia, com um número maior do que foi dito no início da notícia, a quantidade de ‘fazendas’ em que se realiza a exploração. O aumento do número de locais de exploração e escravização parece se fazer proporcional ao período, isto é, “somente” em ‘oito’ meses já se tinha alcançado índices preocupantes. No mesmo texto fica então constatado o crescimento acelerado desse crime trabalhista no estado.

A notícia se deteve num caso de ‘libertação de 136 trabalhadores em regime de semi-escavidão no sudeste do Pará’. Após relatar o caso, tal como se caracteriza preferencialmente, mas não unicamente, esse tipo de texto, toda uma série de argumentos vai ser buscada em pessoas instituídas do poder de falar sobre o assunto. Assim, verificam-se desde falas mais localizadas até outras mais genéricas (índices e dados). No entanto, as falas aparecem ratificando o ponto de vista destacado, nesse caso, realçando a grande proporção do trabalho escravo no estado do Pará.

Ainda que se dê destaque para o ‘Pará’, numa parte quantitativamente menor da notícia, irá se falar do trabalho escravo no Brasil.

Sequência discursiva para análise 58

Nacional

Somente nos primeiros seis meses de 2002 foram identificadas 1.800 pessoas trabalhando em regime de semi-escravidão em fazendas no país, segundo a Comissão Pastoral da Terra.

No entanto, os dados referentes ao Brasil só vêm ratificar a posição primeira do ‘Pará’ em relação a esse tipo de exploração humana. Isto porque, se em oito meses nesse estado, segundo a mesma entidade não governamental agrária (religiosa - ‘CPT’), houve escravização de ‘1.325 trabalhadores rurais’, no país inteiro, em seis meses, ou seja, somente em dois meses a menos, ‘foram identificadas 1.800 pessoas’. Essa matemática reforça o índice elevado e desproporcional do trabalho escravo no ‘Pará’, em relação à totalidade brasileira que já é ressaltada como preocupante.

Falando em seguida de modo percentual, ainda a ‘CPT’ ressalta o aumento de ‘519% no número de trabalhadores’ escravos, em um ano. Essa fala enunciada pelo jornal vem indicar um exagerado aumento no trabalho escravo no Brasil:

Sequência discursiva para análise 59

Em apenas um ano, o número de trabalhadores submetidos à condição de escravos aumentou 519%, segundo dados da CPT.

Enquanto em 2000 foram registrados 465 casos, no ano passado o número subiu para 2.416.

Diante desse argumento produzido a partir dos índices expostos, apresenta-se um ponto de vista no sentido contrário, a partir dos mesmos índices. Tal argumento é atribuído ao sujeito institucional oficial diretamente envolvido com o combate ao trabalho escravo, no caso, o ‘Ministério do Trabalho’. Atribui-se o crescimento do índice de trabalho escravo à efetiva atuação do ‘Grupo Móvel’, do referido ‘Ministério’: os índices teriam aumentado pela apuração e constatação desse tipo de atividade ilegal, assim, pela produção de um mapa descrevendo os locais e o quantitativo da exploração semiescravista, assim, dando maior visibilidade para essa atividade.

Desse modo, fica subjacente, naquilo que é dito, haver um desconhecimento dos casos, em função da falta de inserção governamental: ‘Para o Grupo Móvel do Ministério do Trabalho, o aumento de registros significa que a ação contra o trabalho escravo vem sendo intensificada.’ Também no caderno ‘brasil’, vejamos o título e a manchete da notícia a seguir:

Sequência discursiva para análise 60

São Paulo, domingo, 01 de junho de 2003 FOLHA DE S.PAULO brasil
PARÁ
Prefeito é acusado de trabalho escravo

Mais do que apontando o descaso ou a incapacidade do poder público paraense em relação ao trabalho escravo, como se viu antes, a notícia a seguir pode direcionar o enunciatário para o fato de que esse próprio poder promoveria esse tipo de violência rural. Isto porque, se o título do texto refere-se ao estado do ‘Pará’, logo em seguida se atribui a promoção do trabalho escravo à autoridade pública maior de um município, o ‘prefeito’. Assim, a tendência do leitor é concluir: o trabalho escravo acontece no Pará e foi de responsabilidade de um prefeito local. Esse viés interpretativo se respalda no fato de a memória discursiva construída pela própria informação jornalística indicar esse estado como um dos recordistas nesse tipo de exploração humana.

Dessa conclusão podem advir outras, tais como: até o prefeito pratica esse tipo de crime naquele estado quanto mais aqueles que exercem o poder econômico, e, ainda, o nível de submissão, ignorância e mesmo barbaridade nesse estado deve ser bastante elevado, pois a população aceitando esse tipo de atitude por parte do prefeito local, se mostra permissiva. Essa leitura concentrada na manchete e chamada da notícia é bastante frequente pelo próprio caráter de maior circularidade com que essa parte da notícia se constitui, produzindo “leituras” fragmentadas, tendendo a tomar a parte como um todo. Daí, é apostando nessa dinâmica de produção de sentido que se produzem as manchetes e chamadas na prática discursiva jornalística. Vejamos o primeiro parágrafo do texto:

Sequência discursiva para análise 61

--

O Ministério Público do Trabalho no Pará denunciou o prefeito de Unaí (MG), José Braz da Silva (PTB), 67, sob acusação de manter trabalhadores rurais em regime de escravidão na fazenda que ele possui em Curionópolis (PA), onde tem cerca de 2.000 cabeças de gado.

Construído por um período complexo a partir de oração em relação subordinativa, num só parágrafo temos vários enunciados. Assim há várias informações que imediatamente desconstroem a interpretação indicada pelo anúncio em destaque, em função de antecipação no texto. Os enunciados do parágrafo arrolam três sujeitos: um denunciante, um denunciado e os trabalhadores. O primeiro sujeito refere-se ao ‘Ministério Público do Trabalho no Pará’. Nesse caso, diferentemente do que se demonstrava na notícia anterior, e mais ainda da interpretação indicada na chamada desse texto, o poder público do ‘Pará’ intervém positivamente no sentido de reprimir esse tipo de ação criminal aos direitos humanos. O segundo sujeito diz respeito ao ‘prefeito de Unaí (MG)’, por promover o ‘regime de escravidão’. Quanto ao terceiro sujeito refere-se aos ‘trabalhadores rurais’.

A ordem de apresentação dos implicados no discurso parece seguir a ordem de poder subjacente. Também os enunciados em forma oracional subordinada, introduzidos por pronome relativo ‘que’ e advérbio de lugar ‘onde’, trazem respectivamente para o parágrafo a localização do lugar, no caso, um município paraense no Sudeste do estado e o poder econômico do fazendeiro, evidenciado pelo número de ‘cabeças de gado’ que tem em sua propriedade. No parágrafo posterior:

Sequência discursiva para análise 62

Na denúncia levada à Justiça em Parauapeba (PA), o prefeito é acusado de manter trabalhadores em alojamentos sem condições de moradia, além de cobrar dívida de fumo, álcool e comida, o que o Ministério Público entende levar à escravidão por dívida.

Verifica-se a progressão textual, procurando-se caracterizar o que seria entendido pelo ‘Ministério Público do Trabalho’ como ‘regime de escravidão’ na ‘fazenda’ do prefeito. Na estratégia comum da relação entre antecipação e atualidade, enuncia-se o todo, para em seguida detalhá-lo em suas partes. Então, atualizando-se a informação, efetiva-se o compromisso jornalístico com a “realidade”. Assim, na evidência de se apurar temas

polêmicos ilustrados na ‘realidade’ dos fatos, ressalta-se a inadequação dos ‘alojamentos’ para a ‘moradia’ dos ‘trabalhadores’.

Tal como no texto anterior, destacam-se, como características do trabalho escravo, tanto as condições de estadia dos ‘trabalhadores’ quanto a relação capital e trabalho. Se no texto anterior, refere-se ao trabalho como pagamento de ‘dívida’, também nesse se faz a mesma referência: há uma supervalorização dos produtos de subsistência dos trabalhadores.

Do mesmo modo que o ‘Ministério Público’ aponta nessa atitude do proprietário um regime de escravidão; os ‘fiscais’ também reconheciam no mesmo tipo de atitude a caracterização do trabalho semiescravo, atenuação feita pelo fato de os ‘trabalhadores’ terem a carteira de trabalho assinada: “Disse que tem cinco funcionários registrados e que o alojamento tem todas as condições de moradia”.

De modo muito breve, o que caracteriza a própria extensão dessa notícia, a enunciação traz em discurso indireto a defesa verbal do denunciado ‘o prefeito’ da cidade mineira. Em sua fala, em lugar de referir-se a ‘trabalhadores’, o ‘prefeito’ dirá ‘funcionários’, refutando a ilegalidade do regime de trabalho adotado em sua propriedade. Também a enunciação do ‘prefeito’ refere-se ao ‘registro’, buscando marcar a legalidade da relação trabalhista, ou seja, seus funcionários possuem carteira assinada.

Ainda ao dizer que não é um grande empregador, pois só tem ‘cinco’ pessoas trabalhando, busca de certo modo eximir-se de sua condição econômica. Relativo às condições de insalubridade do espaço em que os ‘trabalhadores’ são instalados, o ‘fazendeiro’ evidencia a dignidade de seu alojamento, atendendo possivelmente a ‘todas as condições de moradia’.

Além do trajeto analítico feito em relação a esse texto, é importante registrarmos que nessa notícia o enunciatário poderá chegar a outras produções de sentido. Podemos verificar, assim, que o texto se refere a uma mesma pessoa exercendo dois papéis, isto é, alguém que é ‘fazendeiro’ no ‘Pará’ e é ‘prefeito’ num estado do Sudeste brasileiro, ou seja, em Minas Gerais. O Pará, estado distante daquele que o ‘prefeito’ é nativo, mostra-se como espaço “atrasado”, por isto, um espaço que permite a todo tipo de pessoas vindas de fora, a promoção de qualquer atividade, até mesmo do trabalho escravo. Assim, se “lá” o ‘prefeito’ deve seguir a lei, “aqui” ele pode usurpá-la.

Analisemos as duas chamadas e parte da reportagem abaixo:

São Paulo, domingo, 18 de julho de 2004 FOLHA DE S.PAULO **brasil**

LAVOURA ARCAICA

Pesquisa em relatórios do governo revela que prática avança para grandes empreendimentos. (Grifo nosso)

Agronegócios e pecuária de ponta usam trabalho escravo (Grifo nosso)

ELVIRA LOBATO

ENVIADA ESPECIAL A BRASÍLIA E AO PARÁ

O título ‘LAVOURA ARCAICA’ da seção remete a uma memória discursiva que aponta para condições subtecnológicas de desenvolvimento agrícola no estado do ‘Pará’. Embora as duas chamadas da notícia desenvolvam um sentido inverso, primeiramente fala-se em ‘grandes **empreendimentos**’, em seguida cita-se ‘pecuária de **ponta**’, esses termos em destaque indicam não se tratar da forma de lavoura que a memória discursiva nesse campo semântico tende a recorrer.

Outra remissão mais diagramática que pode repercutir sobre a memória discursiva do leitor da “Folha de S.Paulo” refere-se à própria indicação da manchete. Essa, em letras de caixa alta e em azul, remetendo ao modo como vem indicado o estado do ‘Pará’, ao se tratar do mesmo tema ‘rural’. Também o próprio título da seção em muitos outros textos vem relacionado ao ‘Pará’. Assim, essa expressão é tomada pelo jornal tanto como sinônimo de ‘trabalho escravo’ no campo, quanto de ‘Pará’, pois, quando se fala nela em outros textos, se faz relacionada ao espaço paraense.

O termo ‘empreendimentos’, conforme Bueno (2001, p. 203) “Empresa, iniciativa”, constitui-se num campo semântico que remete ao empreendedorismo, apontando para uma iniciativa privada indicadora de uma atividade empresarial marcada não somente pelo avanço tecnológico, como também por relações trabalhistas características de um capitalismo mais moderno, estimulando a produtividade dos empregados, por meio de ‘premiações’ aos funcionários, anunciadas como “participação” nos lucros.

Ainda o substantivo composto por aglutinação ‘agronegócios’ demonstra uma prática agrícola implicada não só na produção e comercialização dos produtos, mas também inserida numa rede financeira do capitalismo mais avançado, em que o produto, a produção e a comercialização constituem o mesmo monopólio.

A jornalista que escreveu a reportagem ao ser enviada da “Folha de S.Paulo” a ‘Brasília’ e ao ‘Pará’, na busca de melhor localizar o distante e distinto espaço paraense, esclarece nos dois seguintes parágrafos do texto:

Sequência discursiva para análise 64

A Terra do Meio, uma área de floresta densa entre os rios Xingu e Iriri, no sudoeste do Estado do Pará, é o novo foco de ocorrência de trabalho escravo na região Norte do País.

Segundo o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), a Terra do Meio abrange uma área de cerca de 8 milhões de hectares, pertencentes à União e ao Pará, mas já apresenta vários pontos de desmatamento.

Localiza-se geograficamente a ‘Terra do Meio’ como a região do estado em que ‘os empreendimentos’ e o ‘agronegócio’ promovem o ‘trabalho escravo’. A referência ao rio ‘Xingu’, como um dos afluentes característicos da região, aponta para um município bem identificado com a temática abordada posteriormente neste trabalho, no caso, ‘São Félix do Xingu’. Aponta-se a mesorregião do ‘sudoeste’ paraense como limite territorial da área. Outra vez vimos o foco discursivo jornalístico deter-se numa determinada região do estado, fazendo-a realçar como representação do todo.

A caracterização da ‘Terra do Meio’ como uma ‘área de floresta densa’ a faz propícia para se praticar a atividade irregular do trabalho escravo. Tal região, por ser uma área ‘densa’, se faz “isolada”, conforme se viu na primeira notícia analisada quanto a essa temática. Além disso, se constitui num espaço potencial para produção agrícola e pecuária, necessitando de muita mão de obra para preparar a terra para tais atividades. Em seguida, se ressalta a posição central dessa área como ‘novo foco’ do trabalho escravo no ‘Norte do País’.

No segundo parágrafo, a enunciação jornalística, para autorizar a informação a respeito da abrangência territorial da ‘área’, novamente indicando o potencial para o tipo de exploração humana, traz os dados do ‘Ibama’ acerca do tamanho do território, ‘cerca de 8 milhões de hectares’, bem como indica seu pertencimento à ‘União’ e ao estado do ‘Pará’.

Além de reforçar a compreensão de que há muita terra ainda para os ‘empreendimentos’ e ‘agronegócios’ se instalarem, evidencia-se a apropriação privada do espaço público. Isto por empresas representativas do que haveria de maior avanço nesse setor.

A prática da privatização do público remete a outra que bem caracteriza a mídia dos tempos atuais, no dizer de Bauman (2001), conforme dissemos na quarta seção deste trabalho: a publicização do privado. Para que as questões públicas fiquem negligenciadas, inclusive a invasão do que é público pelo privado, movem-se as pessoas para se prenderem na atenção ao que é privado, deterem-se no do “outro”, escondendo-se aquilo que é de todos.

Então, verifica-se a publicização daquilo que realmente é do interesse público. A denúncia jornalística dos grandes empreendedores estando à frente do trabalho escravo e de outras formas de violência ao homem e ao meio ambiente não parece ser a tônica da maioria dos textos jornalísticos a respeito não somente do trabalho escravo como também do conflito agrário. Isto tende a ficar demonstrado na própria enunciação em “tom” investigativo do jornal “Folha de S.Paulo”:

Sequência discursiva para análise 65

Levantamento exclusivo da Folha com base em 237 relatórios de fiscalizações do Ministério do Trabalho realizadas entre janeiro de 2000 e dezembro de 2003 revela que o trabalho escravo no Brasil acompanha o avanço das fronteiras agrícolas e da pecuária e está presente em grandes empreendimentos agrícolas para a exportação e em modernas fazendas de criação de gado que estão no topo da vanguarda tecnológica.

A presença do adjetivo ‘exclusivo’ na declaração do jornal ressalta a novidade da relação de vínculo entre ‘grandes empreendedores’ e trabalho escravo como uma prática marcando o estado, a região referida. Tanto que, na maioria das notícias acerca dessa temática, no período por nós pesquisado, não se faz referência à identidade regional dos que promovem o ‘trabalho escravo’. Mesmo se fazendo citação da origem dos fazendeiros a outras regiões, isto não se mostra realçado no texto. Assim, pelo discurso veiculado nesse texto, tende-se a identificar fortemente o estado e sua população com essa atividade.

O que foi dito de modo sintético nas chamadas dessa reportagem será evidenciado a partir de provas documentais. Daí se registram ‘237 relatórios de fiscalizações do Ministério do Trabalho’, no período dos últimos três anos, antes da publicação da notícia em 2004. Ressalte-se o caráter de ‘exportação’ da produção das terras que efetivam a mão de obra

escrava, bem como a relação simétrica estabelecida entre a necessidade de novos espaços para criação e produção agrícola e a submissão de ‘trabalhadores’ rurais ao regime escravista.

Então, naquilo que o capitalismo teria de mais moderno, logo, representado por setores produtivos mais avançados da sociedade brasileira, inscrevem-se práticas ‘arcaicas’. Não seria, nesse caso, o espaço o delimitador da prática. A identidade dos que promovem esse trabalho não se vincularia com o espaço de sua ocorrência, mas sim refletiria às práticas de exploração daqueles que, embora se encontrem mais “próximos”, mostram-se, ao mesmo tempo, mais “distantes”, por estarem destituídos de relações com “aquele” lugar. Isto determinaria o espaço.

Somente para ilustrar esse “outro” que se apresenta vinculado ao trabalho escravo, vejamos a manchete e chamada de outra notícia:

Sequência discursiva para análise 66

São Paulo, terça-feira, 04 de março de 2003 FOLHA DE S. PAULO **brasil**

TRABALHO ESCRAVO
Eles já prestaram esclarecimentos, diz advogado de Augusto e Eleuza

Foto 5. Título: O ex-deputado Augusto Farias durante entrevista em Marabá.



Fonte: Nilson Santos/"O Liberal"

Irmãos Farias se entregam à PF e são soltos depois de 15h.

MAURO ALBANO
 DA AGÊNCIA FOLHA

O sujeito do mundo a quem é atribuído a promoção do ‘trabalho escravo’, conforme a manchete, pode ser reconhecido como não sendo do Pará, não por estar relatado na manchete ou chamada da notícia, mas por ser pessoa pública ‘ex-deputado’, como se indica nos créditos da fotografia jornalística. Ainda, de modo mais enfático, por pertencer à família ‘Farias’, do advogado Paulo César Farias, personagem central dos escândalos “espetacularizados” pela

mídia nacional, na época da cassação política do Presidente brasileiro Fernando Collor de Melo.

Os ‘irmãos’ indicados na notícia acima, envolvidos com o trabalho escravo no Pará, apesar de não serem desse estado, praticam tal violência nesse lugar, o que os identifica com tal espaço. A indicação que o espaço do trabalho escravo foi realizado em ‘fazendas’ de ‘Augusto e Edileuza Farias’, localizadas no estado do ‘Pará’, se demonstra também no crédito da fotografia, no caso ‘Marabá’, cidade polo do Sudeste do estado. Além da condição econômica, a condição social favorecida do “sujeito identificado” como responsável pelo trabalho escravo fica de certo modo demonstrada no modo como esse se apresenta na imagem fotográfica.

Ainda que não tenhamos a notícia na íntegra, tanto o título ‘trabalho escravo’ quanto a referência aos ‘esclarecimentos’ atribuídos a ‘Augusto’ (foto) e ‘Eleuza’, e ainda a presença de ‘advogados’, apontam para alguma ação ilegal indicada textualmente já no título em destaque. Na segunda chamada, o termo verbal ‘se entregam’ estabelece a relação intradiscursiva e textual entre a manchete destacada no segundo enunciado e a chamada inicial do texto.

Ainda no Eixo Temático do Trabalho, vejamos como se representa no mesmo jornal uma exploração do trabalho que se faz mais violenta, por envolver o ser humano de uma faixa etária em que o próprio trabalho, sob quaisquer condições, ainda que as mais viáveis, se faz contraindicado.

Sequência discursiva para análise 67

São Paulo, segunda-feira, 12 de novembro de 2001	FOLHA DE S.PAULO cotidiano
INFÂNCIA	
Desde novembro de 97, pelo menos 20 menores queimaram mãos e pés ao cair em covas de terra em Paragominas	
Fornos de carvão mutilam crianças no PA	
ULISSES CAMPBELL	
FREE-LANCE PARA A AGÊNCIA FOLHA, EM PARAGOMINAS	

O texto publicado no caderno ‘cotidiano’ tem como título ‘infância’. Por estar incluído nesse caderno indicaria uma temática que faz parte do dia a dia, da rotina, algo talvez, corriqueiro e comum referente às crianças da cidade de ‘Paragominas’, do estado do Pará. Há duas chamadas em dois enunciados. No primeiro, faz-se uma referência temporal ‘desde novembro de 97’. Desse modo, tendo em vista ter sido veiculada a notícia em novembro de

2001, implica-se então que, em quatro anos, ‘pelo menos 20 menores’ tiveram queimados ‘mãos e pés’. Nesse caso, o uso da expressão quantitativa ‘pelo menos’ aponta para um índice no sentido crescente.

Logo em seguida, no predicado verbal da formulação enunciativa, se irá anunciar a informação que começará a delimitar o tema da notícia. A queimadura dos ‘menores’ ocorreu por terem caído ‘em covas de terra em Paragominas’. Essa delimitação se efetivará na chamada seguinte, pois, se o fato de terem caído em ‘covas de terra’ não aponta necessariamente para algo mais sistemático, podendo se caracterizar como acidente, quando se personifica o substantivo ‘fornos de carvão’, atribuindo-lhe a ação de mutilar crianças no ‘PA’, se caracteriza uma ação direta entre ‘crianças’ e ‘fornos de carvão’.

Os ‘fornos de carvão’ exercem uma violência sobre as ‘crianças’. O fato de a mutilação ter sido feita pelos ‘fornos de carvão’, e daí esse termo indicar produção de ‘carvão’, aponta para o trabalho, pois onde há produção há trabalho. Desse modo, as crianças foram mutiladas pelo trabalho, atividade que não é permitida à infância.

Na segunda chamada, diante de uma ação sofrida, ser mutilado pelos ‘fornos de carvão’, estende-se a localização territorial das ‘crianças’, e não são somente às de ‘Paragominas’, mas sim as do ‘PA’: as crianças do Pará trabalham e são mutiladas por esse trabalho.

Ainda verifica-se que a palavra ‘carvão’ referida à qualidade dos ‘fornos’ irá trazer uma relação de inclusão com o substantivo “árvore”, termo metonímico de vegetação, de “floresta”, mais especificamente uma intervenção ambiental negativa no espaço da natureza: sua destruição nas queimadas. Assim, se é pelas “queimadas” que se destrói a “natureza” do estado do Pará (conforme veremos nos textos da próxima unidade), também por ela se destrói as ‘crianças’, sua infância.

Então, aquilo que era sugerido nas chamadas vem ser dito logo no primeiro parágrafo do texto: a falta de segurança nas serrarias e o trabalho infantil em carvoarias de Paragominas (322 km de Belém) estão produzindo uma geração de crianças mutiladas no Pará.

No enunciado aponta-se claramente duas causas para a produção de uma ‘geração de crianças mutiladas no Pará’; a primeira mais identificada com o que se disse na chamada inicial em que se relatava a queda das crianças em ‘covas de terra’. A segunda causa relacionada à segunda chamada, na referência a ‘fornos de carvão’. Então, é pelo fato de não haver segurança nas ‘serrarias’ é que ‘as crianças’ caem em ‘covas de terra’ lá existentes, mutilando-se. Também isto ocorre pelo fato de haver ‘fornos de carvão’ onde elas trabalham. Na enunciação jornalística denuncia-se o que é duplamente ilegal no ‘Pará’, a insegurança no

trabalho das ‘serrarias’. Aponta-se também, nesse caso, para a extração de madeiras; e o trabalho infantil, agravado por causar mutilação.

Ainda nesse parágrafo apresenta-se uma sequência enunciativa quase literalmente repetindo o que foi dito na primeira chamada. No entanto, faz-se uma substituição e acrescenta-se o enunciado ‘dentro de fornos rudimentares de carvão, conhecidos como caieiras’. O que se chamava ‘covas de terra’ vai ser chamado de ‘caieiras’, ressaltando-se o caráter ‘rudimentar’ do local onde se produz o ‘carvão’. Esse termo faz parte de outro campo semântico referido à exploração do trabalho, no caso, a ‘lavoura arcaica’.

Entre os dois termos, verifica-se uma similaridade semântica com a noção de origem, antigo, como também atrasado, característico de culturas primitivas. Assim, não deixa de remeter a uma sociedade assimilada aos povos mais tradicionais do espaço amazônico, os indígenas. No entanto, pelo contexto textual, aparecem tais termos envolvidos numa valoração negativa.

Após enunciar de modo mais genérico a mutilação das crianças e suas causas, o sujeito enunciatário irá descrever, relatar, o modo como ocorre a mutilação, buscando aproximar o leitor daquilo que é relatado: ‘Os fornos ficam escondidos no chão, e as crianças caem quando estão brincando ou ajudando os pais nas serrarias.’

Funcionando como uma espécie de ‘armadilhas’ para crianças, remete tanto à caça de animais, o que reforça a ótica de um primitivismo cultural, conforme dizemos acima, quanto às táticas de guerrilha, o que pode evidenciar a violência pela exposição das crianças ao perigo eminente. Os dois verbos no gerúndio ‘brincando’ e ‘ajudando’ referem-se ao binômio dicotômico que caracteriza a criança dessa “realidade”. Se a insegurança já seria motivo de denúncias diante da ‘mutilação’ sofrida, quando estão em brincadeira, muito mais grave se torna, quando estão trabalhando.

Na ludicidade necessária e característica da vivência do cotidiano infantil, ou nas atividades de trabalho junto aos ‘pais’, a criança paraense é sancionada pela mutilação na ‘armadilha’ de um espaço. Esse se demonstra marcado por instrumentos rudimentares e atrasados. Ao se relacionar a mutilação à descrição de um movimento (em destaque), a situação da criança mutilada se mostra mais focalizada, provocando a sensibilidade do enunciatário:

Sequência discursiva para análise 68

Além dos pés, muitas delas queimam as mãos ao tentar se apoiar no carvão em brasa. (Grifo nosso)

Com os dedos grudados, algumas não vão à escola, pois não conseguem segurar um lápis.

O verbo no presente ressalta uma proximidade. O verbo ‘queimam’ juntamente com a locução verbal ‘tentar se apoiar’ são indicadores de uma ação inacabada, acontecendo no momento do relato. Também produz-se um sentido de proximidade, por meio da expressão ‘em brasa’ adjetivando o ‘carvão’, expressando um estado simultâneo ao momento da enunciação. Esse mesmo sentido ainda efetivar-se-á por meio do verbo ‘grudados’ na forma nominal. Essa funde a ação verbal ao substantivo ‘dedos’. Todos esses elementos linguísticos produziram um sentido enfático em relação à dor da criança mutilada pelos ‘fornos de carvão’, pelas ‘caieiras’. Na sequência discursiva, ressalta-se que a dor do mutilado estende-se para depois da mutilação, pelas consequências graves para a formação das crianças, já que estas ‘não conseguem segurar um lápis’, prejudicando toda sua vivência futura:

Sequência discursiva para análise 69

O número de crianças mutiladas é oficial, consta dos registros do hospital municipal e do conselho tutelar, mas o total pode ser maior, pois há dificuldades para contabilizar os acidentes.

Nesse parágrafo, observa-se o desenvolvimento do texto pautado no que é característico da prática jornalística, ou seja, buscar a apuração dos fatos respaldando-se em argumentos de autoridade, pois a informação aparece no ‘hospital municipal’ e no ‘conselho tutelar’. Assim, enuncia-se a veracidade dos dados quanto ao número de mutilados, o que foi evidenciado no início do texto como representativo de uma ‘geração’ Esse termo, embora procure adequar-se a uma justificativa temporal, no caso, o período de quatro anos, pela amplitude semântica que comporta, tende a hiperbolizar a informação, “espetacularizando-a”. Dessa maneira, provocando ‘sensação’, respondendo ao objetivo do discurso jornalístico de fazer-se ouvido e anunciado, para que muitos e mais outros venham lhe buscar:

Sequência discursiva para análise 70

Depois que caíram nos fornos de carvão, Damázia Gonçalves, 10, Melissa Piedade, 7, e Leandro Sodré, 8, sonham com a mesma profissão: medicina. O intenso contato com médicos – Leandro já passou por seis cirurgias– despertou o desejo das crianças.

O discurso do jornal vem enunciar as identidades das ‘crianças’ mutiladas, aproximando-as. Tal discurso pauta-se no binômio generalidade e ilustração, no todo e na parte, na amplitude do relato e em seu detalhamento, maximamente próximo e daí realista.

Todas as crianças são identificadas como tendo a idade entre ‘sete’ e ‘dez’ anos e são vítimas dos ‘fornos de carvão’. Ainda, elas aparecem designadas com nome próprio e de família. Nesse discurso, inscreve-se também o fato de a mutilação ser um processo social, com determinação do econômico. Isto por ocorrer a mutilação dos menores no trabalho ‘junto com os pais’, naquilo que eles fazem no dia a dia.

Além de expressas no enunciado escrito, as crianças são visualmente mostradas, imprimindo-se um realismo ao que é dito, fazendo-se o leitor testemunhar aquilo que a enunciação jornalística enunciou:

Foto 6. Título: Jarmison dos Santos, 11, que aos dois anos queimou os pés ao cair em um forno e que hoje só consegue usar calçados especiais.



Fonte: Marlene Bergamo/Folha Imagem.

Na primeira dimensão da imagem, os pés mutilados de ‘Jarmison dos Santos’ contrastam com seu sorriso. A cor da pele e as vestimentas das crianças mostram-se como indícios de identidades sociais, étnicas, realçando, então, um pertencimento à população mestiça de baixo poder econômico. Também a casa em madeira demonstra o uso popular dessa matéria prima na construção de moradias.

Para que a realidade “transmitida” pela enunciação jornalística fique mais enfática, esse discurso aponta os sonhos das crianças. A “voz” do jornal ressalta o desejo dessa infância trabalhadora bem distante da realidade das ‘carvoarias’, do ‘cotidiano’ dessas crianças. Essas

sonham com a atividade médica. Assim, a ênfase é produzida pelo contraste, pois dentre as profissões, a ‘medicina’ é uma das mais elitizadas. Então, a dor motivou a aproximação do que era distante, pois proporcionou a tais sujeitos terem ‘intenso contato com médicos’, daí, produziu-se o sonho.

Vejamos o enunciado abaixo:

Sequência discursiva para análise 71

Desde o ano passado, o ortopedista Luiz Fausto da Silva, 29, que trabalha no Hospital Municipal de Paragominas, faz as cirurgias nas crianças queimadas. É hoje apontado como “salvador”. [...]

De acordo com o Sindicato das Serrarias e Madeireiras de Paragominas, 76 empresas de beneficiamento de madeira estão em atividade no município. No auge da atividade, havia mais de 200.

A presença médica e o grande número de cirurgias demonstram haver no município de ‘Paragominas’ no ‘Pará’ profissionais capacitados e especializados, tais como o ‘ortopedista’, de certo modo, contrastando com o repetido arcaísmo das ‘carvoarias’. Há não somente os profissionais, mas também um ‘hospital’ apresentando a tecnologia necessária para procedimentos cirúrgicos.

A enunciação trazida acima e referida ao ‘Sindicato das Serrarias e Madeireiras de Paragominas’ vem trazer um argumento atenuante em relação às atividades das ‘serrarias’ que se mostram como principais responsáveis pelo trabalho infantil e, conseqüentemente, pelas mutilações: o fato de ter havido uma redução em quase duzentos por cento no número de ‘empresas de beneficiamento de madeira’.

O trabalho infantil, não mais relacionado ao ‘beneficiamento de madeira’, é noticiado no texto:

Sequência discursiva para análise 72

São Paulo, quarta-feira, 16 de outubro de 2002

BRASIL PROFUNDO

FOLHA DE S. PAULO **brasil**

Cerca de 30 menores trabalhavam em fazenda de pimenta no PA

Mais 180 são encontrados em condições de escravidão

(grifo nosso)

MAURO ALBANO
DA AGÊNCIA FOLHA

Pelo que se enuncia na chamada e na manchete desse texto, o trabalho ‘infantil’ aparece diretamente vinculado ao trabalho escravo, demonstrando-se a exploração simultânea dos ‘trabalhadores’ e de seus filhos ‘menores de idade’. Enquanto a chamada anuncia ‘Cerca de 30 menores trabalhavam em fazenda de pimenta no PA’, a manchete ressalta um número de ‘180 encontrados em condições de escravidão’. Pela articulação semântica entre os dois enunciados não fica claro se o número maior referido seria também de menores ou de trabalhadores adultos, conforme se pode observar no uso do advérbio ‘Mais’. Esse produz um sentido de soma.

No jogo semântico ressaltado, verifica-se uma certa ambiguidade no texto, que parece discursivamente proposital, assim, produzindo duplo sentido na leitura. Por um lado, se faz o enunciatário compreender haver muito mais do que trinta ‘menores’ trabalhando, em sua maioria, como escravos. Por outro, constitui-se num esclarecimento, no sentido de possibilitar ao leitor produzir um sentido acerca da totalidade da notícia.

Vejamos o primeiro parágrafo do texto:

Sequência discursiva para análise 73

A Polícia Federal e o Ministério do Trabalho encontraram cerca de 180 pessoas trabalhando há quatro meses em regime análogo à escravidão em uma fazenda de Dom Eliseu, no Pará, na divisa com o Maranhão. As pessoas não recebiam salários, viviam em condições precárias e, entre elas, havia crianças de 4 a 10 anos que participavam da colheita de pimenta-do-reino.

Nele irá se esclarecer que o número de ‘180’ ressaltado na manchete refere-se a adultos ‘trabalhando há quatro meses em regime análogo à escravidão, em uma fazenda de **Dom Eliseu**, no Pará, na divisa com o Maranhão’. Essa cidade fica nas margens da rodovia Belém-Brasília, distante de Belém, mas não tanto como a maioria dos municípios localizados no Sudeste e Sudoeste paraense.

Ainda nesse parágrafo, começa-se a esclarecer o que foi dito na chamada da notícia a respeito dos menores, ressaltando-se que, ‘entre elas, havia crianças de 4 a 10 anos que participavam da colheita de ‘pimenta-do-reino’’. Nesse enunciado, além de se indicar quem

eram ‘os menores’ referidos, enuncia-se o tipo de trabalho executado por adultos e crianças, a ‘colheita de pimenta-do-reino’. O que antes, nesse texto, havia sido dito a respeito dos ‘menores’ se faz agora estendido aos adultos. Portanto, a tenra idade das crianças submetidas ao trabalho e ainda em regime semiescravista enfatiza o padrão sub-humano da situação noticiada.

Enquanto nos textos analisados anteriormente o trabalho infantil e escravo relacionava-se à atividade extrativista; nesse, irá delimitar-se à agropecuária, à cultura da ‘pimenta-do-reino’, bastante difundida em muitas regiões do estado, mas não tanto ao Sudeste e Sudoeste do Pará.

No segundo parágrafo, o texto se refere aos que promovem o trabalho escravo e infantil em áreas agrícolas:

Sequência discursiva para análise 74

A fazenda, chamada Senor, tem participação da empresa Sipef, com sede na Bélgica. Os policiais e fiscais estão no local desde a semana passada e só ontem foram expedidas carteiras de trabalho para os trabalhadores adultos.

A ONG maranhense Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos de Açailândia, que acionou as autoridades, deve encaminhar denúncia à Comunidade Econômica Européia acusando a empresa de não respeitar as leis brasileiras e explorar mão-de-obra infantil. Parte da pimenta é exportada para a Europa. (Grifo nosso)

Os que promoviam o trabalho escravo e infantil, tal como na ‘terra do meio’, também podem ser identificados como ‘empreendedores’. Enquanto na ‘terra do meio’ não se reconhecia o vínculo estrangeiro dos ‘empreendedores’ nesse caso isto é enunciado. A empresa multinacional (primeiro enunciado destacado), cultivadora de ‘pimenta do reino’, apresenta ‘sede na Bélgica’. Novamente, confirma-se a exploração do trabalho em caráter escravista, e ainda infantil, convivendo com o capitalismo mais atual e de altos padrões tecnológicos e financeiros. Isto se confirma no caráter exportativo da produção, conforme se enuncia: ‘Parte da pimenta é exportada para a Europa’. Embora a parte mais visível da notícia: os enunciados iniciais, não realce essa informação.

Além das duas entidades governamentais citadas, a ‘Polícia Federal e o Ministério do Trabalho’, com função respectivamente investigativa/repressiva e de fiscalização, também aparecem no texto duas não governamentais (segundo trecho em destaque). Ao ‘Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos de Açailândia’, a ‘ONG’ maranhense, se atribui uma

fala de ‘denúncia’, diante da prática da referida empresa. A ‘ONG’ não somente ‘acionou as autoridades’ referidas anteriormente, como também acusou ‘a empresa de não respeitar as leis brasileiras e explorar mão-de-obra infantil.’

O destinatário da denúncia seria uma outra entidade também não oficial, porém, de grande visibilidade internacional, a ‘Comunidade Econômica Européia’. Pela “voz” de uma entidade não pertencente ao estado do Pará, realiza-se o combate ao trabalho infantil. Ainda que isso possa ser justificado no fato de a área de exploração do trabalho escravo e infantil fazer limite com o ‘Maranhão’, não deixa de demonstrar uma ausência, no caso, de entidades paraenses em defesa dos direitos humanos.

O parágrafo seguinte será analisado em duas partes apresentando o modo como ‘os trabalhadores’ chegavam à ‘fazenda’ e um conjunto de ações da empresa responsabilizada, caracterizando o trabalho escravo:

Sequência discursiva para análise 75

Os menores de idade – cerca de 30, segundo a ONG – viviam com suas famílias, que haviam sido **recrutadas** nas cidades próximas para **colher a safra** com a promessa de que receberiam por produção: R\$ 0,12 pelo quilo de pimenta. Segundo os trabalhadores, **o valor foi reduzido a R\$ 0,10** quando chegaram à fazenda. (Grifo nosso)

É nessa parte do parágrafo, atribuído à ‘ONG’, que se define a relação entre os ‘menores’ e os demais ‘trabalhadores’. Aqueles seriam de ‘famílias [...] recrutadas nas cidades próximas’. O termo ‘recrutadas’ apresenta um sentido que circula em outro campo semântico também do trabalho: o serviço militar. Daí, não deixa de imprimir um caráter de certa obrigatoriedade, demonstrando a necessidade, a oportunidade de trabalho muitas vezes escassa no estado do ‘Pará’, como em muitas outras partes do interior, da maioria do Brasil.

O trabalho de ‘colher a safra’, também demonstrado no parágrafo acima, pode indicar a esperança de prosperidade. Para aqueles ‘trabalhadores’, havendo ‘safra’, haveria fartura, isto poderia ser alcançado pelo valor da “produção”, pelo fato de que os mais trabalhadores teriam melhor rendimento. Essa lógica capitalista que enuncia um discurso de valorização da “produção” individual, no entanto, é apontada como ‘promessa’. A possível “desonestidade” da empresa da ‘Bélgica’ já se definia numa fala diretamente atribuída aos ‘trabalhadores’, expressa no último enunciado acima, a redução do valor acertado ‘pelo quilo da pimenta’ assim que ‘chegaram à fazenda’(último enunciado destacado).

Na sequência dessa fala, outras são trazidas, também referidas aos ‘trabalhadores’, embora sem marcas que indiquem a terceira pessoa. As duas enunciações seguintes reforçam o argumento de que a posição da empresa referida não passava de uma ‘promessa’:

Sequência discursiva para análise 76

Além disso, não podiam acompanhar a pesagem e eram obrigados a aceitar os valores informados pelos gerentes. O pagamento, que deveria ser mensal, nunca chegou a ser feito, segundo relataram.

Além de se reduzir o valor a ser pago ‘pelo quilo’, também ‘a pesagem’ da “produção” não podia ser acompanhada pelos ‘trabalhadores’. Finalmente, o pagamento no tempo prometido ‘nunca chegou a ser feito’. Na gradativa apresentação dos argumentos, o texto da notícia progride para caracterizar o tipo de relação trabalhista. O texto finaliza trazendo duas enunciações, uma referente à ‘ONG’, expressa em discurso direto, e outra referida aos trabalhadores, trazida pela ‘ONG’:

Sequência discursiva para análise 77

“Não sabemos se a empresa era a responsável direta pela exploração. Podem ter sido gerentes, o que não exime a empresa de responsabilidade”, disse Carmen Bascaran, do Centro de Defesa, que recebeu, dia 18, trabalhadores **que diziam ter fugido da Senor acusados de roubar pimenta e ameaçados por capatazes.** (Grifo nosso)

A enunciação direta da ‘ONG’, dessa vez, é atribuída a um sujeito do mundo, nominalmente exposto, ‘Carmen Bascaran’, que assim afirma: ‘não sabemos se a empresa era responsável direta pela exploração. Podem ter sido gerentes, o que não exime a empresa de responsabilidade’. Parece ser comum, na enunciação de situações de exploração humana, o discurso jornalístico dividir a responsabilidade entre os empresários e ‘gerentes’. Para atenuar e não realçar a ação dos realmente responsáveis, no caso os empresários, a imprensa tende a identificar como “culpados” aqueles que se mostram mais diretamente na relação com os explorados, ou mesmo com o conflito, no caso os ‘gerentes’. Isto pelo próprio jogo do poder econômico e político.

A enunciação referente aos ‘trabalhadores’, além de vir introduzida pelo pronome relativo ‘que’, se mostra mais distante do discurso do jornal, ao ser expressa por meio de um verbo “dicendi” no pretérito imperfeito do indicativo, ‘diziam’. Assim, os trabalhadores

parecem ter se pronunciado não diretamente ao jornal, mas em outro momento para outras pessoas.

Essa fala dos trabalhadores (último destaque do parágrafo), do modo que vem expressa, embora não pareça comprometida com a enunciação jornalística, tende a imprimir um caráter de atualidade ao dito, refletindo uma ação inacabada (FIORIN, 2004, p. 60), aproximando o fato relatado daqueles que o relataram, numa expressão de acontecimento em realização.

Também em seu conteúdo, a referida enunciação dos ‘trabalhadores’ repete outra estratégia dos ‘exploradores’: a criminalização dos explorados. Ainda se relata outra atitude que atravessa o trabalho escravo e infantil e acaba por caracterizar o estado do ‘Pará’: a violência, identificada no discurso jornalístico, principalmente, com o espaço rural, quando também aparece no meio urbano, conforme veremos em parte do texto a seguir:

Sequência discursiva para análise 78

São Paulo, sexta-feira, 12 de julho de 2002

FOLHA DE S. PAULO **cotidiano**

INFÂNCIA

Crianças de 3 anos trabalham em lixão no PA.

A DRT (Delegacia Regional do Trabalho) do Pará flagrou ontem pelo menos cem casos de trabalho infantil envolvendo crianças com idades entre três e 12 anos no município de Alenquer (a 1.100 km de Belém). Só em um lixão, os fiscais encontraram oito crianças de três a cinco anos coletando restos.

No mesmo caderno do texto analisado, ‘cotidiano’, se revela o trabalho infantil, dessa vez esse não acontece no meio rural, como nos anteriores, pois a prática se efetiva na cidade de ‘Alenquer’, localizada bem distante de Belém, na região do Baixo-amazonas, mais próxima a Santarém. Também o trabalho não se caracteriza como escravo, pois a notícia faz referência à renda dos ‘trabalhadores’ infantis, ‘em média’, entre ‘R\$ 3 e R\$ 4 por dia’.

A presença do poder oficial do estado do Pará fica expressa no uso do termo referente à instituição ‘DRT’, que ‘flagrou’ o trabalho feito por crianças de até ‘3 anos’. Por ser realizado em um ‘lixão’, além de caracterizar a relação com o meio urbano, ainda indica a insalubridade da atividade, expondo a saúde das crianças. Nesse caso, a enunciação, ao

caracterizar o crime do trabalho infantil, embora indique a insalubridade, não traz outros agravantes, diferentemente dos enunciados anteriormente analisados. Estes pareciam tipificar o trabalho infantil no estado, adicionando-se a ele a mutilação, a escravização da criança e da família.

6.2 O EIXO TEMÁTICO DO MEIO AMBIENTE

Considerando-se o Eixo do Meio Ambiente, analisaremos o tema do Desmatamento e Queimadas, como o segundo mais recorrente sobre o estado do Pará, encontrado no *corpus*. Esse eixo aponta tanto para a degradação quanto para a preservação do meio ambiente. Poucos textos apareceram que tratassem da preservação do meio ambiente. Quando encontrados, estes voltavam-se mais para outros aspectos distintos da flora amazônica.

O Eixo Temático do Meio Ambiente mostra-se mais transversal em relação à maioria dos temas, principalmente aqueles que mais se fizeram repetir em nosso *corpus*, quais sejam, o Conflito Agrário e o Trabalho Escravo e Infantil, temas inseridos no eixo da violência, mais especificamente rural. A transversalidade deve-se ao fato de poder comportar uma diversidade maior de temáticas, embora aqui tenhamos reunidos aquelas referentes à degradação da vegetação da Amazônia paraense.

6.2.1 A mata virou lenha ou madeira exportação: de quem tinha a guarda?

Quem fica com a floresta? Quem derruba a mata e leva embora a madeira? Quem coloca o gado? Quem serra as árvores e diminui os rios? Esse tema aponta para a produção de uma identidade acerca do estado do Pará. Realizaremos uma análise ressaltando-se o campo enunciativo. Assim, procederemos prioritariamente por uma análise intertextual, a partir de algumas manchetes e chamadas de textos. Vejamos primeiramente uma manchete e duas chamadas do mesmo texto:

Sequência discursiva para análise 79

São Paulo, quarta-feira, 06 de setembro de 2006

FOLHA DE S. PAULO **ciência**

Desmatamento na Amazônia cai pelo 2º ano consecutivo

Segundo projeção do Inpe, queda em 2005-2006 é de 11% em relação ao biênio anterior; Pará tem aumento de 50%

LUCIANA CONSTANTINO
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Verifiquemos a manchete ‘Desmatamento na Amazônia cai pelo 2º ano consecutivo’. Há nesse enunciado um saber identificando a Floresta Amazônia com um local onde há ‘mata’, conseqüentemente o ‘desmatamento’. Na seqüência desse enunciado, o predicado que constitui a formulação enunciativa ressalta que a queda no ‘desmatamento’ se deu pela segunda vez consecutiva.

A manchete aparece em terceira pessoa, havendo um distanciamento do enunciador jornalista do conteúdo enunciado. Assim, produz-se um sentido de ‘autonomia’ do enunciado em relação à enunciação, ressaltando-se a objetividade do texto jornalístico. A manchete, ao dizer que a ‘queda’ do desmatamento se deu pela ‘2ª vez consecutiva’, ressalta uma tendência à diminuição do ‘desmatamento’.

Logo em seguida, temos a primeira chamada do texto: ‘Segundo projeção do Inpe, queda em 2005-2006 é **de 11% em relação ao biênio anterior**’. Esse enunciado apresenta uma relação de coesão com o primeiro, seu sentido é dependente daquele. Dessa maneira, é necessário retomar a manchete para se ler a chamada. Se na manchete se usava um verbo para tratar do ‘desmatamento’, na chamada irá se utilizar o substantivo ‘queda’. A informação nova que será enunciada no predicativo do sujeito (destacada no enunciado acima), referindo-se ao núcleo do sujeito ‘queda’, só se completa ao se retomar o substantivo com que se inicia a manchete ‘desmatamento’, assim temos: a ‘queda’ é do ‘desmatamento’, sendo de ‘11% em relação ao biênio anterior’.

Há uma determinação temporal da ‘queda’ constituindo o sujeito desse enunciado, em que a expressão ‘em 2005-2006’ funciona como adjunto adverbial de tempo, delimitando o período em que houve a diminuição no ‘desmatamento’. Também constituindo o sujeito, a expressão ‘Segundo projeção do Inpe’, funcionando como adjunto adnominal em relação ao substantivo ‘queda’, confere autoridade aos índices de ‘desmatamento’ enunciados pelo jornal “Folha de S.Paulo”. Isto porque constitui um dado respaldado pelo saber científico do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, ‘Inpe’.

Tanto o fato de o ‘desmatamento’ cair pela segunda vez quanto o índice significativo da ‘queda’ e ainda o enunciado ‘Pará tem aumento de 50%’ são informações respaldadas pelo ‘Instituto Nacional de Pesquisa’, entidade de pesquisa referente às questões amazônicas.

Esse último enunciado coloca o ‘Pará’ numa direção contrária ao que se disse a respeito da totalidade da ‘Amazônia’. O movimento contrário é indicado pelo uso dos

substantivos em relações de sentidos opostos, embora não antônimos, ‘queda’, referente à ‘Amazônia’, e ‘aumento’, referente ao ‘Pará’.

Nesse sentido, o texto parece indicar que enquanto na ‘Amazônia’ se verifica um movimento de ‘queda’, já desde 2003, no índice de ‘desmatamento’; no ‘Pará’ houve um ‘aumento’ em 50%. O índice indicado do ‘aumento’ é bem superior ao da ‘queda’.

Por sua vez, o fato de haver na ‘Amazônia’ a maior densidade florestal do país, o que talvez indique maior concentração de extração de madeira e de outras ações provocadoras do ‘desmatamento’, pode apontar para um índice maior de ‘desmatamento’ no ‘Pará’ em relação aos demais estados do país, até mesmo da própria ‘Amazônia’ brasileira. Daí, se o ‘Pará’ apresenta índice de ‘desmatamento’ maior entre aqueles estados que mais seriam potencialmente “desmatadores da floresta”, essa condição deverá ganhar realce em relação aos demais.

A dificuldade em se proteger a floresta no ‘Pará’ também se mostra tematizada em outra manchete de um texto, aparecendo na seção que tem como título ‘Ambiente’:

Sequência discursiva para análise 80

São Paulo, sábado, 21 de maio de 2005

FOLHA DE S.PAULO **ciência**

AMBIENTE

Presidente diz que Marina Silva conseguiu “proeza” e cria áreas protegidas no PA

A enunciação jornalística, mais do que enunciar o fato de a ministra ‘Marina Silva’ ter criado áreas ambientais, destaca, a partir de um substantivo com valor “qualitativo”, o lugar em que foram criadas tais reservas: ‘PA’. Numa relação parafrástica, poderíamos a partir desse enunciado chegar a outro. Assim, teríamos: A criação de reservas ambientais no Pará pode ser considerada um prodígio, mesmo por parte de uma ministra do Meio Ambiente. A força desse enunciado fica potencializada diante da atribuição de poder de seu enunciador, a maior autoridade do país, o Presidente da República.

O enunciado em terceira pessoa, faz referência ao ‘Presidente’ da República, vindo em discurso indireto, introduzido pelo relativo ‘que’. A fala do ‘Presidente’ é realçada pelo uso das aspas no termo “proeza”. Essas marcam a “voz” do enunciador do jornal. Para além de destacar o discurso do ‘Presidente’, o enunciador acaba conduzindo o substantivo em destaque para outros campos enunciativos. Para verificarmos como a produção de sentidos

pode ser mais ou menos “conduzida” pela regularidade do discurso veiculado pela mídia, verifiquemos uma série de enunciados que relacionam o ‘Pará’ a temática do ‘desmatamento’:

Sequência discursiva para análise 81

ENUNCIADO A	
S. Paulo, sábado, 21 de maio de 2005	FOLHA DE S.PAULO ciência
Presidente diz que Marina Silva conseguiu “proeza” e cria áreas protegidas no PA	

Sequência discursiva para análise 82

ENUNCIADO B	
S. Paulo, 06 de setembro de 2006	FOLHA DE S.PAULO ciência
Desmatamento na Amazônia cai pelo 2º ano consecutivo.	
Segundo projeção do Inpe, queda em 2005-2006 é de 11% em relação ao biênio anterior ;Pará tem aumento de 50%	
LUCIANA CONSTANTINO DA SUCURSAL DE BRASÍLIA	

Sequência discursiva para análise 83

ENUNCIADO C	
S. Paulo, 14 de março de 2005	FOLHA DE S.PAULO cotidiano
AMBIENTE	
Imagens de satélite e GPS minimizam custo e risco de tomada ilegal de terras; invasores trocam época de derrubada	

Tecnologia muda cara da grilagem no PA

REINALDO JOSÉ LOPES
DA REPORTAGEM LOCAL

Queimada no município paraense de São Félix do Xingu, feita no ano passado; área desmatada ali cresceu sete vezes desde 1997

Fonte: Dado Galdieri/AP - 07.abr.2004 (Folha de São Paulo, 14 de março de 2005)

Sequência discursiva para análise 84

ENUNCIADO D

S. Paulo, 17 de dezembro de 2004 **FOLHA DE S. PAULO cotidiano**

NEBLINA AMAZÔNICA Edifícios são encobertos pela fumaça em Manaus, ontem; a causa são as queimadas realizadas no Pará, de acordo com o Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais)

Nos enunciados destacados acima como A, B, C e D, verifica-se uma relação causal entre índice de ‘desmatamento’ e estado do ‘Pará’. No enunciado A, apesar de não se enunciar o termo ‘desmatamento’ e ‘desmatada’, como em B e C, ou ‘Queimadas’, como em C e D, com o substantivo ‘proeza’, atribuído à fala do ‘Presidente’, ficam implicados esses sentidos. Isto se considerarmos os enunciados que circularam na “Folha de S.Paulo” antes e depois da fala atribuída ao ‘Presidente’ e também enunciada pelo Jornal.

Os enunciados B, C e D também podem responder o porquê de a ministra ‘Marina Silva’ criar áreas ‘protegidas no PA’. Se há necessidade de se criar áreas de proteção ambiental, é pelo fato de o meio ambiente estar ameaçado. As ameaças feitas ao meio ambiente no estado do ‘Pará’ vêm enunciadas nas manchetes, chamadas e nos créditos da foto jornalística veiculados pelo jornal. O ‘prodígio’ de ‘Marina Silva’ deve-se ao fato de ela proteger a Floresta Amazônica no estado do ‘Pará’:

- 1) Onde se verifica o ‘aumento em 50% no desmatamento’ enquanto o índice nos demais estados amazônicos está em queda, conforme o enunciado B;
- 2) Onde se localiza o município de ‘São Félix do Xingu’ apresentando um crescimento de área desmatada ‘em sete vezes desde 1999’, portanto, em 100% ao

ano, considerando o fato desse enunciado ser veiculado em 2004, conforme o enunciado C;

- 3) Onde se provoca poluição até mesmo em outros estados, conforme a sequência discursiva verificada no enunciado D, o que se faz mais grave.

Tomando por compreensão a arqueologia do discurso proposta por Foucault (2008a), vimos ser pelo campo enunciativo que o enunciado pode também produzir seu sentido, ou seja, será pelos dizeres ditos, repetidos ou contraditos que se constrói o sentido do que é dito. Na interdiscursividade de uma mesma ou de outra formação discursiva, o sentido do enunciado se estabiliza ou desestabiliza.

Analisemos agora os enunciados de D, considerando sua força argumentativa no sentido de se identificar o Pará como um dos maiores, senão o maior responsável pela degradação do meio ambiente no país:

Sequência discursiva para análise 85

NEBLINA AMAZÔNICA Edifícios são encobertos pela fumaça em Manaus, ontem; a causa são as queimadas realizadas no Pará, de acordo com o Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais)

No enunciado principal, temos em ‘NEBLINA AMAZÔNICA’ um sintagma nominal. Pelo substantivo ‘neblina’ se faz uma remissão a uma realidade climática que não faz parte da Amazônia, mas sim mais regularmente do Sudeste e Sul do Brasil, daí mais identificada com a perspectiva geográfica dos sujeitos enunciadoreis mais próximos do jornal “Folha de S.Paulo”, no caso, os paulistas. Considerando-se a ausência de ‘neblina’ na região marcada pelo adjetivo ‘amazônica’, esse substantivo vai assumir um sentido a partir do processo metafórico de interseção. Assim, tal como a neblina produzida pelo gelo, pelo frio, também se tem a fumaça produzida pelo fogo.

Então, em seguida será enunciada a palavra ‘fumaça’, no enunciado ‘Edifícios são encobertos pela fumaça em Manaus, ontem’. Fica bastante ressaltada a grande quantidade de ‘fumaça’ que adentrou na capital amazonense a ponto de deixar os ‘Edifícios [...] encobertos’. Por este último substantivo, caracteriza-se uma paisagem urbana.

No enunciado seguinte, irá se enunciar a procedência da ‘fumaça’. Desse modo, temos ‘a causa são as queimadas realizadas no Pará, de acordo com o Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais)’. Além de devastar a floresta, as ‘queimadas’ no ‘Pará’ estão causando poluição nos centros urbanos mais distantes, tamanho são seus índices. A força do

comprometimento do estado do ‘Pará’ se torna maior na medida em que as consequências de suas ‘queimadas’ dirigem-se a outra capital amazônica: ‘Manaus’. Essa cidade parece sofrer com as ações “antiecológicas” do estado do ‘Pará’.

No entanto, é preciso destacar que o efeito de sentido maior desse enunciado se dá pela relação que se estabelece entre ele e a foto jornalística:

Sequência discursiva para análise 86

S. Paulo, 17 de dezembro de 2004	FOLHA DE S.PAULO cotidiano
Foto 7. Título: NEBLINA AMAZÔNICA Edifícios são encobertos pela fumaça em Manaus, ontem; a causa são as queimadas realizadas no Pará, de acordo com o Inpe.	
	
Fonte: Alberto César Araújo/Folha Imagem (Folha de São Paulo 14 de março de 2005.)	

Essa foto jornalística primeiramente remete a uma memória discursiva acionando imagens bastante reincidentes. Pode acionar tanto imagens da capital paulista na época de frio quanto de uma poluição rural, agrária e ‘arcaica’, conforme veremos mais adiante. O primeiro sentido se mostra mais enfático, quando se ressalta a poluição da maior cidade da América Latina, São Paulo. Nesse caso, verificar-se-ia uma poluição industrial, mais própria da atualidade. No segundo sentido, observar-se-ia uma poluição marcada por práticas ‘arcaicas’, ultrapassadas. Dois tipos de prática poluidoras condenáveis, diferenciando-se porém no fato de estarem mais ou menos vinculadas a distintos padrões tecnológicos.

Porém, os dois impactos talvez sejam efeitos de uma lógica: a transformação da natureza em “produtos” em circulação e se fazendo consumo, principalmente, por

consumidores que se “podem” mais ávidos, por estarem possibilitados de maiores condições de “compra”.

Vejamos novamente os enunciados de C:

Sequência discursiva para análise 87

AMBIENTE

Imagens de satélite e GPS minimizam custo e risco de tomada ilegal de terras; invasores trocam época de derrubada

Tecnologia muda cara da grilagem no PA

Conforme se observa acima, ressaltam-se as ‘queimadas’ relacionadas às de ‘fazendeiros’, bem como de ‘grileiros’. Pela tecnologia tanto se favorece ‘a tomada da terra ilegal’ por parte dos ‘invasores’ quanto se desenvolvem os saberes relativos à ação das ‘derrubadas’. A relação intradiscursiva entre os enunciados é construída textualmente. Assim, quando há ‘tomada ilegal de terra’, haverá ‘invasores’, esses exercem “grilagem”, portanto, são os ‘grileiros’.

Também observamos um processo discursivo metonímico construindo a intradiscursividade entre as duas chamadas. Observa-se na metonímia uma relação de causa e efeito, de processo e produto. Assim, considerando-se os sintagmas nominais do primeiro enunciado, ‘imagens de satélite e GPS’ e ‘Tecnologia’, teríamos nos primeiros substantivos concretos e no segundo um substantivo abstrato.

Por esse processo metonímico verifica-se a presença do saber (abstrato) no produto (concreto) desse saber, ou seja, a tecnologia que poderia ser colocada como distante da “realidade” amazônica, do Pará, mostra-se próxima, presente, até mesmo desenvolvida como necessidade imposta por essa “realidade”. Além de a tecnologia ser resultante da “realidade” ambiental do Pará, também advém de saberes mais delimitados à vivência daqueles que são identificados como paraenses. O saber amazônico paraense, muitas vezes menos valorizado, até mesmo apagado pela ordem do discurso acadêmico, não deixa de estar presente no saber do “outro”, daquele que tem o poder de fazer sistematizar e circular seu conhecimento.

Analise a foto jornalística do enunciado C exposto anteriormente (p. 230):

Sequência discursiva para análise 88

S. Paulo, 14 de março de 2005

FOLHA DE S.PAULO **ciência**

Foto 8. Título: Queimada no município paraense de São Félix do Xingu, feita no ano passado; área desmatada ali cresceu sete vezes desde 1997



Fonte: Dado Galdieri/AP - 07.abr.2004
(Folha de São Paulo, 17 de dezembro de 2004)

Retomando a “espetacularização” do acontecimento construída pela lente imagética do jornal, verifica-se o jogo de cores com que se demonstram as ‘queimadas’ na área de ‘São Félix do Xingu’ no ‘Pará’. Mais do que apresentar as atitudes e os interesses provocadores de ‘queimadas’ e ‘desmatamento’, ou seja, a destruição do meio ambiente, interessa para o jornalismo, por meio de materializações verbais ou de imagens provocadoras de sentidos, transformar os fatos/eventos em “produtos”, distanciados do tempo e do espaço do vivido, mas realçados à exposição na “vitrine” atenta aos desejos fugazes.

Na imagem da floresta em chamas, o verde das árvores em sua iminência de “morte” se faz personagem exposto ao terror da destruição, solícito de “socorro”. Não é tanto o meio ambiente em ameaça que se demonstra como motivo do debate, mas sim o atraente e sedutor “espetáculo” de sua destruição. Muito mais do que denunciar os atores sociais, responsáveis pela degradação ambiental, o objetivo maior da indústria da informação é transformar tal fato noticiado em espetáculo e, assim, promover os sujeitos sociais à condição de “protagonistas” de uma sedutora narração midiática; tornar o evento um enredo a ser “compulsivamente” buscado pelos enunciatários, consumidores do jornal.

O município de ‘São Félix do Xingu’, ressaltado pela foto jornalística acima, mostra-se como emblemático na destruição do meio ambiente. O fato de esse município ser um dos que mais desmatam do país coloca o ‘Pará’ em segundo lugar entre os estados brasileiros que mais devastam florestas. Vejamos um texto que se concentra nesse município:

Sequência discursiva para análise 89

São Paulo, domingo, 21 de setembro de 2003	FOLHA DE S.PAULO brasil
PARÁ	
Ataque à mata e terra irregular marcam região	
FREE-LANCE PARA A AGÊNCIA FOLHA EM SÃO FÉLIX DO XINGU	
(MS)	

Na manchete da notícia, já se verifica em destaque o binômio “destruição e apropriação” ‘irregular’. O substantivo ‘ataque’ denota agressão ‘à mata’. O mesmo termo pode ser considerado um substantivo deverbal, ou seja, apresentando um conteúdo semântico implicado numa ação. Daí pode ser compreendido no enunciado como um substantivo que denota a personalização de uma ação que se faz por si só, de tão presente que se faz naquele cotidiano, por isso apresentando muito poder. A presença do substantivo ‘ataque’ remete ainda a uma memória discursiva de “guerra”.

O substantivo ‘mata’, designador da floresta, também remete a outro significado coincidindo com o sentido de destruição referido pela manchete, ou seja, a ‘mata’ refere-se à floresta em destruição, em estado de “morte”. Desse modo, produz-se um efeito metafórico no plano do significante, entre o substantivo ‘mata’, ou seja, floresta, e a ação verbal “matar”, causadora da destruição.

A estrutura da formulação que produz a manchete pode ser descrita como uma oração em período simples, constituída por sintagma nominal sujeito composto, ‘ataque à mata e terra irregular’, e um predicado verbo transitivo direto, ‘marcam região’. A ausência de pronomes em função de adjunto ou dos artigos definidos ‘o’ e ‘a’, respectivamente, diante dos

substantivos ‘ataque’ e ‘terra’, aponta tanto para um ‘ataque’ que não se circunscreve a um evento, ou seja, não foi ‘um ataque’ a um sujeito, não foi o “meu” ‘ataque’; quanto para uma ‘terra’ que não é específica. Assim, o ‘ataque’ à ‘mata’ e a irregularidade da terra caracterizam a ‘região’.

No primeiro parágrafo do texto, o enunciador jornalístico realiza uma breve descrição:

Sequência discursiva para análise 90

Caminhões que trafegam livremente à noite carregados de madeira, queimadas e dezenas de quilômetros de áreas devastadas impunemente.

Esse é o retrato da zona rural de São Félix do Xingu.

Nos dois primeiros enunciados, descrevem-se duas cenas. A primeira ressalta o trânsito dos ‘caminhões’. O verbo no presente ‘trafegam’, além de aproximar a cena descrita dos enunciatários, também imprime um sentido de ação inacabada, continuada e constante. A expressão ‘à noite’ funciona como adjunto adverbial de tempo do núcleo verbal do predicado verbo-nominal ‘trafegam livremente à noite carregados de madeira’. Por essa expressão marca-se o sentido de uma ação proibida, por isso realizada num horário noturno, de pouca visibilidade. Então, essa “liberdade” só é facilitada pelo fato de ocorrer ‘à noite’. Essa rotina parece contribuir sobremaneira para que ‘São Félix do Xingu’ seja caracterizado pelo ‘Ataque à mata’ e pela irregularidade na apropriação da ‘terra’.

A expressão ‘carregados de madeira’ é o núcleo nominal do predicado, referindo-se ao pronome relativo ‘que’, termo de retomada do substantivo ‘caminhões’. Então, quem trafega são os ‘caminhões’. Esses se encontram ‘carregados de madeiras’. Essa expressão materializa-se como núcleo por trazer a informação principal da notícia em tom denunciante.

A segunda cena ressalta a destruição no referido município. Nessa mostra-se tanto o processo da destruição ambiental ‘queimadas’ quanto o produto desse processo ‘áreas devastadas’. Essa paisagem é descrita como constante, fazendo-se o ‘retrato’ do município enunciado pela mídia como um dos campeões do desmate da floresta amazônica no Pará.

Desse modo, além do movimento dos ‘caminhões’ que ‘circulam’ na ‘noite’, numa demonstração de liberdade diante do “crime ambiental” cometido, se fazem visíveis ‘as queimadas’ e as ‘dezenas de quilômetros de áreas devastadas’. Assim, há liberdade diante de atividades ilegais por haver impunidade, conforme fica demonstrado na relação entre os adjetivos ‘livremente’ e ‘impunemente’. Então, materializa-se na similaridade fônica dos

significantes o efeito de sentido de causa e consequência discursivamente sugerido. Então, só há caminhões carregados de madeira porque há devastação de áreas.

Então, a relação de implicação sintática entre o último enunciado do parágrafo (‘Esse é o retrato da zona rural de São Félix do Xingu’) e os três enunciados anteriores (1-‘Caminhões que trafegam livremente á noite carregados de madeira’; 2-‘queimadas’; 3- ‘e dezenas de quilômetros de áreas devastadas impunemente’) respaldam uma relação semântica entre o transporte ‘ilegal’ de ‘madeira’ e a existência de ‘queimadas’. O referido transporte é fruto da devastação no município de ‘São Félix do Xingu’, ou seja, só se transporta a madeira porque houve devastação. As ‘queimadas’ parecem apontar para a presença de outra atividade na região, além da extração de ‘madeiras’, como a atividade agrícola e os grandes rebanhos das fazendas.

O ‘retrato’ da zona rural dessa cidade do interior do ‘Pará’, feito pelo jornalista no último enunciado do parágrafo, foi demonstrado antecipadamente. A proximidade do enunciador jornalístico da cena descrita é ratificada nos dois enunciados seguintes: ‘A Agência Folha circulou por ramais de estradas de terra na última quinta-feira e constatou pelo menos dez queimadas em menos de 24 horas’.

Foi possível ao jornal descrever tal ‘retrato’ por ter ido lá, por ter exercido uma das funções principais do jornalismo, para que sua “verdadeira” enunciação acerca do “real” seja respaldada: o testemunho presente. Mais do que uma história apurada, seria a própria realidade falando por si própria.

Logo em seguida, ressaltando ainda mais a proximidade enunciativa, apresenta-se o discurso direto de um agricultor da região:

Sequência discursiva para análise 91

“Essa é a lógica aqui. Primeiro vem o madeireiro e retira as árvores. Depois, vem o grileiro e o fazendeiro e tomam posse da terra com seus seguranças armados para criar gado”, explica o agricultor Luiz Gomes Ribeiro, morador da Vila Taboca.

Realizando uma progressão argumentativa textual, o discurso direto traz a “voz” do ‘agricultor’ e ratifica o dito. Este dito se fará respaldado numa fala testemunhal da “realidade”. Assim, o ‘agricultor’ que vive a “realidade” de ‘São Félix’ descreve a ordem das ações e sugere a relação de causa e efeito entre elas. Desse modo, tendo sido a extração de ‘madeira’ já anunciada no texto, a presença de ‘grileiros’, sugerida desde a manchete, reaparece com outros sujeitos, os ‘fazendeiros’. Aos primeiros, cabe a tomada da terra, aos

segundos, da propriedade. Assim, na fala do ‘agricultor’ ficará esclarecido o porquê das ‘queimadas’: a criação de fazendas.

Portanto, pelos ‘fazendeiros’ ressalta-se a propriedade de largas extensões de terra, caracterizando os latifúndios. Diante disso, verificam-se, junto aos ‘fazendeiros’, ‘seguranças armados’, submetidos à ordem do poder daqueles. Sugere-se, então, nessa fala do ‘agricultor’, o conflito agrário no município, evidenciado pelo uso de armas por parte dos ‘fazendeiros’.

Após possibilitar o testemunho “ocular” da “realidade” por parte dos leitores do jornal e referendá-lo na fala de um ‘agricultor’ morador de uma vila no município, a enunciação jornalística irá se basear num discurso que, embora circule na capital paraense, distante do fato ocorrido, noticiado, no caso, ‘em Belém’, se faz respeitado. Isto por constituir-se numa posição-sujeito representativa do discurso da Justiça Federal:

Sequência discursiva para análise 92

O procurador da República em Belém, Felício Pontes, que esteve na região há dois anos confirma a destruição ambiental:

“Há áreas em São Félix do Xingu que não podem ser tocadas porque são da União. É preciso que se desenhe com urgência um mosaico de unidades de conservação para que seja definido o que pode ser cultivado e o que não pode”.

O enunciador, pelo que representa na esfera a que se vincula, imprime autoridade ao seu dizer. Em sua fala, ‘Felício Pontes’ esclarece aquilo que é anunciado na manchete do texto: a ilegalidade do uso das ‘áreas em São Félix do Xingu’. A enunciação atribuída ao ‘procurador’ registra a necessidade de se demarcar ‘o que pode ou não ser cultivado’. Nessa posição enunciativa um novo argumento é trazido para o texto em torno da função do poder instituído, principalmente, o executivo. Então, se há ‘unidades’ de terras ocupadas ilegalmente, é porque o estado precisar delimitar e proteger o que deve ser usado.

Após referir-se à enunciação de um sujeito distante da vivência do município, o ‘procurador’, na segunda parte do texto, iniciada com a expressão ‘Meio Ambiente’, o jornal volta a trazer a “voz” de um sujeito próximo de ‘São Félix do Xingu’. Neste caso, não mais será a enunciação de um ‘agricultor’ que se enunciará, mas, numa espécie de cotejamento, se trará a fala de uma autoridade local, o ‘secretario do Meio Ambiente’ do município:

Sequência discursiva para análise 93

Meio Ambiente

Para o secretário de Meio Ambiente de São Félix do Xingu, Rogério Almeida, "a questão ambiental na cidade está relacionada ao problema de conflitos fundiários". "O Ibama não sabe de quem é determinada terra porque não há registros de posse, então ninguém poderá ser responsabilizado por crimes ambientais", disse.

Tal como o texto sugeriu na descrição inicial, verifica-se uma implicação entre a extração de 'madeira' e a 'posse' da terra. Na fala do 'agricultor', demonstrava-se uma relação entre os 'madeiros', os 'grileiros' e os 'fazendeiros'. Por esses sujeitos, num jogo de poder, se constituíam ações de extração da 'madeira', apropriação provisória e preparação da terra e posse latifundiária. Na fala do 'procurador', aponta-se uma responsabilidade e uma possibilidade de solução: respectivamente, a demarcação de áreas de 'conservação' e a responsabilidade governamental por isto.

Na fala do 'Secretário de Meio Ambiente' de 'São Félix do Xingu', o que foi apontado pelo 'procurador' como causa do impacto ambiental no município, a não legalidade da propriedade da terra, será confirmado. Num primeiro enunciado, o enunciador relaciona a 'questão ambiental' 'na cidade' com os 'conflitos agrários'. Em relação à 'questão ambiental', fica clara a referência feita.

No entanto, quando se fala em 'conflitos agrários', o termo 'conflito' pode remeter intradiscursivamente ao que foi dito pelo 'agricultor', ou seja, ao uso de 'armas' pelos 'seguranças' dos 'fazendeiros'. Neste caso, o sentido de 'conflito' alude diretamente à luta, ao uso de violência. Mas, a linha de interpretação referente à enunciação do 'secretário' não aponta diretamente para ações conflituosas entre 'fazendeiros', 'grileiros' e 'trabalhadores rurais'. Então, ressalta-se o sentido de posse, o 'conflito' diante do uso, da ocupação da propriedade.

No enunciado seguinte, ressalta-se a ausência de um saber fundamental por parte de uma instituição fiscalizadora do uso da terra, o 'Ibama'. Este 'não sabe de quem é determinada terra', por não haver títulos. Pela falta de um saber a quem cabia lhe possuir, 'ninguém poderá ser responsabilizado pelos crimes ambientais'.

Desse modo, a impunidade enunciada pelo sujeito jornalístico no primeiro parágrafo se confirma, com o argumento de que se não se têm provas, não se pode punir, ainda que os 'caminhões' em transporte de 'madeira' e as inúmeras 'queimadas' sejam vistos 'a olho nu'. A materialidade enunciativa do texto pode conduzir a um caminho de leitura. Então, seria a falta de legalidade das terras a responsável pelo 'desmatamento'? Como resolver o problema ambiental no município? Em discurso indireto, o jornal aponta para uma solução indicada

pelo ‘secretário’ do Meio Ambiente: ‘a solução do problema ambiental passa pela regularização das terras’.

Garantindo-se a verdade do dito, enuncia-se, no final do texto, o alto percentual de terras ilegais no município. A enunciação aparece em discurso indireto, atribuída ao ‘secretário’, outra vez denotando adesão da fala desse àquela do jornalista: ‘Segundo ele, 70% das propriedades não têm título. E, quando possuem, são em geral questionáveis’.

Na mesma perspectiva do ‘procurador’, também o ‘secretário’ municipal irá responsabilizar o governo, tanto o estadual quanto o federal, pelo grande número de ‘propriedades’ sem ‘título’. Tal denúncia também se fará em discurso direto:

Sequência discursiva para análise 94

“Hoje a atuação estadual e federal é praticamente inexistente em São Félix do Xingu. O Incra nunca conseguirá solucionar os problemas fundiários na região com a implantação de projetos de assentamento isolados, que estão sendo feitos na zona rural”.

O fato de a “autoria” da denúncia ser atribuída a duas autoridades, no caso, ao ‘procurador’ e ao ‘secretário’, confere grande credibilidade ao dito. A denúncia parte de “vozes” do poder público, no entanto, feita por parte de sujeitos não incumbidos da competência de ‘solucionar os problemas fundiários’, de garantir a legalização das áreas ocupadas. Nos dois posicionamentos, há uma simetria entre a fala das autoridades, respectivamente, federal e local, materializadas no texto.

Outro grande foco divulgado pela “Folha de S.Paulo” como tendo um alto índice de ‘desmatamento’ e ‘queimadas’ no estado do ‘Pará’ é o município de ‘Tailândia’. Dentre os municípios apontados por essa característica é o que fica mais próximo à capital, numa distância de ‘218 quilômetros’. Considerando esse espaço, vejamos um texto tratando da operação de combate ao ‘desmatamento’ chamada de ‘arco de fogo’, do Governo Federal:

Sequência discursiva para análise 95

São Paulo, sexta-feira, 22 de fevereiro de 2008 **FOLHA DE S.PAULO** **ciência**

Fechamento de serrarias ameaça “quebrar” Tailândia, diz secretário

Exploração florestal em cidade do Pará movimenta 70% da economia local

FÁBIO GUIBU

DA AGÊNCIA FOLHA, EM TAILÂNDIA (PA)

MATHEUS PICHONELLI

DA AGÊNCIA FOLHA

O texto aparece no caderno ‘ciência’ revelando, conforme vimos em muitos outros textos que se relacionam a fatos ocorridos no estado do ‘Pará’, a sustentação do discurso jornalístico na autoridade científica. As duas chamadas da notícia acima são constituídas por dois enunciados. Esses indicam a grande relação de dependência entre a extração de madeira, logo o desmatamento, e a ‘economia’ do município de ‘Tailândia’.

A primeira chamada traz um discurso indireto que se faz bem assimilado à enunciação jornalística, por não vir marcado pelo pronome relativo ‘que’, sendo indicado apenas pelo verbo dicendi ‘diz’. O enunciado relaciona diretamente o ‘fechamento’ de ‘serrarias’ ‘à economia de Tailândia’. Então, se com ‘o fechamento’ de serrarias a cidade terá sua ‘economia’ ameaçada é porque toda a atividade econômica gira em torno de ‘serrarias’.

Entre ‘serrarias’ e ‘desmatamento’, há uma relação metonímica, na medida em que as ‘serrarias’ cortam ‘madeiras’ de árvores derrubadas pela ‘exploração florestal’. Só há muitas ‘serrarias’ por haver muita ‘exploração florestal’. Por meio dessa se abastecem as ‘serrarias’, se realiza o trabalho mais formal no município, onde se busca garantir a renda para sobrevivência.

Apesar de no enunciado seguinte não se dizer que houve diminuição da ‘exploração florestal’, isto fica indicado a partir do primeiro, pois o possível fechamento das ‘serrarias’ é resultante da diminuição da tal ‘exploração’. Também, ao se dizer onde ocorre a ‘exploração’, ou seja, numa ‘cidade do Pará’, estabelece-se uma inclusão entre essa expressão e o substantivo ‘Tailândia’. Daí, o que fica sugerido na chamada da notícia em relação à ‘operação’ liderada pelo ‘governo federal’, intitulada ‘arco de fogo’, será dito no interior da enunciação textual: ‘Há três dias sob vigilância de 200 policiais, os moradores de Tailândia (PA) convivem com a ameaça de um novo levante e com o risco do desemprego’.

O poder de vigilância da ‘polícia’, mais do que o cumprimento de uma ordem estabelecida pelo Estado, demonstra um exercício de poder pela força. Nesse caso, temos uma vigilância constituída por um grande contingente, ou seja, feita por ‘200 policiais’. Também

tal vigilância se torna mais repressora pelo longo período temporal em que se exerce: ‘Há três dias’. Assim, o órgão oficial reprime ‘os moradores de Tailândia’, que já se mostram sancionados, por estarem impedidos de realizar seu trabalho nas ‘serrarias’.

A constituição da unidade textual se faz pela intradiscursividade entre os enunciados das chamadas e dos enunciados do restante do texto. Nesse sentido, verificamos uma relação causal entre ‘a ameaça de quebra’ da cidade e o ‘risco do desemprego’. No complemento nominal ‘novo levante’, pressupõe-se um ‘levante’ anterior, o que busca justificar a própria ação repressiva da ‘polícia’. Os ‘moradores de Tailândia (PA)’ são ameaçados, então, não somente pelo ‘desemprego’, como pela revolta diante disto.

Sequência discursiva para análise 96

Na cidade de madeireiros, a possibilidade do fechamento das serrarias pelo governo federal revolta e assusta a população. A prefeitura diz que, se isso acontecer, a cidade “quebra”.

Também o elo entre os enunciados do texto se faz pela relação entre ‘desemprego’, ‘fechamento das serrarias’ e ‘extração florestal’. Isto porque, conforme vimos, o emprego dos ‘moradores’ depende das ‘serrarias’, que, por sua vez, precisam das ações de extrativismo, ou seja, do ‘desmatamento’. A ação do governo de reprimir o ‘desmatamento’ “estrategicamente” fechando as ‘serrarias [...] assusta a população’. Se para o ‘governo federal’ fechar as ‘serrarias’ representa preservação e vida ‘florestal’, para os moradores isto significa ausência de sobrevivência, “morte” para a cidade, como vemos a seguir: “Se os setores fecharem, Tailândia se inviabilizará.”

Essa fala em discurso direto do ‘Secretário de Administração Municipal’ ressalta a total dependência do município em relação à ‘extração de madeira’. Tal enunciação é sustentada por outra que lhe antecede, também atribuída ao referido secretário: ‘a movimentação financeira fruto da extração da madeira, das serrarias e carvoarias é de cerca de 70% dos recursos que circulam hoje na cidade’. Esta, ao aparecer em forma de discurso indireto, ou seja, sem marcas que indiquem a “voz” de quem a enuncia, parece assumida pela enunciação jornalística.

Esse enunciado se mostra como o desenvolvimento tanto da primeira quanto da segunda chamada da notícia, assim apresentando a perspectiva enunciatória do discurso

jornalístico à enunciação do ‘Secretário Municipal’. A sequência discursiva do texto também aponta nessa direção:

Sequência discursiva para análise 97

Emancipado há 19 anos e com receita mensal de R\$ 3 milhões, o município de 67 mil habitantes surgiu a partir da exploração da floresta há cerca de 40 anos. De acordo com o secretário, nesse período, 60% da cobertura vegetal original de Tailândia, que tem 4.440 km², se perdeu. (Grifo nosso).

Pelo que se percebe, tal como se viu principalmente na segunda chamada, ‘Exploração florestal em cidade do Pará movimenta 70% da economia local’, o discurso jornalístico não fica linguisticamente distinto da enunciação do ‘Secretário’, estando na forma de discurso indireto livre: a fala do ‘secretário’ é incorporada pela enunciação do jornal. Isto porque as informações trazidas a respeito do recente período de emancipação do município, ‘há 19 anos’, sua arrecadação ‘R\$ 3 milhões’, o número de habitantes ‘67 mil’ e principalmente o tema de que tratamos nessa unidade ‘desmatamento’, vêm aparecer como motivadores do surgimento do município ‘há cerca de 40 anos’.

A identificação do sujeito enunciador, ‘Secretário’, dos dois enunciados (grifados) só é possível pela sequência enunciativa em que se marca a fala desse sujeito por meio da expressão adverbial introdutória do discurso do outro, ‘de acordo’. O que será enunciado após essa expressão refere-se ao histórico do ‘desmatamento’: ‘desde a ocupação da área geográfica em que se encontra o município, 60% da cobertura vegetal original de Tailândia [...] se perdeu’.

Esse enunciado está em direta relação de sentido com o que se disse antes, ou seja, o surgimento do município em torno da ‘exploração da floresta’. Daí, apesar de não haver marcas que possam conferir atribuição de tal enunciado ao ‘secretário’, do ponto de vista argumentativo, isto fica demonstrado.

Embora registrando o intensivo ‘desmatamento’ anunciado pelo ‘secretário’ municipal, sua enunciação conduz a leitura do texto para o argumento do “impasse”. Esse fica indicado como paráfrase discursiva de sua fala. Desse modo, focaliza-se destacadamente no viés do noticiário do evento o seguinte: embora seja evidente o desmatamento no município, até pelo

fato desse ter surgido motivado pela exploração vegetal; a sobrevivência do município depende inteiramente dessa atividade.

Assim, sem ser enunciada, mas dita por entre argumentos pertinentes, colocam-se questões: como acabar com o desmatamento no município?

Sequência discursiva para análise 98

O governo não pode reprimi-lo de uma só força, até por ter contribuído para que chegássemos onde estamos.

Vieira não culpa, porém, apenas os madeireiros pela situação.

Para ele, faltou também fiscalização e orientação das autoridades federais.

Ainda que nessa enunciação se ressalte a ‘culpa’ dos ‘madeireiros’, o secretário ‘Vieira’ aponta ainda a responsabilização do ‘governo’ acerca da problemática. Então, pela “voz” recorrente enunciada, parece argumentar-se: se o ‘governo’ tivesse tomado providências antes agora a situação não ficaria muito complicada.

Vejam os enunciados de uma ação do ‘governo’ diante da operação que produzirá outros enunciados, determinando a progressão argumentativa do texto: ‘O governo, que apreendeu 13 mil m³ de madeira ilegal na região, avalia em pelo menos R\$ 5 milhões tudo o que foi confiscado’.

No enunciado, relaciona-se diretamente a quantidade de ‘madeira ilegal’ apreendida ao seu valor monetário, demonstrando-se a riqueza da floresta, quando transformada em “produto”. Essa atitude do governo de apreender o principal “produto” da cidade é ressaltada como motivo de ameaça de ‘quebra’ da economia do município. A ação do ‘governo’ federal de apreensão da ‘madeira’ vem provocando o ‘fechamento’ de ‘madeireiras’: ‘As 64 madeireiras legalmente registradas na cidade geram 1.552 empregos’

Apesar da grande quantidade de ‘madeira’ ilegal apreendida, as ‘madeireiras’ são ‘legalmente registradas’, o que indica uma contradição entre a “matéria-prima” e o “produto” dela resultante, ou seja, a indústria que prepara o produto para o consumo se mostra legal, embora não o seja sua ‘matéria-prima’. O processo de transformação da ‘madeira’ desmatada em “produto”, trazendo-o para o centro de consumo, se mostra favorecido pela legalidade, necessária para uma sociedade facilitadora dos fins, ainda que os meios possam se fazer

abusivos. Nesse sentido, ilustremos aquilo que é indicado no próprio texto como ‘cadeia produtiva’:

Sequência discursiva para análise 99

A principal fábrica de móveis local, a Belmóveis, ameaça fechar as portas.
Ela consome 120 m³ de madeira por ano, quantidade suficiente para fabricar 3.000 camas de casal.

Das ‘madeiras’ apreendidas, fabricam-se os ‘móveis’ locais, cerca de ‘3.000 camas de casal’ por ano. A ilustração dessa relação entre ‘matéria-prima’ e “produto de venda” alcança proporções muito maiores daquela atribuída à ‘Belmóveis’. Em outros espaços, em outros “produtos”, para outras clientelas, também se faz utilizada a ‘madeira’ desmatada desse município. Mas, parece não serem esses espaços enunciados pela “voz” jornalística.

Retornando-se ao predicado verbal do enunciado anterior, ‘geram 1.522 empregos’, e considerando-se a rede de sentidos intradiscursivos em que está inserido, acredita-se que tal predicado não está só dando a informação a respeito do número de empregos, como também deixando o argumento de que a apreensão de ‘madeira’ resulta no fechamento das muitas ‘madeiras’ e, assim, no desemprego, conforme se enunciou logo no início do texto.

Essa situação é ratificada no texto, quando se traz em discurso direto a enunciação de um ‘trabalhador’ marcada por aspas: “Estão dizendo que a firma pode fechar. Se eu sair daqui, não tem para onde correr”, ‘disse José Hipólito da Conceição, 36, funcionário da Serraria Catarinense há quatro anos.’

O caráter de ‘ameaça de quebra’, expresso desde o início do texto, ratifica-se no discurso do ‘trabalhador’, por meio da locução verbal ‘estão dizendo’. Tanto a forma verbal em terceira pessoa quanto o gerúndio, e ainda o verbo auxiliar ‘pode’, imprimem o sentido de incerteza sobre o provável desemprego do ‘trabalhador’. Nessa fala, demonstra-se a partir de um sujeito social particular que o fechamento das ‘serrarias’, além das ‘madeiras’, está conduzindo a totalidade do município ao ‘caos’ social.

O tom de ameaça percorrendo o texto, apontando para as repercussões sociais da operação do governo federal ‘arco de fogo’, visando a desmontar a cadeia extrativista vegetal, indica uma pressão, embora velada, para que as ações do ‘governo federal’ sejam revistas, porque seriam socialmente inviáveis.

Embora essa cidade não faça parte das mesorregiões Sudeste e Sudoeste do Pará, ainda foi bastante influenciada pela colonização que se estabeleceu a partir da Transamazônica. Desse modo, reflete a imigração, principalmente do Sul e Sudeste do país, observada naquelas mesorregiões. Esta migração pode ser ilustrada pela presença em Tailândia de um estabelecimento característico da economia da região, denominado de ‘Serraria Catarinense’.

Ainda que as atitudes do ‘governo federal’ estejam presentes no texto, provocando a enunciada ‘quebra’ no município de ‘Tailândia’, isto por ter ‘fechado [...] madeiras’ e também ‘serrarias’ que sustentam toda a economia local; sua fala não se faz pronunciada no texto. O ‘governo federal’, executor da operação, só se faz citado pela enunciação que maior destaque apresentou na tessitura textual, a “voz” do Secretário de Administração do Município.

No entanto, conforme os sentidos que circulam na produção do discurso construído pelo texto, evidencia-se, a partir do realce dado aos resultados da ação do governo, a necessidade de um posicionamento desse. Esse posicionamento é trazido em ‘nota’, o que pode apontar, ao mesmo tempo, um distanciamento do ‘governo’ em relação à provável ‘quebra’ do município de ‘Tailândia’, com a continuidade de suas ações de impedir a ‘atividade produtiva principal da cidade’; como também uma não assimilação da palavra do ‘governo’ que só veio aparecer nos últimos enunciados da notícia. Vejamos: “Não se trata de uma operação de curta duração, mas sim de um projeto de longo prazo de atuação do Governo Federal na área”, diz o texto.

Destaca-se na enunciação atribuída ao governo tanto as locuções adjetivas de tempo, ‘curta duração’ e ‘longo prazo’, quanto os substantivos em contraste semântico, ‘operação’ e ‘projeto’. Dessa maneira, ao indicar uma implicação entre a ‘operação’ que é algo temporalmente circunscrito e um ‘projeto’ que se configura num caráter mais permanente, fica expresso pelo ‘governo’ que a “protestada” ‘operação arco verde’, por incluir-se num ‘projeto’ maior, não poderá ser interrompida. Ao trazer a enunciação do governo em forma de ‘nota’, a enunciação jornalística indica que sua fala não possibilitou questionamento por parte da imprensa.

Dessa mesma notícia, selecionamos a imagem abaixo, considerando sua produção de sentido no texto jornalístico acima analisado:

Foto 9. Título: Policiais contém manifestação em Tailândia na última terça.



Fonte: Paulo Santos/Reuters
(Folha de São Paulo 22 de Outubro de 2008).

A fotografia jornalística coloca em primeiro plano os policiais, que estão à frente. Ao fundo se verifica a população. A escolta policial é demonstrada próxima à lente fotográfica. Além disso, observa-se o sentido de conjunto que se expressa tanto pelo uniforme usado quanto pela proximidade entre os policiais. Ao longe da lente fotográfica, ao fundo da imagem, num segundo plano, mais distante, observam-se os moradores da cidade. Da imagem desses, registra-se a dispersão, tanto pelo modo diverso em que parecem estar vestidos quanto pelo nível de organização expresso.

Diante da fotografia, não se observa uma ação de resistência consolidada, ainda que o texto escrito revele a revolta da população por meio do enunciado ‘O Fórum de Tailândia, depredado no protesto, está fechado’. Esse clima de maior resistência referente às ações do ‘governo federal’ é pouco ressaltado na notícia. O crédito expresso no enunciado ‘Policiais contém manifestação’ da foto jornalística confirma o controle policial.

A leitura da fotografia, conforme aquilo que é expresso no texto escrito, pode apontar para o sentido de força da polícia, do governo, diante de uma situação de certa “desproteção

social” da população. A câmera, destacando os policiais, demonstra a força desse poder na situação noticiada. Esses estão com a população sob controle, o que condiz com a posição de “segurança”, e até mesmo “intransigência”, atribuída à fala do ‘governo’, no final do texto.

Em ‘São Félix do Xingu’, a exploração ambiental, por meio do ‘desmatamento’ e ‘queimadas’, se mostrava bastante vinculada ao latifúndio. A partir do texto analisado, a enunciação jornalística relacionava a degradação florestal diretamente à demarcação de áreas ambientais protegidas. Quando se enunciava as ‘queimadas’ e a ‘devastação’ nesse município, não se referia a um beneficiamento interno da matéria-prima florestal, mas detia-se em demonstrar o impacto ambiental causado pela ação devastadora dos economicamente mais ricos. Também se demonstrava que a ‘madeira’ era extraída para ser vendida, exportada como “produto florestal”.

Em ‘Tailândia’, embora se evidencie a exportação de ‘madeira’ nos enunciados veiculados em outra notícia do mesmo jornal, ‘O Ibama acredita que as cerca de 60 madeiras de Tailândia possuem em estoque até 50 mil metros cúbicos de madeira ilegal, o suficiente para lotar 3.570 caminhões’, (Folha de S. Paulo, 26 de fevereiro de 2008)’, mais do que focalizar o ‘desmatamento’ ressalta-se sua relação com a cadeia econômica do município. O beneficiamento da matéria-prima é “desenhado” a partir da relação entre as ações de ‘madeiras’ e ‘serrarias’. No primeiro caso, a identidade que se “pode” causadora do ‘desmatamento’ se demonstra delimitada aos ‘madeiros, grileiros e fazendeiros’. Daí, a presença do trabalhador como risco ao meio ambiente não se faz ressaltada.

No segundo caso, ou seja, no município de ‘Tailândia’, pelo vínculo implicado na economia municipal, a extração de ‘madeira’ apresenta ‘a cumplicidade’ da população nos setores primário (extração), identificado aos madeiros; secundário (beneficiamento), feito pelas ‘serrarias’; terciários (comércio local). Em todos esses setores acaba-se por ressaltar a importância da extração ‘madeira’ para a sobrevivência da população, havendo muitos ‘trabalhadores’ assalariados, ou seja, nas condições legais trabalhistas, dependentes do ‘desmatamento’. Essa identidade da população trabalhadora, dos agricultores, com a exploração ambiental se faz bem ilustrada na foto jornalística:

Sequência discursiva para análise 100

São Paulo, quinta-feira, 02 de dezembro de 2004

FOLHA DE S. PAULO **ciência**

AMAZÔNIA

Dados preliminares divulgados ontem pelo Ministério do Meio Ambiente apontam

mais devastação em área crítica

Sistema indica avanço no desmatamento

Foto 10. Título: Queimada florestal feita por pequenos proprietários para criação de gado em Tailândia, Pará.



Fonte: Antônio Gaudério - 25.out.04/Folha Imagem.

CLAUDIO ANGELO
EDITOR DE CIÊNCIA
CRISTINA AMORIM
FREE-LANCE PARA A FOLHA

Na foto jornalística que ilustra a devastação da floresta, testemunha-se “uma queimada”, ao fotografar-se a floresta queimada. Nessa foto jornalística, a cena expressa o resultado das ‘queimadas’, aquilo que fica: um cemitério florestal. À frente, o foco no que resta, ou seja, tocos queimados, carvão vegetal. Ao fundo, a sobrevivente floresta ameaçada pela destruição. Na imagem da madeira carbonizada, a reminiscência de uma memória identificada nos restos da destruição, o ‘carvão’, ‘a lenha’. Esses, num mesmo campo associativo de sentido, remetem ao fogo de ‘lenha’, de ‘carvão’, muito usado nas residências mais populares e rurais do estado do ‘Pará’; remetem ainda particularmente ao tema do trabalho ‘infantil’ nas ‘carvoarias de Paragominas’. Ao lado da foto jornalística, temos o crédito: ‘Queimada florestal feita por pequenos proprietários para criação de gado em Tailândia, Pará’.

Conforme afirmamos anteriormente, a agressão à natureza será identificada não somente aos grandes proprietários e aos que a eles estão relacionados, mas também, no município de ‘Tailândia’, aos ‘trabalhadores’. O jornal já destaca a cidade paraense como caracterizada pela extração abusiva de ‘madeira’ da floresta para beneficiamento e

‘exportação’, o que constitui um grande crime. Também irá demonstrar por esse enunciado que até os pequenos proprietários desmatam a floresta para criar gados, praticando ‘queimadas’ nas áreas devastadas.

Essa imagem se faz “denúncia” na medida em que há um saber relativo à floresta que diz ser a preparação para a agricultura a partir de ‘queimadas’, de prejuízos para a terra. A imagem tanto denuncia quanto deixa implicado um tipo de manejo florestal ultrapassado usado na região, distanciando os produtores de um conhecimento “científico”, produtivo em outros estados que não recorrem a esse procedimento. No entanto, essa atividade realiza-se também por parte dos grandes proprietários, apesar de ser referida pelo discurso mais recorrente como verdadeiro, como constituindo um saber próprio dos pequenos proprietários.

6.3 EIXO DOS SABERES CULTURAIS, ARTÍSTICOS E CIENTÍFICOS

Considerando-se os textos incluídos no Eixo dos Saberes Culturais, Artísticos e Científicos, somente uma temática apresentou repetibilidade enunciativa. Em sua maioria esse eixo foi representado pela dispersão. A manifestação cultural e religiosa denominada ‘Círio de Nazaré’, nos seus 219 anos de festividade, constitui-se numa das maiores simbologias do estado do Pará. A seguir analisaremos basicamente dois textos e algumas manchetes, bem como imagens jornalísticas sobre essa importante manifestação religiosa e cultural que caracteriza o estado do Pará.

6.3.1 Círio de Nazaré: entre o simbólico/pitoresco produzindo um sentido de unidade

Há duzentos e dezenove anos acontece na capital paraense, Belém, a procissão denominada de ‘Círio de Nazaré’, promovida pela Igreja Católica com a adesão de diversas instituições oficiais e não oficiais. É a atividade que mais reúne pessoas no estado do ‘Pará’. Esse evento, por ocorrer todos os anos e pela sua dimensão, representa “a tradição” cultural do estado do Pará de maior visibilidade, ou ainda a mais regularmente divulgada pela imprensa brasileira.

Pelo Círio de Nazaré, atendendo à “tradição”, a multidão realiza um trajeto, um percurso em caminhada. A procissão do Círio de Nazaré pode ser entendida como uma caminha-

da de uma coletividade movida, talvez, por um ato comemorativo ou de reconhecimento de uma alteridade mítica a preencher espaços vazios de subjetividades.

A procissão revela-se não pelo andar acelerado e entrecruzado em diversidades de rumos do cotidiano, mas atravessada pelo ritmo do sagrado, que pode responder por uma necessidade. Assim, no dizer de Certeau (2008, p. 183): “Caminhar é ter falta de lugar. É o processo indefinido de estar ausente à procura de um próprio”. Nessa caminhada, os espaços do cotidiano da cidade se tornam elípticos. Então, o espaço do trajeto da “Santa”, da multidão em procissão, se faz todo. Aquele percurso se constitui numa totalidade, uma parte da cidade se faz “representar o papel de um mais” (CERTEAU, 2008, p. 181).

Referir-se à “tradição” remete à “memória”. Na relação entre memória e cristianismo, reconhece-se uma “religião de recordação”, assim, citando Meyer (1975), nos diz Le Goff (2008, p. 438):

[...] porque atos divinos de salvação situados no passado formam o conteúdo da fé e o objeto do culto, mas também porque o livro sagrado, por um lado, a tradição histórica, por outro, insistem (sic), em alguns aspectos essenciais, na necessidade da lembrança como tarefa fundamental.

Uma “memória” que, para ser representada na “tradição histórica” num caráter de lembrança e repetição de atos permanentes, deve se inscrever para além do tempo e da história. Uma “memória” cristã que se expressa por meio da festa, do conagração coletivo. Uma espécie de comemoração em torno da entidade mais representativa do cristianismo, Jesus que, estendendo-se “em um nível mais ‘popular’, cristalizou-se sobretudo nos santos” (LE GOFF, 2008, p. 441).

O Círio de Nazaré comemora o dia dedicado a Nazaré, a “Maria” dos paraenses. “O segundo domingo de outubro”, data em que ocorre o ‘Círio’, faz referência não à morte de “Maria”, como se faz “tradição” de comemoração entre os cristãos, segundo o autor citado, mas sim aos milagres a ela vinculados, a sua capacidade de intervir na história mudando seu rumo, alterando destinos, relativos desde a saúde (principalmente) e a educação, até os aspectos da vida ligados às dificuldades decorrentes das condições socioeconômicas. Essas, por sinal, são muito veiculadas nos meios informativos de maior circulação, conforme veremos, quando se enuncia o estado do ‘Pará’.

Sequência discursiva para análise 101

Círio espera 1,5 milhão de pessoas hoje no PA

LUÍS INDRIUNAS
da Agência Folha, em Belém

Na chamada que funciona como uma manchete do texto, ressalta-se a previsão para o número de ‘pessoas’ esperadas pelo ‘Círio’, na data em que a notícia foi veiculada, ou seja, ‘11 de outubro de 1998’. O lugar de referência do ‘Círio’ é o estado do ‘PA’.

Logo no primeiro parágrafo desse texto, o sujeito enunciador, ainda em terceira pessoa, como na chamada, repete o que disse, acrescentando mais cinco informações: o caráter do evento, ou seja, o fato de ser uma procissão; o nome da santa que se homenageia ‘Nazaré’, aludindo-se à cidade judaica que serviu de inspiração para o nome da capital paraense, ou seja, o município de ocorrência do ‘Círio’: a capital do estado do ‘PA’:

Sequência discursiva para análise 102

A procissão do Círio de Nazaré de hoje deve reunir mais de 1,5 milhão de pessoas em Belém.

Maior manifestação católica do país, o Círio registra sua 206^a versão.

Após essas três referências, qualifica-se esse evento religioso paraense entre os demais do país, destacando-se o seu aspecto quantitativo, indicando também seu vínculo com o catolicismo, assim, constituindo-se na ‘Maior manifestação católica do país’. Finalmente, faz-se outro destaque, dessa vez quanto a sua ‘tradição’, referindo-se a sua “versão”, ou seja, ao caráter repetitivo do evento, ultrapassando os ‘duzentos anos’ de ocorrência.

Em seguida, a notícia refere-se à transmissão nacional do evento por uma TV católica, a ‘Rede Vida’, o que será feito ‘pela primeira vez’, mesmo diante da importância ressaltada dessa festa católica. Isto se coloca, talvez, como um índice do “distanciamento” do espaço em que se realiza o evento em relação à mídia veiculadora da notícia. Após irá se esclarecer, valendo-se da enunciação do ‘coordenador da festa’, o período e o cronograma do evento: ‘o Círio de Nazaré conta com cerca de 30 dias de festividade.’

Relata-se o período do evento, conforme o enunciado acima, diretamente marcado no texto como sendo dito pelo ‘coordenador’, por meio do introdutor adverbial do discurso do outro: o termo ‘segundo’. Na sequência da enunciação, o que foi enunciado pelo ‘coordenador’ não fica distinto do enunciador do jornal. Nesse caso, dado o caráter eminentemente in-

formativo da notícia, o que demonstra caracterizar esse processo de assimilação da ‘fala’ do ‘coordenador’ pelo jornal.

Dessa maneira, mais do que se assumir a perspectiva do informante, aponta-se para a prática do fazer jornalístico em si, em que a apuração do fato/ acontecimento se realiza de modo quase simultâneo ao da divulgação: o que o ‘coordenador’ dizia ao jornalista, esse reproduzia em seu discurso. Vejamos: ‘Nos 15 dias que antecedem a procissão, cerca de 200 imagens de Nossa Senhora de Nazaré percorrem as casas dos fiéis.’

Referindo-se ao período anterior à ‘procissão’, faz-se uma alusão à reprodução da ‘imagem de Nossa Senhora’, que também se faz caminhar ‘percorrendo as casas dos fiéis’. Nesse caso, o tempo do evento se prolonga levando a imagem como também o próprio sentido do evento para outros espaços. O número de imagens, ‘200’, nas ‘casas dos fiéis’ é indicial da extensão comunitária do evento. Assim, a partir do trajeto circunscrito do ‘Círio’, espaço do sintético, do foco, a festa se dissemina em dispersões espaciais. Então, a partir do todo se chega até os “fragmentos [...] singularidades aumentadas” (CERTEAU, 2008, p. 181).

Também a partir do tempo cronológico, instala-se o tempo estendido, atravessado pelo sentido do ‘sagrado’. Em sua anterioridade, o tempo da preparação parece marcar um ciclo do retorno em que o passado se ressignifica e permanece, resistindo o povo. O tempo passado não se permite esvaziar-se diante das linearidades passageiras das efemeridades do consumo (BAUMAN, 2001). Assim, nos dias em que se antecede à procissão principal do ‘Círio de Nazaré’, além das novenas preparatórias nas ‘residências’, a cada ano outras atividades vão se introduzindo em diversos pontos da cidade, conforme se mostra em outro texto da “Folha de S.Paulo”:

Sequência discursiva para análise 103

São Paulo, 09 de outubro de 2000.

LUÍS INDRIUNAS

DA AGÊNCIA FOLHA, EM BELÉM

As festividades começaram na sexta. Foram missas, procissões dos mais diversos tipos (fluvial, de carros e motos) e **eventos** por toda a cidade.

FOLHA DE S.PAULO **brasil**

Verifica-se a apropriação do “antigo pelo novo”, “da modernidade pela tradição”, ainda o deslocamento da festa popular, que se mantém, porque se inclui, não somente pelos passos marcados, mas também pelos outros meios de transporte. Desde o transporte mais característico à paisagem presente no centro da cidade de ‘Belém’ (as embarcações que realizam a procissão ‘fluvial’ na baía de Guajará) até os transportes mais simbólicos da tecnologia (‘carros e motos’). Assim, em distintos espaços, o lugar do sagrado permanece. Também se verifica na sequência do texto a ocorrência do substantivo ‘eventos’ (destacado). Esse termo é inclusivo de uma série de produções que não se delimitam ao aspecto religioso²⁸.

Retornando para o texto anterior, como dizíamos, irá falar-se do calendário posterior à procissão principal, vejamos: ‘Nos 15 dias seguintes, acontecem shows e uma feira²⁹ com produtos de mais de 20 cidades paraenses’.

Quando antes da procissão se ressalta um tempo de preparação, isto no que se refere às atividades programadas diretamente pela organização da festa, marcando a posteridade, verifica-se, conforme fica indicado no texto, aquilo que é próprio de muitas outras festividades religiosas brasileiras, sendo mais reconhecida como “quermesse”. Essa ‘feira’ é instalada pela própria organização da festa religiosa, como se indica no texto. Tem-se o espaço do profano incluso no do sagrado, além dos demais espaços que circulam na cidade nesse período.

Assim, o tempo do profano se faz necessário para a permanência do sagrado. O que é denominado como ‘feira’, embora não se demonstre no texto, chama-se de as noites do “arrai-al de Nazaré”. Além desse espaço, também citam-se os ‘shows’, que por não virem adjetivados como católico ou religioso no texto, podem ratificar a presença do profano no ‘Círio’. A presença também indicada de ‘20 cidades’ representadas na ‘feira’ caracteriza a festividade para além da cidade de ‘Belém’.

Vejamos a sequência do texto:

Sequência discursiva para análise 104

‘O ponto alto, no entanto, é a procissão de hoje que começa às 7h, saindo da Igreja da Sé, na cidade velha, e seguindo até a Basílica de Nazaré’.

²⁸ Nesse sentido, isto nossa memória discursiva de paraense não pode negar. Assim, verificam-se eventos culturais, mais precisamente ‘o auto do Círio’, que a mais de dez anos se realiza no bairro mais antigo de Belém, ‘a cidade velha’; também um outro evento realizado a mais tempo, a ‘festa da chiquita’, um espaço de expressão, mas não de reduto das identidades homossexuais da cidade, que acontece num dos bares mais tradicionais, ‘o Bar do Parque’, isto na véspera da procissão.

²⁹ Não se deixando fugir à memória, trazemos outras informações a respeito da festa de Nazaré. Hoje esse espaço se caracteriza pelo comércio de variadas especiarias regionais, de alimentação e ainda alguns artesanatos. Instala-se no entorno da Basílica de Nazaré um grande parque de diversões. Além do ‘Círio’, esse espaço traz um grande contingente de pessoas de outras localidades, principalmente, as mais próximas da capital, mais inseridas nesse processo cultural.

A terceira fala do ‘coordenador’, assimilada pelo jornal, enfatiza-se o ‘ponto alto’ do referente principal da notícia, o ‘Círio’. Pelo uso da expressão ‘ponto alto’ não se desvaloriza o que se disse antes, mas enfatiza-se algo que seria o ‘clímax’ da festa. Diante do que seria ‘o ponto alto’, fica o sentido do eixo central entre tantos outros do tradicional evento, no caso, o trajeto da procissão. Esse é descrito na sequência enunciativa, desde o seu início, a ‘Igreja da Sé’, até o seu destino, ‘a Basílica de Nazaré’.

Ainda que não se evidencie nessa notícia a distância do percurso, a preposição ‘até’, além de indicar um limite espacial, o final do trajeto da ‘procissão’, também aponta para um certo distanciamento entre a saída e a chegada. No entanto, isto não é esclarecido pela notícia, pelo fato de esta mostrar o horário do início da procissão, ‘às 7h’, mas não declarar o seu final.

Embora se use o adjunto adverbial de tempo, ‘de hoje’, delimitando-se à enunciação para aquele ‘Círio’ em particular, ao se inserir o “evento” numa programação definida e, principalmente, ao se indicar o que ocorrerá posteriormente, por meio da forma verbal ‘acontecem’, alude-se a um tempo da permanência, da continuidade, também da anterioridade, de algo que sempre, há muito tempo ocorre. Vejamos agora o último parágrafo do texto:

Sequência discursiva para análise 105

O Círio originou-se de uma lenda que remonta ao século 18. Um caboclo, chamado Plácido, teria encontrado uma imagem de Nossa Senhora de Nazaré nas matas ao redor da cidade de Belém e decidiu levá-la para casa. A estátua, de cerca de 30 centímetros, teria retornado ao local onde fora encontrada várias vezes.

Nessa enunciação assimilada ao enunciador do jornal ficam implicados vários saberes. Há um saber “científico”, com o qual o enunciador jornalístico parece se identificar. Pelo enunciado, verifica-se uma identificação do ‘Círio’ com um saber mágico, mitológico. Assim, aproxima-se o saber do mito com o saber da manifestação religiosa. Na enunciação do jornal, utilizam-se verbos que marcam um acontecimento referente ao passado, relatando-se uma ocorrência não concomitante à enunciação daquele que relatou. Algo não ocorrido no espaço daquele que disse, por isso não testemunhado pelos ouvintes do relato.

No próprio modo de se dizer ‘teria encontrado’, distancia-se e desautoriza-se o dito. O modo como foi enunciado o encontro da ‘imagem de Nossa de Nazaré’ por um ‘Caboclo’, bem como o lugar ‘nas matas ao redor da cidade de Belém’, produz uma identidade de ‘lenda’

com o paraense, talvez, marcando uma ingenuidade distante e divorciada de um saber autorizado. Um saber ingênuo de uma cidade ‘Belém’ próxima à ‘mata’, por isso “palco” da produção desses saberes, logo da realização do ‘Círio’, essa manifestação grandiosa em seu tamanho, mas menor em sua origem e simplória em seus sentidos, distante das convicções de um saber ‘verdadeiro’.

Embora o texto tenha apontado para a amplitude do evento, ao se reconhecê-lo como a ‘maior manifestação católica do país’, logo a maior manifestação religiosa, pois ainda é essa a religião com mais adeptos, o modo como se descreveu ‘os trinta dias’ da festa parece ter produzido efeitos de sentido que não apontam para o alcance de sua amplitude. A dinâmica do evento ficou circunscrita às ‘casas’, à ‘feira’ e à ‘lenda’. Não se quer dizer com isso não haver uma identidade com esses espaços e com o mito. No entanto, os espaços são relatados num isolamento, num distanciamento das redes de relações que envolvem a cidade de ‘Belém’ e o estado do ‘Pará’, mobilizados pelo evento. A referência ao mito é simplificada, sem problematizar-se minimamente as subjetividades que se produzem pelas crenças, pelas necessidades de alteridades a vencer “internamente”, subjetivamente as limitações do tempo e do espaço.

Referimo-nos, logo no início da análise dessa temática, à temporalidade relativa ao trânsito dos sentidos simbólicos pelos espaços mais localizados ou mais dispersos. Também podemos falar do tempo medido, daquele que delimita as atitudes nos espaços. O tempo de preparação, celebração e profanação do evento religioso, do ‘Círio’, embora não se circunscreva somente ao poder da organização da festa, não deixa de ser determinado por esta. O tempo do ‘Círio’ se faz num calendário promovedor de um grande poder sob a rotina dos paraenses. Segundo Le Goff (2008, p. 478):

[...] a intervenção dos detentores do poder na medida do tempo é um elemento essencial do seu poder: o calendário é um dos grandes emblemas e instrumentos do seu poder; por outro lado, apenas os detentores carismáticos do poder são senhores do calendário: reis, padres, revolucionários.

Diante do carismático poder da igreja instituída na figura de sacerdotes, principalmente dos santos declarados pelo poder papal, perdura pelo tempo de longa duração uma festa que a cada ano se mostra mais viva e vai se disseminando em variadas expressões; diversa, mas atada pela unidade do simbólico:

Sequência discursiva para análise 106

São Paulo, segunda-feira, 11 de outubro de 2002 FOLHA DE S. PAULO **brasil**

Foto 11: Título: Grupo de fiéis segura corda durante a procissão do Círio de Nazaré, em Belém do Pará.



Fonte: Zehbrauskas (2002)

A imagem do ‘Círio de Nazaré’ apresenta a corda, tradicional elemento constituinte da procissão. Essa surgiu inicialmente funcionando como proteção à berlinda da santa ‘Nossa Senhora de Nazaré’. No entanto, no decorrer dos anos, foi se fortalecendo o seu caráter simbólico em relação aos promesseiros. A maioria dos que seguram na corda trazem na identidade uma identificação por um ‘milagre’ alcançado, geralmente os mais difíceis, ou ali estão pela catarse espiritual e física diante do grande esforço de permanecerem seguros numa corda em meio a uma imensa multidão.

A posição horizontal indicada pelo enunciado fotográfico demonstra um posicionamento não hierárquico entre os ‘fiéis’, até mesmo de solidariedade entre eles. O verbo ‘segura’, aparecendo no enunciado que funciona como crédito da foto jornalística, pode estar indicando, além de firmeza física, uma grande segurança em relação à fé compartilhada. A perspectiva em que a foto foi retirada indica um trajeto progressivo da procissão, demonstrando uma certa distância, bem como um longo trajeto relativo ao percurso.

Efetiva-se, então, no ‘Círio de Nazaré’, um calendário instituído pela igreja, marcado pelo sagrado, exercendo um fascínio cúmplice e necessário sobre as multidões, estando acima do tempo e do espaço. Por isso um simbolismo inscrito no calendário dos dias, dos meses, das horas, movimentando diferentes espaços. Assim, se faz o tempo de se exercer rituais perante o anúncio do novo ‘Círio’: rituais de venda dos produtores atentos, de compras para a preparação, de viagens daqueles que retornam para encontrar os seus, aproveitando-se do calendário.

Ritos ainda mais próximos do carisma dos que choram diante da imagem, dos que se identificam ou são identificados com o martírio da Santa.

Vejamos a notícia referente à foto analisada anteriormente. Este texto se caracteriza por apresentar uma certa diferença na perspectiva de abordar o ‘Círio de Nazaré’:

Sequência discursiva para análise 107

São Paulo, segunda-feira, 09 de outubro de 2000	FOLHA DE S.PAULO brasil
<p>TRADIÇÃO</p> <p>Pesquisa mostra multiplicidade religiosa da festa</p> <p>Quase metade dos participantes do Círio em Belém não é católica</p> <p style="text-align: right;">LUÍS INDRIUNAS</p> <p style="text-align: right;">DA AGÊNCIA FOLHA, EM BELÉM</p>	

A maioria das chamadas dos textos selecionados a respeito do ‘Círio de Nazaré’ inicia com uma referência à multidão de fiéis reunidos, descrevendo o evento em seu percurso e em sua infraestrutura, considerando o grande número de participantes que se deslocam para a cidade de ‘Belém’ do ‘Pará’. O texto acima, no entanto, apresenta um caráter eminentemente opinativo.

Isso já fica revelado na chamada, justamente por iniciar com um substantivo indicativo de um estudo feito em torno da temática. O substantivo ‘pesquisa’, ao revelar a ‘multiplicidade religiosa da festa’, já demonstra um viés diferenciado do evento. Essa informação dimensiona o evento para além do catolicismo, ampliando-o para uma abordagem voltada à religiosidade ou ainda para uma manifestação cultural.

A segunda chamada baseia-se num conhecimento de “verdade”. Sabe-se que por ser um tipo de procissão em torno de “Maria de Nazaré”, de uma “santa”, faz parte do catolicismo. No entanto, os católicos não são absolutos no evento. Assim, a chamada seguinte, mais figurativa do que temática, vem ilustrar o que foi anunciado como ‘multiplicidade religiosa’.

Em outro enunciado do texto, vai se destacar qual a outra parcela religiosa mais significativa após os católicos. ‘Os evangélicos (24,8%), por exemplo, são o segundo grupo mais expressivo entre os participantes do evento’. A partir dessa informação, a enunciação traz a fala direta do sujeito da pesquisa, representante de uma entidade católica, o ‘Ipar’ (Instituto de Pastoral Regional):

Sequência discursiva para análise 108

“Na verdade, tentamos perceber o Círio em sentido mais amplo, tanto como fenômeno social e antropológico quanto teológico”.

Aponta-se para um dimensionamento mais abrangente do evento. Isso condiz tanto com o título da matéria jornalística quanto com o termo com que se denomina o evento na primeira chamada ‘festa’, ou seja, um tipo de manifestação popular que se incursiona nas práticas culturais (antropológicas), produtiva em seu ciclo de retomadas e ressignificações. Seria ‘social’, ao alterar a economia e o cotidiano, impactando a ordem da cidade. Por isso, atraindo muitas pessoas de diferentes orientações religiosas.

Confirmando-se o que se vinha indicado na notícia anterior, nessa se revela a dimensão física do trajeto, bem como o tempo total da procissão: ‘percorrendo cerca de cinco quilômetros do centro histórico em mais de seis horas de cortejo’. Esse último termo, por ser muito usado para se referir a funeral ‘cortejo fúnebre’, imprime um sentido mais cerimonioso à ‘procissão’, evidenciando o comportamento respeitoso dos participantes. O ‘cortejo’ se faz demorado, muito menos pela distância do que pelo ritmo da ‘procissão’, devido à multidão, sua constituinte.

Detalhando o aspecto antropológico do ‘Círio’, indicado pela fala do pesquisador, são trazidos outros dados, apontando a seriedade da ‘pesquisa’ veiculada pelo jornal. Pelo ‘Círio’, os paraenses cultivam ‘tradições regionais’. No uso do substantivo ‘tradições’, retoma-se de um modo mais localizado o título da notícia. Identifica-se o evento como uma ‘festa’ quase absolutamente paraense, pelo fato de ‘98,7% dos entrevistados’ participantes do ‘círio’ serem ‘paraense’. Esses se identificam de modo massivo com a religiosidade, com a necessidade de fazerem promessas a “Maria de Nazaré” para preencher as faltas.

A “tradição”, apontada já no título do texto, fica ratificada por outra indicação estatística da ‘pesquisa’, conforme o enunciado seguinte ‘Dos entrevistados pelos pesquisadores do Ipar, 95,2% voltariam a participar da procissão neste ano’. Assim, quase a totalidade dos participantes do ‘Círio’, os ‘entrevistados’ pela ‘pesquisa’ feita no ano anterior, novamente estarão presentes no evento.

Também, o almoço do ‘Círio’ aparece como um momento de congraçamento familiar, de reunião das afetividades e manutenção da identidade culinária. Essa se faz bem distinta da maioria das regiões brasileiras, sendo de forte influência indígena e manifestando um grande poder de identificação da regionalidade paraense. Essa parte da “tradição” vem ilustrar o cará-

ter sociocultural da ‘festa’. Esse dado é demonstrado pelo número de ‘80,2%’ de paraenses participantes do evento que assim se posicionam.

Na sequência discursiva textual, demonstra-se que manifestações religiosas como o ‘Círio de Nazaré’ abrangem outras ‘três cidades amazônicas (Macapá, Vigia e Marabá)’, dentre estas, as duas últimas são paraenses. Então, o evento da capital do estado do Pará constitui-se num paradigma cultural para várias outras cidades do estado, sobretudo, para aquelas com um perfil histórico mais aproximado de ‘Belém’.

A pesquisa abordou também os círios em outras três cidades amazônicas (Vigia, Macapá e Marabá) e constatou que os rituais da festa de Belém são “exportados” para as outras cidades:

Sequência discursiva para análise 109

“Vários elementos como o carro de promesseiros e a corda, que simboliza os fiéis puxando a imagem de Nossa Senhora de Nazaré, são copiados”, disse Azevedo.

Apesar de se identificar a procissão de ‘Belém’ como “matriz” das manifestações religiosas encontradas nas duas cidades paraenses citadas, verificam-se variações quanto à motivação do evento.

Isso pode apontar para o trânsito de sentido produzido entre os discursos. Ou seja, entre um discurso e outro, há aquilo que permanece, se repete, mas também há aquilo que se renova, o diferente. Nessa diferença se constitui a identidade. Assim, quando se “exporta” a festa da “matriz” para as demais cidades, evidencia-se uma memória. Por esta acontece o esquecimento, surgem as lacunas que trazem outros sentidos. Então, no jogo entre a memória e o esquecimento, as identidades se promovem.

Pela memória verifica-se aquilo que aparece no texto materializado no termo ‘exportados’. Este se refere a algo trazido, ‘copiado’, conforme a enunciação direta do pesquisador, expressa na enunciação jornalística: “Vários elementos como o carro de promesseiros e a corda, que simboliza os fiéis puxando a imagem de Nossa Senhora de Nazaré, são copiados”. Assim, ao se dizer que se exportou o ‘carro de promesseiros’ e a ‘corda’, revela-se a relação de pertencimento, de identidade entre as várias procissões. Nesse caso, a identidade, além de se produzir pela diferença, se produz pela igualdade, pelos símbolos identificados com o ‘Círio de Belém’.

Apesar de a procissão da capital paraense ser colocada como matriz das procissões das cidades do interior do estado, na história de cada manifestação observa-se interseções e diferenças. Essa relação pode ser materializada pelo fato de se identificarem tanto distintas origens para as respectivas manifestações quanto diferentes períodos históricos.

Na cidade localizada no ‘nordeste do Pará’, município de ‘Vigia’, o ‘Círio de Nazaré acontece desde 1697’. ‘Em Belém, a procissão foi introduzida pelos portugueses em 1793’. Além da referência ao ano, indica-se a procedência da ‘procissão’. No texto questão, diferentemente do que acontece no anterior, os ‘portugueses’ aparecem como introdutores do evento.

Enquanto no primeiro texto alude-se a uma ‘lenda’ como origem do ‘Círio’, identificando-o com um acontecimento relacionado ao ‘caboclo’; neste, é identificado com os ‘portugueses’. No primeiro, a origem é relatada na perspectiva da crença em si na “santa”, em Nossa Senhora de Nazaré, refletindo-se o poder transcendental estendido a sua ‘imagem’. No segundo texto, mais eminentemente opinativo, realça-se o aspecto histórico, referindo-se não à crença que originou o ‘Círio’, mas ao próprio evento.

Ainda nesse texto irá se remeter a uma outra identidade, no caso, a identidade ‘evangélica’ do evento ocorrido em ‘Belém’. Essa temática se faz identificada em duas posições-sujeito acerca do evento. A primeira posição traz a enunciação de um ‘pastor da Assembléia de Deus’. Este nega a grande quantidade de participantes ‘evangélicos’ na ‘procissão’, indicada pela ‘pesquisa’. Assim, em discurso direto, aparece a “voz” do pastor, enfatizando a ausência dos adeptos de sua religião no evento: ‘os 60 mil fiéis [...] não participam’.

Essa afirmação é justificada por outra fala direta do líder evangélico que busca argumentar seu dizer: “Uma imagem não é o caminho para Deus”. Por esse enunciado, além de ficar demonstrada a não crença em ‘imagem’, também fica dito não se crer na “santa”. Pois, ao se enfatizar ‘Deus’ como o ‘caminho’, este seria o centro. Assim, para se alcançá-lo, não seria necessária qualquer forma de intermediação.

O sentido desse enunciado se autoriza numa memória discursiva relativa à teologia ‘evangélica’, remetendo ao movimento da Reforma Protestante, em que a figura do grande intermediador, garantida aos papas católicos e estendida aos santos, foi substituída pela recorrência à “palavra de Deus”, ao próprio dizer do “Cristo”, por meio da leitura dos textos bíblicos.

A segunda posição, relativa à participação evangélica no ‘Círio’, traz a perspectiva discursiva de uma líder evangélica. Vejamos:

Sequência discursiva para análise 110

Para a pastora luterana Marga Rothe, as camadas mais carentes da sociedade acabam procurando tanto as igrejas pentecostais como o simbolismo da procissão.

Nessa enunciação, ‘a pastora’ não se coloca oposta aos dados da pesquisa, confirmamos, apontando para uma justificativa destes. Apresenta um argumento eminentemente social para a participação do grande número de ‘evangélicos’ no ‘Círio’. Ao mesmo tempo, identifica os participantes do evangelismo com as ‘camadas mais carentes da sociedade’; como também, numa interpretação mais ampla, deixa dito que, entre os participantes do ‘Círio’, há muitas pessoas economicamente necessitadas, tanto de orientação religiosa católica, quanto de outras orientações, inclusive, evangélica.

Na participação de outras vertentes religiosas, como já evidenciamos, fica apontado, por meio da ‘pesquisa’ enunciada pelo jornal, o caráter ecumênico do ‘Círio’. Esse se mostra como um evento assimilado às práticas culturais de uma parcela significativa da população do estado do ‘Pará’, principalmente da cidade de ‘Belém’ e das regiões mais próximas. Sobre o ecumenismo relativo ao evento, verificamos duas posições-sujeito materializadas nas falas das lideranças religiosas, uma identificada com o discurso conservador e outra com o progressista.

No discurso conservador demonstra-se a intolerância com as diferenças, afirma-se a crença pela negação da outra, não muito diferente do que vimos em relação à posição dos ‘missionários católicos’ quanto às práticas religiosas dos indígenas na colonização da Amazônia do então ‘Grão-Pará’. Nesse caso, negava-se o outro a partir de estratégias de encontro. Tal intolerância, no entanto, se faz mais próxima, sobretudo, da política, também colonial, de Marques de Pombal, de negar pelo apagamento.

No discurso progressista, segundo a fala de seu enunciador, “O clima que envolve o Círio já está incorporado à cultura paraense.”, a perspectiva do sujeito dimensiona-se na pluralidade. Para além da motivação religiosa particular do evento, frisam-se seus efeitos afirmativos de aproximação das identidades.

Há ainda um outro sujeito a qual se faz remissão no texto, apontando-se para a dimensão política do evento:

Sequência discursiva para análise 111

O Círio que se encerrou ontem acabou servindo para os candidatos que disputam a Prefeitura de Belém fazem (sic) campanha.

Esse enunciado, embora não seja atribuído diretamente à ‘pesquisa’ evidenciada sobre o ‘Círio’, durante todo o texto mostra-se pertinente nesse contexto, por apresentar-se em caráter mais reflexivo/opinativo sobre o acontecimento do ‘Círio’. O enunciado é constituído por duas orações subordinadas, introduzidas por pronome relativo ‘que’. Retirando-se essas orações mais secundárias (destacadas acima), o sentido principal do enunciado se revela na oração principal: ‘O Círio [...] acabou servindo para os candidatos [...] fazerem campanha’.

As duas orações delimitam, respectivamente, o ano de ‘2000’ e os candidatos. Esses disputavam o cargo executivo maior da cidade de ‘Belém’. O fato de o evento reunir uma multidão de eleitores, principalmente das ‘camadas’ mais carentes da população, justifica a motivação apontada pelo texto de ‘servir’ para ‘fazer campanha’. Esse caráter político evidenciado nos textos selecionados se faz bastante produtivo, pelo que se pode ver, nas chamadas e foto jornalística abaixo:

Sequência discursiva para análise 112

São Paulo, quarta-feira, 12 de setembro de 2007 FOLHA DE S.PAULO **brasil**

Foco

Peemedebista participa de festa em homenagem aos 214 anos do Círio de Nazaré.

**VERA MAGALHÃES
DO PAINEL, EM BRASÍLIA**

Foto 12. Título: Renan Calheiros ao lado da imagem de Nossa Senhora de Nazaré na sessão em homenagem aos 214 anos do Círio de Nazaré.



Fonte: Ueslei Marcelino/Folha Imagem.

No título do texto, materializado pelo substantivo ‘foco’, vários sentidos podem circular. Isto, considerando-se o contexto enunciativo em que se apresenta, bem como o acontecimento discursivo jornalístico do ‘Círio de Nazaré’ em ‘Belém do Pará’. Inicialmente, indica-se o sentido do termo ‘foco’ para a relação entre política e religião. Isto se percebe pelo enunciado imagético jornalístico retratando a presença da ‘imagem’, no caso ‘de Nossa Senhora de Nazaré’, pelo que se indica nos créditos. A imagem como representativa de uma religião ‘católica’, no caso, mais particularmente de uma manifestação religiosa, o que também vem indicado nos créditos, mostra-se não somente ‘presente’

A mesma imagem que no primeiro e segundo textos analisados percorria as casas, estando presente em vários trajetos por diversificados meios de transportes, alcança a ‘sessão’ do Congresso Nacional. Isto tanto pelo caráter nacional da ‘festa’, conforme foi enunciado, quanto pelo caráter internacional, por mostrarem-se nela presentes ‘cerca de 2 milhões de romeiros do Brasil e de outros países’ (Folha de S. Paulo, 11 de outubro de 2004). Daí ser identificada como ‘uma das maiores celebrações religiosas do mundo’ (Folha de S. Paulo, 11 de outubro de 2008). Por isso sendo reconhecida ‘pelo governo federal’ como ‘patrimônio imaterial cultural do Brasil’ (Folha de S. Paulo, 11 de outubro de 2004).

O termo ‘foco’, aparecendo como a primeira chamada do texto acima, tende a produzir heterogeneidades de sentidos, considerando a materialidade enunciativa, bem como as condições de produção discursiva. Analisando-se a foto jornalística, observa-se que o termo ‘foco’ pode referir-se a relação de proximidade entre a imagem do presidente do congresso, deputado federal ‘Renan Calheiros’, e a imagem da santa ‘Nossa Senhora de Nazaré’. Assim, tal termo pode apontar para uma relação direta entre política e a religião, para o fato de uma estar presente no espaço da outra.

Então, ao se trazer a imagem da Santa para a mesa do ‘presidente’ da maior ou segunda casa do poder legislativo do país, ressalta-se a identificação do “Congresso” com a “Fé” do povo brasileiro. Isso faz aproximar tanto a casa legislativa federal quanto seu ‘presidente’ (de modo destacado na fotografia jornalística) da grande multidão de fiéis presentes no ‘Círio de Nazaré’.

O uso do termo ‘foco’ ainda pode apontar para o fato de o político fotografado buscar ficar em destaque, em ‘foco’, ao mostrar-se junto da imagem de ‘Nossa Senhora de Nazaré’ que, principalmente na época do ‘Círio’, torna-se o ‘foco’ tanto de uma multidão de romeiros quanto de expectadores de uma festa bastante tradicional. Pela imagem veiculada no jornal, o político faz-se cúmplice da população do estado do ‘Pará’, em suas diferentes expressões, identificadas com o ‘Círio’. Também num sentido mais pessoal, o termo ‘foco’ pode estar focalizando o fato de o político fotografado pertencer à religião católica, ser devoto de ‘Nossa Senhora de Nazaré’.

Além da esfera municipal, em sua representação executiva; da federal, delimitada pelo legislativo; a expressão do maior poder político do país também pode ser vista próxima ao ‘Círio’:

Sequência discursiva para análise 113

São Paulo, segunda-feira, 12 de outubro de 2009 FOLHA DE S.PAULO brasil
Em Belém, Dilma une política e religião
Foto 13. Título: ...E ALI TAMBÉM



Fonte: Eliseu Dias/Ag. Pará

JOÃO CARLOS MAGALHÃES
DA AGÊNCIA FOLHA, EM BELÉM

A perspectiva em que a foto jornalística foi retirada em função enunciativa produz um sentido delimitativo dos espaços hierárquicos do poder brasileiro, apresentando as imagens dimensionadas na relação figura-fundo. À frente, a então ministra-chefe da casa civil do governo federal, 'Dilma Rousseff'; em segunda posição, a então, governadora do estado do Pará, Ana Júlia Carepa; em terceiro, mas ainda posicionado horizontalmente, o deputado federal da bancada paraense, José Geraldo; todos do mesmo partido (PT). Finalmente, posicionada verticalmente, aparece a multidão de fiéis que realiza a procissão do 'círio'. Esses distantes, "abaixo" das autoridades do poder brasileiro, em suas maiores instâncias. Também a imagem de "Nossa Senhora de Nazaré", na camisa usada por 'Dilma', mostra a integração da então ministra à festa.

O sentido do que foi dito pela materialidade semiológica, ou seja, pelos enunciados não verbais em conjunto com o verbal, por meio da foto e do substantivo 'foco', no texto anteriormente analisado, será dito pela materialidade linguística nesse texto, por meio do seguinte enunciado: 'Em Belém, Dilma une política e religião'.

Vejamos, em seguida, a relação de sentidos entre os enunciados da manchete e chamada do texto em análise:

Sequência discursiva para análise 114

Em Belém, Dilma une política e religião

...E ALI TAMBÉM

A leitura do primeiro enunciado indica que seu sentido se refere à foto jornalística, ao fato de ‘Dilma’ estar diante de um evento religioso em ‘Belém’ (o qual envolve uma multidão de pessoas, de eleitores brasileiros) e também diante da Governadora, Ana Júlia Carepa, e de um deputado Federal, José Geraldo, ambos do estado do Pará. A referência a esses dois últimos “personagens” no texto não se faz tão enfática por serem do partido de ‘Dilma’. Isto, talvez, se considerarmos um determinado sentido de se “fazer política”, ou seja, se a considerarmos como uma conquista das diferenças. Assim, demonstra-se que ‘Dilma’, ao vir para o evento, aproveitou o momento da foto do ‘Círio’, para fazer ‘política’ entre seus partidários, como com outros políticos na cidade de ‘Belém’.

O segundo enunciado apresenta um sentido mais localizado. Sua compreensão refere-se à foto jornalística retomando a materialidade do primeiro enunciado. Enquanto no primeiro enunciado se fazia referência a um espaço maior, a cidade de ‘Belém’, no segundo, a referência espacial se circunscreve ao limite do evento onde ocorre a ‘procissão’. Então, ‘ali’ ao mesmo tempo em que ‘Dilma’ assiste a um “espetáculo religioso”, dada a grandeza do evento, ou como “fiel” ou ainda como participante de uma atividade cultural e turística, ela “aproveitou-se” do evento massivo para se fazer visível, conhecida, até por sua história política não ser de tradição eleitoral.

Ressaltamos textos jornalísticos salientando o caráter laico e cultural do ‘Círio’, bem como sua relação com a ‘política’. No entanto, grande parte dos textos analisados traz uma ordem comum a respeito dessa manifestação cultural. Nas regularidades dos textos veiculados, sempre nos dias antecedentes ou no dia da própria ‘festa’, ou ainda nos subsequentes, verificam-se enunciados que se vinculam a uma mesma produção de sentidos, ou seja, a datar o evento, enunciar seu trajeto e, principalmente, isto se faz na maioria dos textos, destacar a “multidão” que participa da “procissão”. A ordem enunciativa parece buscar produzir uma ordem de sentido.

Tal como afirmamos a respeito dos elementos característicos da ‘festa’ que se ‘exportam’ para outras localidades do estado do ‘Pará’, em outras procissões, os sentidos dos enunciados a respeito da ‘festa’ parecem transitar de modo copiado, de um texto a outro, enunciados que pouco dizem, por muito se repetirem: textos construídos num roteiro quase fixo com pequenas variações.

O ‘Círio’, na maior parte dos textos, parece ser abordado como um “produto cultural”, talvez, como um “espetáculo” que se mostra duas vezes distante. Primeiramente, por ocorrer

num espaço físico de uma cidade bem afastada do centro produtor responsável pela divulgação midiática. Segundo por ser noticiado como uma manifestação marcada pela evasão de uma realidade, numa visão que tende a separar, colocando de um lado o cotidiano, o dia a dia, e de outro a experiência do sagrado, do mito expressivo do retorno.

Portanto, a distância física reitera um distanciamento temporal. Por isso, de modo primitivo e ingênuo mostrar-se-ia, pelas letras fotográficas e a escrita do jornal “central”, a manifestação do ‘Círio de Nazaré’. Seria então todo esse evento a expressão de um povo massivamente não tão ocupado com as utilidades da vida mais tecnologicamente moderna?

7 A PRODUÇÃO DE IDENTIDADE PELA DISPERSÃO/APAGAMENTO DE SENTIDOS

Na seção anterior trabalhamos com os textos identificados pelo critério da repetibilidade. Ressaltamos a ordem daquilo que aparece no jornal. Essa, ao produzir de modo recorrente um determinado tema, relacionando-o ao estado, tende a expor a imagem do Pará a partir daquela temática.

Nessa seção, usando o mesmo critério da ordem que produz uma hierarquização temática, selecionamos temas variados que apareceram absolutamente dispersos, ou seja, em poucos ou quase nenhum texto que se referia ao estado do Pará. Nossa intenção foi buscar na dispersão ou no apagamento temático indícios de sentido de identidade revelados pela negação e ausência. Naquilo que pouco se diz sobre o estado do Pará, podem estar fortes marcas de identidade.

7.1 O EIXO TEMÁTICO DOS SABERES CULTURAIS, ARTÍSTICOS E CIENTÍFICOS

No Eixo dos Saberes Culturais, Artísticos e Científicos, conforme se ressaltou antes, os temas caracterizaram-se pela dispersão. Embora a mídia impressa não realce as temáticas da cultura, da arte e, principalmente, da ciência, há seções e cadernos específicos na “Folha de S.Paulo” voltados para essa temática. No entanto, mesmo nas partes dos jornais em que se poderia enunciar a temática da produção científica no estado do Pará, verificam-se textos relativos à temática, por exemplo, da violência.

A disposição dos temas nesse eixo se deu não somente pela necessidade metodológica de reuni-los numa seção deste trabalho, mas principalmente por apresentarem uma identidade transitando pelo sentido dos saberes. Assim, como apontávamos já na descrição metodológica, os temas dispersos a respeito do ‘Pará’ também são enfatizados, em sua maioria, pelo fato de serem antagônicos em relação aos temas regulares. Considerando esse antagonismo, dispomos os textos em duas ordens, apresentadas em duas unidades. A primeira denominada de turismo, arte e ciência. A segunda referindo-se à temática indígena.

7.1.1 Turismo, Arte e Ciência: um roteiro distante colocado a parte

Na primeira unidade desse eixo, trabalharemos com o tema do turismo, como uma política de visibilidade da cultura, e ainda com os temas da arte e da ciência. De cada tema, analisaremos um texto e algumas manchetes e chamadas. Em primeiro lugar, analisaremos o

tema do turismo, dando destaque para um texto. Em segundo lugar, considerando o tema da arte, analisaremos prioritariamente um texto que se refere a uma produção artesanal apontada como característica do estado do 'Pará'. Em terceiro lugar, a partir do tema da ciência, analisaremos um texto a respeito do trabalho acadêmico de biólogos paraenses. Nos três temas recorreremos também a enunciados de outros textos jornalísticos selecionados.

Vejam os primeiros textos, relativos à temática do turismo:

Sequência discursiva para análise 115

São Paulo, segunda, 9 de fevereiro de 1998 **FOLHA DE S.PAULO** **turismo**

Capital paraense fica longe de todo o resto do país

da Agência Folha, em Belém

O título da manchete do texto é bem significativo, referindo-se a uma perspectiva de distanciamento do enunciador jornalístico, ainda que tenha sido produzido por uma 'Agência Folha' localizada em 'Belém'. Nesse caso, bem delimitado fica o poder do jornal sobre o enunciador jornalista. Daí o fato de o enunciador não se colocar no enunciado, não se expressar por marcas que o evidenciem, deixando o enunciado falar por si próprio. Nesse sentido, produz-se um dizer que se revela como "verdade". Assim, o espaço colocado como referência para a noção de distância é dito como sendo 'todo o resto do país'.

Desse modo, a 'capital paraense' é mostrada como separada, 'longe', não só do enunciador, como do 'país' inteiro. Entre o sujeito 'capital paraense' e o objeto 'de todo o resto do país', a distância iguala o Brasil e peculiariza 'Belém'. Peculiaridades afirmativas ou negativas. Pela memória discursiva do jornal, o realce parece ficar com o último adjetivo.

O enunciado acima se faz emblemático de uma perspectiva de identidade bastante produtiva da mídia. Assim, nele transitam sentidos implicados nas diferentes temáticas estudadas anteriormente: tanto a "violência agrária" em suas condições mais assustadoras, ou mesmo "bárbaras", quanto a "lavoura arcaica", distante, que esconde o crime da escravização de adultos ou o corte de madeiras e a produção de carvão mutilando crianças.

Ainda pela distância se identifica a floresta ao 'longe', que vai se perdendo diante das ações de uma identidade latifundiária, responsável pelas queimadas do verde, derrubada das árvores pela ignorância. Também por esse enunciado se produz a dispersão, a distância dos

saberes produzidos por quem está “perto”, e por estar próximo ao “centro” faz a maior parte dos anúncios, produz em sua maioria as notícias, transforma a matéria-prima, embala os produtos, determina os cálculos, dispõe as distâncias.

Vejamos o primeiro parágrafo do texto:

Sequência discursiva para análise 116

“Belém fica tão longe, que é longe até de Manaus!” O comentário, em tom de brincadeira, do intelectual e boêmio Fábio Liberal, professor de literatura em Brasília, dá **a medida exata da localização de Belém.**(Grifo nosso)

Na manchete, faz-se uma referência administrativa à cidade, ‘capital’. Já, no primeiro enunciado, trazido em discurso direto, marcado pelas aspas, ratifica-se a distância pela qual ‘Belém’ é denominada. Nesse caso, vai ser mostrada mais distante do que na manchete, pois, ao advérbio de lugar ‘longe’, se acresce outro, de intensidade ‘tão’.

Na enunciação direta, atribuída a um ‘intelectual’ e ‘professor de literatura em Brasília’, a intensidade da distância é feita comparando-se ‘Belém’ a ‘Manaus’. Duas capitais do Norte do país são colocadas como referência de distância para um enunciador referido ao “centro” do país, na capital federal ‘Brasília’. Seria possível encontrar essa mesma fala relativa aos estados e suas capitais localizadas ao Sul, ou seja, na direção inversamente contrária? A distância, nesse sentido, se restringiria a um aspecto físico?

Ainda que ‘Manaus’ seja colocada como ‘longe’, talvez a mais distante das capitais, justamente pela marca delimitadora de um limite ‘até’, ‘Belém’ é mostrada como mais distante. Então, ao se relacionar a distância entre ‘Belém’ e ‘Manaus’, dizendo-se que aquela fica ‘longe’ desta, esta é referida como ponto de proximidade, daí a manchete dividir, quanto ao aspecto espacial e muitos outros que dele possam ser produzidos, ‘Belém’ do ‘restante’ do ‘país’. No último enunciado do parágrafo (em destaque), a subjetividade inicial é substituída. Assim, se sai do enunciado motivador, de seu aspecto anedótico, recurso usado pela prática jornalística, para se destacar um tema, partindo-se, então, para uma declaração objetiva, revelando-se que o ‘tão longe’ refere-se à ‘medida exata da localização de Belém’, referência desenvolvida adiante pelo texto.

Além disso, nesse trecho em análise, há outro enunciado qualificando a enunciação destacada ‘em tom de brincadeira’. Daí se atenua a força da declaração, desfocando e

deslocando a responsabilidade do enunciador, bem como do próprio jornal. Por esse enunciado, desenvolve-se todo o texto, aproveitando-se dessa declaração.

A atribuição da autoria do enunciado inicial, bem como a descrição do modo como foi dito, imprime um sentido que faz este enunciado funcionar como motivador da progressão textual, ou ainda da formação discursiva na qual se insere o texto: uma produção discursiva voltada para o turismo, em um texto com um caráter propagandístico. Por isto, usa-se o recurso de se evidenciar o “difícil”, o “distante”, para se exaltar o “maravilhoso”, o “belo”, o “exótico”: parte-se do caminho das “pedras” para se chegar ao “paraíso”.

Que paraíso é este trazido pelo texto, que se inclui no caderno ‘turismo’ da “Folha de S.Paulo”? A distância enfatizada tanto na manchete, quanto no comentário, tomado de um outrem, um ‘intelectual’, autorizado para servir de motivação para um texto turístico, vai desencadear as relações intratextuais.

Na sequência textual, chama-se atenção do “turista” enunciado em terceira pessoa, mostrando-se que não é o enunciador que chama a atenção daquele, mas é um “outro”. Esse, ao falar da distância de Belém, ‘alerta o turista para reservar tempo para a viagem’. Assim, a distância ‘longe’ se fará argumento para evidenciar que, diante da demora para se chegar até a ‘capital’, distante de todo o ‘resto do país’, deve-se reservar tempo para aproveitar as atrações da cidade e do estado do Pará.

O texto, em estilo confessional e com um enfático caráter descritivo, é voltado para o turismo. Então, inclui-se numa relação comercial. Desse modo, dirige-se a um destinatário, potencial viajante turístico, alertando para a relação investimento e retorno, gasto e consumo, em que a cidade, o estado, é enunciado como um “pacote”. Ainda no mesmo parágrafo do enunciado em destaque, serão destacadas as atrações:

Sequência discursiva para análise 117

Em apenas um fim-de-semana pode-se, no máximo, ter uma idéia da capital paraense, mas muitos passeios e atrações ficarão de fora do roteiro.

Nos dois enunciados acima, se reforçam a relação entre tempo e atração, evidencia-se que ‘apenas um fim de semana’ seria pouco para se conhecer a ‘capital paraense’, o que fica demonstrado logo em seguida, ressaltando-se as variadas atrações, sem descrevê-las. Assim,

dada a grande quantidade de atrações no estado do Pará e a distância física desse espaço geográfico, ‘muitas atrações ficarem de fora’. Pelo enunciado que se segue:

Sequência discursiva para análise 118

Seria, portanto, um desperdício viajar à cidade e deixar de conhecer as praias de Ajuruteua e Salinas e as ilhas de Algodual e Marajó. Se o orçamento de viagem permitir, uma esticada até Santarém (700 km a oeste) vale a pena.

Presume-se que ‘as praias’ referidas e a ‘ilha’ ficam no entorno da ‘capital’. Isto não fica esclarecido de início pelo texto. Desse modo, por esse enunciado, somente quem tem o saber territorial desse espaço chega até esse sentido. Adiante, o texto será desenvolvido buscando-se apresentar a localização em relação à ‘capital paraense’, e aos “produtos” turísticos desse ‘tão longe’ lugar.

Ainda que esses lugares do ‘Pará’ possam ser apresentados mais ‘longe’ ou mais “perto” da ‘capital’, o fato de se colocá-los bem próximos à ‘capital’, como se fizessem parte desta, parece se constituir num modo do discurso voltado ao turismo. Um modo de dizer buscando-se aproximar o que é mais novo, recorrendo-se a um dado ponto de referência, aquilo que se faz mais conhecido: tudo o que pertence ao ‘Pará’ pertence à ‘capital’. Essa compreensão pode ser estendida para a construção das identidades. A identificação se faz pelo que está próximo, mesmo que na proximidade possam se produzir diferenças.

Outra vez retoma-se o tema da distância, embora não totalmente ausente dos enunciados anteriores, pois se fazia marcado pelo termo “desperdício”: ir a um local tão distante, sem visitar os locais destacados. Agora a medida enunciada da distância será comprovada, dita quantitativamente:

Sequência discursiva para análise 119

Afinal, ir a Belém não é “descer a Imigrantes”. São 2.014 quilômetros de Brasília, quase 3.000 quilômetros de São Paulo e 1.150 quilômetros, em linha reta, ou mais de 5.000, por rodovias, até Manaus.

Para dimensionar o espaço distante ao ponto de referência do turista destinatário, o enunciado se refere a uma ‘rodovia’, presumidamente acessada pelos potenciais interessados em ir a ‘Belém’, ao ‘Pará’. Assim, diferentemente de se chegar até ‘a Imigrantes’, bem próxima; mais de ‘3.000’ quilômetros separam ‘Belém’ de ‘São Paulo’. Reforçando-se a distância da ‘capital paraense’, demonstram-se os quilômetros que a separam de ‘Manaus’. Retomando-se por uma ilustração objetiva o argumento do início do texto, aponta o percurso rodoviário de ‘mais de 5000’ quilômetros de ‘Manaus’ para ‘Belém’. No entanto, sabe-se, pelo conhecimento geográfico, que devido à rede fluvial mais intensa no estado do Amazonas, verifica-se um distanciamento físico bem maior do Sudeste do país em relação a ‘Manaus’, do que em relação a ‘Belém’.

Desse modo, é preciso desviar-se no que se pode do trajeto dos rios para se chegar a ‘Manaus’, tanto para os moradores do Sudeste quanto para os de ‘Belém’. Para se chegar pelos rios, o caminho de outra capital mais próximo para ‘Manaus’ é ‘Belém’, levando-se de cinco a sete dias de viagem. ‘Belém’ não fica tão localizada/atravessada por entre os rios amazônicos quanto ‘Manaus’. Assim, pode-se ir do Sudeste para a ‘capital paraense’ por meio da Rodovia Belém-Brasília, que, em termos rodoviários, proporciona o menor trajeto do “centro” do país, como também do Sudeste para ‘Belém’. O trajeto rodoviário de ‘Brasília’ e do Sudeste é bem maior para ‘Manaus’. Daí, aqueles que não viajam pelo transporte aéreo para ‘Manaus’ se utilizam da Belém-Brasília, dirigindo-se para ‘Belém’ e, posteriormente, de barcos e navios, para ‘Manaus’.

Ainda pelo transporte aéreo, as distâncias são equivalentes, tanto da região Sudeste para ‘Manaus’ quanto para Belém, sendo um pouco maior o tempo de viagem da primeira cidade em relação à referida região. Desse modo, usar como argumento o aspecto rodoviário bem como tomar ‘Manaus’ como ponto de referência em torno da distância de ‘Belém’, em relação à posição do enunciador, são estratégias construídas discursivamente para ratificar o argumento e conduzir o fio discursivo do texto.

Os quatro lugares ou partes do estado do ‘Pará’ citados no texto serão apresentados em seus espaços diferenciados. Começa-se do mais ‘longe da Capital’:

Sequência discursiva para análise 120

Situada no meio da bacia amazônica, no ponto onde o rio Tapajós encontra o rio Amazonas, Santarém oferece a festa folclórica do Sairé, a cerâmica e o artesanato indígenas e a maravilhosa praia de Alter do Chão.
--

Buscando-se relacionar a cidade de ‘Santarém’ com o aspecto fluvial, descreve-se sua localização dimensionada à ‘bacia amazônica’. Logo em seguida, esclarece-se o ‘ponto’, ou seja, uma parte da totalidade da referida ‘bacia’ onde se localiza a cidade, no caso, entre os rios ‘Tapajós’ e ‘Amazonas’. Esses são dois grandes rios, o último mais conhecido, um dos grandes ícones da paisagem brasileira, de uma memória que traz para o presente um passado, a representação do ainda misterioso, distante, a ser descoberto.

Após apresentar-se o espaço em suas peculiaridades naturais, demonstra-se a cultura; também assimilada como extensão desse espaço: ressalta-se a ‘festa’, ‘a cerâmica e o artesanato’ e novamente a paisagem ‘praia’. Nos substantivos ‘Sairé’ e ‘Alter do chão’, os traços ‘indígenas’ aparecem como uma marca do exotismo distante impregnado à paisagem. A identidade indígena, como um componente de práticas culturais cíclicas resistentes à produção linear e homogênea da atualidade, não deixa de aparecer, embora citada apenas como atração turística de uma origem que se produziu estranha.

No parágrafo seguinte, encontramos termos remissíveis aos aspectos relativos às produções culturais, às expressões artísticas populares, a um calendário e às produções sistemáticas e repetíveis que caracterizariam o fazer do lugar, apontando para o novo, aquilo a ser descoberto. Esses termos são substituídos por outros mais gerais, trazendo a enunciação para o tempo do agora, promovendo uma cumplicidade com o potencial turista do ‘Pará’:

Sequência discursiva para análise 121

Completam a paisagem a gente bonita que ali se reúne, o tucunaré (espécie de peixe) na brasa servido nas barraquinhas e o pôr-do-sol detrás da floresta.

A partir do sintagma nominal ‘gente bonita’ e dos substantivos ‘tucunaré’, ‘barraquinhas’ e ‘pôr-do-sol’, conduz-se o enunciatário para uma linguagem que o inclui naquela paisagem referida. Nesse sentido, assim fica sugerido pelo texto turístico: se ‘Santarém’ tem o novo, o diferente, o exótico, também apresenta o comum, por onde você, de qualquer lugar, pode se identificar.

Um “espaço” do igual, marcado pelo mistério da ‘floresta’, uma paisagem que, embora mais ‘longe’ do que a já distante ‘capital paraense’, merece ser contemplada por aqueles que comprarem os “pacotes” de visita nas agências de viagem de ‘Belém’. Também demonstrando estarem situados na mesma região de ‘Santarém’ o texto ainda se refere a dois

outros lugares, ‘Monte Alegre’, destacando-se os seus ‘sítios arqueológicos’, e ‘Alenquer’, enfatizando-se suas ‘cachoeiras’, portanto indicando outros tipos de paisagens e interesses.

Após se falar da cidade, em seguida serão apresentadas três ‘praias’ referidas no início do texto:

Sequência discursiva para análise 122

Ilha de Maiandeuá

A quatro horas de carro de Belém, até Marudá, mais 45 minutos de travessia de barco, fica a ilha de Maiandeuá, mais conhecida como Algodal. Ônibus e carros ficam no continente. Na ilha circulam apenas carroças e bicicletas.

Ainda que se comece o texto, ou mesmo a parte do texto referente às praias, citando-se a ‘ilha’, é da ‘praia do algodal’ que irá se falar. O título mostra-se indicado pelo fato de a maioria dessa parte textual deter-se à praia localizada nessa ‘ilha’. Primeiramente, se apresenta a ‘ilha de Maiandeuá, mais conhecida como Algodal’. Por ser uma ‘ilha’, utiliza-se como meios de transporte para se levar os turistas da ‘capital’ até a ‘praia’, além do ‘carro’, o ‘barco’. Isto porque em tal trajeto, fica implicada a travessia realizada a partir de ‘barcos’ conhecidos como ‘popopô’. Esses meios de transporte mais ou menos modernos serão substituídos por outros mais rústicos no interior da ‘ilha’.

O funcionamento mecânico, até mesmo artesanal do meio que transporta o turista aponta para um retorno ao tempo. Também, o fato de não haver ligação com o continente, confere outra peculiaridade ao lugar, mostrando-se, assim, como atrativa a circulação de ‘apenas carroças e bicicletas’. Dessa vez, como se viu em relação a ‘Santarém’, não é por meio de manifestações culturais e produções artesanais que se marcam os traços da diferença, mas sim pelos hábitos cotidianos, condicionados pela própria circunstancialidade do espaço. Diferença que produz atrativo de “visita”.

Em seguida, destaca-se, ao mesmo tempo, a grandeza física da ‘ilha’ com várias ‘praias’ desertas, bem como a baixa frequência de pessoas nesses espaços. Daí ser apontada como ‘mágica e cercada de lendas’. O aspecto lendário é bem identificado à paisagem amazônica, marcada pela ‘floresta’, embora esse lugar se localize na costa atlântica.

O enunciador jornalístico, não deixando de direcionar sua fala para um público mais jovem e estando identificado com a propaganda turística, irá se referir aos ‘luaus sob o céu

estrelado’, aos encontros, qualificados como ‘imperdíveis’. Nesses encontros, que perduram pela madrugada, concentram-se jovens ao ar livre em torno da lua, numa espécie de celebração.

Finalmente, aponta-se a simplicidade do lugar: ‘As acomodações são honestas’. Talvez, para ressaltar esta característica, o texto designa os hotéis como ‘acomodações’ e ainda os adjetiviza como ‘honestas’. Nesse termo, parece se ressaltar o sentido de algo que, apesar de “cumprir com suas obrigações” não apresenta nenhum destaque. Pelo fato do isolamento do lugar, de ser uma ‘ilha’, o enunciador parece ter tido a necessidade de se referir à acomodação, o que não faz quando se refere à maioria dos outros “roteiros”. As duas outras ‘praias’ são enunciadas de modo breve pelo texto:

Sequência discursiva para análise 123

A beleza da Ajuruteua (a leste de Belém) compensa as péssimas condições da estrada. Praia oceânica, reúne areia branca e fina, vegetação de florestas e mangue.

Em ‘Ajuruteua’, o destaque dado é para a ‘vegetação de florestas e mangue’. Relaciona-se esse lugar com a floresta amazônica, por tratar-se de uma praia paraense bastante identificada com esse espaço. Embora essa ‘praia’ também não seja representativa de um local mais delimitado pela floresta amazônica, ficando próximo a costa atlântica. O ‘mangue’ é outro espaço bastante peculiar ao estado do Pará, também citado no texto.

A praia de ‘Ajuruteua’ localiza-se próximo ao município paraense de Bragança, podendo ser considerada não tão distante de ‘Belém’, tendo em vista as regiões sudeste e sudoeste do estado do Pará. Os substantivos de valor semântico qualificativo ‘beleza’ e ‘péssimas’, o primeiro relativo à ‘praia’, o segundo à ‘estrada’ que lhe dá acesso, mostram-se como representativos do jogo discursivo condutor do texto, colocando ‘Belém’ entre a ‘beleza’ e a dificuldade: Chegar a Belém é ‘longe’ e difícil, mas vale à pena pelo que ela dispõe de atração. O que se verifica em relação à ‘capital’, também se verifica em relação aos demais lugares, no interior do estado.

Ao se falar de ‘Salinas’, a referência é ‘Ajuruteua’, pois, quanto à beleza e à paisagem natural, ‘é tão bonita quanto’. Tal referência é feita também pela região comum a ‘leste’ da capital. A diferença se faz por ‘Salinas’ ser ‘urbanizada’ e pelo aspecto social. ‘Salinas’ é enunciada como sendo ‘o ponto de encontro dos maurícios, patrícias, velhos e novos ricos’.

Essa característica destaca a cidade paraense de ‘Salinas’ em relação aos demais lugares apresentados nesse texto.

Sequência discursiva para análise 124

Ilha de Marajó

Marajó, a maior ilha fluviomarítima do planeta, reúne 16 municípios com enorme variedade de paisagens naturais, fauna e flora.

O destaque à ‘Ilha do Marajó’ é dado pelo tamanho, ‘a maior [...] do planeta’, associado à característica peculiar, ou seja, o fato de ser ‘fluviomarítima’, assim, cercada por águas de rios e do mar. Pelo tamanho, descreve-se tanto o quantitativo de municípios que a constituem, ‘16’, quanto a ‘enorme variedade de paisagens’.

Na progressão textual, apesar da variedade destacada de ‘fauna’, o texto só se detém num animal, bem emblemático pela mídia, quando se aborda o ‘Marajó’: o ‘búfalo’. Referendando-se a utilização social desse animal como prática cultural da região, demonstra-se o uso oficial, por parte da polícia, desse animal como meio de transporte: ‘fazem a patrulha montados em búfalos’, nos ‘municípios de Salvaterra e Soure’, as duas maiores cidades da ‘ilha’ e mais acessíveis à ‘Belém’. Quanto à flora, destacam-se ‘imensos campos’ e a ‘floresta’, essa que se colocou presente na referência feita a todos os lugares, mostrando-se como um elemento homogeneizador das paisagens.

Diferentemente da referência feita à hospedagem no outro texto, nesse caso, sem usar eufemismo, classificam-se os hotéis das cidades citadas como de ‘boa estrutura’. Após esse destaque positivo, quanto ao aspecto infraestrutural dos municípios mais à costa da ilha, o texto parece não ter feito uma boa opção para seus enunciados finais ao referir-se a outras cidades localizadas no interior da ‘ilha’:

Sequência discursiva para análise 125

Quem quer se aventurar pelos municípios interiores da ilha deve levar repelente, dormir com tela sobre a cama e não se expor no final da tarde, para evitar a picada do mosquito anófeles, que transmite a malária.

Após destacar os dois municípios que seriam os polos turísticos maiores da ‘ilha do Marajó’, o enunciador coloca a possibilidade de ‘se aventurar pelos municípios do interior’. Nesse caso, o enunciador não fará referências às atrações do interior da ‘ilha’, ao contrário, destacará os incômodos dessa parte do ‘Marajó’, isto é, o turista deverá ‘levar repelente’, ‘dormir com tela’, e ‘não se expor ao sol’, ou seja, numa série de atitudes que nada combinam com um “roteiro turístico”.

No entanto, finaliza o texto, apontando não somente para um incômodo, mas também para uma ameaça: ser contagiado pela malária, uma grave doença que pode levar à morte, pela ‘picada do mosquito anófoles’. Isso vem justificar a atitude de distanciamento do enunciador para os que querem ‘se aventurar’; fugindo, assim, de uma cumplicidade construída em todo o texto. Dessa maneira, mostra-se bem distinto de como se referiu, nos textos anteriores, a todos os lugares ressaltados, em que estava presente e interagiu com sua enunciação e seu provável enunciatário, usando, então essas estratégias como recurso de sedução, de aproximação ao que se fazia distante.

Não se pode deixar de considerar o envolvente e convidativo “tom” narrativo do texto, buscando cumprir seu papel: o de poder vender um “roteiro” de viagem, tendo como destino o ‘Pará’. Entretanto, ao considerarmos que os argumentos textuais se mostram mais visíveis e realçados, tanto no início como no final do texto, o fato de o enunciador jornalístico acabar por deixar mais evidente, por um lado, a grande distância do estado, o que repercute em tempo e gastos maiores para sua visita; e por outro, as ameaças à saúde que um passeio ao estado do ‘Pará’ pode possibilitar.

Nesse caso, evidencia-se a relação do estado do ‘Pará’ com as doenças tropicais, por isso lugar que distante é (no limite maior daquilo que se poderia considerar como ‘longe’) e distante deve ficar. Daí remete-se a uma memória discursiva, acionando-se o que chamamos, no início deste trabalho (segunda seção), de ‘notícias históricas’ do discurso historiográfico sobre o ‘Grão-Pará’. Nessas “vozes” históricas, associava-se o território paraense ao contágio com doenças tropicais, perspectiva discursiva que interferiria na migração europeia no começo do século XX, combatida pelo discurso oficial do estado.

Na maioria dos textos jornalísticos voltados ao turismo, enunciou-se a respeito da produção cultural, bem como sobre a produção artístico-cultural, ainda sobre a arte popular ou erudita, como veremos no texto abaixo, do qual extraímos alguns trechos para análise:

Sequência discursiva para análise 126

São Paulo, segunda-feira, 04 de agosto de 2003

FOLHA DE S.PAULO **turismo**

QUÊ MARAJOARA

Maior ilha fluviomarinha do mundo tem marés que esvaziam rios a cada 13 horas

Magia de Marajó cativa até águas.

AUGUSTO PINHEIRO
ENVIADO ESPECIAL AO PARÁ

Tal como vimos o imaginário lendário ser relacionado à ‘ilha de Maiuandeuá’, também esse tipo de narrativa se mostrará presente na referência a outra ‘Ilha’. ‘Desse modo, no 1º parágrafo do texto acima, também em enunciação voltada para o turismo, circunscrita ao ‘Marajó’, se apontará o aspecto lendário:

Sequência discursiva para análise 127

A atmosfera mágica desse local, que foi habitado por índios desde cerca de 3.000 anos atrás, explicita-se não só por meio de lendas, de ritmos e de urnas funerárias de cerâmica (com até 250 metros de comprimento), mas também nos fenômenos geográficos.

A narrativa lendária não deixa de ser a presença da produção discursiva indígena em sua expressão cultural atravessada pela ‘floresta’. Conforme se indica no texto, nas ‘lendas’ se tem a enunciação de uma “voz” motivada pela própria paisagem da ‘floresta’ em densidade, marcada pelo ciclo das ‘marés’, em que o ir e o vir das águas, o misturar do distante com o próximo, do “oceano” do “outro” ao “rio” de “dentro” estimula a necessidade do mito, o reconhecimento de uma iniciação, por entre rupturas e retornos.

Tudo isto se exemplifica, por exemplo, na enunciação destacada na chamada do texto ‘tem marés que esvaziam rios a cada 13 horas’. Por uma ‘eterna batalha’ entre o poder do ‘rio Amazonas’ e do ‘oceano Atlântico’. Por isso o enunciador anuncia na segunda chamada do texto que a ‘Magia do Marajó cativa até as águas’, pelo modo peculiar como se comportam as ‘águas’ nesse lugar.

Além das narrativas orais populares, atravessando a enunciação de uma cultura, também no texto aparece, analogamente ao que se referiu a ‘Santarém’, a produção artesanal de ‘cerâmica’, de ‘urnas funerárias de cerâmica (com até 250 metros de comprimento)’. A

cerâmica é identificada ao ‘Pará’ em textos que falam sobre ‘Santarém’ e ‘a Ilha de Marajó’. Também esse tipo de produção cultural aparece quando se fala sobre ‘Belém’:

Sequência discursiva para análise 128

São Paulo, segunda-feira, 19 de agosto de 2002	FOLHA DE S.PAULO turismo
METRÓPOLE DA AMAZÔNIA	
População do distrito belenense faz releitura de peças marajoaras e tapajônicas	
Cerâmica de 4.000 anos ainda inspira artesãos de Icoaraci.	
	EM BELÉM

Pelo circuito da produção acaba-se por preservar uma expressão cultural. Aquilo que se mostravam como ‘peças marajoaras e tapajônicas’ de ‘4000 anos’ constitui-se num produto de fabricação artesã no distrito de ‘Icoaraci’ em ‘Belém’. O que estava mais ao interior se reproduz de modo artesanal na capital do estado. Esse texto reúne as informações trazidas pelos outros dois, os sentidos que se vinculam à expressão cerâmica no Pará, em duas regiões diferentes, ‘Marajó’ e ‘Santarém’. Sendo referidas suas identidades em dois textos distintos, retornam nesse num movimento intertextual.

Enquanto nos textos que se referiam aos respectivos lugares citados do ‘Pará’, onde provavelmente se origina a ‘cerâmica’, não se denomina; nesse, vai aparecer sua designação, até para ficar marcada a relação entre o “produto” artesanal e a expressão cultural com a qual ela se identifica. Nessa produção cultural, fica inscrita uma identidade multimilenar que viveu e se expressou nesse espaço. Daí, serem encontrados vestígios ‘arqueológicos’ na cidade de ‘Monte Alegre’, conforme vimos no primeiro texto analisado.

Então, caracterizada pela produção da cerâmica ‘tapajônica’, a cidade de ‘Santarém’ fica próxima a ‘Monte Alegre’. Nesta, encontram-se ‘sítios arqueológicos’, assim, vestígios de uma civilização muito antiga. Novamente, pelos dois textos os sentidos se completam. Embora, seja importante ressaltar que o viés discursivo do primeiro texto e do segundo sejam bem distintos.

Nesse, além de se operar um maior distanciamento do enunciador jornalístico do tema tratado, verifica-se uma abordagem mais investigativa ao tema, saindo do tempo dos efeitos indo para o tempo das causas. Nesse sentido, verifica-se a problematização em torno da reprodutibilidade da cerâmica:

Sequência discursiva para análise 129

Além da reprodução de peças de museus – principalmente o Emílio Goeldi, com o maior acervo do país –, os artesãos foram incentivados a fazer releituras das peças. “Meus artesãos criam trabalhos próprios com referências”.

Assim, demonstra-se no texto o “modelo” autorizado para reprodução das ‘cerâmicas’. Isto porque o Museu Paraense ‘Emílio Goeldi’, expositivo e de pesquisa arqueológica, linguística (indígena) e botânica, ainda que pouco citado nos textos que acessamos da “Folha de S.Paulo”, é respeitado nacional e internacionalmente por sua produção científica, daí se constituir em ‘referências’ para o trabalho dos ‘artesãos’. Esses, além de criarem suas peças, a produzem a partir de modelos arqueológicos.

Outro aspecto declarado pelo texto que, talvez, remonte a uma memória é o caráter das exportações da ‘cerâmica’ produzida no distrito de ‘Icoaraci’ em ‘Belém’. Não se faz menção à exportação nacional, mas somente à internacional, principalmente, para o público europeu. Vejamos: ‘Elas recebem encomendas de turistas do Japão, dos EUA, da França e da Alemanha, entre outros’.

Desse modo, essa produção é mais conhecida fora do país. Tal como verificávamos no período colonial ou mesmo republicano, quando observávamos maiores relações entre o ‘Grão-Pará’ e Portugal, do que com a sede oficial da colônia ou da República, o Rio de Janeiro. No movimento de rupturas e retornos, talvez, haja a necessidade de o homem europeu buscar uma identificação com essa produção representativa de uma identidade amazônica.

Aquilo que é representativo do ‘Pará’ mostra-se como mais visível ao europeu e menos ao próprio brasileiro das regiões mais privilegiadas do país. Essa visibilidade pode ser motivada pelo fato de que, talvez, o “outro” brasileiro seja ainda mais diferente de um “si” europeu, ou seja, de uma identidade europeia realçada na América Amazônica. Isto pela força de uma cultura ocidental de profundas raízes etnocêntricas.

Além das ‘lendas’ e ‘cerâmicas’, também aparecem os ‘ritmos’ e ‘danças’, como expressão da cultura popular:

Sequência discursiva para análise 130

E, para entrar de vez no ritmo das águas, o turista pode arriscar os passos do carimbó, do lundu, do siriá, da dança do maçarico ou da dança do vaqueiro, sons contagiantes de Marajó.

Em todas as ‘danças’, as músicas se mostram bem associadas, daí o enunciador referir-se a ‘sons contagiantes’, ‘ritmos’. Dentre as cinco danças citadas (‘carimbó’, ‘lundu’, ‘siriá’, ‘maçarico’ e ‘vaqueiro’), embora a enunciação relacione todos esses ‘ritmos’ como representativos da região paraense do ‘Marajó’, somente a última apresenta maior identidade com o ‘Marajó’, principalmente pela presença de campos propícios à criação de gados. Isto se confirma pela circulação desses sentidos em outros enunciados:

Sequência discursiva para análise 131

São Paulo, segunda-feira, 19 de agosto de 2002 FOLHA DE S.PAULO **turismo**

METRÓPOLE DA AMAZÔNIA

Cidade preserva patrimônio, mas também investe na modernidade

Belém faz jus aos seus títulos

AUGUSTO PINHEIRO
EM BELÉM

Esse texto, mais do que voltado para a propaganda turística, assim, visando a beneficiar as agências turísticas, apresenta outra tendência. O texto se refere aos prédios históricos e aos espaços públicos, alguns com forte poder de produção identitária da cidade, por serem referidos pela mídia repetidamente quando se fala de Belém:

Sequência discursiva para análise 132

[...] o Theatro da Paz, um dos mais belos do país, foi recentemente restaurado, assim como a igreja de Santo Alexandre e o antigo Palácio Episcopal, que abriga o Museu de Arte Sacra.

O famoso mercado Ver-o-Peso passa por um processo de revitalização.

No primeiro enunciado, aproveitando-se da visibilidade simbólica do ‘Theatro da Paz’, o enunciador já se refere a três outros espaços. A ação de preservação indicada no início do

texto é materializada pelo termo ‘restaurado’. O segundo enunciado destaca a feira do ‘Ver-o-Peso’. Relativo a esse espaço, verifica-se outra ação, sua ‘revitalização’. Essa grande feira juntamente com o ‘teatro’ constituem os dois espaços mais identificados com o ‘Pará’, quanto ao aspecto turístico. Nos enunciados acima, têm-se duas ações apontando para a “tradição”.

Para responder à proposição discursiva do texto, indicada na chamada inicial, irá se ressaltar um espaço ‘inaugurado’. Esse, refere-se à ‘Estação das Docas, complexo turístico’, localizado na ‘área portuária’. Em seguida, ressaltando-se a ‘modernidade’, descreve-se uma série diversificada de serviços, reunindo de ‘bares’ a ‘teatros’. Exalta-se a convivência do antigo com o novo, pois esse espaço fica ‘na orla da baía do Guajará, onde nasceu a ‘Santa Maria de Belém do Grão-Pará’’. Destaquemos o enunciado final do texto. Esse, refere-se a uma identidade rítmica, apresentando o ‘Carimbó’ como ritmo da cidade: ‘passear de barco ao som do carimbó, ritmo local, pela baía do Guajará’.

Portanto, se no primeiro texto turístico o objetivo mostrava-se mais voltado para as agências, na venda de um “roteiro” do ‘Pará’, nesse texto, além de se vender os espaços arquitetônicos destacados da cidade de ‘Belém’, procura-se também enunciar o investimento do poder oficial em preservar “a tradição” e promover ‘a modernidade’, em ações de preservação e construção arquitetônicas. No texto já citado, (p. 285) intitulado ‘Quê marajoara’, tratando ainda de arquitetura, faz-se referência a um arquiteto paraense que projetou uma das maiores cidades brasileiras, sendo também responsável por projetar a cidade de ‘Soure’:

Sequência discursiva para análise 133

Projetada por Aarão Reis, engenheiro e arquiteto paraense que bolou Belo Horizonte, a cidade de Soure tem ruas largas e numeradas e frondosas mangueiras.

Embora o ‘engenheiro e arquiteto paraense’ tenha realizado um feito de expressão nacional, a projeção da capital de Minas Gerais, o que o destaca no campo do conhecimento acadêmico voltado para o saber arquitetônico, isto não o fez alcançar projeção e visibilidade. Essa enunciação pode produzir alguns efeitos de sentido: primeiramente a necessidade de se realçar o fato de o profissional ser ‘paraense’, em segundo lugar, o fato de o ‘engenheiro’ que projetou ‘Belo Horizonte’, cidade da importante região Sudeste do Brasil, ter vindo ao ‘Pará’ para projetar a cidade marajoara de ‘Soure’.

Ainda pode indicar outro efeito de sentido: o fato de não ser comum profissionais técnicos de nível superior paraenses executarem o ‘projeto’ de toda uma cidade localizada no Sudeste brasileiro, quanto mais de uma ‘capital’ entre as maiores do país. Assim, teríamos uma identidade pela diferença: então, foi um ‘paraense’ que projetou Belo Horizonte, algo não comum, por isso merecendo registro, afirmação.

Também no campo da produção literária erudita, o texto intitulado ‘Que Marajoara’ cita um escritor ‘José Veríssimo’. Esse é pouco conhecido no Sudeste brasileiro, e assim tendo pouca visibilidade nacional, mesmo convivendo com escritores bastante divulgados nacionalmente; tendo produzido tanto quanto outros literatos de sua época; tendo sua obra motivada na expressão da identidade marajoara; servindo sua produção literária como base para estudos em dissertações e teses acadêmicas; portanto, mesmo sendo reconhecido por um certo paradigma de produção literária.

Para Douglas Santos (2002, p. 23), “a identidade do indivíduo realiza-se na construção da identidade dos lugares, [...] a construção cultural da humanidade é, entre outras coisas, a construção de sua geografia”. Por um processo histórico, os lugares vão produzindo sentidos que circulam nos discursos, quando deles se fala. Pela assimilação desses sentidos, os lugares identificam-se a saberes, ficando instituídos de poderes, fazendo-se espaços. Pelo poder do econômico, realiza-se o poder do cultural, do político, o poder de dizer, de publicar, de fazer-se ouvir. Desse modo, o estatuto do lugar confere uma posição ao fazer literário, à prática artística, ou mesmo, a uma área intelectual.

Podemos considerar nesse caso os escritores delimitados pelo campo literário, mesmo sendo realçados pelos estudos acadêmicos relativo ao nível artístico, conforme o cânone literário vigente, por pertencerem a um lugar não focalizado nacionalmente, não apresentam a visibilidade daqueles estabelecidos no Sudeste brasileiro, principalmente. Nesse contexto, então, podemos citar ‘Dalcídio Jurandir’.

Tal autor na leitura e expressão da paisagem do ‘Marajó’ destacou o estilo modernista, citado nesse jornal no texto de ordem turística referente ao ‘Marajó’, analisado nessa unidade:

São Paulo, segunda-feira, 04 de agosto de 2003

FOLHA DE S.PAULO **turismo**

‘Dalcídio Jurandir (1909-1979), escritor modernista natural de Ponta de Pedras, em Marajó’.

Então, para serem vistos, os artistas, precisam estar onde as “câmeras” historicamente estão localizadas. Fotografados pela “câmara”, eles aprendem a se colocar na posição desejada. E, nessa cumplicidade, os artistas “sabem” dizer aquilo que a “câmera” quer fazer “ouvir”; sabem falar sobre “aquilo” que a “câmera” quer focalizar.

Vejamos, então, do mesmo modo como se verificou em relação ao ‘engenheiro e arquiteto’, o adjetivo ‘paraense’, designador da naturalidade, marcando a identidade regional de um ‘ator’ que alcançou visibilidade nacional:

Sequência discursiva para análise 135

São Paulo, sábado, 12 de julho de 2003

FOLHA DE S.PAULO **acontece**

TEATRO

Ator paraense encena três novelas do italiano Luigi Pirandello (1867-1936) em espetáculo dirigido por Roberto Bacci

Cacá procura personagem pirandelliano

Foto 14. Título: O ator Cacá Carvalho em cena de “A Poltrona Escura”, espetáculo que abarca três novelas de Luigi Pirandello, com direção de Roberto Bacci, no Sesc Belenzinho



Fonte: Lenise Pinheiro/Divulgação

PEDRO IVO DUBRA
FREE-LANCE PARA A FOLHA

Tal como se relacionou à atividade técnica, também a artística aparece identificada pelo adjetivo ‘paraense’. Nesse caso, o ator ‘Cacá Carvalho’, conforme vimos retratado ‘em cena’ na foto jornalística, aparece encenando o espetáculo ‘A poltrona Escura’. A produção teatral é noticiada por estar sendo encenada num teatro paulista, no ‘Sesc Belenzinho’. Por que atribuir a identificação ‘paraense’ ao substantivo ‘Ator’? Seria para se dizer: para quem não o conhece, ele é ‘paraense’, por isso não é conhecido. Ou ainda, o sentido de afirmação pela diferença: embora seja paraense, está protagonizando um espetáculo de um teatrólogo famoso, é um ator global. Isto porque, na época, ‘Cacá Carvalho’ já havia encenado telenovelas globais.

O uso da identidade regional em adesão ao próprio nome artístico é bem ilustrado no caso da cantora “Fafá de Belém”. O adjunto adnominal “de Belém”, relacionado ao substantivo “Fafá”, pode ter sido usado inicialmente pela cantora para marcar uma identidade regional, primeiramente objetivando projetar sua carreira e, em seguida, o seu lugar. “Fafá” teria então uma identidade própria expressa em seu nome, materializando-se no estilo sensual de interpretação da música popular brasileira, dialogando com o cancionário poético paraense.

Ainda a corporeidade da cantora, com expressivas características indígenas, constitui-se um pertinente traço incorporado à performance da artista. O grande alcance nacional e o sucesso consagrado pelos anos reforçaram o substantivo diante do adjetivo, assim não seria a “Fafá” de Belém, mas a “Belém” da “Fafá”. A carreira artística de projeção internacional projetaria também sua “cidade, seu estado de origem”.

Aquilo que é novidade precisa ser enunciado, o diverso precisa ser designado em sua diferença. Segundo Certeau (2005, p. 148): “O sentimento de ser diferente está ligado à designação dessa diferença pelos outros”. Na diferença se constrói a identidade, uma identidade regional se faz no encontro com a outra. Quando uma certa identidade regional se constitui em minoria, por ela se faz reconhecer, por ela se afirma.

Ainda tratando da temática da arte, anteriormente falamos de alguns ritmos que fazem parte de manifestações artístico-culturais, características do estado do ‘Pará’, destacando-se o ‘Carimbó’. Esse ritmo apareceu com essa representatividade em textos que, embora jornalísticos, apresentam uma formação discursiva assimilada às “agências” de turismo e ao discurso oficial do Estado.

Há um outro ritmo não citado nesse tipo de texto, provavelmente pelo caráter bem mais atual de sua constituição, e assim, talvez, por ser identificado como um gênero musical “menor”, até por isso não incorporado a uma norma institucional oficial promotora de identificações.

O ‘gênero’ rítmico musical brega apresenta em não muitos anos de existência uma série de variações, tais como o “melodi” e, mais atualmente, o ‘tecnobrega’. Um gênero que ressoa de modo bastante recorrente e circunscrito à paisagem musical paraense, embora tenha adquirido visibilidade nacional, por meio da banda paraense “Calypso”. Essa alcançou grande repercussão também internacional.

Esse gênero musical atribuído ao estado do ‘Pará’ apresenta uma dinâmica de produção e circulação interna diferenciada desse circuito mais amplo. Conforme o ponto de vista da formação discursiva de quem percebe, o funcionamento dessa produção artístico-cultural poderá mais afirmá-lo ou negá-lo. O “brega” tem se afirmado e sobrevivido numa autonomia de produção e consumo interno com intenso vigor no estado do ‘Pará’.

Esse ritmo hoje em grande circulação no ‘Pará’ é o ‘tecnobrega’, ou mesmo ‘tecno’ e mais genericamente “brega”. A identidade desse ritmo é bem evidenciada, como dissemos, pela banda “Calypso”. Esse grupo musical ‘paraense’ ao projetar-se por esse ritmo, também projetou sua identificação com o ‘Pará’. O fato de os sentidos se produzirem em semelhanças e diferenças faz com que o assemelhado ao “brega” acabe sendo assemelhado ao ‘Pará’:

Sequência discursiva para análise 136

São Paulo, terça-feira, 27 de março de 2007

FOLHA DE S.PAULO **ilustrada**

Fenômeno mercadológico, o ritmo paraense movimentou cerca de R\$ 2 milhões por mês com a venda de CDs e DVDs

Pesquisa inédita coordenada pela FGV radiografou esse mercado, que conta com 73 bandas e 273 equipes de som

Tecnobrega alia-se a mercado pirata

Foto 15: Imagem da festa realizada por uma Aparelhagem (equipe com sistema de som) de tecnobrega em Belém, no Pará.



Fonte: Henrik Moltke

THIAGO NEY
DA REPORTAGEM LOCAL

No enunciado expresso na manchete destacada em letras maiores nesse texto, temos uma afirmação que se confirma pelo argumento de autoridade trazido logo adiante pela segunda chamada, materializado pelos substantivos ‘Pesquisa’ e ‘FGV’. O termo ‘pesquisa’ aponta tanto para o aspecto investigativo quanto científico de um trabalho, produzindo um sentido de seriedade e compromisso com uma “verdade”.

A afirmação ‘Tecnobrega alia-se a mercado pirata’ traz uma oração em que o sujeito é o substantivo ‘Tecnobrega’ e o predicado é ‘alia-se a mercado pirata’. Foi o ‘tecnobrega’ que se ‘aliou ao ‘mercado pirata’. Pelo verbo aliar, pode-se chegar a várias produções de sentido. Essas, mesmo sendo próximas, apresentam especificidades, referem-se a “unir, combinar, harmonizar” (BUENO, 2001, p. 33).

Havendo união, é porque quem se une, se combina, se harmoniza, apresenta interesses comuns, assemelha-se. Desse modo, o ‘tecnobrega’ uniu-se ao ‘mercado pirata’ pelo fato de os dois apresentarem interesses comuns, harmonizarem-se. Acaba-se por apontar uma harmonia, uma identidade entre a prática mercadológica e a prática musical, artístico-cultural.

Há uma vontade de verdade (FOUCAULT, 2008b) que se coloca acima de qualquer questionamento, produzindo um saber acerca de uma prática. Daí, conforme esse enunciado, há um ‘mercado pirata’. Por uma “verdade” linguisticamente instituída, o substantivo

‘mercado’ refere-se a um termo inscrito no campo semântico do capital, dos negócios, do produto. Já o termo ‘pirata’ constrói-se numa memória discursiva bastante antiga na história das civilizações humanas, que remete aos saqueadores marítimos, atacando os navios e embarcações, meios de transporte potencialmente propícios à obtenção de valores.

Em ‘pirata’ se tem então um nome com uma carga semântica bastante negativa. A expressão ‘mercado pirata’ usada na atualidade para se referir à venda de ‘produtos culturais’, considerada ilegal, adquire o sentido mais apropriado ao meio como sendo, o “saque”, a “tomada” dos meios de difusão culturais de um artista, de sua propriedade intelectual. Então, o ‘tecnobrega’ alia-se aos saqueadores. Os intérpretes e produtores desse ritmo paraense, mesmo sendo artistas, aliam-se àqueles que lhes tomam a propriedade artística. Nesse sentido, não deixa de ficar colocado no discurso implicado nesse texto o questionamento: Seriam artistas os cantores de ‘tecnobrega’, já que aliados aos piratas? Também fica dito: O ‘tecnobrega’ faz pirataria.

Existindo um ‘mercado pirata’, há outro que não o é. Para mais de um ‘mercado’, mais de um produtor, também mais de um consumidor. Nessa constatação, vários questionamentos ficam implicados, quais sejam: Quem produz em cada um desses mercados? Quem consome? Qual o custo da produção? Qual o custo desse produto? O saber do mundo acerca do ‘mercado’ fonográfico vem mostrar tanto a existência de uma indústria maior representativa do ‘mercado’ capitalista nessa área, quanto a produção chamada de “alternativa” e, finalmente, a indústria ‘pirata’.

Os produtores do primeiro ‘mercado’ seriam os empresários, os do segundo seriam os próprios artistas. As duas produções estariam sob o poder da legalidade, produziriam um “produto” aos moldes de uma edição convencional. Na produção dita “alternativa”, o custo seria menor pelo fato de visarem mais a divulgação do que o lucro. Finalmente, os produtores do terceiro estariam sob a vigília da polícia, por estarem no circuito da ilegalidade. Segundo a enunciação do jornal, tais produtores também seriam capitalistas, apesar de baratearem o custo, promovendo uma produção não convencional, apontada como de baixa qualidade. Conforme o enunciado manchete desse texto, ‘o tecnobrega’ se assimilaria a essa indústria.

Sequência discursiva para análise 137

Fenômeno mercadológico, o ritmo paraense movimentava cerca de R\$ 2 milhões por mês com a venda de CDs e DVDs

A relação entre a manchete e a chamada acima é construída por meio de diversos indicativos textuais. Em tal relação semântica se ratifica a manchete do texto com um sentido de denúncia. O substantivo ‘mercado’ da manchete é retomado na expressão ‘fenômeno mercadológico’; também ‘tecnobrega’ se retoma em ‘ritmo paraense’.

A manchete se justifica a partir de argumentos expressos pelo processo metonímico de inclusão, verificando-se a progressão textual. Daí pode-se produzir o seguinte enunciado: O ritmo paraense ‘tecnobrega’, ao aliar-se ao ‘mercado pirata’, torna-se um fenômeno mercadológico, movimentando cerca de 2 milhões por mês com a venda de Cds e Dvds. Então, mais do que um ‘ritmo’, a expressão artístico-cultural é noticiada como um “produto” de ‘mercado’, uma indústria mercadológica.

Na sequência do texto jornalístico, desenvolvem-se informações a respeito de uma ‘pesquisa’, assim apresentando uma ótica opinativa, argumentativa, problematizando a produção e circulação de produtos culturais, referindo-se ao uso do ‘mercado pirata’ por parte do ‘tecnobrega’. Isso se mostra como um caso ilustrativo, percebido por outros gêneros artísticos em outros países, conforme se diz na enunciação do jornal: ‘o cinema nigeriano e a cena anarcopunk da Colômbia estão entre os analisados’. Desse modo, aponta-se para uma conclusão: a preocupação maior desse tipo de produtores é que o público tenha acesso ao que fora produzido.

Essa conclusão é mais adiante ratificada na fala direta do coordenador da ‘pesquisa’, ressaltando-se uma tendência mais atual da produção artística:

Sequência discursiva para análise 138

“Mas há dez anos surgiu uma alternativa. Os artistas, seja, uma banda, um escritor, disseminam os seus trabalhos livremente e ganham dinheiro partilhando o conteúdo.”

A enunciação do coordenador da ‘FGV’ identifica na ação do ‘tecnobrega’ uma “alternativa” para disseminação livre, ou seja, em vários meios, diante das novas tecnologias. O texto também relata a particularidade do modo de circulação do gênero musical ‘paraense’:

Sequência discursiva para análise 139

O funcionamento: as bandas e DJs gravam de uma a quatro músicas num estúdio (normalmente caseiro). Mandam as canções para rádios e aparelhagens. Os camelôs

compilam as músicas de maior sucesso em um CD e vendem nas ruas. O CD custa entre R\$ 3 e R\$ 4; um DVD, R\$ 10.
--

No ‘mercado pirata’, destacam-se os proprietários das ‘aparelhagens’. Esses são os sujeitos econômicos, com maior poder no funcionamento do ‘mercado’ ressaltado na manchete da notícia. No entanto, a presença mais realçada quanto ao “produto” de venda em si, ‘os cds e dvds’, é a do sujeito ‘camelôs’. A divulgação da “produção” é realizada em três espaços, na mídia, por meio das ‘rádios’; nas festas, por meio das ‘aparelhagens’, e nas feiras e ‘ruas’, por meio dos ‘camelôs’. Para quem pouca escuta as ‘rádios’ e ‘aparelhagens’, no espaço mais público das ‘ruas’ estão os ‘cds’ de ‘tecnobrega’, a um custo de ‘R\$ 3 e R\$ 4’ reais.

Dessa maneira, por esse ‘mercado pirata’, a identidade do ‘camelô’ se faz figura essencial para distribuição do “produto”. Na rede de produção, divulgação e consumo dos demais mercados “autorizados”, onde estariam o espaço da ‘rua’ e a identidade do ‘camelô’? Por ser um ‘fenômeno mercadológico’, o ‘tecnobrega’ também daria visibilidade àqueles que ‘vendem’ seus produtos?

A existência de uma “verdade” é produzida por uma formação discursiva atendendo a uma perspectiva ideológica: no caso, a da ilegalidade do ‘mercado’, denominado como ‘pirata’. Essa, no entanto, não pode negar outra “realidade”: a dificuldade de acesso aos produtos culturais para a maioria dos consumidores.

Apesar de o acelerado avanço das mediações tecnológicas favorecer o consumo anunciado como “gratuito” de tais “produtos”, as condições econômicas ainda se apresentam aquém para a efetivação dessa gratuidade, pela grande maioria. Desse modo, o consumo de ‘cds’ e ‘dvds’ ‘piratas’, além de ser mais acessível pelo custo, se mostra mais à mão do cotidiano dos ‘paraenses’, por ser vendido nas feiras, espaço de frequência diária da maior parte da população consumidora desse “produto”.

O fato de o ‘tecnobrega’ transformar-se num fenômeno mercadológico, sem a necessidade de o artista e de os demais envolvidos em sua produção e circulação terem que sair do ‘Pará’, pode ser encarado basicamente sob duas perspectivas, entre outras. Primeiramente, a apropriação do ‘mercado pirata’ por esse ‘ritmo paraense’ é feita não para vender a produção de outros artistas, mas para publicar e vender seu próprio “produto”, ou, ainda mais, para promover um circuito de consumo de sua produção. Isto porque o acesso à indústria fonográfica tradicional capitalista, ou mesmo aos meios ‘alternativos’ de publicação,

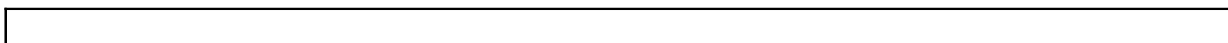
se faz distante para o artista do ‘tecnobrega’, pois a maioria desses espaços de produção ainda se concentra no “eixo” Rio–São Paulo.

Em segundo lugar, esse modo de se instituir uma ordem de consumo faz o artista do ‘tecnobrega’ superar a necessidade de precisar dos “holofotes” de uma circulação nacional para ter visibilidade, fazer sucesso. Esse modo de produção e circulação musical parece possibilitar ao artista do ‘tecnobrega’ fazer-se reconhecido pelo ‘mercado pirata’, viabilizando-se sua carreira em seu próprio espaço. Desse modo, adquirindo “projeção” e mantendo-a nos espaços regionais. Assim, sem precisar ir para fora do estado, onde estão instalados os “palcos” do sucesso nacional.

A aproximação entre a produção e o consumo repercute mais diretamente no processo de performance do gênero popular (ZUMTHOR, 1997). Daí verifica-se maior aproximação com o público nas “composições” caracterizadas pela enunciação enunciada (BENVENISTE 1989, p. 86). Isso pode ser verificado em músicas que performatizam o Show musical. Nelas, o dizer do artista dirige-se diretamente ao “enunciatário”, trazendo este para cena enunciativa. Nessas performances em enunciação, num tom fático, chama-se o público para o espetáculo, daí a ênfase para a “voz”, em sua materialidade, em detrimento dos significados das palavras (CUNHA, 2002, p. 37).

Embora a ‘pesquisa’ tenha demonstrado na nova forma de produção e distribuição, circulação da produção artística um processo diferencial de visibilidade, a notícia enfatizou o gênero musical como produto mercadológico e o processo de circulação desse produto em sua face ilegal e evidentemente rentável. Essa perspectiva discursiva fica enfatizada principalmente pela manchete que tende a ressaltar o ponto de vista editorial do jornal.

Um outro tema focalizado pela nossa análise, que se caracteriza pela dispersão, ou seja, pelo fato de muito pouco aparecer relacionado ao estado do ‘Pará’, é o referido à ciência, à produção acadêmica. Embora já tenhamos mostrado num texto a citação de um profissional da construção civil relacionado ao ‘Pará’, em muitos poucos textos verificamos o desenvolvimento temático relativo à pesquisa acadêmica, tendo como “protagonistas” a comunidade científica paraense.



São Paulo, sábado, 12 de julho de 2003

FOLHA DE S. PAULO **ciência**

ECOLOGIA

Presença de formigueiros faz raízes crescerem até 50 vezes mais em áreas degradadas, afirmam biólogos do Pará

Conhecidas vilãs de plantações pelo Brasil inteiro Saúvas “jardineiras” recuperam floresta

Ilhas de vegetação (no centro) crescem sobre um formigueiro no Pará; no detalhe, formiga-limão.

Divulgação/Ipam

MARCUS VINICIUS MARINHO

DA REPORTAGEM LOCAL

O texto incluso no caderno ‘ciência’ tem como título ‘Ecologia’, o que aponta para uma temática da natureza, do meio ambiente. O destaque é para o segundo enunciado, aparecendo num tamanho de fonte maior, seria a manchete do texto. Nesse enunciado, tem-se uma afirmação em torno da descoberta referida no primeiro. Este funciona como chamada. Na manchete, diz-se: ‘Saúvas “jardineiras” recuperam florestas’. Vejamos as relações intratextuais e interdiscursivas entre a manchete e a chamada e, ainda, o primeiro parágrafo do texto.

Da relação entre o predicado da primeira chamada e da manchete fica clara a inclusão das ‘saúvas’ como uma espécie de ‘formigas’, mesmo que o enunciatório não tenha esse conhecimento de mundo. O fato de as ‘saúvas’ recuperarem ‘florestas’ e da ‘presença de formigueiros’ fazer as ‘raízes crescerem até 50 vezes mais’ se demonstra por outra relação de inclusão entre ‘raízes’ e ‘florestas’. Então, onde há ‘raízes’, poderá haver ou ter havido ‘florestas’. No entanto, quando se fala em ‘áreas degradadas’, ainda que hajam ‘raízes’, não mais haverão árvores. Daí, ao agir, fortalecendo as ‘raízes’ dessas, as ‘saúvas’ possibilitam o ressurgimento de ‘florestas’.

O primeiro parágrafo irá reforçar o sentido dos enunciados analisados, destacados no início do texto, acrescentando outra informação acerca das ‘saúvas’, remetendo a um conhecimento de mundo referente à área da agricultura:

Sequência discursiva para análise 141

Conhecidas vilãs de plantações pelo Brasil inteiro, as saúvas podem ajudar na recuperação de áreas degradadas na Amazônia. A constatação é de **um grupo de pesquisadores do Pará.**

O mundo científico ‘do Pará’ descobre que a mesma espécie de ‘formiga’ conhecida como ‘vilã’ de ‘plantações’ em todo o país pode ser responsável por um grande benefício ecológico. Na manchete se faz uma afirmação em caráter de uma “verdade”, ou seja, verifica-se uma proposição característica do conhecimento científico. A responsabilidade científica dessa autoria é revelada nas duas chamadas.

Na chamada, após a enunciação jornalística apresentar a proposição científica em forma de constatação, mais detalhada do que na manchete, indica-se os ‘autores’ da enunciação, referidos de modo objetivo: ‘afirmam biólogos do Pará’. Também no primeiro parágrafo do texto será feita tal referência (em destaque).

Na chamada, indica-se a área dos profissionais responsáveis pela pesquisa ‘biólogos’; no parágrafo se especifica a atividade de tais profissionais. Além de ‘biólogos’, são ‘pesquisadores’, ou seja, “profissionais da biologia voltados para o saber científico, para a pesquisa”. Nos dois enunciados se diz que os ‘biólogos’, ‘pesquisadores’, são do ‘Pará’.

Portanto, a partir dos enunciados analisados se apresenta uma proposição do campo científico: as saúvas que se encontram nos formigueiros recuperam as florestas por fazerem crescerem em 50 vezes as raízes presentes em áreas que já foram desmatadas, ‘degradadas’, conforme afirmam biólogos, pesquisadores do Pará.

Após analisarmos a manchete, a chamada e o parágrafo inicial do texto, destaquemos alguns enunciados demonstradores dos argumentos em torno da afirmação científica, bem como do seu valor acadêmico Assim, informa-se o porquê de as ‘saúvas’ contribuírem em alta escala para o crescimento das árvores:

Sequência discursiva para análise 142

Apesar de comerem de 12% a 17% da produção anual de folhas das florestas, as

formigas cortadoras podem ter um importante papel na recuperação da vegetação, já que cavam grandes buracos e neles depositam matéria orgânica, enriquecendo o solo com nutrientes importantes.

Por uma ação depredadora se promove outra preservadora. O estudo deixa indicar o fato de o resultado em matéria de preservação poder ser muito mais importante do que o prejuízo referente à depredação, no caso, da presença das ‘saúvas’ nas ‘florestas’. Isto porque, se por um lado, elas comem ‘de 12% a 17% da produção anual de folhas’, por outro lado ‘cavam grandes buracos e neles depositam matéria orgânica’, justamente o produto de sua depredação, daí fortalecendo ‘o solo com nutrientes’. É por esse processo que as ‘raízes’ das árvores nativas se fazem muito beneficiadas. A preferência dessas ‘formigas’ por morarem em ‘áreas jovens de floresta ou em pastos abandonados após o desmatamento’ promove o enriquecimento do solo desses espaços.

Em seguida, o texto ressalta o ineditismo da pesquisa trazendo a enunciação direta do próprio pesquisador: “Este é primeiro estudo que mostra os benefícios dos ninhos de saúva, que podem ser importantes dependendo do nível de desenvolvimento da floresta”. O pesquisador ressalta os condicionantes da afirmação científica a serem demonstrados pelo texto. A ação das ‘formigas’ se faz mais efetiva nas áreas de devastação ambiental, pois é nesse espaço que elas sobrevivem.

Entretanto, quando as ‘florestas’ crescem, o ambiente se torna inadequado para as ‘formigas’. Nesse sentido, quanto mais a terra, a ‘floresta’, precisa delas, as ‘saúvas’ ali estarão. O texto visando conferir maior autoridade ao trabalho dos pesquisadores ‘paraenses’, além de indicar a procedência acadêmica ‘do Ipam’ (Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia), ressalta o reconhecimento internacional e a divulgação da produção, revelando que o estudo foi ‘publicado na última edição da revista científica ‘Ecology’.

O saber acadêmico dos pesquisadores fica referendado pelo texto jornalístico, bem como sua identidade paraense. Essa é marcada pelo adjetivo ‘Pará’. Fica demonstrado ainda o saber dos estudiosos, ‘biólogos’, ou seja, a identidade profissional desses. Portanto, uma área voltada para as ciências da natureza. Delimita-se mais ainda a identidade dos profissionais: entre outras possibilidades dos ‘biólogos paraenses’, esses ocupam-se da ‘pesquisa’ de ‘formigas’. Essas apresentam seu habitat identificado com áreas de ‘degradação ambiental’, ainda que por isso ‘ecológicas’.

Retornemos à relação entre o ‘Pará’ e à temática recorrente ao estado, a devastação ambiental, agora para tratarmos da relação entre essa temática e o campo científico. Vejamos as manchetes e chamadas de dois outros textos:

Sequência discursiva para análise 143

São Paulo, sábado, 28 de junho de 2003	FOLHA DE S.PAULO ciência
AMBIENTE	
Empresa do Pará cria novo modelo de manejo florestal sustentável ao negociar com produtor em assentamento	
Madeireira inverte a lógica da destruição	
CLAUDIO ANGELO EDITOR-ASSISTENTE DE CIÊNCIA	

Esse texto é também indicado pelo jornal como se referindo à ‘ciência’, embora nem sempre haja essa coerência entre o texto e a indicação editorial, principalmente no que tange a essa temática, conforme já vimos. Por tratar-se de uma técnica, remete a saberes sistematizados. Conforme o título, o texto, tal como o primeiro, refere-se ao ‘ambiente’, sendo a técnica referida de ‘manejo florestal sustentável’.

Destaca-se por ser um ‘novo modelo’, daí está sendo noticiada. O fato de estar sendo criado tal ‘modelo’ apresenta-se como uma característica do conhecimento científico. Diferentemente do texto anterior, nesse quem produz o conhecimento, no caso, a técnica de ‘manejo sustentável’, é uma ‘empresa do Pará’. No entanto, apesar de se divulgar de certo modo a ‘ciência’ no ‘Pará’, o discurso produzido no texto relaciona-se ao campo semântico da ‘destruição’, de ‘madeireira’, ainda que esteja sendo ressaltada a inversão dessa ‘lógica’.

Sequência discursiva para análise 144

São Paulo, terça-feira, 25 de abril de 2006

FOLHA DE S. PAULO **ciência**

AMAZÔNIA

Tarcísio Feitosa recebeu o Prêmio Goldman, de US\$ 125 mil, pela luta por reservas florestais em zona de conflito

Paraense ganha “Prêmio Nobel” ambiental

CLÁUDIO ANGELO
EDITOR DE CIÊNCIA

O título ‘Amazônia’ inclui-se no mesmo campo semântico do texto anterior ‘ciência’, porém, apresentando uma especificidade identificadora. A chamada refere-se a ‘Tarcísio Feitosa’, um ambientalista ‘Paraense’ agraciado pelo ‘Prêmio Nobel’ em sua área de atuação. O saber ambiental e a intervenção social feita a partir desse saber podem ou buscam estar embasados também no conhecimento acadêmico. A substantivação do adjetivo ‘Paraense’ ressalta tanto a importância do título quanto exalta o estado do “Pará” como a terra do premiado.

Nos três textos selecionados, registra-se a identidade ‘paraense’, relacionando-se tal identidade com o conhecimento de modo mais ou menos sistemático. Nos dois primeiros casos, ressaltam-se mais a produção científica, de modo mais eminentemente acadêmico no primeiro e mais técnico no segundo. Nesse último texto referente ao ambientalista, fica destacada mais a identidade.

Os três textos delimitam-se pela questão ambiental, voltada para a defesa de uma ‘floresta’ devastada, referindo-se a ações científicas ou relacionadas a essas. Não se ressalta essa evidência no intuito de desmerecer a importância da ‘pesquisa’ e dos trabalhos demonstrados pelas notícias, pois não se pode negar que as próprias condições de produção do fazer científico do estado do ‘Pará’ motivam essa ordem de conhecimento: o saber se faz determinado pelo espaço que lhe produz e provoca.

Justamente por isto, esse mesmo espaço possibilita outros saberes científicos. No entanto, pela ordem do político, tais produções não se fazem historicamente visibilizadas. Daí, em nosso *corpus* de análise, não encontramos referência a muitas outras ordens de pesquisas relacionadas a estudiosos paraenses. Por exemplo, ao campo das humanidades.

7.1.2 O índio virou “mata” ou um grito de silêncio

Nessa unidade, trabalharemos com a temática do índio. Nesse caso, dada a quase não aparição de textos tratando especificamente da temática indígena no nosso *corpus*, estudaremos os sentidos circulantes a respeito dessa identidade em textos referentes a outras temáticas. Vejamos primeiramente as chamadas ou créditos dos textos do *corpus* que se referem ao tema:

Sequência discursiva para análise 145

São Paulo, domingo, 08 de outubro de 2006	FOLHA DE S.PAULO ciência
<p align="center">Pague para manter Gafe de ministro britânico estimula Brasil a propor um fundo global para compensar países pobres por redução no desmatamento tropical</p>	
<p>Foto 16. Título: Trecho de mata amazônica intacta no Parque Indígena do Xingu, na divisa de Mato Grosso com o Pará</p>	
	
<p>Fonte: Rafael Garcia - 29. jun.2006/Folha Imagem</p>	

A referência ao índio na grande maioria do *corpus* construído para análise da identidade paraense se fez como uma citação às áreas indígenas, ressaltando-se sua preservação ou destruição, nos poucos textos em que essa identidade aparece. Nos enunciados

acima, constituídos por uma foto jornalística e seus créditos, relaciona-se a identidade ‘indígena’ com a preservação ambiental, numa região fronteira entre os estados do ‘Pará’ e ‘Mato-Grosso’.

Esses estados são identificados ao mesmo tempo com áreas ‘indígenas’ e de degradação ambiental, como é o caso do município de ‘São Félix do Xingu’, citado como um dos recordistas do ‘desmatamento e queimadas’ no país. Verifica-se uma relação de causa e efeito, tanto entre os espaços territoriais desses estados com a figura ‘indígena’, daí com a preservação; quanto com a figura dos ‘assentados’, ‘grileiros’, ‘madeireiros’ e ‘fazendeiros’, conforme se viu na análise da temática da violência e meio ambiente.

Desse modo, o fato de o jornal focalizar sua enunciação no ‘desmatamento e queimadas’ das ‘florestas’ destaca os sujeitos da degradação e esconde os sujeitos da preservação. Ainda identifica ambos os sujeitos com o ‘Pará’, como também com ‘Mato Grosso’, embora a relação entre os sujeitos da ‘destruição’ com o primeiro estado tenha sido mais realçada pela projeção de acontecimentos jornalísticos com a protagonização desses sujeitos. Esses aparecem no enunciado, expresso em forma de crédito da foto jornalística acima, como adjetivo do substantivo. Vejamos: ‘Trecho de mata amazônica intacta no Parque Indígena do Xingu, na divisa de Mato Grosso com o Pará’.

O substantivo ‘trecho’ aponta para a área preservada demonstrada na foto jornalística. Nessa vimos duas grandes faixas de terras encobertas pelo verde das árvores da floresta. Essa mostra-se recortada pelo grande espaço de água, demonstrando uma imensa extensão. Na imagem aparecem outras partes de água por entre o verde. Fica ressaltada assim uma paisagem composta pela convivência entre o verde e a água dos rios, caracterizando o espaço amazônico. Este retorna pela remissão, por uma memória relativa a outras imagens referidas na mídia em relação à Amazônia. Esta se faz mostrada como um grande vazio demográfico que, embora nele se refira ao índio, este não aparece.

Focalizemos nossa análise no sintagma nominal ‘parque indígena do Xingu’. O adjetivo ‘indígena’ aparece como um termo adjunto ao substantivo ‘parque’. Os povos ‘indígenas’ e sua cultura, que pela foto jornalística são identificados com a Amazônia, com o ‘Xingu’, com o ‘Pará’, são referidos como designação de um ‘parque’ encontrado no ‘Xingu’.

O termo ‘parque’ designador do rio ‘Xingu’ faz parte do meio ambiente identificado ao índio. No primeiro substantivo verifica-se a analogia com um campo semântico relativo ao meio urbano. Segundo Bueno (2001, p. 419): “s. m. Terreno murado ou vedado; jardim extenso; área verde de uso particular ou público”. Em ‘parque’ se faz referência ao espaço da

propriedade, conforme a visão da cultura branca, a uma delimitação estabelecida pela cultura que se autodesigna como “civilizada”.

O índio então aparece no enunciado referido como: uma espécie de qualificativo delimitador de uma área estabelecida pelo outro, pelo branco ‘colonizador’. O nativo amazônico ‘paraense’ aparece referido a um lugar instituído pelo poder oficial do estado que não corresponde ao seu espaço natural. O ‘indígena’ surge como uma marca distante, identificado em seu lugar, estando presente nessa forma designativa como prova de importância da “civilidade” do enunciador “branco”. Seria uma prova do respeito dirigido a esse “outro” pelos representantes da “civilização”. Nesse sentido, encontramos um dizer de Orlandi (1990, p. 165):

O branco, ao falar em direitos, estabelece os critérios legítimos para o exercício desse direito. No contato cultural que estabelece com o índio – e que tem a direção do dominador para o dominado – o branco extingue os fatos que satisfariam os critérios que inventou como legítimos. Ao apagá-los, os brancos tiram dos índios, simultaneamente, os seus direitos.

Então, ao se identificar os índios com a preservação, como dissemos, se criam ‘parques’, que, distantes da dinâmica cultural dos povos ‘indígenas’ de ocupação do espaço, acabam não apresentando identidade com esses. Desse modo, tais espaços dos ‘parques’ se fazem visibilidade não pela cultura ‘indígena’ em sua diversidade e peculiaridade, mas como registro de tensionamento de poder entre os brancos assimilados ou não a ordem econômica.

Na manchete da mesma notícia, temos uma sequência enunciativa:

Sequência discursiva para análise 146

Pague para manter

Gafe de ministro britânico estimula Brasil a propor um fundo global para compensar países pobres por redução no desmatamento tropical

Destaca-se o uso do capital, numa intervenção oficial representada tanto pelos interesses nacionais do ‘Brasil’, quanto internacionais, na referência que se faz ao ‘ministro britânico’. A proposta da criação de um ‘fundo global’ demonstra que os ‘parques’ se mostram mais inclusos na lógica do “civilizador” de se preservar aquilo que está sendo destruído, por

uma preocupação com a “civilização”. Portanto, com aqueles que estariam distantes da ‘floresta’, porém, prejudicados pela destruição. Essa preocupação deixa sub-repticiamente expressa a ausência ou incapacidade dos que fazem parte da ‘floresta’ de proteger esse espaço. Por isso, a necessidade da criação e manutenção de ‘parques’ pelo saber e poder branco.

Então, deve-se manter e criar ‘parques’ para preservar uma das maiores ‘florestas’ do planeta, mantendo esse espaço na perspectiva do “civilizador”, do colonizador, daqueles que demarcam os ‘parques’. Nesse caso, não seria o espaço do ponto de vista da mobilidade mais coletiva das culturas indígenas. Essa forma de ocupação característica do nativo amazônico parece mostrar-se inadequada para as necessidades dos novos tempos do “civilizado”.

Nos demais enunciados, demonstramos, tal como no primeiro, o fato de o índio aparecer como elemento passivo, indicativo de um espaço. Esse deve ser protegido pelo governo dos exploradores dos recursos naturais da Amazônia paraense:

Sequência discursiva para análise 147

São Paulo, domingo, 27 de fevereiro de 2005

FOLHA DE S.PAULO **brasil**

PF e Exército vão atuar contra pistoleiros no PA

ANDREA MICHAEL
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais), Inca (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) e Funai (Fundação Nacional do Índio) iniciam programas destinados a inibir a exploração ilegal da madeira, a identificar e retomar terras da União que foram griladas e a demarcar áreas indígenas ocupadas por fazendeiros.

Uma série de órgãos oficiais do poder executivo relacionado à terra é listada acima, todos numa ação estratégica diante da repercussão da ‘morte de Dorothy Stang’. Tais entidades são identificadas pela notícia como sujeitos ativos na defesa da legalidade de terras tomadas indevidamente. Entre as atitudes do estado, ressalta-se ‘demarcar áreas indígenas’. Assim, demonstra-se uma ação de proteção do espaço atribuído ao ‘indígena’, diante da ocupação ilegal dos ‘grileiros’, ‘madeireiros’ e ‘fazendeiros’.

Nesse espaço das terras ‘indígenas’, ainda aparecem regularmente os ‘assentados’ e ‘trabalhadores escravos’. Todos conflitados pela atribuição de um sentido diferenciado em relação à terra, pautados na noção de propriedade do colonizador, ou para garantirem a renda da sobrevivência ou o lucro acumulado do capital.

O grande número desses espaços oficiais atribuídos aos ‘indígenas’ enunciados pelo texto, (‘A Funai espera demarcar, ainda este ano, quatro das sete terras indígenas existentes no Estado’, e ainda a grandeza territorial desses espaços ‘a terra indígena Apyterewa, de 773 mil hectares’) retrata a existência de uma grande quantidade de povos ‘indígenas’ no estado, ocupando parte significativa do seu território. Isso faz haver uma identificação do ‘Pará’ com a etnia ‘indígena’, ainda que essa não apareça efetivamente nos textos.

Tal identificação se torna mais visível principalmente pelo fato de esse texto estar inserido num acontecimento discursivo de projeção nacional e internacional, como o crime da líder rural ‘missionária Dorothy Stang’, conforme se verifica na manchete da notícia. Também por ser citado o ‘indígena’ em outros textos caracterizados por temas mais regulares a respeito do Pará.

Outra vez, conforme vimos antes, o índio aparece como uma espécie de apêndice de outras questões que são tematizadas. Enquanto no texto acima o foco é o conflito agrário; no seguinte, enfatiza-se o ‘desmatamento’; havendo a ação de um órgão oficial, o ‘Ministério Público’, mais ocupado com questões relativas aos direitos sociais:

Sequência discursiva para análise 148

São Paulo, terça-feira, 02 de junho de 2009

FOLHA DE S.PAULO **brasil**

Procuradoria pede indenização de pecuaristas por desmatamento

Órgão quer compensação de R\$ 2 bi por danos; citados dizem que seguem a lei

JOÃO CARLOS MAGALHÃES
DA AGÊNCIA FOLHA, EM BELÉM

Os sujeitos efetivos desse texto são o próprio órgão citado, a ‘procuradoria’, e os denunciados pela venda de ‘animais criados em fazendas desmatadas ilegalmente’, os ‘pecuaristas e frigoríficos’. Então, diferentemente dos ‘fazendeiros’, ‘madeireiros’ e ‘grileiros’, referidos no texto anterior, os ‘pecuaristas e frigoríficos’ apresentam bastante

visibilidade no setor comercial alimentício nacional. Como exemplo de empresas de grande visibilidade ligadas a estes últimos, refere-se o texto: os grupos ‘Pão- de- Açúcar’, ‘Carrefour’ e o ‘Bertim’. Este, apesar de se constituir no ‘segundo maior’ grupo do país, é processado pelo ‘Ministério’ por negociar ‘gado criado em terra indígena em São Félix do Xingu’.

Assim, quanto maior é o poder das empresas relacionadas pela notícia, mas se destacam as terras ‘indígenas’ como desprotegidas diante desse poder. O ‘Xingu’, a área caracterizada por ser ‘parque indígena’, ao ser referido, é mostrado não pela ação dos sujeitos ‘indígenas’, mas pela atividade de sujeitos distintos dos índios. Nesse texto, aparecem os grandes empreendimentos, as redes comerciais. Noutros, ressaltam-se os ‘grileiros’, ‘madeireiros’, ‘fazendeiros’ e mesmo os ‘trabalhadores rurais’ mais ou menos identificados à referida área.

Portanto, embora se identifique os ‘indígenas’ com esses ‘parques’, os índios aparecem apenas referidos como figuras meramente ilustrativas; são citados como coadjuvantes, silenciados no texto. O espaço de seu cotidiano “esconde-se”, “distante”, não sendo relatado, por isso não visível. Esse silenciamento da identidade ‘indígena’ relativa aos seus próprios espaços culturais de constituição parece refletir a história de nossa colonização, fazendo-se ainda produtora na prática discursiva da mídia jornalística mais “central” do Brasil. Isto porque: “Não se apagam, queiramos ou não, 500 anos de História. E nessa História, houve um longo silenciamento dos sujeitos e dos indivíduos indígenas por parte do discurso dominante colonizador” (GOIS, 2007, p. 233).

Os ‘indígenas’, embora muito presentes nos espaços do ‘Grão-Pará’ colonizado, usando de sua própria palavra, foram levados, diante do poder dos ‘missionários’ colonizadores ‘portugueses’, a dizer o credo do branco. Pela “matriz” colonial portuguesa no período pombalino, mais adiante, foram inscritos numa identidade portuguesa de ‘colonos’. Na palavra enunciada pelo poder midiático atual, aparecem na maioria das vezes como indício de um espaço que não se faz ver.

O discurso historiográfico trazido anteriormente (terceira seção) fazia referências às estratégias de poder do colonizador. No entanto, evidenciando-se o que é apontado por Foucault (2007), referia-se à resistência. Então, verificou-se a disseminação de uma língua geral indígena na Amazônia paraense. Essa, embora tenha se mostrado estratégia de poder do “outro” colonizador, também foi manifestação de resistência do índio. Ainda, o enfrentamento da política de assimilação de uma identidade colona para o índio do ‘Pará’ no século XVIII constituiu-se em outro traço de quem resiste. A história dessas resistências ainda é pouco

contada. Nesse sentido, encontramos um texto trazendo o índio em resistência, numa referência a uma temática a ele mais identificada: ‘o desmatamento’:

Sequência discursiva para análise 149

<p>São Paulo, quinta-feira, 22 de outubro de 2009</p>	<p>FOLHA DE S.PAULO brasil</p>
<p>PARÁ</p>	
<p>Em protesto contra desmate, índios barram embarcações</p>	
<p>DA AGÊNCIA FOLHA, EM BELÉM</p>	
<p>Ribeirinhos e indígenas bloqueiam a passagem de balsas com toras de madeira em um trecho do rio Arapiuns, na região de Santarém (PA).</p>	
<p>Eles protestam contra o suposto desmatamento ilegal em uma gleba de terras estaduais chamada Nova Olinda 1.</p>	

O texto é identificado diretamente ao ‘Pará’, aparecendo esse substantivo como título da sessão do caderno ‘brasil’. Os ‘índios’ ressaltados na manchete da notícia ficam delimitados ao estado referido. O início do enunciado enfatiza a causa da ação, ‘barram embarcações’, atribuída aos ‘indígenas’, no caso, ‘em protesto contra o desmate’. Uma ação de resistência aos ‘desmates’ feita pelos ‘índios’. Vimos que, nas inúmeras ações de ‘desmate’ enunciadas pelo jornal, o ‘índio’ não aparece como sujeito, mas tendo sua etnia associada às áreas de reservas, nos espaços degradados.

Importante notarmos que a ação do ‘protesto’ foi a de um bloqueio do ‘rio Arapiuns’, não foi de uma estrada, rodovia, tal como outras ações muito divulgadas em outras regiões do ‘Pará’. Por exemplo, a própria rodovia bloqueada pelos trabalhadores durante a “chacina de Eldorado”. Verifica-se a resistência duplamente marcada pela ação em si e por ter sido realizada num ‘rio’, demonstrando a ocupação histórica e pré-colonial dos ‘indígenas’ nos espaços dos rios da bacia amazônica.

Então, na ação de “barrar” as ‘embarcações’, temos um processo identitário entre o ‘índio’ e o ‘rio’. O ‘rio’ como espaço de transporte de ‘madeira’, mas, sobretudo, como espaço

de movimento cotidiano, de comunicação entre aqueles que residem em suas margens. Nesse sentido, aparece um outro elemento característico de uma mestiçagem paraense, o “caboclo”, bastante identificado com a realidade do estado do Pará, mas também sem quase nenhuma visibilidade. Esse de tão identificado com seu espaço de habitação é denominado pelo atributo de pertencimento: ‘ribeirinhos’.

Os ‘ribeirinhos’ da ‘região de Santarém (PA)’, embora distintos dos que pertencem a outras regiões do estado, mostram-se próximos pela identidade da maré, do açaí que tomam, do ritmo que dançam nas festas da padroeira deixadas pelos colonizadores. ‘Ribeirinhos’ paraenses de ‘Santarém’, como outros residentes nos municípios mais próximos à capital: “Abaetetuba”, “Cametá”, “Limoeiro do Ajurú”. Ou mesmo aqueles que moram nas ‘ilhas’ pertencentes à capital e precisam fazer a travessia da “Baía de Guajará” em vários dias da semana para venderem seus produtos nas feiras de ‘Belém’.

Pela identidade se aproximam os mesmos ‘índios’ e caboclos ‘ribeirinhos’, que são “matrizes” ainda fortemente motivadoras do imaginário narrativo, dos costumes alimentares e dos ritmos citados nos textos que “fantasiosamente vendiam” a cultura do estado do Pará, principalmente o ‘Carimbó’,

Entre ‘índios’ e ‘ribeirinhos’ há uma relação étnica e cultural bem próxima, de cumplicidade e resistência. Esses últimos trazem em sua constituição a mestiçagem entre o colonizador português e a resistência indígena bem presente no ‘Grão-Pará’ colonial e atuante no movimento da “Cabanagem” no início do período republicano.

Essas duas identidades mostram-se silenciadas pelo jornal “Folha de S.Paulo”, pois, poucos são os textos que se referem ao ‘Pará’ e trazem esses sujeitos. Embora a presença e a identidade dos ‘ribeirinhos’ e ‘indígenas’ com o estado remontem a uma história anterior ao período da grande migração de outros estados ao ‘Pará’, para as regiões oferecidas à ocupação agrária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de produção de uma pesquisa é sempre um modo determinado de realizar um trajeto. Esse já se faz resultante de uma metodologia de construção de sentidos na qual o sujeito pesquisador se faz inserido. A escolha da temática não prescinde do referencial teórico adotado para realizarmos o estudo, ou seja, a construção de um tema para investigação é referenciada numa determinada perspectiva de se recortar e perceber a realidade.

Nesta tese, buscamos analisar os discursos materializados nos textos escritos e veiculados pelo jornal “Folha de S.Paulo” sobre o estado do Pará (Brasil). Nessa análise, intentamos selecionar os textos de acordo com as temáticas que os pudessem caracterizar numa dada formação discursiva. Pelas temáticas procuramos os sentidos mais realçados nos textos jornalísticos, produzindo uma ou mais identidades a respeito do estado do Pará.

Nosso objetivo central, conforme já expusemos, foi verificar se numa série de textos jornalísticos a respeito do estado do Pará, tratando de uma diversidade de temáticas, haveria certa regularidade na construção de uma identidade, tanto em relação ao estado quanto ao “ser paraense”. Buscamos estudar se haveria uma homogeneidade de sentidos identitários nos distintos textos a respeito do estado do ‘Pará’, assim, investigar se os textos apontariam para uma maior unidade ou diversidade de sentidos sobre esse estado.

Embasados na Análise do Discurso de linha francesa, consideramos que os textos veiculam discursos, ou seja, produções de sentidos a respeito de uma realidade. O discurso se inscreveria principalmente não na unidade perceptível e superficial da palavra expressa, mas na dispersão das enunciações produzidas pelos sujeitos, em seu processo de interrupções e discontinuidades (FOUCAULT, 2008a, p. 61).

Procuramos, nas práticas jornalísticas selecionadas e analisadas nesta pesquisa, modos de construção, reprodução e resistência a respeito do que historicamente se constituiu como uma “realidade” sobre o estado do Pará. Esse lugar/espço se configura sob diferentes perspectivas, quais sejam, geográfica, política, social e cultural. Cada uma delas é determinada por condicionantes de variados saberes. Os saberes enquanto produções discursivas são sentidos que circulam por entre as “vozes” de sujeitos sócio-históricos.

Havendo mais de um sujeito pelo qual a linguagem se configura em distintos sentidos materializados num significante linguístico, haverá também, como se demonstrou nesta tese, uma correlação de forças, de poderes, em que os sentidos podem assumir uma dada posição hierárquica. Os sentidos estarão mais ou menos realçados pelos sujeitos sócio-históricos que os produzem, numa relação mais evidentemente de reprodução e/ou resistência.

Teríamos, no caso deste estudo, sujeitos produzindo identidades móveis, mas, no entanto, passíveis de determinadas delimitações, mais ou menos comprometidas com uma perspectiva discursiva. Produções de identidade marcadas pela materialidade da língua (da linguagem em suas diferentes configurações sógnicas), inseridas no modo de dizer da prática do discurso jornalístico.

O estudo da identidade, ou melhor, da produção da identidade é um campo de investigação que se mostra requerido pela Análise do Discurso. Caracteriza-se uma identidade na comparação com outras, com as quais os sentidos se assemelham ou se diferenciam. Pelas semelhanças, é possível se efetivarem comparações para que se construam identidades.

Tanto o lugar, em sua circunscrição definida e estabelecida institucionalmente por um poder, quanto o espaço, em sua movência inquietante e atravessada pela instabilidade, fazem-se perspectivas pelas quais o discurso midiático materializa uma linguagem, mediando significados prontos e fragmentados, ou sentidos mais produtivos, por isso, heterogêneos e abertos.

O estado do Pará pode ser pensado em sua unidade, atenuando-se, e em muitos casos até mesmo apagando-se, a percepção para a diversidade de sentidos que o caracterizam em sua paisagem social, cultural, política, e histórica. Também podemos percebê-lo na diversidade heterogênea de sua constituição, adentrando-se em suas particularidades, em sua movente diversidade de fazeres e práticas sociais e discursivas.

Fomos buscar em textos historiográficos, referentes ao período colonial e republicano, inscrições de um passado, a fim de verificar as contiguidades e interseções entre a palavra da História e os dizeres anunciados pela mídia. Isto, por estarmos motivados na compreensão discursiva da Análise do Discurso, em seu diálogo com a perspectiva teórica da Nova História.

A mídia produz uma realidade brasileira, constrói um modo de dizer essa realidade. A enunciação do jornal materializa a expressão de determinados sujeitos sócio-históricos. A palavra da mídia se caracteriza pelo lugar a partir do qual ela estará produzindo seu discurso.

As diferenças culturais produzidas historicamente entre regiões e estados brasileiros tendem a produzir discursos etnocêntricos por parte de sujeitos representativos dos lugares/espacos, apontados e reconhecidos como “centro”, relativo aqueles identificados como “margens”. A “voz” da mídia representativa daqueles que estão no “centro” econômico e de produção cultural do país, no caso, “São Paulo” e “Rio de Janeiro”, tende a identificar o estado do Pará, por uma teia de sentidos circulantes e sutis, com a “barbárie”.

Verificamos na “Folha de S.Paulo”, como ocorre na maioria dos jornais, uma divisão entre textos mais eminentemente informativos ou opinativos, como uma forma de camuflar o caráter sócio-histórico do discurso. Seria um modo de negar as posições-sujeito implicadas em sua palavra, posicionadas numa perspectiva enunciativa, motivadas em produzir no leitor determinados efeitos de sentido. No caso dos textos analisados sobre o estado do Pará, produzir determinados efeitos de identidade.

Por muito se falar de um dado tema a respeito do Pará, esse estado passa a ser com ele identificado. Das relações de sentido entre os temas mais específicos, chegamos aos temas mais abrangentes. Assim, a partir da violência agrária e do trabalho escravo e infantil, definimos o Eixo Temático da Violência. Considerando-se os textos referentes ao tema do “Desmatamento/Queimada”, definimos o Eixo do Meio Ambiente. Por último, pela reincidência de textos a respeito do “Círio de Nazaré”, definimos o Eixo Temático dos Saberes Culturais, Artísticos e Científicos.

Tal como a repetição de temas é produtora de sentidos, também a ausência de um dizer, o silenciamento em torno de determinados temas a respeito do Pará, configura-lhe sentidos. Esse é o caso dos temas do turismo, da arte e da ciência. Tais temas também foram incluídos no Eixo Temático dos Saberes Culturais, Artísticos e Científicos. Verificamos aparecer de modo ainda mais apagado, nesse eixo, a temática indígena.

Retornando à indagação principal desta tese, em torno das identidades possíveis de serem produzidas pelo jornal “Folha de S.Paulo” acerca do estado do ‘Pará’, considerando-se a metodologia de pesquisa adotada, destaquemos a seguir as estratégias discursivas evidenciadas na prática jornalística.

Os processos metonímicos e principalmente metafóricos, recursos intrínsecos à estrutura da língua, possibilitam produções de sentidos discursivos, verificados em qualquer discurso; irão apresentar-se realçados na escrita do jornal. Quando se editora a notícia, aquilo que se apresenta como manchete e/ou chamada irá antecipar metonimicamente o dizer. Por essa antecipação, produzem-se efeitos de sentido de generalidades ou de especialidades.

Pelo recurso linguístico da metáfora, acessa-se a memória discursiva dos enunciatários do jornal. O que é dito a respeito do Pará aciona outros dizeres. Esses, embora não contíguos ao dito, tornam-se presentes na enunciação do jornal analisado. Em variadas relações de construção de sentido, enuncia-se um dizer propício a recorrer a outros ditos, relativos a acontecimentos outras vezes enunciados.

Nas dispersas vozes dos sujeitos enunciadas no jornal “Folha de S.Paulo” sobre o estado do Pará, verifica-se o jogo das temporalidades linguísticas, produzindo efeitos de

atualidade entre aquilo que se enuncia e o evento enunciado, fazendo do fato um acontecimento envolvente e sedutor para o leitor midiático. Recursos que buscam demonstrar a veracidade daquilo que é dito.

Pela proximidade e distanciamento, recorrendo-se a recursos delimitadores das vozes dos diversos sujeitos implicados nos textos jornalísticos, a enunciação jornalística tende a assimilar-se a uma dada perspectiva. Assim, embora a palavra seja estrategicamente confiada a todos, a poucos será efetivamente realçada.

Nessa opção do discurso jornalístico da “Folha de S.Paulo” pelo realce de algumas perspectivas, estabilizam-se determinadas identidades, ainda sempre possíveis de serem refutadas. No entanto, vários recursos linguísticos e enunciativos são buscados pelo referido discurso, tentando-se evidenciar seu efetivo compromisso com uma verdade autorizada, e assim, enfrentando-se, no poder de suas palavras, as resistências. Nesse jogo, evidenciemos a seguir quais identidades paraenses se mostram ressaltadas nos textos da “Folha de S.Paulo”, a partir da repetição e da dispersão.

Na maioria dos textos referentes ao estado do ‘Pará’, a urbanidade mostra-se distanciada pelas vozes discursivas da “Folha de S.Paulo”. Na pauta, evidencia-se a violência mais arcaica, “bárbara”, de um espaço agrário. Dá-se grande visibilidade a uma rede de violência caracterizada pela ação de pistoleiros, sujeitos que fazem do trabalho de matar um produto de venda. Espetacular violência por ser praticada por sujeitos distanciados daqueles que mais se assimilam com a realidade “produtora” do discurso do jornal.

Mais ênfase de sentido provoca a palavra midiática na medida em que se refere à violência praticada em torno de uma “terra primitiva”, que aparece atravessada pelo discurso do salvacionismo ambiental, da preciosidade motivadora do imaginário mágico, daí, tal terra, se mostra mais distanciada dos provavelmente mais “urbanos” leitores do país.

Embora a enunciação jornalística queira se mostrar ocupada com a divulgação e denúncia do assassinio de uma liderança dos ‘trabalhadores’, de uma missionária religiosa estrangeira, assim noticiando o evento e seus prováveis suspeitos, no caso, ‘grileiros’ e ‘fazendeiros’, responsáveis pela provável encomenda do crime, acaba-se também, pela assimilação do discurso representativo da polícia, denunciando a irmã assassinada e os ‘trabalhadores’ com ela identificados.

Então, o sujeito dividido atende à demanda informativa, mostrando-se comprometido com os fatos. No entanto, para além daquilo que diz, é pela manipulação do seu dizer que se efetivam as “vozes” do sujeito às quais o sujeito está assimilado.

O desconhecimento do estado de direito, tanto por parte daqueles que representam de modo “criminoso” o poder latifundiário, quanto pelos trabalhadores, e ainda a falta de preparo do poder público local identificariam os sujeitos da “realidade paraense” caracterizada pelo “conflito agrário”.

O desconhecimento seria provocador das ações “bárbaras” que levariam à repetição de “chacinas”, bem como à “degradação” ambiental, pelo usufruto “ilegal” e “arcaico” da terra. Também a necessidade da presença de “missionários” estrangeiros mostrar-se-ia como evidência da falta de civilidade de uma “Terra Sem Lei”, onde as “missões” (religiosas e impositivas de uma prática religiosa) de proteção e defesa dos direitos ainda seriam indispensáveis.

Isso pelo fato de o próprio poder público em sua ordem vigilante ser identificado como ineficiente, devido tanto à falta de eficiência do poder oficial paraense quanto à ausência do estado brasileiro de uma “realidade tão distanciada”. Também se enfatiza a incapacidade do poder público estadual de ordenar a ocupação ilegal da terra e seus ‘arcaicos’ abusos.

A violência de um poder abusivo mostra-se identificada na enunciação jornalística não somente com os espaços agrários, mas estende-se também para as atitudes da elite econômica do estado, em seus espaços mais sofisticadamente urbanos, fortalecendo sua identificação com a “bárbara” falta de civilidade. Assim, remontando-se às relações sociais do estado colonial do “Grão-Pará”, envergonhando o Brasil.

Outra forma de violência bastante abusiva, e nesse caso muito mais identificada com a falta de civilidade, pelo fato de evidenciar o desrespeito aos direitos sociais conquistados pelos trabalhadores e de infringir duplamente os direitos da infância, é a prática do trabalho escravo e infantil, também bastante enunciada em referência ao estado do ‘Pará’. Além das crianças trabalharem com seus pais, não recebem remuneração por isto.

Pela posse indiscriminada e conflitante da terra, praticam-se outros “crimes”, nesse caso, enfaticamente enunciados como “arcaicos”. Esse arcaísmo novamente será identificado com a “barbárie”, por resultar em sequelas físicas e psicológicas nos trabalhadores infantis. Estes, quando não apresentados como escravos, são expostos às condições inseguras, em atividades também relacionadas à devastação da terra.

Parece ficar demonstrado na enunciação jornalística que a proporção territorial do estado do Pará, bem como sua geografia física, marcada por densas florestas e caudalosos rios, proporcionalmente bem distintos daqueles das demais regiões, principalmente do Sul e Sudeste do país, tendem a facilitar a atividade escrava.

Não se deixa de enunciar, porém sem se enfatizar, que a utilização do trabalho escravo seja feita, em sua maioria, por imigrantes ou mesmo por grandes empreendedores nacionais e estrangeiros. Os primeiros, residentes em outros estados, pertencentes a uma das regiões mais favorecidas do país. Os segundos, representativos das sociedades pós-industriais, utilizadores da tecnologia de ponta. Isto demonstra, de certo modo, que determinadas práticas refletem mais do que as formas de saber, uma motivação política e principalmente econômica.

Mesmo diante da presença de enunciados informando quanto à procedência daqueles que promovem o trabalho escravo e infantil, a própria semiologia e disposição enunciativa dos textos produzem efeitos de sentidos de identificação dessa referida prática com o estado do Pará. Identidade ainda assimilada ao Pará nas práticas dos sujeitos envolvidos com o desmatamento e as queimadas e o conflito agrário.

A mesma “ilegalidade”, distanciada da modernidade pós-industrial executora de vidas, também irá se evidenciar, ao se promover os desmatamentos e as queimadas. Tal como no caso do conflito agrário e dos consequentes assassinatos de trabalhadores e lideranças rurais, também os índices enunciados irão evidenciar e responsabilizar de modo realçante o estado do ‘Pará’, em relação aos demais estados brasileiros e mesmo amazônicos. Essa prática confere o título de campeão do desmatamento ao estado, comparando-lhe o efeito nocivo e poluente ao produzido pela poluição industrial do maior estado brasileiro: São Paulo. Práticas degradantes que seriam semelhantes nos efeitos e diferentes nas causas.

Mais do que poluir se verificaria no Pará uma “poluição arcaica”. Esta seria resultante de práticas de extrativismo florestal. O discurso jornalístico da “Folha de S.Paulo” tende a se ocupar mais com a enunciação dessa poluição. Apesar de haver muita poluição urbana em grande parte promovida pelos estados industrializados do Sudeste brasileiro, esta é muito menos noticiada. Isto pelo fato de a indústria e do comércio serem os responsáveis pela maioria do patrocínio da mídia. Além disso, a própria distancia do “centro” midiático brasileiro, em relação ao estado do Pará, a sua paisagem, mostra-se propícia a representações imaginárias, assim, à espetacularização.

Na violência humana e ambiental relativa ao estado do Pará bastante enunciada pela “Folha de S.Paulo”, verifica-se uma rede de desrespeito humano e ambiental que coloca em cena os grileiros, madeireiros, fazendeiros e ainda os trabalhadores. Esses mostram-se ou a serviço dos primeiros, em atividades de sobrevivência ou mesmo tensionados pela luta relativa à posse da terra, ou, ainda, maltratados pelo trabalho forçado.

Favorecendo uma produção de sentido diferenciada em relação aos temas dos Eixos Temáticos da Violência e do Meio Ambiente, temos o tema ‘Círio de Nazaré’, incluído no

Eixo dos Saberes. Esse tema também aparece repetidamente na enunciação da “Folha de S.Paulo”. Nesse caso, temos textos que se referem a uma manifestação que, além de religiosa, é cultural. Isto por ser abrangente, tendo a participação também de outros segmentos religiosos, além dos católicos.

Ainda que seja caracterizado como maior manifestação religiosa do país, o ‘Círio de Nazaré’ não se mostra visibilizado nacionalmente em sua realização mais detalhada. Quando a “Folha de S.Paulo” enuncia sobre o ‘Círio’, pouco se possibilita a produção heterogênea de sentidos. Desse modo, o evento relatado não se torna um acontecimento discursivo jornalístico. No caso da mídia jornalística impressa, aparece, na maioria dos casos, em textos que demonstram seguir uma fórmula roteirizada, trazendo informações repetidas acerca do evento, referindo-se, principalmente, à quantidade de participantes, assim, ao qualificativo correspondente dessa quantidade. Também aparece o trajeto descritivo da procissão.

Os enunciados informativos, repetitivos, referentes ao ‘Círio’, de certo modo, não deixam de evidenciar o caráter tradicional, permanente do evento. A cristalização temporal parece se repercutir na materialidade enunciativa do jornal. Por esse sentido, acaba-se por se distanciar o evento e seus sujeitos participantes dos enunciatários do texto jornalístico, localizados em outros espaços de referência.

Fortalece-se uma visão evasiva, mítica da cidade de Belém, de modo metonímico do estado do Pará, na maneira como se enuncia o ‘Círio’, podendo-se identificar os paraenses, de modo massivo, com o saber ingênuo, numa relação antagônica com a realidade tecnológica, parecendo mais proximamente assimilada ao discurso do jornal em referência.

Pelas notícias veiculadas sobre o ‘Círio’, identificam-se sujeitos com a santa, a virgem de Nazaré. Sujeitos transitando entre identidades sociais e subjetivas. Mostra-se o apelo coletivo dos fiéis, motivados por aquilo que é desejo de todos: a conquista da casa, da moradia, o emprego necessário para sobrevivência, a ajuda salvadora para a saúde diante das condições ineficazes. Alguns estimulados pelo desejo mais subjetivo de um querer mais íntimo. Todos alcançando ou objetivando um milagre relativo à padroeira dos paraenses. Na procissão, atados à corda, fazem-se solidárias as coletividades, ainda que apareçam como multidão homogênea.

Ainda pelo ‘Círio’, verificam-se, na enunciação discursiva e semiológica da “Folha de S.Paulo”, os sujeitos profissionais da política em ênfase de visibilidade. Verificam-se esses sujeitos acessando de longe a imagem da santa e sua representação, seus representados. Outros sujeitos, presentes no espaço performático da festa cultural, tecendo interatividade direta com o público sagrado da procissão.

A temática do turismo relativa ao estado do Pará, apesar de mostrar-se muito silenciada, apresenta frequência bem menor do que aquelas incluídas nas produções regulares. Os espaços do estado são discursivamente produzidos para serem objeto de consumo turístico. São produzidos para serem “produto” de venda das agências. Essas são ocupadas em seduzir os gostos e desejos do público. Além de produto turístico, também mostram-se como matéria encomendada pelo poder público, buscando-se, mais do que evidenciar os lugares, anunciar as ações governamentais.

Na enunciação jornalística, destaca-se uma demanda eminentemente publicitária. Assim, é preciso evidenciar o exótico, o diferente, aquilo que distingue, fomentando a necessidade da busca. Também não se deixa de ressaltar aquilo que no lugar distante mostra-se como ponto, possibilidade de identificação para o potencial cliente visitante.

Mesmo se querendo vender o produto, não se deixa de evidenciar, embora como possível estratégia argumentativa, a distância do lugar colocado ao desejo dos viajantes turísticos. Ainda que ao se evidenciar a distância possa se reforçar o gosto pelo estar, pelo se conhecer o mais diferente, no destaque desse aspecto, demonstra-se acessar sentidos já possivelmente produzidos na interdiscursividade da “voz” da “Folha de S.Paulo”. Por isso presentes na memória discursiva dos possíveis enunciatários do jornal.

A enunciação jornalística, ao utilizar adjetivos de pertencimento, indicando a naturalidade de profissionais como sendo paraenses, mostra-se como a afirmação de uma negação mais evidente. Faz-se necessário enfatizar-se o pertencimento, na medida em que este não apresenta visibilidade.

Dizer-se que um engenheiro, um crítico, um ator é paraense, ou mesmo que um cientista ou ambientalista pertence ao estado do Pará, seria, talvez, uma necessidade. Isso pelo fato de não ser tão comum, ou mesmo de ser raro no Brasil essa identidade regional ser referida a pessoas “ilustres”. Principalmente, considerando-se a pouca visibilidade historicamente registrada por nossa memória discursiva relativa à produção cultural, artística e acadêmica do estado do Pará. Isto pela sua distância física do centro produtivo maior de publicação, inclusive jornalística, desses “produtos” de saber.

Ainda quando se ressalta na enunciação jornalística um ritmo artístico do estado do Pará, essa enunciação é referida em textos que, mais do que evidenciar tal produção, ressaltam aspectos valorados negativamente. Tanto na arte quanto no ressalto da exuberante paisagem natural e cultural do estado, destaca-se uma analogia com peculiaridades de certo modo negativa.

No caso do turismo, ressaltam-se aspectos que colocam em risco a segurança do visitante; já na produção artística, compromete-se a legalidade da produção. No que tange ao saber científico, a referência à produção acadêmica não deixa de estar vinculada à identidade da floresta, mais particularmente da degradação ambiental. Tende-se a enunciar somente o saber científico daqueles que se ocupam de estudos da defesa da floresta. Os demais campos do saber não se mostram enunciados, pelo menos, nos textos selecionados, constituintes do nosso *corpus*.

Pelo paradoxo do apagamento discursivo, os sujeitos menos enunciados na voz da “Folha de S.Paulo” são os que mais parecem se identificar com o discurso comum relativo à identidade paraense. Na enunciação do “outro” distante, presente muitas vezes pela leitura ou escuta dos jornais, uns dos designativos mais produtivos a respeito do estado do Pará parecem ser “Terra de índio” e “Terra de Ninguém”.

Os sentidos não se produzem delimitados por vozes circunscritas e separadas de uma rede enunciativa, mas se constroem numa circulação de sentidos. Nesse circuito, a enunciação da imprensa ocupa uma posição de poder privilegiada. Então, a identificação do Pará com os povos indígenas, além da motivação histórica, ou seja, pelo fato de esse estado localizar-se na Amazônia, região de maior favorecimento para o estabelecimento e preservação do índio, parece ser fomentada pela enunciação jornalística.

Por muito a enunciação jornalística se referir ao estado do Pará, ressaltando-se a existência de parques indígenas, tende-se a identificar os índios com esse estado, com os paraenses. Assim, pelo fato de na referência a esses espaços, em muitas imagens em circulação na mídia impressa e televisiva, a paisagem natural esconder a cultura humana, ou seja, fala-se do índio, mas este não é mostrado, toma-se o território do sujeito, seu habitat, por ele. O desconhecimento possibilita a ignorância, fomentando o preconceito etnocêntrico, historicamente dirigido aos povos indígenas, dirigido aos paraenses.

O estado do Pará é identificado com os espaços da floresta, com os vazios demográficos. Desse modo, seria um lugar de ninguém, em que o tempo do passado colonial, pré-tecnológico, arcaico, ainda estaria presente. Lugar de “ninguém” por ser ocupado por uma etnia muito pouco conhecida, quase nada visibilizada, por isso distante. Terra ainda distante, porque, quando ocupada, mostra-se como “palco” de atitudes “bárbaras”, daqueles que lutam por pequenos assentamentos ou que exercem sua força inconsequente pela posse do latifúndio.

Como as verdades podem se posicionar em diferentes perspectivas, a referência ao discurso de muitos sujeitos pertencentes a outras regiões do Brasil delimita-se num sentido

etnocêntrico, relacionando-se o índio e o paraense a práticas “bárbaras”, decorrentes do não conhecimento tecnológico, produzido por aqueles que se encontram ao “centro” do país.

O sintagma nominal “terra de índio” pode fazer parte de outras enunciações, constituir-se de outro enunciado, produzindo outros sentidos. O Pará seria historicamente uma “terra de índio”, dada a resistente preservação dessa etnia latino-americana que, diante de todos os eletrônicos recursos do império capitalista e fugaz da pós-modernidade, ainda permanece.

Por isso, o estado do Pará é “terra de índio”, por identificar-se com movimentos de resistência a determinadas ordens vigentes, tal como a cabanagem. O Pará é “terra de índio”, pela preservação de uma culinária, de ritmos e danças fortemente influenciados por essa etnia, em processo de miscigenação.

Também o Pará é “terra de índio” pela grande enunciação lendária ainda viva na memória da população paraense, principalmente os ribeirinhos. Esses sujeitos paraenses, ocuparam o estado antes dos imigrantes provenientes de diferentes regiões do país, principalmente do Sul, Sudeste e Nordeste. Sujeitos ‘ribeirinhos’, são moradores das margens dos rios nativos, não das estradas, distantes dos caminhos de ocupação e de rodovias “tecidas” pelo poder central e multiplicadas pelos que vieram “de fora”.

Ribeirinhos, tais como os indígenas, também se fazem sujeitos escondidos pelos teclados da imprensa, do jornal “Folha de S.Paulo”. Ribeirinhos que não se mostram, mas se fazem não identificados com as “chacinas” em torno da posse e exploração degradante da terra e do homem. Os caboclos ribeirinhos que, entre outros paraenses, são uns dos principais protagonistas de uma identidade de fé e expressão cultural, metaforicamente “atados” pela corda envolvendo a berlinda do tradicional e sempre novo Círio de Nazaré.

Tão perto dos rios caudalosos no estado do Pará, encontram-se os caboclos ribeirinhos, nativos, subindo nas árvores de açaí, para extrair o alimento, colher o “produto” de sua subsistência, vendido nas feiras das cidades mais próximas. Distante das letras dos jornais, por isso, os ribeirinhos não se façam reconhecidos pelos enunciatários consumidores desse produto discursivo de venda.

Talvez, a rotina dos ribeirinhos e dos indígenas não interessa ao espetáculo. Então, acerca da identidade paraense, a análise do discurso realizada por esta tese quis realçar o fato de que:

1-A identidade paraense na “Folha de S.Paulo”, embora se produza também nas temáticas mais silenciadas a respeito do estado do Pará, produz-se principalmente por meio das temáticas mais repetidas. Assim, nossa tese realçou o espetáculo jornalístico a respeito do

Pará, na identificação desse estado, e assim da identidade paraense, com ‘chacinas’, ‘desmatamento’, ‘trabalho escravo e infantil’ e o ‘Círio’.

No entanto, não é somente pela repetição de um dizer que se ressalta uma identidade, mas na maneira como se diz, tanto aquilo que é muito quanto pouco enunciado.

2- Os efeitos de sentido em dispersão não ficam cindidos daqueles bastante repetidos. Então, o sujeito indígena, disperso nos textos do jornal “Folha de S.Paulo”, aparece apenas como ilustração de uma paisagem, vivendo no espaço da floresta amazônica paraense. Este espaço é o mesmo que também aparece com bastante regularidade, ocupado por outros sujeitos, marcado pela violência ao homem e ao meio ambiente. Pela interseção entre os espaços se reproduziriam identificações entre os sujeitos indígenas e aqueles tidos como violentos, bárbaros. O índio distante, disperso nas folhas do jornal, mostrar-se-ia presente, nas atitudes estranhas, arcaicas, de outros sujeitos, identificados com o estado do Pará.

Havendo textos dispersos referindo-se à produção artística e cultural do Pará, considerar-se haver pouca produção artística e acadêmica nesse estado. Isso, por sua vez, estaria diretamente relacionado ao fato de o Pará apresentar tanto distância física quanto cultural do “centro” do país, ou seja, principalmente, dos estados de São Paulo e Rio de Janeiro. Então, estaria “longe” de uma determinada perspectiva civilizatória. Assim, o ‘Pará’ seria um espaço identificado com o saber mítico, exótico, expresso na festa do Círio de Nazaré.

Portanto, no discurso da “Folha de S.Paulo” os dizeres dispersos/silenciados sobre o estado do Pará estão presentes nos dizeres regulares, produzindo uma certa ordem do discurso acerca da identidade paraense. Outras ordens do discurso podem ser construídas a respeito da identidade paraense. Algumas por se colocarem “distantes”, acabam por produzir e reproduzir sentidos homogêneos e assim redutores do estado do Pará. Outras estão mais “perto” e, assim, interagindo mais com as identidades do estado. Por isso, estando na proximidade, produz-se uma polivalência de sentidos. Por essa perspectiva, identifica-se uma heterogeneidade de sentidos a respeito do estado do Pará. Nessa ótica, é possível desnudar o “outro” a partir das identidades cristalizadas; daí, perceber aquilo que, na sutileza do que é dito, pode dizer muito mais.

Então, por uma ordem da Análise do Discurso, pode-se ousar produzir outros sentidos, a partir daquilo que se coloca como discurso cristalizado, estabelecido pelos dispositivos de poder em voga. Por meio desta, é possível inquietar-se diante das desigualdades regionais do Brasil, compreendendo as proximidades e distanciamentos que produzem uma identidade

brasileira. Pela ordem do discurso, enfim, essa foi a contribuição mais particular desta tese, é possível chegar à sutileza das diferenças, móveis e constantes que identificam determinados sujeitos sócio-históricos em seu espaço, nesse caso, as várias identidades paraenses e seus distintos espaços constituídos discursivamente.

REFERÊNCIAS

- ACHARD, P. et al. Papel da Memória. In: ACHARD, P. et al. **Papel da Memória**. Trad. José Horta Nunes. 2. ed. Campinas, SP: Pontes Ed., 2007. p. 49-57.
- AGAMBEN, G.. **O que é o contemporâneo? e outros ensaios**. Trad. Vinicius Nicastro Honesko. Chapecó, SC: Argos, 2009.
- AGUIRE ROJAS, C. A.. A história da Civilização latino-americana. In: LOPES, M. A. (org.). **Fernand Braudel: Tempo e História**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003. p. 123-139.
- ALBANO, M. Cerca de 30 menores trabalhavam em fazenda de pimenta no PA. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 16 out. 2002. Brasil, Brasil Profundo. Disponível em: <<http://www.folha.uol.com.br>> Acesso em 13 jul. 2010.
- _____. Irmãos Farias se entregam à PF e são soltos depois de 15h. **Folha de S. Paulo On-line**, São Paulo, 04, mar. 2003. Brasil, Trabalho Escravo. Disponível em: <<http://www.folha.uol.com.br>> Acesso em 10/11 jul. 2010.
- ALMEIDA, L. M. de. O martírio de irmã Dorothy Stang. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 19, fev. 2005. Opinião. Disponível em: <<http://www.folha.uol.com.br>> Acesso em 06 jul. 2010.
- AMATO, F.; REIS, T. Irmã Dorothy Stang era natural dos EUA e atuava com sem-terra; governo federal aponta ação de fazendeiro. **Folha de S. Paulo On-line**, São Paulo, 13, fev. 2005. Brasil, Brasil Profundo. Disponível em: <http://www.folha.uol.com.br>. Acesso em 06 jul. 2010.
- ANGÊLO, C. Madeireira inverte a lógica da destruição. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 28 de jun. 2003. Ciência. Disponível em: <http://www.folha.uol.com.br>. Acesso em 10/11 jul.2010.
- _____. Pague para manter. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 08 de out. 2006. Ciência. Disponível em: <http://www.folha.uol.com.br>. Acesso em 05 jul. 2010.
- _____. Paraense ganha “Prêmio Nobel” ambiental. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 25 de ab. 2006. Ciência, Amazônia. Disponível em: <http://www.folha.uol.com.br>. Acesso em 05 jul. 2010.
- ANGÊLO, C.; AMORIM, C. Dados preliminares divulgados ontem pelo Ministério do Meio Ambiente apontam mais devastação em área crítica. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 02 de dez. 2004. Brasil, Amazônia. Disponível em: <http://www.folha.uol.com.br>. Acesso em 08/09 jul.2010.
- ANTUNES, C. Entrevista da 2A Jean-Pierre Leroy. **Folha de S. Paulo On-line**, São Paulo, 21 fev. 2005. Brasil. Disponível em: <<http://www.folha.uol.com.br>> Acesso em 06 jul. 2010.
- ANUÁRIO Pará 2010-2011, Belém: Diário do Pará, 2010.
- ARAÚJO, A. C. Neblina Amazônica. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 17 dez. 2004. Disponível em: <http://www.folha.uol.com.br>. Acesso em 08/09 jul. 2010.

ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. **Metrópole e Cultura: São Paulo no meio século XX**. Bauru, SP: EDUSC, 2001

ATAQUE à mata e terra irregular marcam região. Folha de S. Paulo, São Paulo, 21 set. 2003. Brasil, Pará. Disponível em: <http://www.folha.uol.com.br>. Acesso em 10/11 jul. 2010.

AYMARD, M. A longa duração das civilizações. In: LOPES, M. A. (Org.). **Fernand Braudel. Tempo e História**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003. p. 101-109.

BARONAS, R. L. Formação discursiva em Pêcheux e Foucault: uma estranha paternidade. In: NAVARRO-BARBOSA, P. ; SARGENTINI, V. M. (org.). **Foucault e os domínios da linguagem. Discurso, poder, subjetividade**. São Carlos: Claraluz, 2004b. p. 45-62.

BAUMAN, Z. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

_____. **Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi/Zygmunt Bauman**. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral II**. Trad. de Eduardo Guimarães et al. Campinas, SP: Pontes, 1989.

BEZERRA NETO, J. M. A conquista Portuguesa da Amazônia. In: ALVES FILHO, Armando et al. **Pontos de história da Amazônia**. Belém: Produção Independente, 1999. v.1. p. 14-34.

BRAUDEL, F. **Escritos sobre a história**. Trad. J. Guinburg e Tereza Cristina Silveira da Mota. São Paulo: Perspectiva, 2007

BUENO, S. **Minidicionário da Língua Portuguesa**. São Paulo: FTD, 2001.

CAMPBELL, U. Bolsa é paga quando filhos trocam trabalho por estudo. **Folha de S. Paulo On-line**, São Paulo, 14 de nov. 2001. Cotidiano. Infância. Disponível em: <http://www.folha.uol.com.br>. Acesso em 10 de jul. 2010.

_____. Desde novembro de 97, pelo menos 20 menores queimaram mãos e pés ao cair em covas de terra em Paragominas. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 12, Nov. 2001. Cotidiano. Disponível em: <http://www.folha.uol.com.br>. Acesso em 10 de jul. 2010.

_____. Crianças mutiladas no Pará serão cadastradas em programa federal – bolsa é paga quando filhos trocam trabalho pelo estudo. **Folha de São Paulo**, São Paulo, quarta-feira, 14 de novembro de 2001, p. 6. Cotidiano.

CANCLINI, N. G. **Consumidores e Cidadãos. Conflitos multiculturais da globalização**. 7. ed. Trad. Maurício Santana Dias. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2008.

CAPITAL paraense fica longe de todo o resto do país. Folha de S. Paulo, São Paulo, 09 de fev. 1998. Turismo. Disponível em: <http://www.folha.uol.com.br>. Acesso em 03 jul. 2010.

CASTELLS, M. **O Poder da Identidade. A era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura**. v. 2. 5. ed. Tradução de Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

CERTEAU, M. **A Escrita da História**. 2. ed. Trad. Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

_____. **A Cultura no plural**. 4. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2005. (Coleção Travessia do Século).

_____. **A invenção do cotidiano**. Trad. Ephraim Ferreira Alves, 15. Ed. Petrópolis, RJ : Vozes, 2008.

CONSTATINO, L. Desmatamento na Amazônia cai pelo 2º ano consecutivo. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 06 de set. 2006. Ciência. Disponível em: <http://www.folha.uol.com.br>. Acesso em 05 jul. 2010.

CORACINI, M. J. Discurso, Sujeito e Subjetividade. In: SANTOS, J. B. C et al. **Sujeito e Subjetividade: discursividade contemporâneas**. Uberlândia: EDUFU, 2009. p. 25-42.

COURTINE, J. J. **Análise do Discurso Político: o discurso comunista endereçado aos cristãos**. São Carlos: EdUFSCar, 2009.

CRIANÇAS de 3 anos trabalham em lixão no PA. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 12 de jul. 2002. Cotidiano, Infância. Disponível em: <http://www.folha.uol.com.br>. Acesso em 12/13 jul.2010.

CUNHA, M. **Modalidade, norma e performance em Verequete e Waldemar Henrique**. 2002. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Centro de Letras e Artes, Universidade Federal do Pará. Belém, 2002.

DAVALON, J. A imagem, uma arte de memória? In: ACHARD, P. et al. **Papel da memória**. 2. ed. Trad. e Introdução: José Horta Nunes. Campinas: Pontes Editores, 2007. p. 23 – 32.

DISCENI, N. **Comunicação nos textos**. São Paulo: Contexto, 2005.

DUBRA, P. Cacá procura personagem pirandelliano. **Folha de S. Paulo On-line**, São Paulo, 12, jul.2003. Acontece, Teatro. Disponível em: <http://www.folha.uol.com.br> Acesso em 10/11 jul. 2010.

EM protesto contra desmate índios barram embarcações. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 22 ago. 2009. Brasil, Pará. Disponível em: <http://www.folha.uol.com.br> Acesso em 03 jul. 2010.

FERNANDES, C. A. Mutações da Noção-Conceito de Sujeito na Análise do Discurso. In: SANTOS, J.B.C et al. **Sujeito e Subjetividade: discursividades contemporâneas**. Uberlândia, EDUFU, 2009. p. 103-149.

FESTA em Belém atrai 2 milhões de pessoas. **Folha de S. Paulo On-line**, São Paulo, 13, out. 2003. Brasil. Disponível em: <http://www.folha.uol.com.br>. Acesso em 10/11 jul. 2010.

FIORIN, J. L. **Elementos de análise do discurso**. 13. ed. São Paulo: Contexto, 2005.

FOGOIÓ identifica trecho da Bíblia lido. **Folha de S. Paulo On-line**, São Paulo, 23, fev.2005. Disponível em: <http://www.folha.uol.com.br>. Acesso em 06 jul.2010.

FONTES, E. O Paraíso chama-se Pará: o Álbum “Pará em 1900”. In: NETO, J. M. B.; ALENCAR, D. (org.). **Terra Matura: Historiografia e História Social na Amazônia**. Belém: Ed. Paka-Tatu, 2002. p. 257-271.

FOUCAULT, M. **A Arqueologia do Saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008a.

_____. **A Ordem do discurso**. 17. ed. São Paulo: Ed. Loyola, 2008b.

_____. **As Palavras e as coisas – uma arqueologia das ciências humanas**. 9. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007. (Coleção tópicos)

_____. **Microfísica do Poder**. 24. ed. São Paulo: Ed. Graal, 2007.

GADET, F.; HAK, T.. **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. 3. ed. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 1997.

GUIBU, F.; PICHONELLI, M. Fechamento de serrarias ameaça “quebrar” Tailândia, diz secretário. **Folha de S. Paulo On-line**, São Paulo, 22, fev.2008. Ciência. Disponível em:<<http://www.folha.uol.com.br>>. Acesso em 03 de julho de 2010.

GÓIS, M. L. S. **De como a Raposa encontrou a Terra do Sol, Memória e Identidades**. 2007. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) - Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Estadual do Pará. Araraquara, 2007.

GREGOLIN, M. R.. A mídia e a espetacularização da cultura. In: GREGOLIN, M. do R. (org.). **Discurso e Mídia: a cultura do espetáculo**. São Carlos: Claraluz, 2003. p. 9-17.

_____. Bakhtin, Foucault, Pêcheux. In: BRAIT, Beth (org.). **Baktin: outros conceitos chave**. São Paulo: Contexto, 2006. p. 33-52.

_____. **Foucault e Pêcheux na análise do discurso – diálogos & duelos**. São Carlos: Claraluz, 2004a.

_____. Linguagem e História: relações entre Linguística e Análise do Discurso. In: SANTOS, J. B. C et al. **Sujeito e Subjetividade: discursividade contemporâneas**. Uberlândia: EDUFU, 2009. p. 33-58.

_____. O acontecimento discursivo na mídia: metáfora de uma breve história do tempo. In: GREGOLIN, M. do R. (org.). **Discurso e Mídia: a cultura do espetáculo**. São Carlos: Claraluz, 2003. p. 77-96.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: D P&A, 2006.

HAROCHE, C.; HENRY, P. ; PÊCHEUX, M. A semântica e o corte saussuriano: língua, linguagem, discurso. In: BARONAS, Roberto (Org.). **Análise do discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva**. São Carlos: Pedro e João Editores, 2007. p. 13-31.

INDRUÍNAS, L. Círio espera 1,5 milhões de pessoas hoje no PA. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 11 de out. 1998. Cotidiano. Disponível em: <<http://www.folha.uol.com.br>> Acesso em 03 jul.2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo demográfico 2010. Disponível em: <<http://www.sie.pa.gov.br/i3geo/relatorio.php>> Acesso em 05.04.2011.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SÓCIO AMBIENTAL DO ESTADO DO PARÁ(Idesp). **Área desflorestada em km² segundo Mesorregião –2000 – 2009**. Disponível em <<http://www.sie.pa.gov.br/i3geo/relatorio.php>> Acesso em 05 de out. 2001.

_____. Evolução da quantidade produzida de açaí (toneladas). Disponível em: <<http://www.sie.pa.gov.br/i3geo/relatorio.php>> Acesso em 30 de out. 2001.

_____. **Evolução do rebanho bovino (cabeças)**. Disponível em: <<http://www.sie.pa.gov.br/i3geo/relatorio.php>> Acesso em 30 de out. 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 2010**. População residente por situação do domicílio e sexo-Sinopse. Disponível em:<www.Sidra.ibge.gov.br>Acesso em 30 de set. 2011.

_____. **Censo demográfico 2011: População residente, por lugar de nascimento e sexo, segundo as Mesorregiões, as Microrregiões e os Municípios- Pará**. Rio de Janeiro, 2005.

_____. Quase metade dos participantes do Círio em Belém não é católica. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 09 out. 2000. Brasil, Tradição. Disponível em: <http://www.folha.uol.com.br>. Acesso em 16/17 jul.2010.

_____. Seis mulheres de mortos no massacre no Pará ingressam no MST e querem punição para PMs envolvidos. **Folha de S. Paulo On-line**, 16, mar. 2001. Brasil. Questão Agrária. Disponível em: <http://www.folha.uol.com.br> . Acesso em 14/15 jul.2010.

LE GOFF, J. **História e Memória**. Trad. Bernardo Leitão. 5. ed. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 2003

LEITE, M. Dorothy e o Grão-Pará. **Folha de S. Paulo On-line**, São Paulo, 20, fev. 2005. Ciência, Ciência em Dia. Disponível em: <http://www.folha.uol.com.br>. Acesso em 06 jul.2010.

LOBATO, E. Pesquisa em relatórios de governo revela que prática avança para grandes empreendimentos. **Folha de S. Paulo On-line**, São Paulo, 18 de jul. 2004. Brasil, Lavoura Arcaica. Disponível em:<<http://www.folha.uol.com.br>> Acesso em 08/09 jul.2010.

LOPES, R. J. Imagens de satélite e GPS minimizam custo e risco de tomada ilegal de terras; invasores trocam áreas de derrubadas. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 14 de mar. 2005. Disponível em: <http://www.folha.uol.com.br>. Acesso em 06 jul.2010.

MAGALHÃES, J. C. Em Belém, Dilma une política e religião. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 12 de out. 1999. Brasil. Disponível em: <http://www.folha.uol.com.br> >Acesso em 18/19 jul.2010.

_____. Peemedebista participa de festa em homenagem aos 214 anos do Círio de Nazaré. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 12 de set. 2007. Brasil. Disponível em: <http://www.folha.uol.com.br> >Acesso em 04 jul.2010.

MAGALHAES, J. C.; PICHONELLE, M. Procuradoria pede indenização de pecuaristas por desmatamento. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 02 de jun.2009. Brasil. Disponível em: <http://www.folha.uol.com.br> >Acesso em 03 jul.2010.

MALDIDIER, D. Elementos para uma história da análise do discurso na França. In: ORLANDI, Eni et al. (org.). **Gestos de Leitura: da História no discurso**. 2. ed. trad. de Bethania Mariani [et al]. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 1997. p. 15-28.

MARCONDES FILHO, C. **O capital da notícia. (jornalismo como produção social da segunda natureza)**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1989.

MARINHO, M. Saúvas “jardineiras” recuperam floresta. **Folha de S. Paulo On-line**, São Paulo, 12, jul. 2003. Ciência, Ecologia. Disponível em: <http://www.folha.uol.com.br>. Acesso em 10/11 jul.2010.

MARTIN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. 6. ed. Trad. Ronaldo Polito e Sérgio Alcides, Rio de Janeiro, RJ: Ed. UFRJ, 200

MELO NETO, João Cabral; BUARQUE, Chico. Morte e vida Severina. In: BUARQUE, Chico. **Álbum Morte e Vida Severina**. Rio de Janeiro: Phillips, 1996. 1 LP

MICHAEL, A. PF e Exército vão atuar contra pistoleiros no PA. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 27 de fev. de 2005. Brasil. Disponível em: <http://www.folha.uol.com.br> > Acesso em 06 jul.2010.

NAVARRO, S. A justiça expediu mandados de prisão de outros 5 amigos da freira assassinada, acusados da morte de trabalhador. **Folha de S.Paulo On-line**, São Paulo, 05, maio. 2005. Brasil, Terra sem lei. Disponível <http://www.folha.uol.com.br> > Acesso em 06 jul.2010.

NAVARRO-BARBOSA, P. **Navegar foi preciso? O discurso do jornalismo impresso sobre os 500 anos do Brasil**. 2004. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) - Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Estadual do Pará. Araraquara, 2004a.

_____. O acontecimento discursivo e a construção da identidade na História. In: SARGENTINI, V. M.; NAVARRO-BARBOSA, P. (org.). **Foucault e os domínios da linguagem. Discurso, poder, subjetividade**. São Carlos: Claraluz, 2004b. p. 97-130.

NEY, T. Tecnobrega alia-se a mercado pirata. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 27 de mar. 2007. Ilustrada. Disponível em: <http://www.folha.uol.com.br/2007/11/01> a 2007/11/30 >Acesso em 04 jul.2010.

O MAPA político do Estado do Pará. **Revista Nosso Pará**, Belém, n. 2, 1996. Disponível em: <http://www.tvliberal.com.br/revistas/npara/edicao2/index.htm>. Acesso em: 14.01.2011

ORLANDI, E. P. **Terra a vista. Discurso do confronto: velho e novo mundo**. Campinas: Ed.da Universidade Estadual de Campinas, 1990.

PAI de mutilada recusa bolsa de R\$ 12.50. **Folha de S. Paulo On-line**, São Paulo, 28, nov. 1999. Brasil. Disponível em: <http://www.folha.uol.com.br>. Acesso em 18 e 19 jul.2010.

PARÁ. **Conheça o nosso Pará**. 2011. Disponível em: http://www.pa.gov.br/O_Para/opara.asp. Acesso em: 03.01.2011.

PARÁ. Tribunal Regional do Estado. **Mesorregião do Estado e seus municípios**. [2011]. Disponível em: www.tre-pa.gov.br/tribunal/zonaseleitorais/Regioes_Para.xls. Acesso em: 03.01.2011.

PÊCHEUX, M. A análise de discurso: três épocas. In: GADET, F. ; HAK, T. **Por uma análise automática do discurso. Uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Trad. Bethania S. Mariani... et al. 3. ed. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1983. p. 311-318.

_____. **Semântica e Discurso**. Uma crítica à afirmação do óbvio. 3.ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997.

_____. **Discurso, estrutura ou acontecimento**. Campinas, SP: Pontes, 2002.

PINHEIRO, A. Belém faz jus aos seus títulos. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 19 de ago. 2002. Turismo, Metrópole da Amazônia. Disponível em: <http://www.folha.uol.com.br>. Acesso em 12/13 jul.2010.

_____. Cerâmica de 4.000 anos ainda inspira artesãos de Icoaraci. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 19 de ago. 2002. Turismo, Metrópole da Amazônia. Disponível em: <http://www.folha.uol.com.br>>Acesso em 12/13 jul.2010.

_____. A. Magia de Marajó cativa até as águas. **Folha de S. Paulo On-line**, São Paulo, 04 de agos. 2003. Turismo, Que marajoara. Disponível em:<<http://www.folha.uol.com.br>> Acesso em 10/11 jul.2010.

PREFEITO é acusado de trabalho escravo. **Folha de S. Paulo On-line**, São Paulo, 01, jun. 2003. Brasil. Disponível em: <http://www.folha.uol.com.br>. Acesso em 10/11 jul.2010.

PRESIDENTE diz que Marina conseguiu “proeza” e cria áreas protegidas no PA. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 21 de maio 2005. Ambiente. Disponível em:<<http://www.folha.uol.com.br>>Acesso em 06 jul.2010.

REIS, T. Não existe mandante preso por morte no campo no Pará. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 09, maio 2008. Brasil. Disponível em: <<http://www.folha.uol.com.br>> Acesso em 03 jul.2010.

RESERVAS ambientais e gabinete de crise são criados por Lula. **Folha de S. Paulo On-line**, São Paulo, 18, fev. 2005. Brasil, Brasil Profundo. Disponível em: <<http://www.folha.uol.com.br>> Acesso em 06 jul. 2010.

RICCI, M. Pátria Minha: Portugueses e Brasileiros no Grão-Pará (1808-1840). In: SARGES, Maria de Nazaré. **Entre Mares: O Brasil dos portugueses et al** (org.). Belém: Ed. Paka Tatu, 2010. p. 54-63.

ROCHA, A.P. Tempo histórico e civilização material. In: LOPES, M. A. (org.). **Fernand Braudel. Tempo e História**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003. p. 21-34.

ROCHA, Edmar da.; PINDUCA. Belém –Pará-Brasil. Intérprete: Mosaico de Ravena. In: Mosaico de Ravena. **Cave Canem**. Belém: MDS, 1992. 1 LP. Faixa 4 Lado B.

RODRIGUES, A. D. **Línguas Brasileiras. Para o conhecimento das línguas indígenas**. São Paulo: Ed. Loyola, 1985.

ROSSETTO, M. Contra a barbárie. **Folha de S. Paulo On-line**, São Paulo, 23, fev. 2005. Brasil. Disponível em:<<http://www.folha.uol.com.br>> Acesso em 06 jul. 2010.

SANTOS, B. S. Pela Mão de Alice. **O social e o político na pós-modernidade**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SANTOS, D. **A reinvenção do espaço: diálogos em torno da construção do significado de uma categoria**. São Paulo: Ed. UNESP, 2002.

SARGENTINI, V. A descontinuidade da História: a emergência dos sujeitos no arquivo. In: SARGENTINI, V. M.; NAVARRO-BARBOSA, P. (org.). **Foucault e os domínios da linguagem. Discurso, poder, subjetividade**. São Carlos: Claraluz, 2004. p. 77-96.

SEABRA, C. Apesar das acusações de Dorothy em 99, projetos que receberiam R\$ 61 milhões foram aprovados por indicados de Jader. **Folha de S. Paulo On-line**, São Paulo, 24 de fev. 2005. Brasil, Terra Sem Lei. Disponível em: <<http://www.folha.uol.com.br>>. Acesso em 06 de jul de 2010.

SILVA, F. P. Articulações entre poder e discurso em Michel Foucault. In: SARGENTINI, V. M.; NAVARRO-BARBOSA, P. (org.). **Foucault e os domínios da linguagem. Discurso, poder, subjetividade**. São Carlos: Claraluz, 2004. p. 159-179.

SEM prato típico, Círio deve atrair 2 milhões de pessoas. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 11 de out. 2008. Brasil, Pará. Disponível em: <http://www.folha.uol.com.br>. Acesso em 03 de julho de 2010.

SIMIONATO, M. Grupo era mantido em regime semelhante à escravidão. **Folha de S. Paulo On-line**, São Paulo, 28 de Ago. 2002. Brasil, Pará. Disponível em: <http://www.folha.uol.com.br>. Acesso em 12/13 jul.2010.

_____. Matadores espalham medo em terra sem lei. **Folha de S. Paulo On-line**, São Paulo, 21, set. 2003, Brasil, Brasil Profundo. Disponível em: <<http://www.folha.uol.com.br>>. Acesso em 10/11 jul.2010.

_____. Polícia identifica 5 suspeitos de matar 8 pessoas em fazenda no Pará. **Folha de S. Paulo On-line**, São Paulo, 16, set. 2003. Brasil. Disponível em: <<http://www.folha.uol.com.br>>. Acesso em 10/11 jul.2010.

SOUZA JÚNIOR, J. A. de S. O projeto pombalino para a Amazônia e a Doutrina do 'Índio-Cidadão'. In: ALVES FILHO, Armando et al. **Pontos de história da Amazônia**. Belém: Produção Independente, 1999. v.1. p. 23-33.

STANG, D. Até quando a impunidade reinará no Pará? **Folha de S. Paulo On-line**, São Paulo, 12, fev.2007. Opinião. Disponível em: <<http://www.folha.uol.com.br>>. Acesso em 04 jul.2010.

WIKIPÉDIA. **Lista de mesorregiões**. 2010a. Disponível em <[http://pt.wikipedia.org/wiki/lista de mesorregiões do Pará](http://pt.wikipedia.org/wiki/lista_de_mesorregiões_do_Pará)>. Acesso em 10 de jul. de 2011.

_____. **Messorregião do Baixo-Amazonas**. 2010b. Disponível em <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Mesorregião do Baixo-Amazonas](http://pt.wikipedia.org/wiki/Mesorregião_do_Baixo_Amazonas)>. Acesso em 10 de jul. de 2011.

_____. **Messorregião do Marajó**. 2010c. Disponível em <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Mesorregião do Marajó](http://pt.wikipedia.org/wiki/Mesorregião_do_Marajó)>. Acesso em 10 de jul. de 2011.

_____. **Mesorregião do Nordeste paraense**. 2010d. Disponível em <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Mesorregião do Nordeste paraense](http://pt.wikipedia.org/wiki/Mesorregião_do_Nordeste_paraense)>. Acesso em 10 de jul. de 2011.

_____. **Mesorregião do Sudeste paraense**. 2010e. Disponível em <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Mesorregião do Sudeste paraense](http://pt.wikipedia.org/wiki/Mesorregião_do_Sudeste_paraense)>. Acesso em 10 de jul. de 2011.

_____. **Mesorregião do Sudoeste paraense**. 2010f. Disponível em <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Mesorregião do Sudoeste paraense](http://pt.wikipedia.org/wiki/Mesorregião_do_Sudoeste_paraense)>. Acesso em 10 de jul. de 2011.

_____. **Rios**. 2010g. Disponível em <<http://pt.wikipedia.org/wiki/rios>>. Acesso em 11 de jul. de 2011.

_____. **Rio Amazonas**. 2010h. Disponível em <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Rio Amazonas](http://pt.wikipedia.org/wiki/Rio_Amazonas)>. Acesso em 11 de jul. de 2011.

_____. **Rio Araguaia**. 2010i. Disponível em <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Rio Araguaia](http://pt.wikipedia.org/wiki/Rio_Araguaia)>. Acesso em 11 de jul. de 2011.

_____. **Rio Guamá**. 2010j. Disponível em <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Rio Guamá](http://pt.wikipedia.org/wiki/Rio_Guamá)>. Acesso em 11 de jul. de 2011.

_____. **Rio Tapajós**. 2010k. Disponível em <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Rio Tapajós](http://pt.wikipedia.org/wiki/Rio_Tapajós)>. Acesso em 11 de jul. de 2011.

_____. **Rio Tocantins**. 2010l. Disponível em < [http. pt.wikipedia.org/wiki/Rio Tocantins](http://pt.wikipedia.org/wiki/Rio_Tocantins) >. Acesso em 11 de jul. de 2011.

_____. **Rio Xingu**. 2010m. Disponível em < [http. pt.wikipedia.org/wiki/Rio Xingu](http://pt.wikipedia.org/wiki/Rio_Xingu) >. Acesso em 11 de jul. de 2011.

_____. **Rodovia Cuiabá-Santarém**. 2010n. Disponível em < [http. pt.wikipedia.org/wiki/Rodovia Cuiabá-Santarém](http://pt.wikipedia.org/wiki/Rodovia_Cuiabá-Santarém) >. Acesso em 11 de jul. de 2011.

_____. **Rodovia Tranzamazônica**. 2010o. Disponível em < [http. pt.wikipedia.org/wiki/Rodovia Tranzamazônica](http://pt.wikipedia.org/wiki/Rodovia_Tranzamazônica) >. Acesso em 11 de jul. de 2011.

_____. **Rodovia Transbrasiliana**. 2010p. Disponível em < [http. pt.wikipedia.org/wiki/Rodovia Transbrasiliana](http://pt.wikipedia.org/wiki/Rodovia_Transbrasiliana) >. Acesso em 11 de jul. de 2011.

WOLFF, Francis. Quem é o bárbaro?. In: NOVAES, A. (org.). **Civilização e barbárie**. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2004. p. 21-47.

ZUMTHOR, P. **Introdução à poesia oral**. Trad. Jeruza Pires Ferreira et al. São Paulo: Hucitec, 1997.